



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIV - Nº 178 - QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**  
 José Sarney - (PMDB-AP)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)  
**2ª VICE-PRESIDENTE**  
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)  
**1º SECRETÁRIO**  
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)  
**2º SECRETÁRIO**  
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

**3º SECRETÁRIO**  
 Mão Santa - (PSC-PI) <sup>7</sup>  
**4ª SECRETÁRIA**  
 Patrícia Saboya - (PDT-CE) <sup>6</sup>  
**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**  
 1º - César Borges - (PR-BA)  
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)  
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)  
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

**LIDERANÇA**

<p align="center"><b>Maioria</b> (PMDB/PP) - 18 <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... <b>Líder do PMDB - 17</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha <sup>(4)</sup> Neuto De Conto  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b></p>	<p align="center"><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 11</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns <sup>(3)</sup>  <b>Líder do PR - 3</b> <b>João Ribeiro</b>  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b>  <b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b>  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b></p>	<p align="center"><b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> (PSDB/DEM) - 27 <b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM</b> <sup>(1)</sup> Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... <b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes  <b>Líder do DEM - 13</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos <sup>(2)</sup> Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>
<p align="center"><b>PTB - 8</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p align="center"><b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b></p>	<p align="center"><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p align="center"><b>PDT - 6</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b></p>	<p align="center"><b>PV - 1</b> <b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b></p>	<p align="center"><b>PSC - 1</b> <b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b></p>

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**EXPEDIENTE**

<p align="center"><b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center"><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
1.1 – EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Nºs 59 a 61, de 2009 .....	58237
1.2 – RESOLUÇÃO	
Nº 36, de 2009 .....	58244
<b>2 – ATA DA 208ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2009</b>	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 1.493, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 14 a 19 do corrente. ....	58246
Nº 1.494, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 16 a 21 do corrente. ....	58246
<b>2.2.2 – Parecer</b>	
Nº 2.023, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/63, de 2009 (nº 1.312/2009, na origem), que <i>submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Cláudia Maria de Freitas Chagas, Promotora de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.</i> ....	58248
<b>2.2.3 – Discursos do Expediente</b>	
SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos aos cerca de 20 mil trabalhadores que estão em Brasília pedindo a aprovação da proposta de emenda à Constituição que prevê a redução da jornada de trabalho semanal; e o fim do fator previdenciário. Preocupação com a situação por que passa a Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Leitura de carta recebida da professora Tânia Scuro Mendes, relatando as dificuldades enfrentadas pelos professores brasileiros em sala de aula. ....	58249
SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Saudação ao Senador Flávio Torres pelo trabalho desenvolvido nestes 120 dias de suplência. Considerações sobre os problemas que vem atingindo uma parcela significativa de pequenos produtores da Paraíba.....	58254
SENADOR GILVAM BORGES, como Líder – Importância da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio, uma das principais obras do PAC. Registro de que as obras da segunda etapa do Programa Luz para Todos no Amapá deverão iniciar em janeiro de 2010.....	58256
SENADOR FLÁVIO TORRES – Comentário sobre visita feita por S. Exa., na última semana, ao Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra, no Rio Grande do Norte. Despedida de S. Ex <sup>a</sup> do mandato parlamentar, após ter substituído, como suplente, a Senadora Patrícia Saboya, por 120 dias.....	58258
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Promulgação, hoje, da Emenda Constitucional nº 59, que trata da Desvinculação das Receitas da União – DRU para a educação. Realização, no próximo dia 20, em Cuiabá, de Seminário para Regularização Fundiária Urbana. Destaque para a importância do Programa Papel Passado, sob a coordenação do Ministério das Cidades. ....	58263
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com o apagão elétrico, registrado ontem em vários estados do Brasil e que até agora não foi explicado. Analogia com os apagões invisíveis que o País enfrenta e quase não percebe, tais como os apagões sociais. ....	58265
<b>2.2.4 – Comunicações da Presidência</b>	
Designação do Senador Antonio Carlos Valadares para participar, como Observador do Senado Federal, da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar e Nutricional, sob a organização da FAO, a realizar-se em Roma, Itália, no período de 16 a 18 de novembro do corrente ano. ....	58267
Designação do Senador Marconi Perillo para participar do Segundo Encontro do Comitê Preparatório para a Terceira Conferência Mundial de Presidentes de Parlamntos, a realizar-se em Nova Iorque nos dias 16 e 17 de novembro, bem como da Reunião Parlamentar por ocasião da Assembléia-Geral da ONU, nos dias 19 e 20 de novembro. ....	58267

### 2.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR OSVALDO SOBRINHO, como Líder – Considerações sobre o desenvolvimento social e econômico da região Centro-Oeste. .... 58267

SENADOR MÁRIO COUTO – Anúncio de que votará contra a entrada da Venezuela no Mercosul. Manifestação em defesa dos aposentados e pensionistas de todo o País e da CPI da Previdência. .... 58269

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Manifestação de posição contrária à entrada da Venezuela no Mercosul..... 58271

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Apelo às lideranças da Casa para que seja ultimada a apreciação, ainda este ano, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2008, já apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que institui piso salarial nacional para os servidores policiais, ressaltando sua importância para a melhoria da segurança pública..... 58274

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Preocupação com a reincidência de apagão elétrico em diversos estados do país..... 58277

### 2.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 73, de 2009, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera o dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada. .... 58280

### 2.3 – ORDEM DO DIA

**2.3.1 – Item extrapauta (incluído na pauta em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.495, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade)**

Projeto de Resolução nº 73, de 2009, que altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final..... 58284

Redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2009 (**Parecer nº 2.024, de 2009-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. .... 58284

**2.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.**

### 2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

#### 2.4.1 – Discursos

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Questionamentos sobre as causas do apagão elétrico ocorrido ontem em diversos estados do país. .... 58296

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Observações sobre as causas do apagão elétrico ocorrido ontem em diversos estados do país. Ho-

menagem ao Senador Flávio Torres, que, após 120 dias na suplência da Senadora Patrícia Saboya, se afastará. Leitura de pedido de convocação do Ministro de Minas e Energia e da Ministra-Chefe da Casa Civil, para prestarem esclarecimentos sobre o apagão elétrico. .... 58298

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações a respeito do apagão elétrico ocorrido ontem. Implantação da Bolsa Cultura. Manifestação sobre o adiamento da votação do projeto do fim do fator previdenciário. Questionamentos sobre o anúncio da concessão, pelo governo, da Bolsa Celular. Defesa da criação do Bolsa Remédio. Citação de denúncias com relação a obras do PAC, envolvendo o Piauí. Prazo para apresentação de sugestões, pelos parlamentares, à reforma administrativa do Senado Federal. .... 58313

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Registro do início da discussão hoje, na CCJ da Câmara, da PEC dos Jornalistas. Considerações sobre o apagão elétrico ocorrido ontem. 58317

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Análise sobre as razões do apagão elétrico ocorrido ontem. .... 58320

SENADOR SÉRGIO GUERRA, como Líder – Críticas ao Governo Federal, em diversos aspectos, com destaque para a minimização, por parte dos governistas, do apagão elétrico ocorrido na noite de ontem, madrugada de hoje. .... 58325

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Defesa do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2009, recentemente apresentado por S. Ex<sup>a</sup>, que altera a CLT, para regulamentar a concessão do adicional de penosidade, previsto na Constituição Federal.. 58373

#### 2.4.2 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 1.494 e 1.493, de 2009, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.** .... 58338

#### 2.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Homenagem ao Senador Flávio Torres, pelo período em que exerceu o mandato, ao ensejo do retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya. Considerações sobre o caso envolvendo o pedido de extradição à Itália de Cesare Battisti. Homenagem a Yasser Arafat, por ocasião da passagem dos 5 anos de sua morte... 58338

**2.4.4 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa) – Nota Pública do Senado Federal, em resposta a matéria veiculada, hoje, pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.**

#### 2.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Anúncio de que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará acautou pedidos de requisição de intervenção federal no estado. .... 58340

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Explicação, de forma simplificada, do desligamento da energia elétrica ocorrido ontem. Distinção entre os concei-

tos de “apagão / desligamento” e de “acionamento”. Confiança no sistema elétrico brasileiro. Dúvidas sobre por que o esquema de rejeição e alívio de carga (ERAC) não funcionou e por que as usinas termoeletricas não entraram em atividade imediatamente, como era o esperado. Críticas ao fato de diversos integrantes do sistema haverem prestado declarações à imprensa, quando apenas o Operador Nacional do Sistema teria condições de fazê-lo... 58343

SENADOR VALTER PEREIRA – Breve comentário acerca do episódio, repercutido internacionalmente, em que a estudante universitária Geisy Arruda foi hostilizada por colegas, por estar trajando uma minissaia. Repúdio àqueles que não entendem o novo perfil da sociedade..... 58350

**2.4.6 – Mensagens do Presidente da República**

Nº 234, de 2009 (nº 867/2009, na origem), de 27 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, sancionado e transformado na Lei nº 12.061, de 2009..... 58352

Nº 235, de 2009 (nº 868/2009, na origem), de 27 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2009 (nº 1.975/2007, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), sancionado e transformado na Lei nº 12.062, de 2009. .... 58352

Nº 236, de 2009 (nº 869/2009, na origem), de 27 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2009 (nº 2.277/2009, na Casa de origem, do Deputado Flávio Dino), sancionado e transformado na Lei nº 12.063, de 2009. .... 58352

**2.4.7 – Leitura de requerimentos**

Nº 1.496, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e outros senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Guido Tonelotto..... 58352

Nº 1.497, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Bispo de Borba/AM, Dom Frei José Afonso Ribeiro. .... 58353

Nº 1.498, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 58353

Nº 1.499, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 58353

Nº 1.500, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor “pós morte” ao Suboficial da Aeronáutica Marcelo dos Santos Dias. .... 58354

Nº 1.501, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação..... 58355

Nº 1.502, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. .... 58355

Nº 1.503, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 58356

Nº 1.504, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil..... 58356

Nº 1.505, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 58357

Nº 1.506, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda..... 58358

Nº 1.507, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2007, e o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003. .... 58358

Nº 1.508, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2008, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante do despacho inicial..... 58358

**2.4.8 – Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2009, de autoria do Senador Flávio Torres, que altera as Leis nºs 8.429, de 2 de julho de 1992, 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade, utilizar edifícios e veículos públicos para promoção pessoal. .... 58359

Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta § 7º ao artigo 15 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para declarar as sociedades de advogados isentas do recolhimento da contribuição anual devida por advogados e estagiários do curso de direito. .... 58362

**2.4.9 – Comunicação**

Do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle referente à instalação, em 27 de outubro último, da Subcomissão Permanente da Água, no âmbito daquela Comissão, e a eleição de Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator (Ofício nº 85/2009, de 4 do corrente)..... 58363

**2.4.10 – Comunicações da Presidência**

Lembrança ao Plenário de que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar os 120 anos da proclamação da República Federativa do Brasil, nos termos dos Requerimentos nºs 557 e 1.457, de 2009, do Se-

nador Cristovam Buarque e outros senhores Senadores. .... 58363

Abertura de prazo para recebimento de emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aos Substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2009; 430 e 446, de 2008; e 402, de 2005. **(Ofícios nºs 256 a 258; e 262, de 2009, respectivamente, da Vice-Presidenta, no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)** ..... 58363

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 12, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 58364

2.5 – ENCERRAMENTO

**3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 11.11.2009**

**4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO**

4.1 – Termos de reuniões

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 46, de 2009. .... 58378

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 47, de 2009. .... 58379

#### **SENADO FEDERAL**

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

**6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

#### **9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

#### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59

Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 208. ....

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)

.....  
 VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (NR)

**Art. 2º** O § 4º do art. 211 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 211. ....

.....  
§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.”(NR)

**Art. 3º** O § 3º do art. 212 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 212. ....

.....  
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.”(NR)

**Art. 4º** O **caput** do art. 214 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do inciso VI:

“Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

.....  
VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.”(NR)

**Art. 5º** O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 76. ....

.....  
§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no **caput** deste artigo será de 12,5 % (doze inteiros e cinco décimos por cento) no exercício de 2009, 5% (cinco por cento) no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011.”(NR)

**Art. 6º** O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

**Art. 7º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, em 11 de novembro de 2009.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

Deputado Michel Temer  
Presidente

Senador José Sarney  
Presidente

Deputado Marco Maia  
1º Vice-Presidente

Senador Marconi Perillo  
1º Vice-Presidente

Deputado Antônio Carlos  
Magalhães Neto  
2º Vice-Presidente

Senadora Serys Slhessarenko  
2º Vice-Presidente

Deputado Rafael Guerra  
1º Secretário

Senador Heráclito Fortes  
1º Secretário

Deputado Inocêncio Oliveira  
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino  
2º Secretário

Deputado Odair Cunha  
3º Secretário

Senador Mão Santa  
3º Secretário

Deputado Nelson Marquezelli  
4º Secretário

Senador César Borges  
no exercício da 4ª Secretaria

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 60**

Altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre o quadro de servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação, vedado o pagamento, a qualquer título, em virtude de tal alteração, de ressarcimentos ou indenizações, de qualquer espécie, referentes a períodos anteriores à data de publicação desta Emenda Constitucional:

“Art. 89. Os integrantes da carreira policial militar e os servidores municipais do ex-Território Federal de Rondônia que, comprovadamente, se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, bem como os servidores e os policiais militares alcançados pelo disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, e aqueles admitidos regularmente nos quadros do Estado de Rondônia até a data de posse do primeiro Governador eleito, em 15 de março de 1987, constituirão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

§ 1º Os membros da Polícia Militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia, na condição de cedidos, submetidos às corporações da Polícia Militar, observadas as atribuições de função compatíveis com o grau hierárquico.

§ 2º Os servidores a que se refere o caput continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia na condição de

cedidos, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional.”(NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, não produzindo efeitos retroativos.

Brasília, em 11 de novembro de 2009.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

Deputado Michel Temer  
Presidente

Senador José Sarney  
Presidente

Deputado Marco Maia  
1º Vice-Presidente

Senador Marconi Perillo  
1º Vice-Presidente

Deputado Antônio Carlos  
Magalhães Neto  
2º Vice-Presidente

Senadora Serys Slhessarenko  
2º Vice-Presidente

Deputado Rafael Guerra  
1º Secretário

Senador Heráclito Fortes  
1º Secretário

Deputado Inocêncio Oliveira  
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino  
2º Secretário

Deputado Odair Cunha  
3º Secretário

Senador Mão Santa  
3º Secretário

Deputado Nelson Marquezelli  
4º Secretário

Senador César Borges  
no exercício da 4ª Secretaria

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 61**

**Altera o art. 103-B da Constituição Federal, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 103-B da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:**

**I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal;**

.....  
**§ 1º** O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**§ 2º** Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 11 de novembro de 2009.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

Deputado Michel Temer  
Presidente

Senador José Sarney  
Presidente

Deputado Marco Maia  
1º Vice-Presidente

Senador Marconi Perillo  
1º Vice-Presidente

Deputado Antônio Carlos  
Magalhães Neto  
2º Vice-Presidente

Senadora Serys Slhessarenko  
2º Vice-Presidente

Deputado Rafael Guerra  
1º Secretário

Senador Heráclito Fortes  
1º Secretário

Deputado Inocêncio Oliveira  
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino  
2º Secretário

Deputado Odair Cunha  
3º Secretário

Senador Mão Santa  
3º Secretário

Deputado Nelson Marquezelli  
4º Secretário

Senador César Borges  
no exercício da 4ª Secretaria

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2009**

**Altera o dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

.....”

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do compro-

metimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027.

.....  
.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2009.  
– Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

# Ata da 208ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 11 de Novembro de 2009

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa e Marco Maciel

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 22 horas e 30 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/11/2009 07:36:54 até 11/11/2009 22:32:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGLIO	X		DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	TO	SADI CASSOL	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCI	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PDT	CE	FLÁVIO TORRES	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PSC	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PV	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						

**Compareceram: 77 Senadores**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.493, DE 2009**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar do País durante o período de 14 a 19 do corrente mês, tendo em vista minha viagem em caráter oficial a Cidade de Roma, Itália, para participar da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar e Nutricional, sob a organização da FAO, na qualidade de Observador do Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2009**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar do Segundo Encontro do Comitê Preparatório para a Terceira Conferência Mundial de Presidentes de Parlamentos, a realizar-se em Nova Iorque nos dias 16 e 17 de novembro, bem como a Reunião Parlamentar por ocasião da Assembléia-Geral da ONU, nos dias 19 e 20 de novembro, solicito licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 21 de novembro do corrente ano para desempenhar a referida missão.

Esclareço que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009. – Senador **Marconi Perillo**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 2.033, DE 2009**

**Da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania, sobre o Ofício nº63 (nº 1.312/2009, na origem) de 2009, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Cláudia Maria de Freitas Chagas, Promotora de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público”.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 11 de novembro de 2009, apreciando o Relatório sobre o Ofício nº 63, de 2009, opina pela aprovação da escolha do nome da Senhora Cláudia Maria de Freitas Chagas para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, inciso II da Constituição Federal, por 22 votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2009. – **Demostenes Torres**, Presidente – **Gim Angelo**, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 63 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
RELATOR: <i>Senador Gilm Argenlo</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
SERYS SLHESARENKO <i>[assinatura]</i>	1. RENATO CASAGRANDE <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	2. AUGUSTO BOTELHO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS <i>[assinatura]</i>
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO <i>[assinatura]</i>
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO <i>[assinatura]</i>	3. RAIMUNDO COLOMBO <i>[assinatura]</i>
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	6. EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLÉXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO <i>[assinatura]</i>
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

## RELATÓRIO

Relator: Senador **Gim Argello**

### I – Relatório

Submete-se ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Ministério Público da União, da Promotora de Justiça Claudia Maria de Freitas Chagas para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal.

O referido dispositivo constitucional estabelece que os membros do CNMP, ao qual cabe o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Por força da Resolução nº 7, de 2005, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento a essa Resolução, a indicada encaminhou o seu **curriculum vitae**, que passamos a resumir.

Nascida em 1º de junho de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado de mesmo nome, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 1985, especializando-se em “Sistemas de Justiça Criminal” pela Universidade de Santa Catarina e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

No início de sua trajetória profissional, atuou como advogada e assessora jurídica do então Ministério da Justiça, o Sr. Paulo Brossard.

Em seguida, entre 1988 e 1993, antes de ingressar no Ministério Público da União, foi assessora do Ministro Carlos Velloso, tanto no Superior Tribunal de Justiça, quanto no Supremo Tribunal Federal.

Em 1993, mediante concurso público de provas e títulos, ingressou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde oficiou, a princípio, em diversas promotorias criminais e cíveis, além de assessorar o Procurador-Geral em matérias relacionadas a recursos constitucionais.

De 1995 a 2001, passou a compor, como membro, o Conselho Curador da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

No período entre 2003 e 2006, exerceu o cargo de Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, tendo presidido e coordenado inúmeras atividades de relevância nacional.

Foi membro do Instituto Latinoamericano das Nações Unidas (ILANUD) entre 2005 e 2007.

Desde 2008, exerce o cargo de Diretoria-Geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Consta de sua vida acadêmica que, entre 2001 e 2003, foi professora do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB).

Exerceu, ainda, inúmeras atividades em comissões relacionadas com atividades meio e fim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Proferiu diversas palestras e conferências, nacionais e internacionais, tendo recebido significativo número de condecorações, distinções honoríficas e homenagens, entre elas, a Ordem do Mérito do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores e a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de Comendador.

Constatamos que, no atendimento ao disposto nos incisos II a V do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, a indicada apresentou as quatro declarações exigidas, para informar que:

I – vive em união estável com Roberto Carlos Silva, Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios, também admitido por concurso público de provas e títulos, e que exerce suas atividades profissionais em unidade profissional diversa da indicada, o que afasta a incidência, no caso, da vedação contida no inciso II do art. 5º da resolução nº 7, de 2005;

II – não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou Municípios, sem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

III – não sofreu processo de natureza criminal ou procedimento administrativo-disciplinar, não tendo jamais cumprido qualquer sanção de caráter penal ou administrativo;

Além disso, em atendimento ao art. 1º, II do Ato nº I, de 2007, da CCJ, relativas à indicação para a composição do Conselho do CNMP, declara que:

I – não participa como sócia, proprietária ou gerente de empresa ou entidade não governamental;

II – está em situação de regularidade fiscal ou âmbito federal e distrital;

III – não é ré ou autora de ação judicial; e

IV – nos últimos cinco anos, atuou perante o Poder Judiciário do Distrito Federal,

em especial perante as Varas de Fazenda Pública;

Finalmente, ainda em atendimento ao já referido inciso II do art. 1º do Ato nº 1 da CCJ, a indicada apresenta, de forma sucinta, um arrazoado sobre a sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Ante o exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2009. – Senador, **Demóstenes Torres**, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O parecer lido será publicado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação parlamentar. Já acertei com o Senador Roberto Cavalcanti que eu falarei em primeiro lugar e, em seguida, S. Exª falará como orador inscrito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu estou pedindo como segunda inscrita para uma comunicação inadiável. Como o Senador Paulo Paim explicou, o Senador Roberto Cavalcanti, pela inscrição, é o primeiro.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Pela liderança.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador Gilvam é pela liderança do ...

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – PMDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – PMDB.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Já foi mandado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Ah, já foi mandado. Já chegou. Já está aqui.

V. Exª é o primeiro inscrito, Senador Gilvam Borges, pela Liderança do PMDB.

Com a palavra, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti, que era o primeiro inscrito, o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentar os cerca de 20 mil trabalhadores que estão, hoje, em Brasília, fazendo uma grande mobilização pela aprovação da PEC, de minha autoria e do Senador Inácio Arruda, de redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais. Esse mesmo movimento visa a aprovar o fim do fator previdenciário.

As centrais, hoje, pelas informações que recebi, e também as confederações terão um encontro com o Presidente Lula, na busca de um entendimento sobre o reajuste real para os aposentados e, também, para os pensionistas. Vamos torcer para que, efetivamente, os nossos idosos, a partir de 1º de janeiro, passem a ter a inflação mais o aumento real e que a gente possa terminar, de uma vez por todas, com o famigerado fator previdenciário.

Quero, também, Srª Presidente, dizer que estou muito preocupado com a situação que vive a Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento, fronteira oeste do meu Rio Grande. A situação é quase desesperadora. Há falta de estrutura para o atendimento de pacientes e a extensa jornada de trabalho dos médicos assusta todos. Alguns, por exemplo, estão trabalhando 60 horas sem descanso. Por mais que os médicos façam e se esforcem, não conseguem atender a todos como gostariam.

Então, fica aqui a minha solidariedade para com os médicos, e espero que se encontre uma solução rápida.

Disse o presidente do Cremers, Cláudio Franzen: *“É mais arriscado manter o hospital com um atendimento precário como esse do que com ele aberto e a população achando que está recebendo uma boa assistência”*.

Ontem, o Prefeito de Santana do Livramento, Wainer Machado, esteve em Porto Alegre, discutindo a situação gravíssima da Santa Casa com o Secretário Estadual de Saúde, Osmar Terra. “A crise é lamentável”, falava ele naquele momento, buscando soluções.

Na reunião, ficou acertado que os sócios do hospital farão uma assembleia para decidir se autorizam que o Grupo Mãe de Deus assuma a gestão da Santa Casa.

Temos de encontrar uma solução. Estamos, aqui, tratando de vidas de milhares e milhares de gaúchos, Srª Presidente.

Quero também, Srª Presidente, dizer que fiquei muito feliz quando a Comissão de Educação desta Casa aprovou um PL de nossa autoria, o 178, que es-

tabelece as diretrizes e bases da educação, um projeto que trata da cultura de paz nas escolas.

Recebi da professora Tânia, que fez esse trabalho, fez a pesquisa, uma carta que entendo mais que bonita, pois aponta como é que a gente pode diminuir a violência dentro das escolas e na periferia das escolas.

Diz ela:

Falo do lugar de professora. Nesse lugar, fui interagindo, nas últimas duas décadas, com significativas transformações: com a democratização do ensino, o que também trouxe problemas sociais para dentro da escola;...

...com a ampliação das funções pertinentes ao exercício da profissão, tendo em vista, especialmente, a delegação, por parte dos pais, da tarefa de educar e, concomitantemente, com a depreciação, gradual e progressiva, da valorização profissional [dos professores, nós temos de dizer que]... considerando que é uma das categorias que mais interage com os grupos sociais, cada vez mais heterônomos, é compreensível que o professor venha sentindo [cada vez mais com problemas seriíssimos na área de educação].

Diz ela:

Atuando na educação básica, acompanhei, com um olhar crítico cuidadoso tais transformações. Como docente no ensino superior, vi replicados os compromissos profissionais frente a condições tão adversas,...

... entre elas a violência [que paira nas escolas] que antes ficava no entorno das escolas e que, agora, invade inclusive a relação aluno-professor, o que está constantemente noticiado na mídia.

Não poderia ficar indiferente a tal conjuntura [diz a Professora Tânia]. Foi motivada pela necessidade de investigar essa realidade que desenvolvemos, eu e a aluna Juliana Torres, a pesquisa A Vitimização de Professores e a Alunocracia na Educação Básica,...

... que teve como principal objetivo analisar contextos de violência contra professores que atuam nesse nível de ensino, discriminando os tipos de ações violentas evidenciadas no cotidiano do ambiente escolar...

... As análises advindas apontaram condições em que ocorre a vitimização de professores, implicando [Srª Presidente] ameaças, agressões verbais e chegando às agressões físicas.

A situação é grave, Senhores e Senhoras. Professores e professoras apontam que não têm como continuar dessa forma. Os dados que ela aqui levanta, Senadora, e vou tentar abreviar o pronunciamento, pelo meu tempo, dizem que: “Não é de se admirar que dessas condições resulte que: 58% dos professores sentem-se inseguros ao exercerem suas atividades profissionais;...”.

Diz ela mais: “ ...87% não se consideram amparados pela legislação educacional e 89% solicitam uma legislação específica, almejando a possibilidade de preservação de seus direitos humanos”.

Aqui, Srª Presidenta, ela desenvolve todo um raciocínio sobre a importância da cultura de paz nas escolas, como forma de se combater essa violência.

Mais na frente, ela diz:

...Tais prerrogativas estão sendo contempladas [enfim] no Projeto de Lei nº 178/2009 [no caso, de minha autoria]. No que tange [também] ao Projeto 191/2009, as medidas [ali, que o Senador propõe] protetivas ao professor estão voltadas à necessidade de uma postura educativa [que vai na linha dos direitos humanos].

Todas essas trilhas, pedagógicas e legais, convergem a um único objetivo que sinaliza para um lema que orienta essa árdua e fascinante meta: qualificar a educação [ainda vale a pena].

Hoje, como professora e pesquisadora, sinto-me respeitada e experimentando uma real democracia. Nesse sentido, posso lhes falar agora de caminhos e encontros...

Srª Presidente, vou terminar minha fala usando uma frase que ela usa em sua na carta.

Pedindo emprestado uma reflexão de Eduardo Galeano (jornalista e escritor uruguaio): “Somos o que fazemos, mas somos principalmente o que fazemos para mudar o que somos...”

Ouso complementar: somos sempre com os outros. Por isso, não endereço um agradecimento pessoal, mas um agradecimento que encontra eco nas vozes dos professores brasileiros.

Estamos, neste momento, encenando um enredo construído por muitas histórias entrelaçadas que apontam na direção de conquistas que já não são individuais...

...Somos [vou encerrar, Srª Presidente], com orgulho, professores enquanto tivermos esperança para acreditar, energia para trans-

formar e perseverança para prosseguir. E isso que pode fazer a diferença!

Do lugar mais sincero do coração de professora, muito obrigada!

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Scuro Mendes.

Sr<sup>a</sup> Presidente, finalizo agradecendo a todos os professores que, mesmo tendo de enfrentar condições muito adversas, permanecem nas salas de aulas e dedicam amor a toda nossa gente, educam as gerações e ainda acreditam que esse projeto de cultura de paz nas escolas pode transformar.

Professora Tânia, muito obrigado pela carta. Com certeza, a guardarei no espaço mais bonito do meu coração, tamanha a emoção desta carta que a senhora me remeteu, depois de me haver encaminhado a sugestão de dois projetos – os encaminhei nesta Casa –, que o Senado aprovou a ambos.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente, inclusive pela tolerância, pois sei que fui além dos cinco minutos.

Obrigado.

***SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.***

**O SR. PAULO PAIM** (BLOCO/PR – RS. Sem Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje vou usar da tribuna para ler uma carta que me deixou profundamente sensibilizado.

Todos sabem da minha preocupação com a situação dos professores nas escolas e dos projetos que surgiram a partir desse debate.

Apresentei em 2009, o PLS 178 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes e o PLS 191 que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação.

Esses projetos foram apresentados a partir de uma pesquisa chamada A Vitimização de Professores e a Alunocracia na Educação Básica, que foi realizada pela professora doutora Tania Scuro Mendes junto com a aluna Juliana Torres.

Pois bem, Sr. Presidente, a professora Tânia enviou uma carta que faço questão de ler nesta Tribuna:

“Falo do lugar de professora. Nesse lugar, fui interagindo, nas últimas duas décadas, com significativas transformações: com a democratização do ensino, o que também trouxe problemas sociais para dentro da escola; com a ampliação das funções pertinentes ao exercício da profissão, tendo em vista, especialmente, a delegação, por parte dos pais, da

tarefa de educar e, concomitantemente, com a depreciação, gradual e progressiva, da valorização profissional.

Considerando que é uma das categorias que mais interage com grupos sociais, cada vez mais heterônomos, é compreensível que o professor venha sentindo as novas problematizações decorrentes.

Atuando na educação básica, acompanhei, com um olhar crítico cuidadoso, tais transformações. Como docente no ensino superior, vi replicados os compromissos profissionais frente a condições tão adversas, entre elas a violência que antes ficava no entorno da escola e que, agora, invade inclusive a relação aluno-professor, o que está sendo constantemente noticiado na mídia.

Não poderia ficar indiferente a tal conjuntura. Foi motivada pela necessidade de investigar essa realidade que desenvolvemos, eu e a aluna Juliana Torres, a pesquisa A Vitimização de Professores e a Alunocracia na Educação Básica que teve como principal objetivo analisar contextos de violência contra professores que atuam nesse nível de ensino, discriminando os tipos de ações violentas evidenciadas no cotidiano do ambiente escolar.

As análises advindas apontaram condições em que ocorre a vitimização de professores, implicando ameaças, agressões verbais e chegando às agressões físicas. As situações desencadeantes de agressões encetadas a professores são devidas, segundo os dados levantados, especialmente aos seguintes aspectos: chamada de atenção, ou seja, o clima de organização do espaço social é motivo de enfrentamento pelo aluno; falta de limite, isto é, indisciplina; situações de avaliação, devido às abordagens legais e pedagógicas interessadas na aprovação, às vezes incondicional, dos alunos; e, por fim, separação de brigas entre alunos.

Quanto às providências tomadas pelas escolas, aparecem tão somente: solicitação da presença dos pais e, geralmente, estes advogam pelos filhos; advertência ao aluno; diálogo entre professor e aluno agressor, o que nem sempre repercute na superação das atitudes agressivas.

Não é de se admirar que dessas condições resulte que: 58% dos professores sentem-se inseguros ao exercerem suas atividades profissionais; 87% não se consideram ampa-

rados pela legislação educacional e 89% solicitam uma legislação específica, almejando a possibilidade de preservação de seus direitos humanos.

É diante desse quadro que as situações de agressões estão ocorrendo precocemente na infância e são reiteradas na adolescência, o que faz com que presenciemos a indiferenciação entre adultos, adolescentes e crianças, bem como entre professores e alunos.

Do ponto de vista legal, os professores podem contar apenas com o Art. 331 do Decreto Lei nº 2.848 de 1940 do Código Penal Brasileiro, que sublinha a pena relativa ao desacato de funcionário público no exercício da função pública ou em razão dela, prevendo a pena de detenção de seis meses a dois anos ou multa. Não obstante, tal artigo não diz respeito ao regime de contrato de trabalho pela CLT. Em síntese, os professores não têm, como as crianças e adolescente que contam com o ECA, uma legislação específica que os ampare no exercício de sua profissão.

É possível admitir: a impunidade contribui para a formação de uma cultura da violência e pode colocar a docência como profissão de risco. Isso só faz aumentar a veiculação de idéias de que o adulto, o professor, a autoridade não precisam ser respeitados e de que as agressões não precisam ser sancionadas e isso, pedagogicamente, não colabora para as transformações atitudinais e comportamentais desejadas.

Por isso, legislar a favor do professor pode significar a superação da alunocracia, ou seja, da compreensão equivocada, por parte dos alunos, de que são plenos de direitos e isso colocaria o professor em situação de igualdade democrática em relação a eles.

O comportamento escolar tem reflexos diretos sobre a sociedade. A agressão ao professor é um contra-exemplo do que deve ocorrer nos ambientes sociais e, particularmente, no contexto de trabalho.

Nessa grande teia social, na medida em que se constrói a dimensão ética em relação ao professor, esta acaba se estendendo também a outros segmentos sociais.

Ao finalizarmos o artigo resultante da pesquisa, afirmamos: "há um pedido de socorro suspenso no ar... Talvez seja nele que ainda tantos professores se apóiam para labutarem na e pela educação (...) Ficam as declarações,

as inferências, as sugestões, e o desejo sincero de que os professores sejam ouvidos e compreendidos".

Frente aos Projetos de Lei elaborados a partir desses depoimentos, pode-se dizer: sim, as vozes dos professores foram sensivelmente ouvidas e, desta vez, política e educação aliaram-se para a defesa de duas causas justas: o direito de ser professor em um ambiente escolar socialmente saudável e o deslocamento da questão da vitimização de professores para se enfocar a construção da atitude de valorização dos direitos humanos desse profissional.

Fico reprisando os caminhos que me trazem aqui: o restabelecimento da valorização de ser professor e, por que não, de sua dignidade profissional, o que passa por efetivas condições de trabalho docente: destinação de tempo para organização dos espaços educativos, o que demanda planejamento, avaliação e integração escola-comunidade; processo pedagógico voltado à cultura da paz nas escolas; trabalho cooperativo do professor com profissionais técnico-pedagógicos.

Tais prerrogativas estão sendo contempladas no Projeto de Lei n. 178/2009. No que tange o Projeto de Lei 191/2009, as medidas protetivas ao professor estão voltadas à necessidade de uma postura educativa, cuja legitimação visa a compreensão das regras por parte dos alunos, o que passa, primeiramente, pela heteronomia até a construção da autonomia moral e intelectual. Nessa direção, a força da lei pode fazer com que as pessoas reflitam sobre as conseqüências de suas ações, desenvolvendo atitudes éticas.

Todas essas trilhas, pedagógicas e legais, convergem a um objetivo que sinaliza para um lema que orienta essa árdua e fascinante meta: qualificar a educação.

Hoje, como professora e pesquisadora, sinto-me respeitada e experimentando uma real democracia. Nesse sentido, posso lhes falar agora de caminhos e encontros.

E quantos caminhos me trazem a esse encontro. Aqui, reencontro com apelos projetados, gestados e alimentados no cotidiano das escolas e vislumbro novas possibilidades para a profissão que escolhi, porque a função social que uma pesquisa precisa assumir foi privilegiada na construção de uma legislação

que pode contribuir para revigorar o significado de ser professor.

Pedindo emprestado uma reflexão de Eduardo Galeano (jornalista e escritor uruguaio), “somos o que fazemos, mas somos principalmente o que fazemos para mudar o que somos”.

Ouso complementar: somos sempre com os outros. Por isso, não endereço um agradecimento pessoal, mas um agradecimento que encontra eco nas vozes dos professores brasileiros.

Estamos, neste momento, encenando um enredo construído por muitas histórias entrelaçadas que apontam na direção de conquistas que já não são individuais.

Somos, com orgulho, professores enquanto tivermos esperança para acreditar, energia para transformar e perseverança para prosseguir. E isso pode fazer a diferença!

Do lugar mais sincero do coração de professora, muito obrigada!

Prof.a Dra. Tania Scuro Mendes”

Eu quero finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a todos os professores que, mesmo tendo que enfrentar condições muito adversas, permanecem nas salas de aula e dedicam amor e educação para as futuras gerações.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (PT BLOCO – RS. Sem Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero falar sobre um assunto que tem preocupado muitos gaúchos. É a situação que vive a Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Desde o dia 16 de outubro foram suspensas as internações na Santa Casa. A decisão foi tomada pelos médicos em audiência do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers).

Entre os motivos apontados, está a falta de estrutura para atendimento de pacientes e a extensa jornada de trabalho dos médicos – alguns estariam trabalhando 60 horas sem descanso.

Conforme o Cremers e o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Santana do Livramento (Sindi-saúde), as dívidas do hospital alcançam cerca de R\$ 20 milhões. Só a conta de energia elétrica chega a 3 milhões e quinhentos mil reais. O telefone soma 350 mil reais.

O presidente do Cremers, Cláudio Franzen, disse que: “É mais arriscado manter o hospital com um atendimento precário como esse do que com ele aberto

e a população achando que está recebendo uma boa assistência”.

Ontem o Prefeito de Livramento, Wainer Machado, foi a Porto Alegre para uma reunião com o Secretário Estadual de Saúde, Osmar Terra, onde foi debatida a grave crise pela qual está passando a Santa Casa de Livramento.

Na reunião ficou acertado que os sócios do Hospital farão uma Assembléia para decidir se autorizam que o Grupo Mãe de Deus assuma a gestão da Santa Casa.

A partir daí será formado um Conselho Administrativo e mais um Conselho Gestor com representantes do Estado, do Município, do Ministério Público, dos Trabalhadores, da Provedoria, do Sindicato dos Médicos e do Corpo Clínico para acompanhar as ações.

Esse Comitê irá analisar o laudo do CREMERS e fazer um projeto de curto prazo para que a Santa Casa possa ser reaberta num prazo de 30 dias.

Se for autorizada a reabertura o CREMERS fará um documento neste sentido e o Hospital voltará a funcionar.

Em relação ao passivo o Hospital terá que assumir um comprometimento no sentido de fazer o devido recolhimento do INSS, do FGTS, das contas de telefone, luz e assim por diante.

Eu espero que todas essas deliberações possam ser cumpridas e a Santa Casa de Misericórdia de Livramento possa voltar a funcionar normalmente, prestando seus excelentes serviços, como sempre fez, à sociedade.

Durante minha legislatura já apresentei emenda para o município na área da saúde e pretendo fazer isso novamente ao assumir nova legislatura.

Era o que tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador Augusto Botelho será o terceiro orador inscrito para uma comunicação inadiável.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – O primeiro orador inscrito foi o Senador Paulo Paim, a segunda serei eu e o terceiro, o Senador Augusto Botelho.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra do Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pela ordem.) – Pois não.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr<sup>a</sup> Presidente, permita-me solicitar que os meus discursos sejam considerados como lidos na íntegra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Presidenta, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me informasse em que lugar o Senador Mário Couto está na lista de oradores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, o Senador Roberto Cavalcanti; em segundo, o Senador Flávio; em terceiro, o Senador Cristovam; e, em quarto, será o Senador Mário Couto, obedecendo a lista de inscrição.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pois não.

Seguindo a ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, nossa amiga, Senadora Serys Slhessarenko, gaúcha, disciplinada, organizada, que tutela nosso tempo com extrema cautela e rigor, eu gostaria de fazer-lhe uma ponderação: como hoje é um dia em que temos o compromisso de fazer o nosso pronunciamento, eu gostaria que não fosse do meu tempo tomada uma saudação que quero fazer ao Senador Flávio Torres, tendo em vista ser hoje a sessão que, na verdade, marca a passagem brilhante do Senador Flávio Torres em nossa Casa. Tivemos o privilégio de tê-lo conosco por 120 dias. Como 120 dias passam rápido! Na verdade, é impressionante como as coisas boas – os bons filmes, os bons fatos da vida, as boas viagens, as boas companhias – passam rapidamente! E a passagem do Senador Flávio Torres por esta Casa veio honrá-la, veio dignificá-la. Desde o primeiro momento em que aqui cheguei e em que aqui ele chegou, assumindo, na condição de suplente, a vaga pelo Estado do Ceará, eu dizia que ele tinha estatura, no amplo sentido da palavra: tem uma boa estatura de altura – à qual eu, como baixinho, já faço a minha referência –, como também estatura profissional, pelo seu gabarito, pela sua formação técnica. É o nosso cientista aqui na Casa. Então, na verdade, eu gostaria de fazer essa referência à presença do Senador Flávio Torres aqui conosco.

Senador, foi um privilégio para nós, Senadores, tê-lo como amigo, como companheiro. Espero que possamos nos encontrar brevemente em outras missões. Como homem público que V. Ex<sup>a</sup> é, sem dúvida dará ao País esse privilégio de tê-lo colaborando com a nossa Nação. Parabéns, Senador!

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Agora é que vai iniciar o seu tempo, conforme V. Ex<sup>a</sup> me solicitou.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Pronto.

Com todo o carinho, e quando o tema é muito interessante, muito importante, tenho a certeza de que a senhora não vai me deixar sob a tutela daquela campanha. Eu sou alérgico a ela. Então, peço-lhe que corte o meu tempo, mas não toque aquela campanha.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não sou eu quem faço o corte; a campanha é automática.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Mas, com muito cuidado, apertando aqueles botõezinhos, a gente consegue salvar os Senadores que estiverem na tribuna.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, entre as funções de maior relevo de um Senador da República inclui-se a altiva missão de representar e defender os interesses do seu Estado.

Recebi, pois, de bom grado a tarefa de comunicar à Nação os problemas que vêm afligindo parcela significativa dos pequenos produtores e agricultores da Paraíba, às voltas com as pesadas dívidas junto ao sistema bancário e aos programas creditícios governamentais.

As dívidas dos micro e pequenos agricultores e produtores rurais já viraram uma novela, uma triste rotina que verga a autoestima de quem teima em produzir no campo. Outros Senadores, inclusive de outros Estados, reportaram-se recentemente a essa angulosa problemática. Aliás, é inquietante verificar como alguns temas são recorrentes nos pronunciamentos exarados a partir desta tribuna. E não me refiro à sua gravidade ou importância, mas à perspectiva parcial ou fragmentária com que são tratados na esfera do Poder Executivo.

Em decorrência, erige-se uma pauta **ad-aeternum**, a qual se apresenta, inflexivelmente, ano após ano, à espera de uma solução definitiva.

Ora, não desconheço as peculiaridades da atividade produtiva rural, sujeita a uma enorme variedade de intercorrências, como a oferta de insumos, o grau e a periodicidade das chuvas, a temperatura, as necessidades corretivas dos solos, os diversos ciclos das culturas, os efeitos das sazonalidades, as pragas,

enfim, uma ampla gama de variáveis que diferenciam a lida no campo de todas as demais atividades econômicas. Quem parece ignorar tais peculiaridades é aquele gestor que estipula regras de financiamento incapazes de dar conta de demandas tão específicas e, ao mesmo tempo, elásticas.

O problema do financiamento agrícola é um entrave à plena expansão da capacidade produtiva do campo. Somos, é verdade, um *player* mundial na produção de alimentos. Temos, é também verdade, alcançado expressivas melhoras na rede de financiamento nos últimos anos.

Mas, então, o que nos falta? Por que, ano após ano, retornam os mesmos e conhecidos problemas de endividamento?

A imprensa noticiou, recentemente, que 140 Municípios paraibanos, o equivalente a 62% do Estado, estão inadimplentes e com o crédito suspenso junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Não há números oficiais divulgados sobre as taxas de inadimplência, mas a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba estima que esse valor represente algo em torno de 30% dos cerca de 1 milhão de pequenos produtores.

Portanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, 300 mil famílias padecem desse mal secular: o descaso para com a realidade rural.

Tenho para mim que o modo de olharmos a atividade do homem do campo não pode permanecer o mesmo.

Em qualquer lugar do mundo, reconhece-se uma dinâmica peculiar, que contribui para tornar a agricultura um tipo de negócio com índice de risco muito diferenciado, ao tempo em que é absolutamente indispensável para qualquer formação social. Disso resulta um entendimento que leva a um determinado grau de proteção do empreendimento, com vistas a diminuir os riscos e preservar os dois polos beneficiários: produtores e consumidores.

Nesse contexto, o crédito rural não pode ser visto somente por um prisma financista. Cada vez mais, ele precisa ser entendido como um insumo técnico específico da produção agrícola, indispensável como é a chuva, o nível de insolação ou a semente de qualidade.

Em outras palavras, os tratos culturais exigidos pela produção não podem prescindir jamais desse outro componente vital: o financiamento.

Por outro lado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os pequenos produtores não possuem um histórico de “calote”. Pelo contrário, eles têm plena consciência da necessidade de renovar o crédito. Para eles, pagar ordinariamente significa continuar a produzir e gerar renda,

numa lógica tão simples quanto a que vai da semeadura à colheita.

Assim, se o endividamento dessa massa de trabalhadores honestos e dedicados não para de crescer é que há alguma coisa de muito errada no desenho do sistema creditício.

Em debate promovido na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, o Presidente da Casa lembrou que, na década de 1990, “as contas da agricultura não passavam de R\$25 bilhões. De lá para cá, o montante aumentou mais de cinco vezes e, hoje, já ultrapassa R\$130 bilhões”.

Os números são sintomáticos e deixam entrever que, de fato, alguma coisa tem falhado.

O Presidente Lula conhece bem a situação e sabe que não podemos descuidar dessa importante atividade econômica, umbilicalmente ligada a uma intrincada teia de questões sociais e políticas.

Por certo, as equipes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda, e as da Casa Civil e dos bancos oficiais vão tomar, no curto prazo, uma medida saneadora.

O pequeno agricultor almeja quebrar o círculo vicioso para o qual se viu compelido. Endividado, perdeu sua capacidade de pagamento e, assim, não pode voltar a operar com os bancos e obter capital de giro, o que por sua vez o impede de plantar e, com os dividendos da safra, arcar com os compromissos financeiros.

Em meio a tal circuito de desencontros, torna-se imperioso que o Governo Federal atue imediatamente em várias frentes. Primeiro, impeça a execução de leilões de propriedade, compromisso já assumido pelo Presidente da República. Segundo, examine a conveniência de sustar as proibições quanto a novos empréstimos ou rolagem de dívidas para os produtores inscritos no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público – Cadin. Terceiro, em paralelo, promova a renegociação dos débitos e os necessários ajustes nas linhas de financiamento.

Porém, Sr<sup>a</sup> Presidente, no médio e longo prazo, é indispensável que as autoridades estejam atentas ao princípio que me propus aqui a enunciar. O crédito precisa ser visto como um item técnico indispensável, um componente central da atividade agrícola, como um insumo básico.

Naturalizar e introjetar essa percepção nos livrará – e aos milhões de famílias que labutam no campo – da desconfortável necessidade de buscar soluções para o mesmo problema inesgotável, ano após ano.

*(A Presidência faz soar a campanha.)*

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente. Tenho certeza

de que este problema aflige todo o campo do Estado que V. Ex<sup>a</sup> representa com muita dignidade e competência aqui, no Senado Federal.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Roberto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Cavalcanti, peço desculpas, mas é que é automática a campanha, não tem jeito, tentei.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Senador Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Presidente, preciso fazer um aparte curtinho, só para fazer uma observação no pronunciamento dele. Concordo, realmente, que é importante a gente prestigiar o serviço técnico. Fiquei, outro dia, muito preocupado, numa audiência que houve, porque vi que a proporção de técnicos por grupos familiares, por propriedades agrícolas no Brasil, é de um para 360 famílias, mais ou menos. Não dá para fazer o trabalho dessa forma. Então, V. Ex<sup>a</sup> puxa um assunto importante, porque, realmente, temos que investir na educação técnica para melhorar a produção agrícola em todos os níveis no Brasil. Parabéns pelo discurso de V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Muito obrigado, Senador Botelho, nosso dileto amigo e competente Senador nesta Casa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela Liderança do PMDB, o Senador Gilvam Borges. Logo após, pela inscrição, usará da palavra o Senador Flávio Torres.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com potência instalada de 3.150 megawatts e capacidade para abastecer 11 milhões de residências ou aproximadamente 44 milhões de pessoas, a usina hidrelétrica de Santo Antônio, situada entre Monte Dourado, no Pará, e Laranjal do Jari, no Amapá, tem investimento de R\$13,5 bilhões e é referência em construção de hidrelétricas, pois tem como principal preocupação trabalhar com o máximo de tecnologia de ponta e o mínimo de agressão ao meio ambiente.

A usina é uma das principais obras do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, do Governo Federal. Até a conclusão da obra da hidrelétrica serão utilizadas 800 mil toneladas de cimento, o equivalente a 16 milhões de sacos de 50kg. Serão usadas, ainda, 138 mil toneladas de barras de aço. E para que V. Ex<sup>as</sup> possam dimensionar esse montante, vale dizer que, com esse material, seria possível levantar 18 Torres Eiffel, o símbolo máximo da capital francesa.

A construção da hidrelétrica vai nos dar fôlego e energia para mais de 50 anos e vai gerar cerca de 5 mil empregos diretos.

A saúde do planeta é hoje uma das grandes preocupações mundiais, haja vista a Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, em dezembro, em Copenhague, com o Brasil assumindo a dianteira no processo. O grande desafio posto à humanidade é como atender às demandas de consumo sustentado com atitudes que permitam o crescimento sustentável.

O Amapá tem 97% de área preservada, é exemplo para o mundo e está atento a tudo isso.

No caso específico da Hidrelétrica de Santo Antônio, devo dizer que foram promovidas duas audiências públicas: uma em Laranjal do Jari, no Amapá, e outra em Monte Dourado, no Pará, com o objetivo de discutir a obra, o impacto sobre o meio ambiente e a situação dos moradores locais. Participei de ambas, e quero dar o meu testemunho da seriedade e do alto nível de conscientização ambiental dos nortistas e de todos os envolvidos nesse grande projeto.

Uma das empresas integrantes do consórcio que vai construir a Hidrelétrica de Santo Antônio, a Jari Celulose, do Grupo Orsa, foi inaugurada em 1899, e, ao longo da longa história, tem o conceito da sustentabilidade como eixo de sua estratégia de negócios e como fator de transformação da sociedade.

Utiliza tecnologias que garantem qualidade, produtividade e competitividade, em harmonia com o meio ambiente, porque entende a importância de produzir sustentavelmente, atuando na prevenção da poluição, dos impactos ambientais e sociais, da segurança e saúde ocupacional. Tem o compromisso de contribuir para a melhoria da condição humana, articulando empregados, comunidades, acionistas, fornecedores e clientes que não utilizam o trabalho infantil ou forçado, não aplicar práticas disciplinares abusivas, respeitar os direitos de associação sindical e negociação coletiva e eliminar a existência de qualquer tipo de discriminação, para a obtenção de uma sociedade mais justa, em equilíbrio com a natureza, de forma sustentável e solidária.

A Fundação Orsa, criada em 1994, desenvolve programas nas áreas de educação, saúde, promoção social, voluntariado e meio ambiente, focados na formação integral da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social.

Para cumprir essa missão, a Fundação recebe, no mínimo, 1% do faturamento anual bruto de todas as empresas do Grupo Orsa, a título de investimento social. No caso da Jari Celulose, esse dinheiro beneficia a população de Monte Dourado, de Laranjal do Jari e de Vitória do Jari.

Nossas congratulações ao seu líder maior, o Presidente dessa organização que garante milhares de postos de trabalho lá no extremo norte, no grande Vale do Jari. Nossas congratulações ao Dr. Sérgio Amoroso, pela eficiência da sua equipe.

Aproveito o ensejo para agradecer o empenho integrado do Prefeito Luiz Beirão, que lidera um grande movimento para a tirada de isolamento do último município de Amapá, por via rodoviária, onde estive presente e participei, por sete dias e sete noites, apoiando a construção dessa estrada.

E a estrada foi realizada com sucesso, também com o apoio do Prefeito Barbudo Sarrafo, do Governo do Estado e de toda a sociedade civil organizada. Esse esforço conjunto, realmente, fez a diferença na região. Além de fazermos a ponte sobre o Igarapé do Meio, em uma operação rasga-mortalha – “um grito e um arrepio na madrugada” –, em sete horas, a ponte estava construída, na madrugada do Dia de Finados.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o outro assunto que me traz a esta tribuna no dia de hoje também é assaz alvissareiro. Estive ontem na Eletronorte, recebido em audiência pelo Diretor-Presidente daquela estatal, Dr. Jorge Palmeira, para acompanhar o processo de instalação do Luz para Todos, no Amapá.

As obras da segunda etapa do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz para Todos, no Amapá, deverão iniciar em janeiro de 2010. O investimento, da ordem de R\$150 milhões, vai levar energia elétrica a 268 comunidades rurais, algumas delas praticamente isoladas.

Levar energia elétrica até essas comunidades rurais representa civilização, uma espécie de outro Brasil dentro do Brasil. A segunda etapa do Programa Luz para Todos, no Amapá, vai beneficiar, no ano que vem, aproximadamente 100 mil pessoas, levando energia elétrica 24 horas a cerca de 19 mil consumidores.

As obras se subdividem por blocos. O primeiro, chamado de eixo sul/oeste, compreende as cidades de Vitória do Jari, Mazagão, Santana e Laranjal do Jari. O investimento será de quase R\$46 milhões e vai atender mais de 25 mil pessoas em cinco mil domicílios.

O eixo leste atenderá Macapá e Itauba do Pírim, com energia elétrica em cerca de 6,3 mil domicílios. A obra, orçada em R\$45 milhões, beneficiará diretamente 31,5 mil moradores.

O eixo centro compreende as cidades de Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias do Araguari, Tartarugalzinho e Pedra Branca do Amapari.

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Só mais dois minutinhos, para concluir.

O benefício atende três mil domicílios, o equivalente a quinze mil pessoas, com investimento de quase R\$30 milhões.

O quarto e último bloco atende às cidades de Amapá, Pracuúba, Calçoene, Oiapoque e Serra do Navio. O investimento será de R\$35 milhões e vai atender mais de 4,5 mil domicílios, para uma população de 23 mil pessoas.

O Luz Para Todos também vai levar energia elétrica a regiões isoladas, como o Arquipélago do Bailique e o Lago de Ajuruxi, no Assentamento Agroextrativista Maracá, em Mazagão.

Os investimentos físicos na obra somam cerca de 62 mil postes. A obra inclui ainda a implantação de 1,7 mil quilômetros de rede de energia elétrica, distância maior via terrestre que Brasília/Rio de Janeiro, o equivalente ainda três vezes a distância via terrestre de Macapá a Oiapoque, que significa 1,8 mil quilômetros de rede. Serão instalados oito mil transformadores. A expectativa é de que a mão de obra para executar o programa no Amapá envolva cerca de dois mil trabalhadores.

Na primeira etapa, iniciada em 2007, o Luz para Todos atendeu cerca de 2,3 mil domicílios na zona rural do Amapá, com investimentos de aproximadamente R\$15 milhões. As cidades beneficiadas foram Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Mazagão, Santana, Porto Grande, Amapá, Pracuúba, Macapá e Laranjal do Jari. A primeira etapa atendeu onze dos dezesseis municípios.

No Amapá, o futuro já começou.

E eu acredito, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, que esse é um dos programas sociais da mais alta relevância implantado pelo nosso querido Presidente Lula.

Não poderíamos deixar de registrar nossa alegria depois dessa audiência, em conjunção de forças com o Governo Waldez Góes. Que possamos ter a licença prévia, que é o último item que a Eletronorte solicitou ontem, em audiência em que estive com o Presidente Jorge. Ele me garantiu que, com a licença prévia, em três dias, a licitação será lançada em mercado nacional. Por esse motivo, o Amapá, saindo da figura de ex-território, como um jovem Estado que procura o caminho e alternativas para o desenvolvimento na base de infraestrutura, tenha consciência de que energia, estradas, portos, aeroportos e obras estruturantes são decisivas para formar a grande economia que buscamos.

Haveremos de sair da economia de contracheque e, como portal da Amazônia, às margens do grande Oceano Atlântico, na grande garganta do rio Amazo-

nas, haveremos de ser um dos maiores exportadores e importadores na próxima década.

Assim nos preparamos, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

Deveremos agradecer à Eletronorte, à Eletrobrás, ao Governo do Estado e ao Presidente Lula principalmente por ter-nos possibilitado o acesso a esse grande programa que repercute internacionalmente. Só assim nós, amazônidas, poderíamos ter um bico de luz em áreas improváveis, de grandes dificuldades de acesso, o que pela via da iniciativa privada seria impraticável.

Obrigado, Presidente Lula!

O Amapá agradece a todas as forças mobilizadas. Registro aqui o nosso agradecimento ao Presidente Sarney e a todas as forças que possibilitaram que nós, lá em Vitória do Jari e Laranjal do Jari, pudéssemos fazer aquela estrada que há muitos anos se esperava.

Com essa força conjunta, o resultado veio. Sete dias e sete noites e a estrada foi feita, pela força de todos, com o desejo da integração do último Município isolado do Amapá que é Vitória do Jari.

Um grande abraço ao líder, Prefeito Luiz Beirão, e a todos aqueles que ainda estão lá terminando de fazer os últimos arremates para que, na próxima sexta-feira, possamos receber o Presidente do Supremo Tribunal Federal em Laranjal do Jari. Ele poderá também chegar ao último Município por via terrestre.

Que Deus nos proteja e nos abençoe!

O Amapá agradece o reconhecimento de todo o esforço desenvolvido pelo Presidente Lula e pelo Presidente Sarney.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Gilvam Borges.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Flávio Torres.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem, enquanto o Senador Flávio...

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Rapidamente, Sr<sup>a</sup> Presidente. É apenas para elogiar a iniciativa do Ministro Hélio Costa de sugerir ao Presidente da República que forneça um aparelho celular para cada beneficiário do Bolsa Família. É uma medida eleitoreira? É. Mas o que não é eleitoreiro neste País eleitoral, não é?

Eu queria também lamentar profundamente o fato de que o Ministro da Educação mais uma vez come mosca, porque ele deveria ter saído na frente, sugerindo

do ao Presidente da República que fornecesse livros aos beneficiários do Bolsa Família.

Já pensou, Senadora Serys, todo mês um beneficiário do Bolsa Família e sua família receberem um *Dom Casmurro*; um *Os Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado? Livro. Literatura brasileira.

Eu acho que o Ministro da Educação perde tempo ao não sugerir ao Presidente da República que inclua no Bolsa Família a entrega, todo mês, juntamente com o cartãozinho, de um livro de literatura brasileira.

Era apenas para registrar a minha decepção, Senadora Serys, com relação ao Ministro da Educação que, mais uma vez, perde a oportunidade. Eu, se estivesse lá, já teria sugerido isso há muito tempo.

E o Ministro Hélio está certo. Vamos dar, mesmo, o celular para o pessoal do Bolsa Família. Eu também faria isso, entendeu? Agora, acho que muito mais importante é a gente, no Bolsa Família, entregar livros à população brasileira. E o Bolsa Família, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, é um contexto de muita gente, não é? Muita gente poderia estar recebendo, Senador Flávio, V. Ex<sup>a</sup> que é cientista, professor, sabe da importância que teria isto, ou seja, juntamente com a renda mensal ali do Bolsa Família, um livro todo mês para as famílias se instruírem, aprenderem, gostarem de literatura brasileira, como acho que o povo brasileiro gosta. Era para fazer esse registro, Senadora Serys, e agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Flávio Torres.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Senadora, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>. Eu só queria complementar o pronunciamento do nosso nobre Senador, eu sei que não pode, mas, desde que não seja com recurso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust. Com recursos do Fust realmente temos que tomar uma extrema cautela. Então, parabéns pela ideia, mas não com recurso do Fust.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nós estamos com um Senador na tribuna e não podemos passar a palavra, por favor.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, Presidente do Senado, eu gostaria de comentar uma visita que eu fiz, sexta-feira passada, ao Rio Grande do Norte, acompanhado que fui pela Senadora Rosalba Ciarlini e pelo Senador Garibaldi Alves Filho, Senadores da terra – o Senador Agripino não pôde comparecer porque estava em viagem –, ao Instituto Internacional de Neurociências de Natal – Edmond e Lily Safra. É um instituto que foi concebido,

liderado pelo Dr. Miguel Nicolelis, um médico paulistano que dirige o Instituto de Neurociências da Universidade de Duke, em Durham, nos Estados Unidos. Esse professor faz parte de uma lista da **Scientific American**, que é uma revista científica de grande prestígio, que elencou os vinte cientistas mais importantes do mundo contemporâneo; e o Prof. Nicolelis integra essa lista e, portanto, talvez seja o brasileiro mais perto da medalha tão cobiçada, a medalha sueca, o Nobel. Trata-se de uma pessoa que resolveu fazer no Brasil – e, no Brasil, em Natal – esse grande Instituto de Neurociências, que é liderado no Brasil pelo professor Sidarta Ribeiro, um biólogo da UnB, que morava há mais de 10 anos nos Estados Unidos, trabalhando no laboratório do professor Nicolelis. Ali são 12 pesquisadores que vão começar um instituto de alta tecnologia nessa área, que é tão importante no nosso Nordeste do Brasil.

E eu não poderia deixar de dizer que me orgulho de, entre os 12 professores já concursados, integrar o quadro desses pesquisadores um filho meu, que é doutor em Física e trabalha também nessa área.

Isso já seria uma coisa muito boa e muito importante, mas, paralelo a isso, esse instituto concebeu uma escola com 1200 crianças em tempo integral. Então, nós vamos ter, convivendo no mesmo ambiente, a criança começando o colegial e o PhD candidato ao Prêmio Nobel, todos trabalhando na mesma área.

Hoje já são 1000 crianças que fazem um retorno nas suas próprias escolas, brincando de fazer ciências, tomando contato com as primeiras experiências, com o primeiro osciloscópio, com o primeiro robô. Realmente, é um trabalho muito importante. E eu queria, inclusive, transmitir ao Senador Flexa Ribeiro um convite da direção daquele hospital para que a Comissão de Ciência e Tecnologia visite esse esforço, porque é uma coisa que eu tenho certeza de que causará inveja a muita gente e, quem sabe, nós vamos replicar essa experiência em outros lugares, porque é um trabalho muito bonito.

Segundo, Sr<sup>a</sup> Presidente, eu queria comentar o meu último projeto, porque hoje eu estou me despedindo desta tribuna – passei aqui quatro meses como suplente da Senadora Patrícia Saboya. Assim, hoje, protocolei, aqui no Senado, um último projeto que procura impedir que os prefeitos e os governadores, ao assumirem os seus mandatos, pintem nos carros e nos prédios públicos os símbolos da sua administração. Que seja o símbolo do município, obrigatoriamente, e que o novo prefeito que entra já tenha aquilo como símbolo. Isso implicará uma grande economia para o País.

Na minha despedida, gostaria de dizer o seguinte: cheguei aqui fazendo a promessa de que iria procu-

rar ouvir democraticamente correntes distintas e acho que a cumpri, porque, felizmente, aqui, não me atritei com ninguém; consegui defender os meus princípios e também não fui agredido. Dessa forma, levo do Senado a melhor das impressões.

Mandei entregar nos gabinetes de V. Ex<sup>as</sup>, aos gabinetes dos meus colegas o meu endereço em Fortaleza e espero recebê-los quando eventualmente forem ao Ceará. Mas eu queria, primeiro, dizer o seguinte: grande parte do que fiz aqui eu devo, primeiro, ao conceito que tem a Senadora Patrícia nesta Casa. Cheguei e fui bem recebido, pois todo mundo sabia que eu era o suplente da Senadora e os olhares já se abriam para mim de maneira agradável. Então, tive as portas abertas pela Senadora. Segundo, pelo Gabinete da Senadora – e não vou citar todo mundo, vou citar os que estão aqui –, chefiado pela Gláucia Benevides, o Brito, que conserta o meu Português nos meus discursos, e o Paulinho, que é o homem que faz as leis; afora o pessoal que está no gabinete, que foi importantíssimo para o desempenho do meu mandato, que deu ao meu mandato alguma consistência. Eu devo a eles se o meu mandato tiver alguma consistência.

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – Senador Flávio Torres.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Ouço o Senador Mão Santa com muito prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – Senador Flávio Torres, Deus escreve certo por linhas tortas. Sou do partido de Jesus, o Partido Social Cristão. Atentai bem! A mídia quis diminuir os suplentes, e eu sempre dizia que tinha uma visão diferente. O maior Senador e o maior estadista deste País é Fernando Henrique Cardoso, gostem ou não gostem, e ele adentrou aqui como suplente de Franco Montoro. Eu recordo – eu leio muito – que o suplente do José Serra, o próximo Presidente da República, é o industrial Piva, não é, Tasso Jereissati? Foi uma figura... Eu vi todos os Senadores louvarem a atuação do Piva nesta Casa. E V. Ex<sup>a</sup> repete essa grandeza do suplente; mostra para a Nação a grandeza do suplente. V. Ex<sup>a</sup>, professor de Física da Universidade Federal do Ceará, onde me formei, relembra a física prática do melhor livro que eu vi, de Blackwood. Então, V. Ex<sup>a</sup> enriqueceu essa classe, V. Ex<sup>a</sup> representou com grandeza a grandeza do nosso Ceará. Eu sei que todos nós gostamos do encanto e da beleza da Senadora Patrícia aqui, não é, Tasso Jereissati? Mas V. Ex<sup>a</sup> nos encantou com a sua sabedoria. “O essencial é invisível aos olhos, e quem vê bem vê com o coração”. E diz mais Antoine de Saint-Exupéry: “és eternamente responsável pelo que cativas”. V. Ex<sup>a</sup> cativou todos nós. Então, o Ceará... Feliz o Estado que tem no banco de reservas alguém

como V. Ex<sup>a</sup>. Eu me lembro do campeonato mundial, quando Pelé se contundiu: “Ah! estamos lascados!” Aí, entrou o Amarildo. Saiu a nossa encantadora Patrícia e entrou V. Ex<sup>a</sup>, trazendo a esta Casa, se não a beleza, a sabedoria.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Flávio Torres, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, aqui o seu colega, Geraldo Mesquita?

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Pois não, Senador Geraldo. Quero só dizer ao Senador Mão Santa que nunca tentei competir nessa área com a Senadora Patrícia.

Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Mas, Senador Flávio Torres, o senhor acaba de me dar um susto. Estamos tão acostumados aqui com a sua presença, muito prazerosa por sinal, e V. Ex<sup>a</sup> nos deixa numa situação muito complicada. Ansiamos pelo retorno da Senadora Patrícia, mas, ao mesmo tempo, gostaríamos de tê-lo aqui por muito tempo.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – E, com a sua parcial despedida, percebo logo que o senhor anuncia o retorno da Senadora Patrícia e, portanto, o final da sua suplência aqui. Olhe que situação danada que o senhor criou! O senhor chegou aqui, professor, cientista, encantou a todos, conquistou a todos, e a situação é exatamente esta, de extrema dificuldade. Pelo carinho que temos à Senadora Patrícia, todos nós nesta Casa, ficamos torcendo pelo seu retorno, mas, ao mesmo tempo – creio que não falo sozinho –, creio que esta Casa toda gostaria de ter V. Ex<sup>a</sup> por muito tempo aqui. Faço votos de que V. Ex<sup>a</sup> se anime e, quem sabe, entre nessa confusão, nessa disputa, e venha brilhar, como V. Ex<sup>a</sup> brilhou, em tão pouco tempo, diga-se de passagem, nesta Casa.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Meus parabéns, e V. Ex<sup>a</sup> conta com um amigo aqui, sempre que precisar.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado.

Senador João Pedro.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Senador Flávio Torres, primeiro, quero, neste aparte, dar um testemunho do mandato de V. Ex<sup>a</sup> aqui. V. Ex<sup>a</sup> acaba de anunciar o retorno da Senadora Patrícia, que é, sem dúvida alguma, uma grande Senadora, uma grande representante da mulher brasileira no Congresso Nacional, uma pessoa que tem uma longa experiência e uma vida pública exemplar. E V. Ex<sup>a</sup>, nesse período

curto, mas exitoso, um período curto, mas com muita profundidade, com muito espírito público, com os Senadores do Estado do Ceará – ao lado do Senador Inácio Arruda, que é um grande brasileiro; ao lado do Senador Tasso Jereissati –, V. Ex<sup>a</sup> não só representou com dignidade, com conteúdo, com sensibilidade e com compromisso o povo do Ceará, como fez bem ao Senado da República. Tive o privilégio de aumentar, de forjar, com muito compromisso com as coisas públicas, uma amizade com V. Ex<sup>a</sup>. Fizemos por sinal duas viagens, uma para ver o trabalho do Brasil no Haiti, que é um grande trabalho – tenho as palavras de V. Ex<sup>a</sup> sobre a presença do Brasil na reconstrução daquele país, como a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, que é uma opinião de conteúdo, uma opinião estratégica sobre energia nuclear. Junto com outros Senadores, visitamos Angra I, Angra II e a construção de Angra III, e vi V. Ex<sup>a</sup> trabalhando nas comissões. Então, V. Ex<sup>a</sup> faz um mandato curto, mas...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – (...) cheio de conteúdo, de vontade de construir o melhor para o Estado de V. Ex<sup>a</sup> e para o Brasil. Então, quero parabenizá-lo pelo mandato, pelo exemplo, pelo compromisso e pelo espírito público. V. Ex<sup>a</sup> sai daqui e vai continuar como homem público, vai voltar para a Universidade, e espero que V. Ex<sup>a</sup> continue esse exemplo de homem comprometido com o Brasil, comprometido com a cidadania, comprometido com a verdade. Então, parabéns! V. Ex<sup>a</sup> é um representante do PDT, que é um grande partido, um partido importante na vida do povo brasileiro. Parabéns pelo mandato, e que V. Ex<sup>a</sup> continue esse homem exemplar lá no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, na Universidade Federal do Ceará. Parabéns e muito obrigado.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Percebo que há vários Srs. Senadores querendo apartear e eu pediria que fossem breves, por favor.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Flávio Torres, com certeza – e V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem disso –, não me surpreendi com o mandato de V. Ex<sup>a</sup>. Apesar de ser muito mais novo do que V. Ex<sup>a</sup>, já o conheço há muitos anos. De uma certa maneira, acompanhei sua trajetória acadêmica dentro do Estado do Ceará, desde a época ainda de estudante de pós-graduação, e sua trajetória política. E conheço perfeitamente a sua capacidade, o seu talento e, prin-

cialmente, o seu espírito público, que fez parte da trajetória de toda sua vida. Nunca deixaram de fazer parte de sua vida, seja profissional, seja acadêmica, o espírito público e a preocupação com os destinos da sociedade brasileira e, especificamente, da sociedade cearense. Portanto, o seu desempenho aqui, sempre muito ponderado e sempre participando de eventos importantes, com muita serenidade, com muita tranquilidade, porém, com muita firmeza sempre, sem abrir mão de seus pontos de vista, colocando os seus princípios e sua forma de ver a política e ver o mundo, fez com que V. Ex<sup>a</sup> se tornasse essa unanimidade que nós estamos vendo aqui e que, realmente, traz para todos nós muito orgulho. Para mim, especialmente, como cearense e como seu amigo, orgulho-me de ser seu companheiro aqui no Senado, e que o Ceará tenha tido, nesses rápidos quatro meses, um representante do seu quilate, um representante da sua qualidade. Eu queria deixar isso bastante claro aqui. Se os cearenses estiverem nos ouvindo, eles devem estar orgulhosos de sua participação aqui nesta Casa. E, ao final, até como eu ia ler hoje à tarde, mais tarde – Sr<sup>a</sup> Presidente, permita-me 30 segundos –, queria dividir com V. Ex<sup>a</sup> uma homenagem que eu iria fazer à jornalista – e V. Ex<sup>a</sup> já tinha até me falado sobre isso – Adísia Sá, que foi a primeira mulher cearense profissional de imprensa, a primeira mulher da Associação Cearense de Imprensa e é hoje um ícone da imprensa cearense. Ela está fazendo 80 anos e talvez seja hoje, entre os jornalistas e escritores vivos da nossa imprensa, a figura mais respeitada. Então, eu queria, e com certeza também V. Ex<sup>a</sup> nessa sua despedida, partilhasse comigo desta homenagem que nós, cearenses, fazemos à Adísia Sá. E, mais uma vez, queria dizer que estamos todos muito felizes por essa... Sempre causa um certo lamento em nos despedir, mas tenho a certeza de que, quem sabe, os desígnios dos eleitores cearenses, ao verem essa sua atuação, não desponte aí um retorno também. Muito obrigado.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Se a Presidente permitir...

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Minha nobre Presidente, eu quero apenas lhe fazer um pedido. É praxe nesta Casa quando algum colega está saindo, especialmente quando o colega é muito querido por todos, que se abra o microfone aos outros parlamentares para que se possa levar alguma palavra de agradecimento ao Senador que sai. Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> – ainda temos cerca de quatro

Senadores para falar e eu sou um dos interessados em usar a tribuna porque estou inscrito na lista de hoje e sou um dos primeiros a falar – que conceda cerca de 15 a 20 minutos para que nós possamos saudar o grande companheiro que, hoje, sai desta Casa e deixa saudades em todos. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Eu sei da intenção de V. Ex<sup>a</sup> em cumprir o Regimento e V. Ex<sup>a</sup> é muito nobre nesta questão, mas sei também da sua sensibilidade e tenho certeza de que não vai sair do que é comum nesta Casa. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mário Couto, o Senador Flávio Torres já está na tribuna há 19 ou 20 minutos. Mas tudo bem. Nós já estamos considerando porque ele teria 10 minutos. Ele já dobrou o tempo a que tinha direito. Mas considerando a sua argumentação – e está totalmente considerada – é que nós, realmente, estamos acatando este tempo a mais. Só peço que cada um dos Srs. Senadores que forem aparteá-lo que sejam breves, pois se cada um usar cinco minutos, iremos para uma hora e temos muitos inscritos. Mas se cada um usar dois minutos, Senador Flávio Torres, ficará melhor.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Senador Roberto Cavalcanti, com prazer.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Senador Flávio Torres, estou aqui de novo, como diz a música. Na verdade, eu trouxe um material para ler, mas vou respeitar e agradecer a generosidade da Sr<sup>a</sup> Presidente no tocante ao tempo. Mas eu tinha trazido um resumo da trajetória profissional de V. Ex<sup>a</sup>, pois acho importante que o País tome conhecimento. V. Ex<sup>a</sup> chega a esta Casa aos 64 anos, jovem, menino. Teve uma formação profissional sempre em Física, tendo iniciado os seus cursos na Universidade Federal do Ceará. Depois, tornou-se Mestre pela Universidade de Brasília (UnB), universidade essa criada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, protegida e cuidada pelo Senador Cristovam Buarque. Depois, V. Ex<sup>a</sup> estudou na tradicionalíssima Universidade de Oxford, na Inglaterra. E não é para todos os brasileiros ter formação em Física em Oxford, na Inglaterra! V. Ex<sup>a</sup>, depois, veio para o Ceará, teve essas presenças por intermédio de bolsas da Universidade Federal do Ceará e depois do CNPq. Trabalhou na Universidade Federal do Ceará. Depois, a convite, veio lecionar na Universidade de Brasília (UnB). Depois retornou à Universidade Federal do Ceará, em 1972, chegando a professor titular em 1984. Já como titular, foi professor de pesquisa e pós-graduação na Universidade do Ceará. Militou em várias entidades científicas, tornou-se secretário e depois vice-presidente da Sociedade Brasileira de Física. É membro, ainda, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do **Institute of Physics**, da Inglaterra. A essa altura,

já trabalhando em causas ambientalistas, tornou-se sócio-fundador da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente, a Socema, onde chegaria à vice-presidência. Em seguida, foi membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. V. Ex<sup>a</sup> participou da fundação do Partido Democrático Trabalhista no Ceará. Nessa condição, fez parte do Diretório Nacional do Partido desde 1980, primeiro como suplente e, a partir de 1983, como titular. Presidiu o PDT do Ceará por duas oportunidades, mas só viria disputar mandato eletivo em 2002, quando o partido o indicou primeiro suplente da Senadora Patrícia Saboya. Essa trajetória profissional de V. Ex<sup>a</sup> é um estímulo e é um exemplo para os cidadãos brasileiros trilharem o caminho profissional e científico que V. Ex<sup>a</sup> trilhou. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela passagem. Mais uma vez o meu registro aqui no Senado.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Flávio Torres, para que eu possa saudá-lo não farei a leitura de seu currículo, porque senão ficaria aqui o resto do tempo da sessão de hoje, tão rico é o currículo de V. Ex<sup>a</sup>. Mas eu quero dizer, primeiro, da satisfação e da alegria, pois, ao longo desse tempo de convivência com V. Ex<sup>a</sup>, fiz mais um amigo. Construímos uma relação que, tenho certeza absoluta, vai prosperar, fortalecendo a amizade entre V. Ex<sup>a</sup> e todos nós aqui e, em especial, com o Senador Flexa Ribeiro. Quero dizer ao povo do Ceará que os quatro meses em que ocupou o honroso cargo de representante daquele Estado no Senado Federal, V. Ex<sup>a</sup> o fez com competência, com responsabilidade e com brilhantismo. E quero testemunhar aqui, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que V. Ex<sup>a</sup> foi, ao longo desse tempo, um dos Senadores mais atuantes, sendo presente em todas as reuniões da Comissão. V. Ex<sup>a</sup>, como cientista e como pesquisador, estava, como se diz, como peixe dentro d'água na Comissão de Ciência e Tecnologia. Inclusive, visitamos alguns institutos da área de ciência e tecnologia. E V. Ex<sup>a</sup> nos deixa aqui um aprendizado: uma pessoa com a vivência que V. Ex<sup>a</sup> tem e que chega ao Senado Federal para cumprir um mandato de quatro meses e, ao longo desse tempo, granjeia o respeito e a amizade que amechou aqui, é a demonstração de que a Senadora Patrícia Saboya, que vai retornar ao nosso convívio já na próxima semana, tem no seu suplente...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – (...) e o povo do Ceará em V. Ex<sup>a</sup>, como Senador, um digno represen-

tante que honra aquele Estado. Parabéns! V. Ex<sup>a</sup> continuará presente aqui no plenário e nas Comissões.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Flávio Torres, não vou tomar seu tempo, porque hoje é o seu dia. De qualquer maneira, acho que, para o seu registro, para o discurso que o senhor vai certamente imprimir, ficam bem as opiniões dos seus colegas, e eu quero dar a minha. Sou suspeito pelo fato de ser seu colega professor e seu companheiro partidário, mas quero dizer que, apesar de lhe conhecer, apesar de ser seu companheiro, apesar da simpatia de colega, o senhor me surpreendeu positivamente muito além do que eu esperava, talvez porque a Patrícia é uma Senadora com quem trabalhei muito na defesa das crianças. Fica aqui simplesmente este registro. Não vou falar mais para não tomar seu tempo. Não digo que lamento o fato de o senhor estar saindo, porque seria ruim diante da Patrícia que está chegando; porém, lamento, neste momento, o fato de que o senhor não estará aqui, amanhã, quando será lançado o grande movimento da SBPC pela educação de base no Brasil. É a primeira vez que os cientistas, por intermédio de suas associações, unem-se para defender a educação de base e não o ensino superior, Senadora Serys. Se o senhor estiver por aqui, ainda gostaria de convidá-lo para vir à UnB, onde o movimento será lançado. Espero que o senhor, como ex-dirigente da SBPC, fique ligado, mesmo que não no Senado, na defesa da educação de base a partir da consciência, da convicção e das necessidades dos cientistas brasileiros. Muito obrigado pelo seu tempo aqui. É um privilégio ser seu colega como Senador.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Senador Mário Couto.

**O Sr. Renato Casagrande** (Bloco/PSB – ES) – Depois gostaria de um aparte.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Vou ser breve, como o foi o Senador Cristovam Buarque. Senador Flávio Torres, primeiro quero dizer da minha admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Pelo pouco tempo que o conheci, aprendi a admirá-lo pela sua postura, pela sua dignidade, Senador. V. Ex<sup>a</sup>, no pouco tempo que esteve aqui, demonstrou que é um homem que olha para a sociedade com respeito. Em nenhum momento, vi V. Ex<sup>a</sup> se posicionar nem vacilar, por nenhum milímetro, numa decisão contra a sociedade. Isso me chamou muito a atenção em V. Ex<sup>a</sup>. Oxalá, V. Ex<sup>a</sup> retorne a este Senado e o engrandeça, como o engrandeceu nesses quatro meses, por mais tempo. Nós precisamos de homens, neste Senado, iguais a V. Ex<sup>a</sup>, que respeitem a sociedade,

sejam independentes e votem com a sua consciência voltada para os benefícios à sociedade. E é isso que V. Ex<sup>a</sup> demonstrou no tempo em que passou aqui. Os cearenses devem estar orgulhosos da Senadora Patrícia Saboya, do Senador Flávio Torres e do Senador Tasso Jereissati. Parabéns pela sua postura e pelo homem que V. Ex<sup>a</sup> é.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Sr<sup>a</sup> Presidente, acho que o último é o Senador Renato Casagrande.

**O Sr. Renato Casagrande** (Bloco/PSB – ES) – Senador Flávio Torres, não poderia deixar de fazer um registro. Sei que é um registro simbólico, resumido, mas eu pude ter a oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> durante alguns dias, alguns meses. Vi a capacidade e o conhecimento técnico que V. Ex<sup>a</sup> tem nos debates. Fala pouco, mas fala com conteúdo. E vi o caráter e a dedicação de V. Ex<sup>a</sup> ao trabalho enquanto esteve na função de Senador – e está na função de Senador até este momento. Então, quero fazer o registro da minha alegria de tê-lo conhecido e do trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolveu nesse pouco espaço de tempo. E o Senado depende e precisa de pessoas com a qualidade de V. Ex<sup>a</sup>. A Senadora Patrícia Saboya é uma companheira nossa, uma amiga nossa, uma excelente Senadora e tem um substituto à altura, que orgulha o Estado do Ceará e o Brasil. Muito obrigado pela presença de V. Ex<sup>a</sup> nesses dias aqui. Pode contar sempre conosco e parabéns pelo trabalho.

**O SR. FLÁVIO TORRES** (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador Renato Casagrande.

Senadora Serys Slhessarenko, obrigado pela sua magnanimidade com relação ao tempo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Flávio Torres.

Para que eu possa usar da palavra agora, passo a Presidência ao Senador Mão Santa.

*A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko, 2<sup>a</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3<sup>o</sup> Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, que representa o Mato Grosso, o Partido dos Trabalhadores e as lindas professoras do meu Brasil.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão; Srs. Senadores, Sr<sup>s</sup> Senadoras, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar aqui nossa alegria e a convicção

de que nosso País avança celeremente em todos os aspectos e hoje deu um salto de qualidade na área da educação, já que, pela manhã, numa sessão do Congresso Nacional, foi promulgada a Emenda Constitucional n<sup>o</sup> 59, que faz a Desvinculação das Receitas da União (DRU), acarretando uma quantia, a partir de 2011 – o processo é gradativo –, de R\$8 bilhões a mais para a educação. Esse foi um passo concreto. Esteve aqui conosco o nosso Ministro Fernando Haddad, que elencou muitos passos significativos que o Governo do Presidente Lula vem dando em direção à expansão e à melhoria da qualidade da educação no Brasil, em todos os níveis. Esse é um projeto de autoria da nossa querida Senadora Ideli Salvatti. Realmente, foi um momento de emoção no Congresso Nacional, hoje, pela manhã, na ocasião da promulgação da Emenda Constitucional n<sup>o</sup> 59.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, no próximo dia 20 de novembro, a Federação Mato-Grossense das Associações de Bairros (FEMAB), juntamente com o Ministério das Cidades, com a Secretaria Nacional de Programas Urbanos e com a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), promoverá, na minha capital, a capital do meu Estado, em Cuiabá, um seminário para tratar sobre regularização fundiária urbana.

Conversei com o Presidente da Femab, Valter Arruda, no Centro de Eventos Pantanal, durante encontro com todos os prefeitos e primeiras-damas de Mato Grosso, no último dia 5 de novembro. Valter Arruda, um dos mais destacados dirigentes nessa luta, explicou a importância e a necessidade da realização desse evento, pois entende que o modelo de desenvolvimento socioeconômico que comandou a urbanização acelerada no Brasil, produziu cidades fortemente marcadas pela presença das chamadas “periferias”, duramente empobrecidas. Sabemos que dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras não têm tido acesso ao solo urbano e à moradia senão por meio de processos e mecanismos informais e, frequentemente, ilegais, construindo um habitat precário, vulnerável e inseguro em favelas, em loteamentos e em conjuntos habitacionais irregulares, em loteamentos clandestinos, em cortiços, em casas de frente e fundo, bem como nas ocupações de áreas públicas, nas encostas, nas áreas de preservação, em beiras de preservação e em rios.

Sabemos que, agora, no nosso Governo, no Governo do Presidente Lula, existem os programas Tô Feliz e Minha Casa, Minha Vida. São tantos os programas de habitação popular! Mas esses estão vindo de forma regularizada; está tudo certo. Estamos falando da necessidade da regularização fundiária urbana. E para quem? Para aqueles que já estão estabelecidos e que

têm seu solo ainda de forma irregular. São muitas as cidades e os Municípios do Brasil e também do meu Estado de Mato Grosso em que há essa situação.

Portanto, realizaremos em Mato Grosso, no próximo dia 20 de novembro, esse Seminário para Regularização Fundiária Urbana, sob a liderança do Presidente da Femab, Sr. Valter Arruda.

Como eu dizia, sabemos das dificuldades daqueles que ainda têm sua habitação em terreno irregular, muitas vezes em locais de difícil moradia. Nesta época de muita chuva, principalmente na Região Centro-Oeste e, por conseguinte, no meu Estado de Mato Grosso, as catástrofes são como uma rotina na vida de alguns daqueles moradores. É de cortar o coração ver, a cada ano, cenas com desabrigados que perdem tudo que têm por habitarem em locais de risco.

Vejam que as favelas estão presentes em 80% das cidades médias em nosso País, onde há entre 100 mil e 500 mil habitantes, e em 45% daquelas onde há entre 20 mil e 100 mil habitantes. Os assentamentos irregulares ou ilegais estão presentes até em pequenas cidades: em 36% das cidades com menos de 20 mil habitantes, existem loteamentos irregulares, e, em 20% delas, há favelas. Esse seminário nosso em Mato Grosso servirá para resolver esse problema; pelo menos é essa nossa busca.

A necessidade de organização a partir da década de 70 fez surgir a participação dos movimentos sociais urbanos, somados aos novos governos municipais, às entidades não governamentais e a um crescente número de profissionais preocupados com a questão urbana, produzindo mobilizações em torno de lutas urbanas, especialmente relativas à moradia e ao transporte, além de iniciativas importantes e inovadoras de governos municipais.

Esse seminário, que, em boa hora, a Femab organiza, faz parte de uma sequência começada pelo Ministério das Cidades, que realizou, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2009, o Seminário de Regularização Fundiária Urbana no Brasil. O evento faz parte do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, em parceria com a Caixa Econômica Federal, sendo uma das ações estratégicas do programa Papel Passado, do Ministério das Cidades. A Caixa Econômica Federal, liderada e presidida pela nossa querida Maria Fernanda, mulher realmente determinada e de competência ímpar, e o nosso Ministro Marcio Fortes, do Ministério das Cidades, ambos estão empenhados para que essas ações estratégicas do programa Papel Passado avancem de forma acelerada.

Também registro que o Ministro das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, esteve na abertura do evento, ao lado da Secretária Nacional de Programas Urba-

nos, Dr<sup>a</sup> Teresa Jucá, que também estará no Seminário em Cuiabá. A ação do Ministério das Cidades atinge cidadãos e cidadãs que hoje estão em cerca de treze milhões de domicílios brasileiros em situação irregular. Durante o seminário em Brasília, o Ministro Marcio Fortes anunciou mais recursos para a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, para investimentos em regularização fundiária, e chamou a atenção dos Prefeitos presentes para o tratamento especial na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em áreas de interesse social.

Registro ainda, senhores e senhoras, pela sua grande importância, o programa Papel Passado, o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável, que foi criado em 2003. Sua coordenação está a cargo da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) do Ministério das Cidades. Esse Programa apoia Municípios, Estados e entidades civis, além de defensorias públicas. Por ele são transferidos recursos do Orçamento Geral da União para a implementação das ações de projeto de urbanização e regularização fundiária. A SNPU também se empenha na capacitação técnica e adequação da legislação federal, estadual e municipal. Por meio do sistema de monitoramento do Papel Passado, são acompanhadas atividades de regularização fundiária desenvolvidas em 385 Municípios, envolvendo 2.592 assentamentos, que abrigam 1.709.573 famílias. Os dados do monitoramento indicam que, até outubro de 2009, foram concedidos 369.715 títulos de propriedade ou de concessão de uso, e, desses, 136.974 foram devidamente já registrados em cartório.

Nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, está enfrentando esse assunto com determinação. O Presidente Lula; a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; o Ministro Marcio Fortes; o Secretário Executivo do Ministério das Cidades, nosso querido mato-grossense Rodrigo Figueiredo; e a Secretária Teresa Jucá, aliados aos movimentos sociais, estão tentando encontrar uma solução definitiva para a regularização fundiária urbana, pois o inchaço urbano é um assunto presente no cotidiano de todos os gestores públicos, dos legisladores, das autoridades competentes e dos urbanistas e exige o encaminhamento de medidas como forma de soluções rápidas e amplas no sentido de sanar as irregularidades existentes. Uma das alternativas é a implantação de uma política de regularização fundiária e habitacional condizente com a amplitude dos problemas vivenciados e com as recomendações constitucionais e legais. São várias as ações do nosso Governo, organizando e dando condições melhores aos cidadãos brasileiros, e cito algumas outras, como o Programa Territórios da Cidadania, que direciona

suas ações para os lugares que mais necessitam, especialmente no meio rural.

Cumpra salientar que metas importantíssimas foram superadas. No Programa Saúde Bucal, cuja meta era consolidar 3.522 equipes, foram atingidas 3.762 equipes. No Programa Saúde da Família, cuja meta era formar 5.316 equipes, o resultado foi de 6.420 equipes. No Programa Caminho da Escola, cuja meta era beneficiar 121 Municípios, foram atendidos 270 Municípios. No Programa Arca das Letras, cuja meta era implantar 498 bibliotecas, acabaram sendo instaladas 667 bibliotecas. Falta muito ainda, com certeza, não temos dúvida disso, mas muito já foi conquistado.

Portanto, parabéns à Femaba, ao Ministério das Cidades e a todos e todas envolvidos na solução desses temas, por levarem essa pauta de discussão a Mato Grosso!

Em Cuiabá e em Várzea Grande principalmente, a expansão urbana precisa ser regularizada, sempre com o objetivo de proporcionar a todos os habitantes o direito de usufruir de uma cidade estruturada, com um mínimo de qualidade de vida.

Sr. Presidente, eu queria também noticiar as entidades organizadas, as associações de bairro e as associações comunitárias do nosso País – especialmente, do meu Estado de Mato Grosso, mas do Brasil como um todo, porque todas as associações comunitárias do Brasil serão beneficiadas – que há um projeto de minha autoria que isenta toda associação comunitária, em sua regularização, de pagar taxas cartoriais. É um projeto de minha autoria. Já foi aprovado no Senado e está na Câmara. Ontem, gentilmente, o Deputado Filipelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, comunicou-nos que já chegou à CCJ, na Câmara, esse projeto, que isenta as organizações comunitárias de pagar taxas cartoriais, o que é muito importante para que essas organizações realmente possam ter sua vida regularizada. O Deputado Filipelli nos comunicou também que já designou o Relator para esse projeto, que é de nossa autoria. O Relator, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, é o Deputado Carlos Bezerra, também do meu Estado de Mato Grosso.

Essa é uma proposição extremamente importante para todas as associações comunitárias do nosso País, do nosso Brasil como um todo, de todos os Estados. Ao elaborarmos esse projeto de lei, as maiores sugestões foram, realmente, do nosso Estado do Mato Grosso, mas também houve a contribuição de outros Estados, porque é óbvio que se trata de um projeto de lei que é estendido a todas as associações comunitárias do nosso Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, para usar da palavra, o orador inscrito que tinha permutado com o Senador Flávio Torres – agora, é sua vez –, o Senador Cristovam Buarque, que representa o PDT e o Distrito Federal.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é óbvio que o tema de hoje deve ser, para muitos de nós, essa tragédia que aconteceu ontem, embora sem consequências mais dramáticas, do ponto de vista de vidas, que é o apagão elétrico que ocorreu, Senador, em quase todo o País.

Essa é uma tragédia do ponto de vista da imagem do Brasil, do ponto de vista daqueles que ficaram presos em aeroportos, que ficaram presos em elevadores, que ficaram presos em engarrafamentos e daqueles que passaram a ter um sentimento de insegurança sobre o sistema elétrico brasileiro, que – é preciso dizer – é um dos mais eficientes e seguros do mundo inteiro, mas que não nos deve satisfazer.

Ao mesmo tempo, creio que é o tema de hoje a gente falar que não foram dadas ainda as explicações corretas sobre o que e por que, ontem, aconteceu esse problema. A ideia de que foi uma catástrofe climática, que acredito que pode ter sido, na minha visão de preocupado com o meio ambiente, não foi comprovada. Lamento que quase 24 horas depois ainda não se tenha uma explicação clara do houve e nem o encaminhamento de como isso não mais vai acontecer no Brasil de maneira fácil.

Feito esse registro, Senador Mão Santa, quero falar aqui dos apagões invisíveis que este País atravessa e não percebe. Senador Marco Maciel, há quase uma contradição em termos, algo que é difícil a lógica explicar: para que o apagão apareça, tem que vir a escuridão. À luz do sol, a gente não vê os apagões que hoje tomam conta do Brasil. O apagão, por exemplo, que pesa sobre 14 milhões de brasileiros adultos que não sabem ler. Eu disse “não sabem ler”, porque a palavra “analfabeto” virou um adjetivo negativo. Na verdade – falo para esses 14 milhões –, não se sintam analfabetos. Sintam-se desprovidos de uma educação que vocês tinham o direito de receber; sintam-se roubados, lesados, desprovidos de educação, deserdados da alfabetização.

Ao sentirem-se deserdados, a culpa não é de vocês; a culpa é daqueles que não lhes deram a chance de aprender a ler na idade certa.

Temos que abolir a palavra “analfabeto” e substituí-la com clareza: deserdados da alfabetização. Esse é um apagão no qual o Brasil vive, mas é um apagão invisível, porque é um apagão que está aí.

O Brasil, na nossa lógica, na nossa insensibilidade social, só vê o apagão quando a escuridão fica “visível”. Quando a escuridão não é visível, quando ela está dentro

dos cérebros das pessoas, a gente não a percebe, mas temos um apagão de letras neste País. Ninguém vê o apagão de dois terços das nossas crianças e adolescentes abandonando a escola antes de terminarem o segundo grau. Esse é um apagão; esse é um apagão que não se vê, do qual quase não se fala, mas é um apagão tão dramático e mais permanente do que o de ontem, que já foi resolvido. E ainda estamos falando dele.

A gente não vê o apagão, mais claro ainda, embora não tão visível, de uma pessoa que perde a vida na porta de um hospital com uma doença que seria curável por uma simples injeção que lhe fosse dada no momento certo. Esse é um apagão no sentido até literal do termo, porque é um apagão da vida. A pessoa perde a vida, a pessoa é apagada da vida, mas sobre esse apagão a gente não ouve falar, Senador Mão Santa, o senhor que é médico e que curou tantas pessoas, a ponto de receber o apelido de Mão Santa. É o apagão do impedimento do atendimento médico por falta de seguro, por falta de contatos, por falta de remédios, por falta de atenção. Esse apagão é descuidado; pior que descuidado, esse apagão é invisível.

A gente não vê o apagão de milhões de pessoas que todos os dias ficam nas paradas de ônibus, esperando o ônibus, perdendo seu tempo. Isso é um apagão. O tempo é borrado, o tempo é apagado, como se o fosse por uma borracha, esperando o ônibus que não vem; ou dos que ficam uma, duas horas dentro do ônibus, em vez de estar com a família, vendo sua novela, se quiser, lendo, estudando. Apagamos o tempo dos brasileiros ou mesmo daqueles que têm recursos, mas ficam com seu tempo apagado nos engarrafamentos monumentais das cidades brasileiras. Por quê? Porque, anos atrás, algum investimento não foi feito, talvez, para evitar o apagão elétrico. Não foram feitos investimentos corretos para evitar os apagões dos engarrafamentos sistemáticos que tomam conta das cidades brasileiras por quilômetros e quilômetros, apagando o tempo de vida das pessoas que ali ficam por horas prisioneiras. Não vemos os apagões que não aparecem pela escuridão, pela falta de luz.

Não vemos, Senador Marco Maciel, o apagão da falta de patriotismo que tomou conta hoje do Brasil, da falta de sentimento coletivo, da falta de republicanismo, como o senhor gosta de citar. O Brasil é um País que, praticamente, apagou o republicanismo.

Temos um apagão de republicanismo no Brasil, mas nós não vemos. Nós nos acostumamos, cada um de nós, a ser um brasileiro independente, e não parte de um conjunto muito maior de seres humanos, que têm em comum a brasilidade, o patriotismo consequente, o sentimento republicano necessário para fazermos parte de uma mesma sociedade com condições iguais

de oportunidades. Nós não vemos os apagões que estão à luz do dia; só vemos os apagões que aparecem graças à escuridão.

E existe, em razão de tudo isso, um apagão maior, que é o apagão da consciência de cada um de nós do tamanho real dos problemas que atravessamos. Não vemos os problemas que exigem uma análise mais cuidadosa, um aprofundamento maior dos fenômenos sociais.

Por isso, Senador, vim aqui dizer da minha preocupação com a infraestrutura energética brasileira, para que seja explicado o que aconteceu ontem e que seja dito o que vai ser feito para manter esse orgulho brasileiro, que é o sistema elétrico, tanto de produção quanto de distribuição. É um orgulho brasileiro. Não vamos também nos esquecer disso. Que nos expliquem o que houve e como isso vai ser consertado, mas que a gente não se esqueça dos demais apagões que o Brasil atravessa todos os dias, todas as horas, todos os momentos, todos os anos através de séculos: o apagão da educação, o apagão da saúde, o apagão dos engarrafamentos, o apagão das paradas de ônibus, o apagão do tempo perdido dentro dos ônibus pelas pessoas que aí estão, o apagão da República brasileira.

Vamos tentar despertar para que esses apagões todos sejam levados em conta, e não apenas o apagão elétrico, que, de fato, assusta muito mais, porque vem de repente e chega com a escuridão. Não é visível o tempo todo, aí a gente se acostuma com eles. E o que mais faz um apagão não ser percebido é o costume dele; é o costume de estar num lugar apagado que faz com que o apagão não seja percebido. E vivemos num Brasil em que nos acostumamos com os apagões das mortes no trânsito, das violências na cidade, das sucessivas crises que atravessamos no passado.

Vamos aproveitar esse apagão visível pela escuridão para despertarmos para os diversos apagões que existem à luz do sol, à luz das luzes, até nos momentos em que o sistema elétrico funciona perfeitamente.

Essa é a mensagem, Senador Mão Santa, Srs. Senadores e Srs. Senadoras, que eu gostaria de passar hoje.

Vamos ver – esse é o verbo –, vamos ver todos os apagões que aí estão, e não apenas o apagão elétrico.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – É com muita satisfação que anunciamos a presença no nosso plenário do grande Líder, extraordinário, Antero Paes de Barros.

Antero Paes de Barros foi um dos mais ilustres Senadores de toda a história deste Senado. A posição hoje que o PSDB ocupa e até a que seu candidato José Serra ocupa muito deve à bravura, ao estoicismo, à coragem, à inteligência de Antero Paes de Barros.

Ele traduz na vida parlamentar o que foi o Carlos Lacerda: jornalista, radialista e homem realizador. Aliás, pela sua coragem, inteligência e bravura, foi um dos que, juntamente comigo, criou aqui expedientes às sextas e segundas-feiras. Não funcionava o Senado da República nesses dias. Antero Paes foi um dos ícones dessa transformação do Senado da República. Que ele seja bem-vindo. Está do lado, ali, dos Senadores, da encantadora professora Serys e do Sobrinho, do Mato Grosso. Ansiamos pela sua volta à Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que designou o Senador Antonio Carlos Valadares para participar, como Observador do Senado Federal, da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar e Nutricional, sob a organização da FAO, a realizar-se em Roma, no período de 16 a 18 de novembro do corrente ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que designou o Senador Marconi Perillo para participar do Segundo Encontro do Comitê Preparatório para a Terceira Conferência Mundial de Presidentes de Parlamntos, a realizar-se em Nova Iorque, nos dias 16 e 17 de novembro, bem como da reunião parlamentar por ocasião da Assembleia-Geral da ONU, nos dias 19 e 20 de novembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, vamos chamar um Líder. Está inscrito, de acordo com a documentação que tenho aqui, Osvaldo Sobrinho. Há um documento do Senador Gim Argello transferindo a Liderança do PTB, no dia de hoje, ao Senador Osvaldo Sobrinho.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (PTB – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores da República, é uma grande alegria, um prazer imenso receber aqui, hoje, a figura do Senador Antero Paes de Barros, homem de Mato Grosso, homem do Pantanal Mato-grossense, figura expoente maior da República do Brasil, homem que, neste Senado, conseguiu representar com seriedade e responsabilidade o povo mato-grossense.

O Brasil viveu uma época importante com a defesa de Antero Paes de Barros, que, hoje, ainda é o homem que em Mato Grosso, pelas suas ideias e convicções, honra o nosso povo e honra o nosso Estado. Portanto, é com alegria que, como representante do Estado de Mato Grosso, dou as boas-vindas ao nobre Senador Antero Paes de Barros. Eu tenho certeza de que, daqui a pouco, nós o veremos aqui, novamente, como representante do povo mato-grossense.

Também está junto a ele o Senador Márcio Lacerda, que por oito anos teve assento nesta Casa. Hoje, pode-se dizer que a República de Mato Grosso está aqui

presente no Senado da República. O Senador Márcio Lacerda, um homem que foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador da República, Governador do Estado, o Senador Antero Paes de Barros e a Senadora Serys Silhessarenko confabulam em torno dos quesitos maiores para a defesa do Estado de Mato Grosso.

Sejam bem-vindos, caros companheiros Senadores da República!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há poucas décadas seria difícil imaginar o desenvolvimento social e econômico verdadeiramente espetacular havido na Região Centro-Oeste. Com efeito, a maioria dos Estados da região parecia fadada à inviabilidade econômica ou, por outro lado, a obter um ritmo de crescimento modesto, afastando-se ainda mais das porções Sul e Sudeste do País.

No entanto, não foi o que se viu. A história, contrariando alguns arautos do determinismo, não está escrita. Ao contrário, sua dinâmica é continuamente influenciada por distintos vetores, os quais, ao cabo, a fazem, por vezes, tomar rumos imprevistos.

Nos dias presentes, está mais do que comprovada a viabilidade econômica do Centro-Oeste. Mais do que isso, passamos a nos apresentar para o Brasil – e também para o mundo – como uma das regiões cujo dinamismo pode dar curso a uma vigorosa onda de crescimento sustentável.

É certo que as atividades agropecuárias constituem o cerne da vida econômica dos Estados centro-ocidentais. Porém, nos últimos anos, outros ramos se desenvolveram celeremente, como o setor de serviços, o comércio, a indústria e o turismo. As taxas de incremento do PIB regional têm-se encorpado, a olhos vistos, em níveis superiores aos do restante do Brasil.

Todavia, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda persistem, em nossa região, alguns indicadores sociais e econômicos que demonstram alguma incipiência. Como todos sabem, as disparidades regionais não estão superadas no Brasil – e equacioná-las, sobre ser um mandamento constitucional, constitui um dever cívico e patriótico acima de tudo. Um Brasil menos heterogêneo e desigual é, por definição, um País mais justo e, no limite, mais forte. Entre os obstáculos e desafios ao desenvolvimento local situam-se, com grave densidade, os chamados “gargalos” da infraestrutura, em especial os ligados à área de transporte. Afinal, não basta ter alcançado elevado grau de competência na produção de alimentos, ter agregado valor a esses itens, ter investido em melhorias processuais e tecnológicas ou ter conquistado mercados internacionais; é preciso transportar os bens produzidos a sua destinação final, em condições de preço competitivas.

Face ao cenário da crise internacional, investir em infraestrutura cumpre um papel estratégico e multifacetário. Primeiro, são obras que geram externalidades positivas para diversas áreas, exercendo efeito multiplicador extremamente benévolo para a economia como um todo. Segundo, são intensivas em mão-de-obra, gerando muitos empregos e renda em um momento particularmente dramático. Terceiro, no caso específico, contribuem para baratear o preço final das **commodities** de exportação, ao traçar uma logística mais racional.

Por fim, conforme assevera o Dr. Paulo Tarso Resende, especialista em logística da Fundação Dom Cabral, de Belo Horizonte: “Os investimentos em infraestrutura podem fortalecer o mercado interno brasileiro, reduzindo os estragos provocados pela queda de exportações para os mercados afetados pela turbulência financeira, como o americano e o europeu”.

Como se vê, é crucial e estratégico investir em infraestrutura. E quero dar alguns exemplos concretos. O projeto original da Ferrovia Norte-Sul, uma causa tão defendida pelo Senador Presidente José Sarney, tem potencial para se transformar no eixo logístico de todo o sistema ferroviário brasileiro, dotando o setor de um dinamismo que havia perdido há décadas.

O novo traçado da Norte-Sul é ambicioso e, se sair integralmente do papel, irá percorrer 3,1 mil quilômetros, de São Paulo a Belém. No entanto, ela irá proporcionar mais do que a integração entre as Regiões Norte e Sul, pois funcionará como um entroncamento das linhas principais que farão a ligação entre o Oeste, desde Vilhena, no sul de Rondônia, passando por Lucas do Rio Verde, maior polo de produção de grãos do meu Estado de Mato Grosso, até Uruaçu, em Goiás. O Plano Nacional de Logística e Transportes prevê, ainda, uma saída para o Hemisfério Norte, a partir dos terminais portuários de Itaquí, no Maranhão, e Belém, no Pará.

Estudos mercadológicos dão conta de que o modal ferroviário poderá vir a absorver 30% do transporte de cargas efetuado em rodovias. E, cabe lembrar, o transporte de grãos por via ferroviária reduz substancialmente os gastos com fretes rodoviários, os quais, de acordo com a revista **Safra**, representam um quarto dos preços recebidos pelos produtores de soja em Goiás, e entre 40% de 50% em Mato Grosso. Esse absurdo reflete-se na estrutura de custos e, segundo apurado pela revista junto a uma grande empresa do setor, a logística representa o segundo maior custo, consumindo 12% do faturamento, atrás apenas da fatia ocupada pela matéria-prima.

Ampliar a malha ferroviária é uma prioridade em nosso País, até porque, em mais de 40 anos, ela não cresceu um só milímetro, o que significou a involução

da participação desse modal na matriz de transportes. Sobre o assunto, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra:

a existência de um círculo vicioso ocasionado pelas inter-relações existentes entre baixo nível de investimento, baixa qualidade da infraestrutura disponível, elevados custos operacionais, procedimentos gerenciais deficientes e baixo nível de satisfação dos usuários. Tal cadeia [prossigue o estudo] precisa ser, acima de tudo, rompida mediante a adoção de políticas que procurem, primeiro, elevar a taxa de investimento em transporte; segundo, obter a efetiva redução dos custos logísticos e, terceiro, criar as condições necessárias para se estimular a multimodalidade por meio da maior utilização dos modais ferroviário e aquaviário.

Quanto às rodovias, elas se encontram, em sua imensa maioria, em situação precária na Região Centro-Oeste, constituindo um quadro não muito distinto da realidade nacional. Em 2006, o Governo Federal promoveu amplo programa de recuperação da malha rodoviária brasileira, reformando 26 mil quilômetros de estradas. Porém, pesquisa da Confederação Nacional de Transporte indica que 81% das vias estatais estão em condições ainda pouco regulares, algumas em péssimas condições. Eis um gravíssimo problema, pois mais de 60% de tudo o que o Brasil faz e produz circulam através de rodovias.

Uma reportagem do jornal **Folha de S.Paulo**, sintomaticamente intitulada “Colapso da infraestrutura ameaça agronegócio do Centro-Oeste”, mostrou como um dos principais corredores de exportação do Brasil, ligando a minha região aos principais portos do País, encontra-se destruído.

Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a matéria mencionada refaz o percurso seguido pelas cargas graneleiras e mostra “como os produtores agrícolas enfrentam obstáculos quase intransponíveis para levar a safra de grãos, essencial para o saldo comercial do País, aos mercados consumidores, numa **via crucial** que consome grande parte da renda final do seu trabalho”. Com destino ao porto de Santos, são cruzados mais de 2.470 quilômetros de rodovias federais, passando por importantes corredores de exportação, todos em condições precárias de trafegar através de transporte rodoviário, esse modal que o Brasil escolheu, como as BRs-163, 364 e 452, localizadas nos Estados de Mato Grosso e Goiás.

Felizmente, o Ministério dos Transportes anunciou, em fins de março, um pacote de obras para a BR-163, incluindo a duplicação do trecho de 300 quilômetros entre Rondonópolis e Posto Gil, por onde passam 15% do agronegócio brasileiro. E posso afiançar isso, porque estive nessa região há poucos dias, e a rodovia, que sai de Cuiabá até Santa Helena, quase na divisa do

Pará, está quase totalmente recuperada, com acostamentos, fazendo com que essa rodovia fique trafegável durante todo o período do ano. Indiscutivelmente, é um grande estímulo para a tranquilidade da produção do norte mato-grossense. Tenho a certeza de que, daqui a pouco, veremos toda essa obra concluída.

Sr. Presidente, uma estrada em condições ruins ocasiona aumento de 37% nos custos operacionais das transportadoras, incremento de 57% no consumo de combustíveis e elevação de 50% no índice de acidentes registrados. Os custos diretos e indiretos causados pelas deficiências da malha rodoviária nacional acarretam pesado ônus para o sistema econômico, uma parte considerável do que se convencionou chamar de “custo Brasil”.

Além disso, questões legais, sobretudo de licenciamento ambiental, têm atrapalhado o cronograma de obras importantes, como as da BR-158, no Mato Grosso. Elas já foram paralisadas pelo Ibama e tiveram de revisar o projeto original. Um dos trechos, por exemplo, não poderá ser licitado, pois atravessa uma terra indígena. Como sabem perfeitamente V. Ex<sup>as</sup>, há outros problemas: constantes atrasos no cronograma das obras; baixo índice de investimento e deficiente execução orçamentária, da ordem de 38% do total do orçamento previsto, no ano de 2007 (R\$7,6 bilhões de reais previstos para o sistema rodoviário e apenas R\$2,9 bilhões aplicados efetivamente).

Sr. Presidente, para encerrar, temos de enfatizar que conservar e ampliar as malhas ferroviária e rodoviária, sem descuidar do sistema aquaviário, é uma necessidade premente do Brasil e da Região Centro-Oeste. Não tenho dúvida de que podemos ser ainda mais competitivos em nível global, trazendo importantes divisas para o Brasil. Mas, para tanto, as diversas instâncias de governo bem como os agentes econômicos privados precisam atuar sinergicamente, de modo a propiciar os meios adequados para o escoamento da produção agropecuária brasileira.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que a Região Centro-Oeste, a Região Norte e a Região Nordeste do Brasil, todas elas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – (...)** poderão ser incorporadas às áreas produtivas do Brasil, no sentido de dar condições de renda para que possamos fazer. Bastam apenas mais investimentos para que possamos fazer o melhor, porque o nosso povo sabe produzir, tem tecnologia, tem solo bom, tem clima excelente; faltam apenas as condições infraestruturais, para que possamos fazer o melhor, e o Brasil, consequentemente, melhorar a sua distribuição de renda, a

sua exportação, dando melhores condições de vida para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –** Agora, convidamos, para usar da palavra como orador inscrito, o Senador Mário Couto, que é do PSDB e que representa o Estado do Pará.

Em seguida, para uma comunicação inadiável, terá a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos, do PMDB de Pernambuco.

**O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, eu poderia falar do pedido aprovado pela Justiça Eleitoral do meu Estado, o Tribunal Regional Eleitoral, na votação dos Desembargadores do Estado do Pará, que, por 21 votos a 1, aceitaram o pedido de intervenção no Estado. Com muita preocupação, recebi essa notícia hoje, pela Internet, divulgada nos *sites* de todos os jornais paraenses. É uma preocupação, porque não desejamos isso para o Estado do Pará. Mas preferimos deixar o assunto para outra oportunidade, até mesmo para que possamos, no decorrer do dia de hoje, obter mais notícias sobre essa preocupante intervenção que, possivelmente, ocorrerá no meu Estado.

Eu poderia também, Senador Mão Santa, falar sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, tão comentada durante a semana, tão propalada, principalmente pelos comentários feitos pelo Presidente-Ditador Chávez, que ameaça a Colômbia de uma guerra. Sr. Presidente, quero deixar bem claro a V. Ex<sup>a</sup>, que é meu amigo, à Nação brasileira e ao meu Estado que, enquanto Hugo Chávez, o ditador, for Presidente da Venezuela, votarei contra a entrada da Venezuela no Mercosul. Declaro antecipadamente meu voto desta tribuna, Sr. Presidente. Quando chegar a hora da discussão da entrada ou não da Venezuela no Mercosul, estarei aqui nesta tribuna, mostrando o porquê de eu ser contra a entrada da Venezuela no Mercosul.

Poderia eu falar também, Sr. Presidente, das notícias veiculadas nos jornais dizendo que o Presidente Lula vai doar telefone celular a todas as famílias que recebem Bolsa Família. Isso dá um pronunciamento de horas e horas e horas e horas. Mas, vou falar sobre os aposentados. Vou deixar esses assuntos para outro dia.

Senador Geraldo Mesquita, vamos meditar um pouquinho, vamos supor que V. Ex<sup>a</sup> me dá dinheiro e chega até mim e diz: “Mário Couto, você está desempregado, não está trabalhando. Vou lhe dar, todo o mês, uma bolsa-dinheiro”. Passa um tempo, passa um tempo, passa um tempo, e V. Ex<sup>a</sup> volta até mim e me diz: “Mário Couto, resolvi agradá-lo mais. Estamos a menos de um ano das eleições, este é um período pré-eleitoral,

e preciso fazer minha candidata Dilma, que não está decolando, está com quinze pontos percentuais há muito tempo e não passa disso. Então, Mário Couto, quero garantir seu voto, quero garantir seu voto. Eu já lhe dou dinheiro e, agora, quero lhe dar um telefone celular”. Aí, eu agradeço ao Geraldo Mesquita e pergunto-lhe: “V. Ex<sup>a</sup> me dá bolsa-dinheiro, V. Ex<sup>a</sup> me dá telefone celular, mas não me dá condição de saúde, de segurança, de educação, de transporte, de portos, de aeroportos, para que eu possa viver socialmente!”. Aí V. Ex<sup>a</sup> reconhece que não me dá dignidade de vida, mas V. Ex<sup>a</sup> passa a cantar aquela música daquela novela: “Você não vale nada, mas eu gosto de você”. Não é isso, Geraldo Mesquita? Aí se canta esta música: “Eu sei que você não vale nada, mas eu gosto de você. Você me dá dinheiro e telefone celular. Então, eu gosto de você e vou votar na Dilma”.

Mas não vou falar desse assunto hoje, meu grande amigo Senador Mão Santa. Vou falar daquela novela que já estamos acostumados a ver toda semana na Câmara, principalmente agora que o projeto do Senador Paulo Paim está lá. É a novela “O Rei que massacra os aposentados deste País”. Essa é a novela. O ator dessa novela é o Deputado Federal João Carlos Bacelar; esse é o ator dessa novela.

Meu querido ex-Vice-Presidente da República, quanto eu o admiro pela sua postura, Senador Marco Maciel! Quanto o admiro pela postura de V. Ex<sup>a</sup>! Digo a V. Ex<sup>a</sup>, Senador, que, enquanto este País viver na submissão do Poder Executivo – quando digo “este País”, quero me referir a esta Casa, porque representamos a população deste País, representamos este País –, enquanto se conviver com essa submissão, não vamos chegar a lugar algum neste País. Sabemos que esta Casa é submissa. Sabemos que aquela Casa é submissa. A ordem que vem do Planalto é seguida religiosamente, maltrate quem maltratar, massacre quem massacrar. A submissão é muito clara no Parlamento brasileiro.

Esse Deputado está obedecendo a uma ordem da Presidência da República e não tem como negar isso. Ele está envolvido em processos de corrupção e está amparado pelo Governo, para que nada lhe aconteça. Ele tem cargos públicos e só vive com verbas públicas. Se não lhe derem essas verbas, ele não tem capacidade de ser Deputado na vida. Por isso, é submisso. E sabemos que essa submissão – V. Ex<sup>a</sup>, que é historiador e grava tudo nessa mente maravilhosa, também sabe disto – vem do tempo de César, em 58 a.C. No Senado Romano, quando Cícero defendia a independência do Senado, a República e a democracia, estavam lá aqueles que obedeciam a César. E Cícero sofreu muito com isso, a população romana sofreu muito com isso. Olhem, contem 2009

mais 58. Há quantos anos a submissão permanece na face da Terra?

Senador Mão Santa, as máscaras estão caindo. O cara se esconde sob a proteção do rei até o momento em que aparece um problema desse nível, em que a população de aposentados, com mais de vinte milhões neste País, é massacrada. Aí colocam aquele Deputado e dizem: “Olhe, esse aí já tem um conceito ruim, mas ele é corajoso, ele é corajoso!”. Dizem isso, para não dizer que ele é cínico, porque isso não é coragem, é cinismo! “Dá para ele que ele resolve.” Lá vai ele ser o Relator de uma matéria para derrubar os velhinhos desta Nação que sofrem tanto! Mas ele não pode negar, ele não pode negar! É o que deve acontecer hoje naquele plenário novamente.

Ao se ver, como vi, Senador Presidente, esse Deputado João Carlos Bacelar... Alô, Bahia! Bahia querida, grave esse nome! Sabe-se que 10% da população são aposentados. João Carlos Bacelar é o nome do homem. Gravem o nome desse homem. Vinguem-se dele, aposentados! Vinguem-se dele! Massacrem-no nas urnas, aposentados! Esta é a única força que vocês têm hoje: o voto na mão. Massacrem-no! Deem a resposta para esse Bacelar da vida!

O homem, ao ler seu parecer, tremia. Vi a mão trêmula dele. Ele sabia que ali estava praticando uma desgraça com a população de aposentados do País. Ele sabia que aquele ali chamado Cristo estava vendo a postura dele, de massacre aos aposentados deste País. Mas ele é covarde, ele não tem coragem para dizer “não” ao Presidente da República. Ele não tem coragem! E teve ainda o cinismo de dizer que a avó dele tinha ligado para ele pedindo para que ele relatasse a favor dos aposentados, porque ela queria ser beneficiada. Meteu a própria avó nas condições que ele faz com o Governo, nos acertos que ele faz com o Governo!

A novela deve prosseguir hoje, Senador Mão Santa. Hoje é o dia marcado para que se votem novamente os projetos do Senador Paim. Não acredito, Senador, não acredito, mas devem fazer novamente um acordo, e a ordem deve ser a seguinte: “Não quero saber de aposentados. Que morram! Prefiro dar empréstimos a países como a Venezuela, de Hugo Chávez; como a Bolívia, de Evo Morales; como Cuba; como Angola. Prefiro dar dinheiro para esses países, mas não quero regularizar a situação, não quero dar o direito dos aposentados brasileiros. E sou eu, Lula, que prometi durante a campanha dar esse direito aos aposentados, que prometi regularizar a situação dos aposentados, que digo isso”. Mostra sua verdadeira face de horror – a face de horror – aos aposentados deste País! Hoje, a novela se repete lá.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste momento, estou dando entrada no requerimento da CPI da Previdência. Talvez, nos últimos tempos, essa seja a única CPI que tenha conseguido 37 assinaturas nesta Casa, e ainda faltam quatro, garantidas. Sei que terei muito trabalho. Quero dedicar meu esforço, minha dignidade e meu suor aos velhinhos deste País. Lutarei por vocês enquanto estiver aqui. Sei que vão querer tirar as assinaturas daqui, mas não acredito que os Senadores deixem isso acontecer. Sei que vão demorar a indicar os nomes para que essa CPI funcione. Sei de tudo o que pode acontecer, Nação brasileira, mas não desistirei.

Vou dar entrada, Senador Mão Santa, daqui a pouco, nesse requerimento da CPI da Previdência. Quero que V. Ex<sup>a</sup> possa ler o documento da CPI, Senador Mão Santa. Quero que V. Ex<sup>a</sup>, que tem demonstrado tanto respeito pelos velhinhos brasileiros, possa nos ajudar a saber se a Previdência é deficitária como dizem mesmo. Mentira, Senador Mão Santa! Mentira! A Previdência não é deficitária. Mas o que quero mais mostrar aqui, Nação brasileira, é quais são as empresas que devem à Previdência? A Caixa Econômica Federal deve à Previdência. Os Correios e Telégrafos, Nação, devem à Previdência. E dizem que a Previdência não tem dinheiro para dar o reajuste dos aposentados.

Essa CPI vai esclarecer isso. Essa CPI vai mostrar isso à Nação. Com o funcionamento dessa CPI, toda semana, estarei nesta tribuna mostrando o que aconteceu lá, mostrando à Nação brasileira quais são as empresas que devem. Por que aquelas de iniciativa privada não pagam? Sabem por que não pagam? Porque, quando se está próximo das eleições, precisam delas. “Não, não mexam naquela ali, porque, naquela ali, eu tenho um amigo e, próximo das eleições, vou precisar dele.” É assim o nosso País. É assim que funcionam as coisas no nosso País, chamado Brasil querido.

E, hoje, isso está mais escandalizado. Hoje, todo mundo pode. Hoje, não pega nada com ninguém. Senador Marco Maciel, responda-me só uma pergunta, para eu descer desta tribuna: de todas as denúncias de corrupção de que V. Ex<sup>a</sup> nos últimos tempos ouviu falar ou sobre as quais leu em jornal, de todas, desde a daquele Waldomiro – aí sim, seguiu uma imensidão de corrupção –, quem está condenado? Ninguém! Nenhum! Nenhum! E termina o Governo Lula, ninguém viu, ninguém vê, ninguém é culpado.

Você não vale nada, Presidente Lula, mas eu gosto de você.

Senador Mão Santa, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Após contundente pronunciamento de Mário Couto, que representa o PSDB e o Estado do Pará, convidamos para usar da tribuna, para uma comunicação inadiá-

vel, o Senador do PMDB, Jarbas Vasconcelos. S. Ex<sup>a</sup> representa Pernambuco.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aqui tornar pública a minha posição contrária à entrada da Venezuela no Mercosul, principalmente da forma apressada e equivocada como essa questão vem sendo tratada pelo Governo Lula. A pressa, Sr. Presidente, tem uma razão de ser: no ano que vem, o Brasil elegerá um novo Presidente da República, e essa benevolência para com Chávez pode acabar.

O Presidente Lula está certo: ele e Chávez me causam desconforto. Não fico confortável com desrespeito à democracia, com ataques à liberdade de imprensa, com as barreiras aos direitos de fazer oposição e com pessoas presas por exercer atividades políticas.

Para mim, não faz diferença alguma que um ditador se apresente como de “esquerda” ou de “direita”. A História mostra que as consequências são sempre nefastas.

Tenho razões de ordem política e razões de ordem econômica para tomar esta decisão. Nada contra o povo da Venezuela, com o qual Pernambuco guarda fortes ligações históricas pela atuação do General José Inácio de Abreu e Lima, que, no século XIX, ao lado do General Simon Bolívar, lutou pela independência dos países da América espanhola.

Infelizmente, Sr. Presidente, os princípios liberais e de união continental defendidos por ambos foram completamente deturpados pelo atual mandatário da República da Venezuela, o fanfarrão Presidente Hugo Chávez.

As minhas premissas políticas para votar contra o ingresso da Venezuela são óbvias, bastando acompanhar o retrocesso que Chávez promoveu desde que chegou ao poder, em 1999. De forma autoritária, o atual Presidente venezuelano vem procurando exterminar a oposição, oprimir a imprensa e organizar uma protoditadura de inspiração fascista. Seu objetivo é claro: ficar no poder indefinidamente. Sua postura autoritária vai de encontro aos termos do Tratado do Mercosul, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

O que o Presidente Hugo Chávez quer é mais uma tribuna para expor suas teses equivocadas, suas performances caudilhescas. Ele tem como costume deselegante e inapropriado dar declarações sobre a política interna dos países vizinhos, até mesmo apoiando este ou aquele candidato.

A postura do Presidente da Venezuela é extremamente desagregadora. Toda vez que o Brasil fica à reboque de Chávez, o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim fazem nosso País passar vexame. Foi o que aconteceu em 2007, com a extradição dos boxea-

dores cubanos e, mais recentemente, com a “aloprada” operação na embaixada brasileira em Honduras.

Não podemos, Sr. Presidente, transformar o Mercosul num palco privilegiado para Chávez, no qual ele pretende expor suas idéias, um conjunto de absurdos que vem empobrecendo a economia venezuelana, tornando aquele país mais pobre e miserável. Não considero democracia o regime que Chávez implantou na Venezuela.

Também não sou daqueles que colocam as questões econômicas sobre as questões políticas. Ambas são equivalentes. Democracia e desenvolvimento devem andar de mãos dadas.

Mas vamos às razões econômicas Sr. Presidente:

A aprovação da Venezuela no Mercosul representa a entrega de um “cheque em branco” a Hugo Chávez, pois não foram acertados os termos das concessões tarifárias, como bem destacou o ex-Ministro e ex-Embaixador Rubens Ricupero.

“Trata-se de algo inédito”, ressaltou o diplomata que representou o Brasil na Organização Mundial do Comércio.

Falam que o ingresso da Venezuela vai ajudar o comércio com o Brasil. Mas o que não faltam são reclamações por parte dos exportadores brasileiros. A verdade é que Hugo Chávez “empurra com a barriga” tudo o que não é do seu interesse. E o Presidente Lula aceita essa estratégia protelatória e desrespeitosa para com o Brasil. O Presidente Luiz Inácio da Silva tem feito isso de forma reiterada.

A Confederação Nacional da Indústria, a CNI, também vê poucas vantagens práticas na entrada da Venezuela no Mercosul. Os empresários brasileiros temem um possível efeito negativo nas negociações do bloco com outros países.

**O Sr. Antonio Carlos Júnior** (DEM – BA) – Poderia V. Ex<sup>a</sup> me conceder um aparte?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Pois não, Senador ACM Júnior.

**O Sr. Antonio Carlos Júnior** (DEM – BA) – É muito importante o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> hoje sobre um assunto que nós temos obrigação de debater aqui, e V. Ex<sup>a</sup> levanta um posicionamento que é muito semelhante ao meu em relação ao assunto. Nós não podemos nos submeter aos caprichos do Sr. Chávez, até porque a entrada dele como membro pleno vai lhe dar direito a veto, e os humores do ditador Chávez nós conhecemos. De repente, ele vai vetar um assunto que interessa aos outros membros, e ele pode simplesmente vetar. E eu não entendo a submissão do governo brasileiro aos caprichos de Chávez – exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> tem colocado aqui. Portanto, eu gostaria de apoiar

plenamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Estaremos juntos aqui, no momento da discussão, para colocarmos esse posicionamento firme, contrário à entrada da Venezuela no Mercosul.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)

– Eu agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. É uma obrigação de todo democrata, de todo homem livre e que tem história de luta contra ditaduras, como nós temos, combater tudo isso. Não é possível ver o casal de presidentes argentinos, o ex-presidente e a atual presidente, tentar cercear a imprensa de todas as maneiras e o continente ficar calado, o Brasil não protestar, não deixar clara sua posição.

Aqui, no Brasil, o Estado de S.Paulo se encontra há mais de cem dias censurado. E, minha opinião, contrária a essa censura, e já externada aqui, não teve nenhuma repercussão. Há uma timidez muito grande ainda no seio da classe intelectual, estudantil, trabalhadora brasileira com relação à censura à imprensa. As manifestações de apoio ao Estado de S.Paulo são tímidas, acanhadas. Se tivessem ganho corpo em todos os Estados da Federação, sobretudo aqueles mais politizados, não tenho dúvida de que o peso dessa decisão seria contestado. Essa decisão infame contra um dos principais jornais do País se tivesse enfrentado um movimento de desagravo, um movimento de denúncia, um movimento libertário que tivesse crescido e dominado as ruas, não teria prosperado.

Evidentemente, não podemos contar com setores da classe estudantil, porque hoje a UNE é um departamento chapa branca do Governo Federal, só vai às ruas para defender a Petrobras, por quem é financiada.

De forma que continuo achando que é tímida ainda a ação do Brasil, sobretudo daquela classe que tem acesso aos meios de comunicação, à internet, à televisão, aos jornais, que é bem informada.

O Presidente Lula voltou novamente esta semana a falar em terceiro mandato. O terceiro mandato só poderia acontecer através de um golpe. Antes poderia ser um golpe institucional, através do Congresso Nacional; poderia ter passado na Câmara, e eu tinha minhas dúvidas se passaria ou não no Senado da República. Agora, que se julga à cima do bem e do mal, empurra goela a baixo da nação a Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff, que é despreparada e extremamente autoritária. Há menos de dez dias, a ministra Dilma disse que o Brasil não teria novo apagão elétrico, e o País se submeteu ontem a um vexame profundo: grande parte do País ficou às escuras, exatamente por falta de esclarecimentos, por parte da Ministra, que é candidata a Presidente da República, que diz que este Governo dá de quatrocentos a zero no anterior, que nos fez passar

por um vexame daqueles, porque ela mentiu à nação. O nome é esse. A gente não pode escamotear declarações: ela mentiu; reuniu a imprensa no Rio de Janeiro e disse que o Brasil estava livre de apagões.

Então, é preciso que se tomem providências contra tudo isso.

O Presidente da Venezuela faz o que quer. Agora mesmo está declarando de forma ridícula, na base da chacota, como sempre fazem os fanfarrões, pois todo fanfarrão que eu conheci na minha vida é sempre assim, busca uma forma exuberante para dizer asneiras, lorotas e bobagens, guerra a Colômbia, uma guerra que todo mundo sabe que não existe. O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, é um expert em fazer tudo isso. Mas os defensores de Chávez defendem que não vai haver guerra nenhuma, que está longe. Ainda ontem um passou aqui por esta tribuna e disse que: “só a mais inocente das criancinhas poderia acreditar que seria deflagrada uma guerra entre a Venezuela e a Colômbia.”

Não fomos nós, ninguém disse isso. Quem disse foi Hugo Chávez. Então essa é a realidade do nosso continente, inclusive o Brasil é prova disso, diante da mediocridade que reina hoje dentro do País; A Argentina, a Venezuela, o Equador, e a Bolívia caminham para o autoritarismo. Atingem primeiro a liberdade de imprensa, depois a liberdade de ir e vir, fraudam o calendário eleitoral, suprimem eleições, enquanto o continente fica passivo. Essa é que é a grande verdade. Não vejo uma movimentação, não vejo brasileiros, intelectuais, artistas, líderes, políticos, ex-políticos, pessoas detentoras de mandato, sem mandato, procurar fazer uma articulação não só dentro do Brasil, mas no continente, para deter o avanço do autoritarismo, que para mim pouco interessa se é de direita, se é de esquerda.

Pois bem, Sr. Presidente, esse medo tem nome e sobrenome: Hugo Chávez. O Presidente da Venezuela será um obstáculo às negociações do Mercosul com outros blocos econômicos, pois as decisões do mercado comum devem ser por consenso. Alguém imagina consenso numa negociação com Chávez? Alguém imagina isso, Senador ACM Júnior? É impossível. Consenso para ele só existe em torno das suas idéias retrógradas.

Sr. Presidente, não me iludo e não vou aceitar chantagens do Governo Lula nem tampouco do governo de Hugo Chávez.

Chávez tem idéia fixa em se perpetuar na Presidência da Venezuela e de levar sua visão de mundo para todos os países da América Latina.

Eu vou repetir a frase: Chávez tem idéia fixa em se perpetuar na Presidência da Venezuela e de levar a sua visão de mundo para todos os países da América Latina – alguns deles já caminham para isso. Não quero ter o peso da consciência de que ajudei um pro-

ditador a ganhar uma tribuna para pregar a desunião e o autoritarismo em toda a América Latina.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.*

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Pois não. Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo encaminhar um voto de pesar pelo falecimento do Padre Guido Tonelotto, da Paróquia de São José de Mossoró, que foi uma das mais importantes referências na assistência a crianças e jovens nos bairros pobres de Mossoró e que serve de modelo para outras entidades de programas sociais.

O Padre Guido nasceu na Itália e chegou ao Brasil inclusive pelo seu Estado, Sr. Presidente, porque foi diretor do colégio salesiano na cidade de Carpina, Pernambuco; depois ele foi para os colégios Do Carmo, em Belém do Pará, e D. Bosco, em Manaus, Amazonas; em seguida foi para o nosso Estado, Rio Grande do Norte, quando foi convidado para dirigir o Colégio São José, em Natal, e, em seguida, trabalhar na Diocese de Santa Luzia, em 1973. Lá, iniciou seus trabalhos como Pároco em Martins, Rio Grande do Norte, e, depois, partiu para ser vigário da Paróquia de São José, na cidade de Mossoró.

Mas Padre Guido teve um trabalho social que merece de todos nós o aplauso e o reconhecimento. Ele criou o Projeto Esperança. Em 1977, recém-formada, recebi, no pronto-socorro, uma criança com um cartão de Padre Guido, pedindo para eu atender aquela criança. Ele dizia assim: “Dr<sup>a</sup> Rosalba, você não me conhece, mas eu já estou colocando na sua poupança do céu. Atenda essa criança”.

A partir daí, começamos a participar do seu projeto, que tinha um lema muito interessante: “*Criança salva criança*”. Era um trabalho social de resgate de criança de rua, de dar oportunidades educacionais e nutricionais. Ele movimentou entidades internacionais com recursos para poder atender essas crianças.

Quando tive a oportunidade de ser gestora da nossa cidade, a parceria foi ainda maior, porque a criança, como Padre Guido me ensinou, tinha que estar em primeiro lugar.

Com certeza, todos os anjos o recebem de braços abertos. Lá do céu, ele vai mandar muita luz para que

possamos continuar valorizando, apoiando e fazendo pela criança do nosso Estado e do nosso Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– A Mesa se associa à manifestação da Senadora Rosalba Ciarlini, posto que o padre a que ela se reportou teve uma longa militância em Pernambuco e foi realmente um modelo de sacerdote e de cristão.

Concedo agora a palavra, como Líder, ao nobre Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fiquei muito feliz em ver a homenagem prestada a V. Ex<sup>a</sup> na Comissão de Justiça hoje. Aliás, é bem na Comissão de Justiça mesmo que o retrato de V. Ex<sup>a</sup> tem de estar, pois V. Ex<sup>a</sup> é um homem que cultiva a justiça, a seriedade, a decência, a ética. V. Ex<sup>a</sup> é exemplo para todos nós. É um orgulho podermos conviver no Senado com V. Ex<sup>a</sup> nesse período em que V. Ex<sup>a</sup> é Senador. Quando foi Vice-Presidente e Presidente da República, V. Ex<sup>a</sup> sempre atendeu a todos, não só com a humildade que o caracteriza, mas também com a eficiência que também o caracteriza. V. Ex<sup>a</sup> é um homem discreto, mas muito eficiente. E não precisa gritar nem falar alto para estabelecer sua liderança, que é conhecida por todo o País. É um orgulho poder conviver com V. Ex<sup>a</sup> no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 41, que votamos na Comissão de Justiça mesmo, que já foi presidida por V. Ex<sup>a</sup>, e que entendo que é um passo importante – não é tudo, mas é um passo importante – para começarmos a falar em segurança pública concretamente no País.

Está aqui presente o Deputado Abelardo Lupion, que tem um relacionamento muito respeitoso com a Polícia Militar do Paraná, como eu tenho. Não é possível que a gente fale que, para oferecer segurança à população, temos de colocar o Exército na fronteira porque as drogas por lá estão entrando. Temos de colocar a Polícia Federal junto com o Exército para impedir a entrada de armas; isso é preciso. Precisamos aumentar o efetivo da Polícia. No Paraná, por exemplo, calcula-se que é preciso aumentar em cinco mil homens o efetivo da Polícia Militar já, ontem. Faltam policiais nas ruas para oferecer segurança à população.

Falamos que é necessário também equipamentos modernos, serviços de inteligência, veículos. Precisamos equipar não só a Polícia Militar, como também a Polícia Civil. Precisamos integrar as Polícias. Tudo isso é verdade. Nós precisamos oferecer mais segurança à população,

com uma estrutura policial adequada aos novos tempos. Se, no Paraná, há uma defasagem que chega a cinco mil homens – estou falando por baixo –, no Brasil, em praticamente todos os Estados, isso não é diferente.

Mas e o policial? Quem está falando do policial? Aí falo da PEC nº 41, do Senador Renan Calheiros. Conversei com um amigo meu, o Eduardo, que me disse: “Olha, essa PEC é muito importante porque oferece dignidade aos policiais”. E o Eduardo me falou: “Fala sobre isso da tribuna do Senado”. Estou falando isso com muito prazer, porque não adianta ficarmos discutindo só a estratégia que deve envolver a segurança pública no País se não discutirmos aqueles que vão executar essa estratégia. E quem vai executar essa estratégia? É o policial militar, é o policial civil, é o Corpo de Bombeiros, que não estava na PEC, mas que foi incluído na votação na Comissão de Justiça. E o que essa PEC está propondo? Um piso salarial para todos os policiais do País.

Então, vamos lá: no Estado do Paraná, um policial entra ganhando R\$1,6 mil. Conheço policiais que são obrigados a morar muito distante do local em que trabalham, muitas vezes em condições pouco recomendáveis, pouco adequadas, em função do salário que recebem, que não lhes permite oferecer à sua família a segurança que eles são obrigados a oferecer para a comunidade, para a sociedade.

Então, é cobrado muito da Polícia. Polícia tem de oferecer segurança, e tem mesmo. Tem de se cobrar mesmo, mas quem cobra tem de dar dignidade a esses policiais, que precisam receber um salário, uma remuneração justa pelo trabalho de risco que desenvolvem, pelo trabalho nobre que desenvolvem, que é oferecer segurança. E aí a PEC que estabelece o piso não fixou valor; isso tem de ficar para o Executivo.

A pergunta que surge é a seguinte: como anda o salário da Polícia no País? No Paraná, é de R\$1,6 mil; em Sergipe, do Senador Valadares, que estava aqui há pouco, o salário inicial é de R\$3 mil, se não me engano.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Estou aqui.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Por que o salário recebido no Paraná não pode ser igual ao de Sergipe? Em Santa Catarina, o salário do policial é de mais de R\$2 mil. Então, em cada Estado, existe um piso diferente, e é claro que as condições de trabalho não são iguais. Se a remuneração não é igual, as condições de trabalho também não são iguais.

Para que estabeleçamos realmente o início de uma conversa séria sobre segurança pública, temos de oferecer uma remuneração digna aos policiais civis e militares de nosso País, porque eles, sem receberem esse salário, não podem oferecer às outras famílias o que não têm dentro da sua casa. A segurança que eles têm de ofere-

cer à sua família é a segurança que lhes é cobrada para oferecer para todas as famílias da sociedade.

Quando digo isso, digo com conhecimento de causa, porque, viajando pelo Estado, na nossa caravana, fazendo o Projeto Paraná, planejando o futuro do Estado, converso com os policiais civis e militares e vejo que há uma insatisfação e um anseio por parte deles. Eles querem realmente melhorar o serviço que estão oferecendo, mas querem também ter, nesse serviço que estão fazendo, melhores condições de trabalho.

Essa PEC foi votada na Comissão de Justiça e precisa vir para o plenário. Estou aqui para fazer um apelo. Votamos aqui outras emendas constitucionais quebrando interstício, quebrando prazos, mas essa é urgente. Recentemente, não houve uma chacina em Curitiba, que, até agora, era considerada uma cidade segura? Não estamos discutindo, no Paraná inteiro, o problema de segurança que aflige, em cada região, a população? Não há uma família que não esteja discutindo o problema de segurança. Então, essa PEC não é urgente, se tantas outras foram votadas aqui?

Outro dia, vi uma PEC para Rondônia sendo votada aqui com quebra de interstício, para que Rondônia incorporasse os mesmos direitos dos outros territórios. Reconheço que isso é importante para Rondônia, mas será que essa PEC de que falo não tem a mesma importância ou até mais? E, naquela, quebraram-se os prazos.

Estou aqui para dizer que é importante votar essa PEC neste ano, Sr. Presidente, no Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> preside a Mesa, e vou deixar registrado esse pedido, para que a Mesa do Senado – e vou fazer um requerimento – estabeleça a mesma regra oferecida à PEC de Rondônia para a PEC nº 41, que trata do piso salarial para policiais militares e policiais civis, para que possamos votá-la, no primeiro turno e no segundo turno. Dessa forma, vamos estabelecer o quê? Um direito que está sendo negado às Polícias de todo o País, que é o piso salarial.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sim, já lhe vou conceder o aparte.

Lembro-me de que, quando votamos aqui o piso salarial para professores, alguns Governadores disseram: “Não dá para pagar o piso salarial”. Mas o piso salarial virou realmente lei, porque foi para o Supremo, e o Supremo reconheceu que era uma lei legítima e constitucional. Agora, queremos o mesmo para a Polícia Civil e para a Polícia Militar.

Fui Relator, naquela oportunidade, do piso salarial para professores, em um projeto de lei feito pelo Senador Cristovam Buarque. Agora, estarei aqui, Sr. Presidente, vigilante, para que se dê o tratamento

adequado a essa PEC dos policiais, para que ela seja votada este ano ainda, dispensando os prazos, os interstícios regimentais. Mas podemos, por votação da maioria dos líderes, dispensá-los, para que isso seja resolvido ainda este ano.

Senador Valadares, V. Ex<sup>a</sup> está aí com o adesivo no peito da PEC dos jornalistas, exigindo que se tenha o diploma de jornalista para exercer a profissão. Já declaro aqui: V. Ex<sup>a</sup> tem meu apoio a essa PEC de V. Ex<sup>a</sup> também, porque ela é importante. Para se exercer a função de advogado, deve-se ser advogado; para se exercer a de agrônomo, deve-se ser agrônomo; e, para se exercer a de jornalista, deve-se ser jornalista. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Concedo-lhe o aparte.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço-lhe, Senador Osmar Dias, seu apoio antecipado à chamada PEC dos jornalistas, que hoje já começou a ser discutida na Comissão de Justiça. Senador Osmar Dias, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento em que recomenda à Mesa do Senado a votação, o mais brevemente possível, da PEC nº 41, que trata do piso salarial dos policiais militares e também da Polícia Civil. É da maior importância que isso aconteça. O Senado Federal tem acompanhado o que está acontecendo em todo o Brasil. Infelizmente, a violência tem se acentuado não só nos grandes centros, nas periferias dos grandes centros, mas também na zona rural, no interior deste Brasil imenso. E, para dar conta de uma situação tão grave como essa, temos de não apenas dar um bom salário ao policial militar ou ao policial civil, como também qualificá-los adequadamente para enfrentar a bandidagem, o banditismo, a violência, os bandidos, que estão muito bem armados e preparados. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Vamos dar uma remuneração condigna aos policiais, porque, no dia a dia, eles arriscam a vida, podendo deixar viúvas, filhos ao deus-dará, sem um pai para criá-los, só uma mãe para sustentá-los. V. Ex<sup>a</sup>, ao acudir os policiais militares e civis, neste momento em que tramita uma PEC que ainda não foi votada pelo Plenário, demonstra sensibilidade humana, que, aliás, é típica de V. Ex<sup>a</sup>, da sua família, da sua carreira pública. Meus parabéns! Conte com meu apoio! A PEC do Senador Renan Calheiros merece todo o nosso apoio e deve ser votada o mais brevemente possível por esta Casa.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Valadares. O que estou propondo aqui – o Senador Calheiros chegou agora – é que votemos essa PEC este ano, dispensando os prazos, porque ela é importante para começar essa conversa sobre segurança pública no País.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Devem-se quebrar os interstícios, todos os in-

terstícios. E as lideranças vão assinar o requerimento, tenho certeza.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Exatamente. Vou fazer esse requerimento, vou apresentá-lo. Peço já ao meu gabinete que providencie isso, para que eu possa colher as assinaturas. Devemos, sim, falar sobre segurança e trabalhar muito nos nossos Estados para unir a sociedade, para fazer a Polícia Comunitária, a mais moderna que for possível fazer, mas não vamos fazer isso acontecer sem dar dignidade àqueles que são os agentes dessa segurança, ou seja, os policiais militares e os policiais civis.

O Senador Tenório quer um aparte?

Vou encerrar com esse aparte, Sr. Presidente.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Senador Osmar Dias, V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna uma questão relevante no País hoje, que é a questão de segurança, evidentemente focada na PEC do Senador Renan Calheiros, que propõe atendimento específico para a questão do piso salarial dos nossos defensores militares. Eu gostaria de chamar a atenção para um ponto que me parece importante. O Brasil viveu um momento, eu diria, recentemente, em que o não se alimentar era a maior praga que existia neste País. Com todo esse avanço tecnológico que houve na agricultura, em que se produziram alimentos cada vez mais baratos, e com os projetos sociais que o Governo implementou, tudo isso deixou de ser um problema. Hoje, a alimentação é absolutamente assegurada para qualquer cidadão brasileiro, seja ele da classe A, B, C ou D. A praga que se abate sobre o País hoje é outra: é a insegurança. Isso é algo absolutamente generalizado na minha Maceió, na sua Curitiba. Evidentemente, em cada região, isso ocorre com maior ou menor intensidade, mas o fato é que realmente ela tornou-se a grande praga que afeta a vida nacional. Portanto, toda iniciativa que vier a ser trazida no sentido de atenuar essa questão e de colaborar para que essa deixe de ser nossa nova praga é bem-vinda e aprovada. Portanto, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> e apoiar completamente sua preocupação em dar a máxima urgência a esse projeto, no sentido de que possamos, dessa forma, colaborar de maneira decisiva para que essa praga seja, se não debelada completamente, pelo menos atenuada.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Tenório.

Sr. Presidente, vou encerrar, agradecendo-lhe a tolerância e dizendo que vou apresentar o requerimento, pedindo a quebra de interstício, esperando que os líderes possam apoiá-lo, porque, assim, vamos começar a conversar com mais seriedade sobre segurança pública no País, com piso salarial para os policiais militares e civis.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo agora a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Francisco Dornelles; a seguir, alternando com as Lideranças, ao Senador José Agripino.

Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem,) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse para falar como Líder do PSB.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os dispositivos constitucionais em vigor não garantem a imunidade plena e integral das exportações, ao contrário do recomendado pela teoria e da prática mundialmente adotada.

A Carta Magna prevê que não incida o IPI e contribuições sobre vendas para o exterior, como também o ICMS estadual. Porém, eles incidem sobre insumos, outros bens e serviços que são utilizados pelos exportadores para fabricarem e venderem para o mercado externo. Eles podem ser utilizados para abater o tributo devido nas vendas para o mercado interno, mas isso nem sempre é suficiente para aqueles que muito exportam.

Eles acabam acumulando saldos contra o Fisco, que muitas vezes dificulta ou nada devolve ao exportador, o que faz com que, indiretamente, as exportações acabem sendo tributadas.

A imprensa noticiou há poucos dias que se estima em cerca de R\$20 bilhões o total de tributos cobrados a mais dos exportadores. O acúmulo do IPI/ PIS/Cofins foi considerado por 29% dos exportadores e de ICMS estadual por 44% dos exportadores um grande problema, um “problema muito grave” para as empresas brasileiras.

Foi dentro desse contexto, que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, por unanimidade, o projeto de minha autoria, relatado pelo Senador Tasso Jereissati.

O projeto estende o crédito do IPI nas operações que envolvam bens de capital e bens de uso e consumo. No caso do PIS e da Cofins a extensão alcança os bens de uso e consumo.

O projeto aprovado na CAE implanta, de forma definitiva, a sistemática de crédito financeiro, que permite às empresas recuperar todo e qualquer tributo federal sobre as compras que realizam, inclusive de bens para uso e consumo próprio e para o ativo permanente.

As mudanças prosseguem, Sr. Presidente, ao ampliar e agilizar o aproveitamento dos saldos credores acumulados, especialmente por exportadores e investidores. Eles poderão transferir para terceiros e também compensar em relação ao que devem para a União em qualquer imposto ou qualquer contribuição, social ou econômica.

O presente projeto permite também que o valor do ressarcimento seja acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

O projeto aprovado, Sr. Presidente, constitui um primeiro, importante e grande passo para a correção de equívocos e injustiças perpetuadas há décadas no setor tributário contra o empresariado brasileiro.

Não se realiza reforma tributária de uma só vez, Sr. Presidente. Não se realiza reforma tributária somente quando aprovamos emendas constitucionais. Leis ordinárias, como este projeto ontem aprovado pela CAE, contam muito. O Senado Federal, aprovando essa medida, vai atenuar os efeitos do câmbio valorizado, promovendo também uma inegável redução do Custo Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – A Mesa agradece a V. Ex<sup>a</sup> pela cooperação que prestou, inclusive, em seu discurso, ficando aquém do tempo destinado.

Agora, concedemos a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Líder José Agripino.

Nós observamos o critério de alternância entre oradores inscritos e Líderes. Assim, agora, concederei a palavra ao nobre Senador José Agripino, Líder do DEM; e, a seguir, ao Senador Renato Casagrande.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, as tevês, os jornais, os *sites* de internet, de ontem à noite para cá, têm uma única manchete, que preocupa V. Ex<sup>a</sup>, preocupa-me e preocupa o Brasil inteiro e tem de ser razão de preocupação real: a reincidência de um apagão de energia elétrica.

A uma primeira análise, são dadas mil explicações.

Eu sou, Sr. Presidente, engenheiro de formação, fui administrador público, governador e prefeito, exerci a minha profissão de engenheiro e tenho o mínimo de conhecimento técnico. E tenho a obrigação de me debruçar sobre questões técnicas, até pela minha formação. Isso tudo me leva a uma preocupação dobrada, por razões técnicas e por razões políticas.

Sr. Presidente Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> se lembra do apagão aéreo ocorrido há dois anos, decorrente de uma superdemanda de passageiros que provocou um acúmulo de voos que, na sua maioria, em nosso País, começam ou terminam em São Paulo, que congestionaram Congonhas, Guarulhos etc.? Por via de consequência, provocaram uma balbúrdia geral, potencializada por uma manifestação grevista de controladores de voo – apenas, na minha opinião, potencializada. O que havia era uma superdemanda de passageiros e um acréscimo expressivo no número de voos. Ocorreu o

apagão aéreo, e o Governo, que, em nenhum momento, dispôs-se a resolver a questão dos controladores de voo de forma republicana, anunciou, à época, um mundo de investimentos e providências. De trem-bala à pista adicional em Guarulhos, tudo foi anunciado.

São decorridos dois anos. O País entrou numa crise, a crise disfarçou o problema do acúmulo de voos, os aeroportos como que normalizaram o seu funcionamento e, agora, retoma-se, graças a Deus, uma situação de normalidade. Queira Deus que não voltemos a ter, como já há ensaios, superdemandas de voos com congestionamento de aeroportos.

Agora, o mais grave: V. Ex<sup>a</sup> ouviu falar em algum investimento, dos anunciados, no aeroporto de Campinas, ou de Guarulhos, ou de Congonhas, ou no Galeão? Nada. Absolutamente nada do que foi prometido aconteceu. Nada, nada. A crise aconteceu e nada sucedeu.

Muito bem. O que é que eu suponho? Eu estou supondo que o apagão elétrico que aconteceu ontem seja a ponta de um **iceberg** muito mais perigoso do que o foi o apagão aéreo. O apagão aéreo se deu em função de uma circunstância, de uma infraestrutura deficiente. O apagão elétrico, Presidente Marco Maciel, na minha opinião, é produto de um marco regulatório defeituoso, que está impedindo – e eu alertei – investimentos públicos e privados.

Presidente Marco Maciel, há mais ou menos cinco anos, cinco anos e quebrado, tivemos uma reunião, no gabinete do então Líder do Governo no Senado, Senador Aloizio Mercadante, reunião de todos os Líderes partidários com a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que trazia à discussão o modelo de marco regulatório do setor elétrico, assunto que eu havia estudado como técnico, como engenheiro e como político. Havia estudado e havia feito a minha avaliação crítica. No novo marco regulatório, estavam presentes duas figuras importantes: a energia chamada “energia nova” e a energia chamada “energia velha”.

O que é a energia nova? É a energia que se pretendia instalar pela via de investimentos novos. A energia velha era a energia produzida pela Chesf, a nossa Chesf, por Furnas, Três Marias, Itaipu, as estações que já existem.

O modelo do marco regulatório, contra o qual eu me insurgi e contra o qual fui até o fim – e, ao final, votamos por um acordo para evitar o pior –, beneficiava com tarifa a energia velha para capitalizar o setor estatal e penalizava a energia nova, diminuindo a tarifa para quem produzisse energia nova, como se fosse possível cobrar menos. Seria ótimo cobrar menos de tarifa de energia elétrica, desde que a energia existisse. Agora, é o que eu dizia: levar para a energia nova

uma tarifa que não fosse compensatória poderia levar ao pior dos mundos, que era o não investimento. Eu fui derrotado. A tese da Ministra Dilma ganhou.

O que acho que está acontecendo? Estamos diante da ponta de um *iceberg*.

Senador João Tenório, todos nós em casa temos circuitos elétricos. Quando se liga um motor elétrico com um consumo acima do que aquele fusível é capaz de suportar, o fusível estoura e pode apagar apenas aquele circuito localizado ou a casa toda.

O que aconteceu ontem? Uma superdemanda. Decorrente de quê? Do calor que provocou um superuso de ares-condicionados ou foi a indústria que voltou a crescer e a consumir energia elétrica, que se poderia ter suposto consumida no ano passado não fora a crise? Mesmo com o nível dinâmico da água das barragens lá em cima, porque choveu muito e continua a chover, não houve carga suficiente para atender àquela demanda sugada. E ocorreu um apagão localizado, que provocou o desmoronamento de um castelo de cartas.

É técnico. Na hora em que um grande sistema desliga por excesso de demanda, desligam-se outros. E desligou a energia do Sul-Sudeste todo. Provocou-se um apagão em função, Presidente Marco Maciel, de – é o que suponho e temo – falta de investimento em razão de um marco regulatório defeituoso que privilegiou a energia velha – a estatal – em detrimento do capital que queríamos ver investido na energia nova para sustentar o crescimento do País, que não aconteceu.

Tenho o direito de imaginar que tenha sido isso. Vi o Presidente Lula numa entrevista que concedeu, ao lado do Presidente Shimon Peres, dizendo que nunca ninguém investiu tanto no País em interligação de sistemas – até admito. Como não houve investimento, na geração de energia elétrica, em hidrelétricas, o Governo bypassou, fazendo investimentos maciços na interligação dos sistemas como que para compensar. No entanto, interligação de sistema funciona, mas pode ocorrer problema como o de ontem. Se há sobrecarga e não há geração de energia elétrica como dado suficiente, explode o sistema interligado todo.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> permite, Senador?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Então, pode até ser que tenha havido investimento pesado, sim, em interligação. Mas em geração de energia elétrica? Ah, não.

Senador Alvaro Dias, vou ouvir V. Ex<sup>a</sup> com muita atenção, agora acho que nós estamos diante de um megaproblema, que significa, na verdade, a cara desse Governo – já ouço o Senador Antonio Carlos Júnior – , de um modelo que tem que ser olhado não por nós,

mas pelo País, porque é um modelo que não conduz à modernidade. E nós sofremos ontem um apagão, que pode se repetir.

Já vou fazer outras considerações, após ouvir, com muito prazer, V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador José Agripino, é muito bom ouvi-lo com conhecimento técnico sobre um assunto que deve, sim, nos preocupar e muito, e V. Ex<sup>a</sup> faz a necessária advertência. Eu ouvi algumas pessoas que têm conhecimento técnico, e resumi exatamente na linha do que vem V. Ex<sup>a</sup> dissertando. Primeiro, planejamento em investimento, nesse período, foi direcionado para a conexão Norte-Nordeste. Não houve preocupação em referência à região Sul e Sudeste, que está operando no limite. Esta é uma informação técnica: está operando no limite. Furnas tem um plano de incentivo para aposentadoria, e os melhores técnicos não são repostos, baixando o nível operacional. Em conclusão, o sistema Sul-Sudeste está no limite e qualquer pequeno problema seja ele operacional, técnico ou pessoal derruba todo o sistema. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, os investimentos, pelo menos no que diz respeito à conexão Sul-Sudeste, estão muito aquém da necessidade. Especialmente agora com a proximidade do verão esse sistema está operando no limite. E repito, qualquer problema de natureza técnica, ou pessoal, ou operacional acaba derrubando todo o sistema como ocorreu ontem. Portanto, os nossos cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, e o que nos preocupa, sobretudo, é ver o governo minimizando o problema, como fez o Ministro da Justiça, dizendo que é um mini problema. Isso não é miniproblema, é um problema da maior gravidade. Os prejuízos são imprevisíveis, não é só o desconforto. Há prejuízos imprevisíveis como tivemos no dia de ontem, e o governo precisa ser chamado à responsabilidade, o que V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem, com competência técnica inclusive.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> coloca com precisão e reafirma as minhas suspeitas e as minhas expectativas. As minhas informações coincidem com as de V. Ex<sup>a</sup>. O Governo minimiza, por muitas razões, mas fundamentalmente porque o responsável maior pela causa desse apagão, se estivermos certos, é um modelo que tem uma mãe. A mãe desse modelo chama-se Dilma Rousseff, que é candidata à Presidência da República, e que terá que responder, evidentemente, a razão da falência do modelo se estivermos certos. Se tiver sido modelo montado por S. Ex<sup>a</sup> que não tiver promovido, que não tiver sido capaz de promover os investimentos públicos e privados, permitindo apenas que o Governo procurasse numa meia-sola interligar os sistemas com linha de transmissão que foram incapazes de evitar o apagão pela explosão do primeiro fusível.

Há um outro dado, Senador Alvaro Dias, houve o apagão elétrico no Governo Fernando Henrique Cardoso motivado por falta de geradora? Sim, mas motivada fundamentalmente pelo nível dinâmico das águas das barragens que foi ao nível crítico e produziu racionamento ou produziu deficiência na produção de Paulo Afonso, de Furnas, Três Marias, do sistema hidrelétrico brasileiro praticamente todo.

O que fez o Governo? Foi obrigado a fazer um plano de guerra com prejuízo para todos como estamos tendo prejuízo agora. As companhias de água estão com administração confusa, porque faltou energia elétrica uma hora, duas, três. O abastecimento dos reservatórios fica comprometido e a distribuição da água idem. O planejamento de investimentos na cabeça de quem tem dinheiro e coragem para investir, está hoje uma confusão porque ninguém sabe se vai valer a pena investir, porque não sabe se há infraestrutura elétrica para suportar o investimento e a produção. Um mundo de dúvidas surgem. E, veja, a isso tudo se soma uma coisa chamada ineficiência administrativa.

Senador Álvaro, V. Ex<sup>a</sup> sabe que uma das providências tomadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso foi a construção de muitas termoelétricas. No meu Estado, tem uma grande, a Termoaçú. Neste apagão, pelo fato de a interligação não estar feita, a conexão não estar feita, nenhuma termoelétrica foi despachada, nada entrou em funcionamento. Por quê? Porque não há acuidade, não há interesse, não há eficiência administrativa em administrar um sistema integrado.

Temos que refletir sobre isso tudo, porque este País é o País onde nós moramos. Queremos o melhor para o futuro deste País. Se houve erros no passado, que nos sirvam de lição. E se erros acontecem agora, vamos corrigi-los e vamos colocar a responsabilidade sobre quem tem a responsabilidade de ter produzido o problema.

Ouçõ com prazer o Senador ACM Júnior.

**O Sr. Antonio Carlos Júnior** (DEM – BA) – Senador José Agripino, é importantíssimo o pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz hoje para, exatamente chegar ao ponto que V. Ex<sup>a</sup> tocou, o mais importante que vejo. O Governo diz: não, vamos crescer nos próximos anos a taxas elevadíssimas. Isso não vai ser possível, se não houver aumento substancial no investimento, investimento total, público e privado. Mas para que haja aumento no investimento, algumas condições são necessárias: carga tributária menor, juros mais baixos e infraestrutura, coisa que, pela incapacidade do Governo, em função das contas públicas – o Governo tem um gasto excessivo com custeio –, não sobra nada para investimento. Ora, se o Governo não investe, que é uma tradição antiga dos Governos mas à custa de um déficit público elevado, que não é mais possível

hoje, então, o que tem que haver? Como V. Ex<sup>a</sup> disse: marcos regulatórios que sejam compensadores, para que a iniciativa privada venha investir na infraestrutura. Se houver marcos regulatórios satisfatórios, com carga tributária menor e com um déficit público contido para que os juros possam cair mais, o setor privado vai investir em infraestrutura. O setor público não vai conseguir fazer, a não ser às custas daquele exemplo que V. Ex<sup>a</sup> deu, quer dizer, privilegiar a energia velha para capitalizar empresas estatais, prejudicando a energia nova, que seria de empresas da iniciativa privada. O setor público não tem capacidade de fazer novos investimentos e, se for para o marco regulatório errado, ninguém vai investir. O setor privado não investirá em infraestrutura, não teremos infraestrutura, não teremos investimento, não teremos crescimento. Então, vejam como tudo isso fica interligado. E é importantíssimo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> porque a energia, digamos, é o ponto crucial da infraestrutura. Isso pode fazer com que crescamos menos do que poderíamos crescer se tivéssemos investimentos a partir de infraestrutura de marcos regulatórios satisfatórios, para que o setor privado venha a se interessar em investir em infraestrutura, que foi uma tradição do setor público.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Senador ACM Júnior, obrigado pela manifestação. E veja V. Ex<sup>a</sup>, eu via...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Senador José Agripino, estamos já às 17 horas e 11 minutos, precisamos começar a Ordem do Dia, farei um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para não conceder mais apartes...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – ... porque tenho o compromisso em dar a palavra a seguir, como orador inscrito, ao Senador Renato Casagrande, após o que, começaríamos a Ordem do Dia e, assim, de alguma forma, possamos cumprir parcialmente a pauta de hoje, sobretudo sobre os temas a respeito dos quais há acordo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a compreensão e me submeto evidentemente às normas regimentais, respondendo, ainda que rapidamente, e pedindo desculpas ao Senador Eduardo Azeredo, ao Senador Antonio Carlos Valadares, ao Senador João Tenório e ao Senador Colombo.

Mas, Senador ACM Júnior, eu vi, num portal da internet agora à tarde, uma informação que me causou muita inveja. A produção industrial da China cresceu mais de 16%, de outubro de 2008 a outubro de 2009, dentro da crise – 16%. Agora, V. Ex<sup>a</sup> sabe como a China vem se comportando em matéria de investimento em infraestrutura, mesmo dentro da crise. Isso que é

modelo para combater a crise. E os números falam por si só: enquanto a produção industrial do Brasil desaba, a da China, que teve a coragem de fazer investimentos e teve a competência para fazê-los, cresceu 16% na produção industrial; investiu maciçamente na provisão de infraestrutura, e tem números absolutamente formidáveis para exibir.

Não conheço, Senador João Tenório, nenhum investimento – como o Senador ACM Júnior falou: o modelo da energia velha que foi beneficiado com uma tarifa gorda – para produzir o robustecimento econômico da Chesf, de Furnas, Três Marias, Itaipu... Eu não conheço nenhum investimento feito por essas estatais ou nas suas estruturas ou fora delas.

Não conheço, estou pedindo informações. Não conheço nenhum investimento privado, maciço, em tempo previsto e cumprido o cronograma, feito com capital privado. Por essa razão é que estamos tendo esse apagão, decorrente de um modelo que tem de ser revisto. Talvez o apagão de ontem produza a grande correção de rumo que esta País tem de enfrentar.

Nesse sentido, Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um pedido de informações, solicitando ao Ministro das Minas e Energia, nosso dileto e querido colega, Senador Edison Lobão, informações sobre qual o montante investido pelo setor público na geração de energia elétrica nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Sul e Sudeste, separadas. Da mesma forma, quanto foi investido pelo setor privado, nas mesmas regiões – aquele da tarifa da energia nova – em centrais hidrelétricas, em PCHs, que são pequenas centrais hidrelétricas e em fontes alternativas de energia. É o mínimo que nós precisamos fazer de imediato.

Vou esperar as explicações que não foram dadas por parte das autoridades do Governo sobre o apagão. Não vou conformar-me com explicações superficiais. Como brasileiro tenho obrigação de ir fundo, antes que seja tarde. E o apagão de ontem foi um alerta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Concedo agora a palavra...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Com a palavra, pela ordem, o Líder Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz um acordo com o Senador Casagrande para que nós pudessemos, antes da fala de S. Ex<sup>a</sup>, entrar na Ordem do Dia, pois apenas um item foi acordado. É exatamente a votação do Projeto de Resolução nº 73. Depois, o Senador Casagrande usará a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Pois não.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes eu gostaria de uma informação de V. Ex<sup>a</sup>. Depois do Senador Casagrande, qual é o Líder que está inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – O Senador Arthur Virgílio e, posteriormente, o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Ah, então sou o segundo na ordem de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – É.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RAIMUNDO COLOMBO** (DEM – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Pois não.

**O SR. RAIMUNDO COLOMBO** (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara e os nove Vereadores do Município de Curitiba.

Em nome do Parlamento, saúdo a todos os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Pois não, nobre Senador Raimundo Colombo, a Mesa registra a visita de ilustres conterrâneos de V. Ex<sup>a</sup> nas tribunas do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Sobre a mesa projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 2009**  
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

**Altera o dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto o inciso II do **caput**, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente

líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

O limite anual para o comprometimento da receita com amortização e encargos da dívida é calculada

pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada, limitado ao exercício de 2027. A introdução dessa limitação teve por objetivo evitar que os estados que refinanciaram suas dívidas ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, não fossem eventualmente prejudicados com a inclusão de períodos em que o referido índice fosse influenciado pelo financiamento dos resíduos do endividamento.

Contudo, essa limitação pode prejudicar o limite de outros estados que apresentam uma trajetória decorrente do serviço da dívida mais acentuada, embora além do exercício de 2027. Assim, a proposta visa a corrigir eventuais distorções decorrentes da aplicação da norma.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2009.

– Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11 DE 2009  
NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PROJETO NA REUNIÃO DE 15/11/09 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-SADI CASSOL (PT)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Majoria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1-ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2-GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB) <sup>2</sup>
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
OSVALDO SOBRINHO (PTB) <sup>1</sup>	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
ASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
PTB	
OLÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
ILIM ARGELLO	2-FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

<sup>1</sup> Vaga cedida ao PTB

<sup>2</sup> O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– O projeto lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 (proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 29-10-2009)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15-10-2009)

Prazo final prorrogado: 7-2-2010

O primeiro item, como é de conhecimento público, é o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009.

Transcorre hoje, como sabem V. Ex<sup>as</sup>, a quinta sessão da matéria constante da pauta. Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

Foram apresentadas à Medida Provisória sete emendas.

A proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 15 de setembro, de 2009, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 21 de outubro.

O Relator da matéria naquela Casa, leia-se Câmara dos Deputados, foi o Deputado Marçal Filho, do PMDB do Mato Grosso do Sul.

O prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do

Congresso Nacional nº 22, de 2009, e se esgotará no próximo dia 7 de fevereiro de 2010.

A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 29 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Pois não, com a palavra, pela ordem, o nobre Líder Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há acordo para a votação da Medida Provisória porque o relatório só foi entregue hoje, do Senador Roberto. Então,...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Se não há acordo, a Mesa retira a matéria da Ordem do Dia.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Exatamente. O acordo é apenas votar o Projeto de Resolução do Senado nº 73, que não impede a votação por conta do trancamento da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Exatamente. Feita essa observação, nós passaremos, então, à matéria sobre a qual há acordo, que é o Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2009.

Sobre a mesa, Requerimento de Urgência nº ..., de 2009, para a referida proposição, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2009

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 73 de 2009, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que “altera o dispositivo da resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada”.

Brasília, 10 de novembro de 2009.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DE RESOLUÇÃO Nº DE 2009  
NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 10 / 11 / 09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-SADI CASSOL (PT)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Majoria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB) <sup>2</sup>
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
OSVALDO SOBRINHO (PTB) <sup>1</sup>	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

<sup>1</sup> Vaga cedida ao PTB

<sup>2</sup> O Senador Leonar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Em votação o requerimento de urgência, que acaba de ser lido, para o Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2009.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

**Item extrapauta:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO  
Nº 73, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que altera o dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vou colocar em votação a matéria.

Indago se há orador interessado em encaminhar a votação. *(Pausa.)*

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 2.024, DE 2009  
(Da Comissão Diretora)**

**Redação final do  
Projeto de Resolução nº 73, de 2009**

A Comissão Diretora apresenta da redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2009, que altera dispositivos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com autorizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de novembro de 2009. – Senador **Mão Santa** – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Gerson Camata** – Senadora **Serys Slhessarento**

**ANEXO AO PARECER Nº 2.024, DE 2009**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO  
Nº, DE 2009**

**Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, introduzindo critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do **caput** o cálculo do comprometimento anual com a amortizações e encargos será feito pela média anual da redação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da matéria.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação, devidamente aprovada pelo Plenário da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – A pauta da Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para amanhã, nos termos do acordo de Lideranças.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 17, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 (proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 29-10-2009)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15-10-2009)

Prazo final prorrogado: 7-2-2010

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista

Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº

138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

### 8

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

### 9

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

### 10

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de ja-

neiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

### 11

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

### 12

#### **EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003 (nº 4.647/2004, naquela Casa), da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

Parecer sob nº 1.758, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi, favorável às Emendas nºs 1 e 3 e contrário à Emenda nº 2.

### 13

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta,

com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento:

Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

#### 14

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS.

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

#### 15

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merz), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

#### 16

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

#### 17

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).*

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

#### 18

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.*

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora *ad hoc*: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que

passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

**19****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**20****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.

Parecer favorável, sob nº 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003,

na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e  
– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

**26**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

**27**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e  
– de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

**28**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

**29**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**30**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e das outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

**31**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator : Senador Paulo Paim.

**32**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001,

na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 -Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Neuto de Conto.

**33****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-Cl (Substitutivo), que oferece.

**34****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

**35****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 –  
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Shessarenko; e  
– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

**36****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

**37****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

**38****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**39**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

**40**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

**41**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**42**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99,

na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), *que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 199 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

**43**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**44**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

**45**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

46

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.*)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003**

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “*ad hoc*”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

49

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004**

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005**

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que

restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob n°s 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

## 52

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1° da Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob n°s 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1° pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; 2° pronunciamento (sobre a Emenda n° 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

## 53

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer n° 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob n° 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

## 54

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob n° 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda n° 1-CDR, que oferece.

## 55

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob n° 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento n° 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta.

## 56

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7° da Lei n° 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob n° 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

## 57

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 320, de 2009, de iniciativa

da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

**58**

**REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).

**59**

**REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

**60**

**REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)

**61**

**REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

**62**

**REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana,

solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).

**63**

**REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).

**64**

**REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).

**65**

**REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: – Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e – Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).

66

**REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

67

**REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

68

**REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

69

**REQUERIMENTO Nº 1359, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.359, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (comprovação de adimplência quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União).

70

**REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).

71

**REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).

72

**REQUERIMENTO Nº 1389, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.389, de 2009, do Senador Eliseu Resende, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, por tratarem do mesmo assunto (cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia).

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, voltamos à lista dos oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, na alternância que a Mesa vem fazendo, ao Senador Renato Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores que estão aqui nos acompanhando na Casa e pelo sistema de comunicação do Senado, quero falar sobre o apagão.

Acabei de assistir aqui ao pronunciamento do Senador José Agripino e quero concordar com algumas coisas ditas e discordar de outras.

Primeiro, é fundamental que o debate seja feito com profundidade. Não basta apenas debatermos ou conhecermos pela imprensa. Então, a primeira con-

cordância com o Senador José Agripino é que o debate merece ser aprofundado. A primeira observação que faço é essa. Nós tivemos um problema sério na noite de ontem, madrugada de hoje, e o Congresso deve se aprofundar sobre o assunto, porque a questão da energia está e estará sempre na pauta dos temas mais importantes deste País – é um dos temas mais importantes do mundo –, seja com relação à infraestrutura, seja com relação à defesa do consumidor, seja com relação às mudanças climáticas ou à proteção do meio ambiente. Então, é um tema sobre o qual o Congresso não pode abrir mão de fazer o debate. Esse é o primeiro registro.

Segundo registro: não creio que tenhamos tido um apagão por falta de geração de energia, porque nós, há muito tempo, não vivíamos uma situação como a de hoje, com reservatórios acima do nível máximo em nossas usinas hidroelétricas. E todas as observações são de que nós não tivemos e não teremos problemas na geração da energia. Segundo, tivemos, nos últimos anos, investimentos em infraestrutura e na interligação das redes. Temos de continuar, naturalmente, mas tivemos investimentos importantes na segurança das redes de transmissão e na interligação dessas redes.

O que eu acho que tem de ser observado? Se nós temos uma geração normal, se temos interligação de rede, se nós temos um sistema dito seguro, por que um problema em um ponto de uma rede de transmissão causa apagão em uma área tão grande do território brasileiro?

Então, eu acho que a pergunta que se faz é se houve falha no sistema de segurança. Se tem energia, se tem interligação, por que houve um domínio dessa região tão grande do Brasil com o problema do apagão que nós tivemos na data de ontem?

O Governo vai ter de responder é com relação ao sistema de segurança, e eu acho fundamental que se responda, porque tivemos um problema sério com relação a esse assunto.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador, ou quando for oportuno, para V. Ex<sup>a</sup> não perder o seu raciocínio?

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Concederei aparte a V. Ex<sup>a</sup> e também ao Senador Augusto Botelho em trinta segundos, só para completar.

A terceira questão que eu quero colocar: não creio que esse problema que tivemos ontem possa levar a um desgaste político, como aconteceu na época do apagão elétrico do Fernando Henrique Cardoso, porque o que nós tivemos naquela época foi falta de geração de energia, o que levou o povo brasileiro a

economizar energia, por um determinado tempo, de forma compulsória. Então, isso causou um desconforto nas pessoas.

O episódio de ontem foi grave e sério, mas foi um episódio daquele momento, um episódio pontual, que poderá se repetir se houver a descoberta de alguma necessidade de investimento ou de mudança de sistema de segurança. Se isso não acontecer, se houver a repetição de fatos como esse, poderá causar desgaste. Mas não creio que cause desgaste político porque foi um episódio sério, que deve ser considerado pelo Governo, pela sociedade e, especialmente, pelo Congresso Nacional, mas que não tem a mesma repercussão que teve o episódio do Governo Fernando Henrique Cardoso, pela necessidade que houve, naquela época, de se fazer uma economia compulsória dos gastos com energia.

Senador Antonio Carlos Valadares, depois, Senador Augusto Botelho, para apartes.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Casagrande, em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer V. Ex<sup>a</sup> pela preocupação com assunto tão grave e sério quanto este da transmissão de energia elétrica para o Sul do País e também para Mato Grosso...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – E para o Sudeste também, para nosso Estado do Espírito Santo e outros.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – ... o Sudeste, que causou um blecaute ontem à noite, não por causa de falta de investimento do Governo brasileiro, que quase duplicou, aliás aumentou mais do que 100% as redes de transmissão de energia elétrica em nosso País. O Presidente Lula foi até enfático ao dizer que, em 130 anos, os Governos não fizeram o que ele fez nestes últimos oito anos, em matéria de transmissão de rede de energia elétrica. Na verdade, o que aconteceu... e eu falei, há pouco instantes, com um assessor da Eletronuclear, um especialista nessa matéria, Dr. Delman Ferreira. Ainda não é oficial, mas o que se supõe, e é quase uma certeza, é que houve uma sobrecarga no sistema de geração de energia elétrica em Itaipu. E quando ocorre uma sobrecarga em um determinado ponto, aquele ponto é imediatamente desligado, e a energia elétrica prossegue em um outro ponto. Como os pontos seguintes sofreram o impacto desta recarga, deste aumento de energia, todos os pontos foram automaticamente desligados; houve uma reação em cadeia no sistema de produção de energia elétrica em Itaipu. Isto é, não foi possível – e até hoje a ciência não concebeu uma forma de fazer isso – isolar ou fazer o “ilhamento” daquele ponto que sofreu a sobrecarga. Inclusive a ciência hoje, em países como

Canadá, Estados Unidos e Noruega, principalmente Canadá e Noruega que têm sistemas semelhantes ao do Brasil, os cientistas estão estudando uma forma, uma saída para evitar o blecaute quando ocorre uma sobrecarga em um determinado ponto e, por motivo de segurança, aquele ponto desliga todo o sistema. Na verdade, não adianta a Oposição querer comparar os dois fatos. O fato é que ocorreu um acidente localizado na usina de Itaipu, onde se origina a produção de energia elétrica para o nosso País, e não falta de investimento, que foi a razão maior daquele famoso apagão ocorrido no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que deixou quase todo o Brasil mergulhado numa crise sem precedentes por falta de energia elétrica em virtude de falhas no desenvolvimento do sistema de produção de energia elétrica no Brasil. Parabêniso a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> logo no início foi dizendo: “Tenho certeza de que não se trata de assunto relacionado com os investimentos do Brasil, mas assunto técnico”. V. Ex<sup>a</sup> acertou em cheio a verdadeira razão desse acidente lamentável, que, sem dúvida, causou não apenas desconforto, como também prejuízos às indústrias que são atendidas pelo sistema de Itaipu.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Valadares, pela sua contribuição ao meu pronunciamento.

A explicação de V. Ex<sup>a</sup>, depois de conversar com alguém do sistema, demonstra também... Eu tenho uma preocupação. Na minha avaliação, não faltou e não falta geração de energia. Não houve problema na geração de energia em Itaipu. Não faltou interligação. Eu acho que pode ter havido problema no sistema de segurança. Então, se houve um efeito dominó de um sistema atingindo o outro, pode ter havido problema no sistema de segurança.

Acho que isso merece... O Senador Arthur Virgílio já convidou o Ministro Edison Lobão para vir aqui. Está certo. Temos de trazê-lo aqui. Temos de entender. A Ministra Dilma também...

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Casagrande, tanto que não houve queima de nenhum equipamento. O sistema de segurança é que enveredou por esse processo de apagar tudo. Então, não houve queima de equipamento.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – O que tem de se verificar tecnicamente é se há necessidade de reforçar esse sistema de segurança. É um debate técnico importante que nós, de fato, devemos fazer aqui no Senado.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Casagrande. Esse sistema interligado nacional é o maior do mundo. O nosso sistema de gestão é considerado um exemplo.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Eu acho que nós vamos ter que interligar na América Latina, com toda certeza, daqui a pouco.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Se Deus quiser, e passando por Roraima entrando pela Venezuela. Espero que essa ligação saia logo. Senador, o sistema de segurança está eficiente e está bom. Caiu uma torre de transmissão de tensão de mais de 500 MW, e nenhuma pessoa morreu em consequência desse acidente. Isso é que é eficiência do sistema – é para o sistema industrial, é para tudo –, mas a vida das pessoas é importante. O desligamento nessa rede interligada, que é muito grande, é uma providência de encaminhamento para uma solução. A solução que se poderia dar seria criar linhas alternativas para desviar a corrente no caso dessas falhas, mas isso elevaria demais o custo para o consumidor, porque quem vai pagar essas linhas somos nós, os consumidores. São coisas que vão ser feitas lentamente. Em relação à vida das pessoas, à segurança do cidadão, o sistema está bom, porque caiu uma torre de alta tensão, próxima da maior usina e não houve nenhum problema com a vida humana. Então, nós temos é que trabalhar para evoluir. Não existe nenhum sistema do tamanho do nosso. Então, ainda não existem soluções para esses problemas que podem ocorrer devido às alterações meteorológicas.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Augusto Botelho, pela sua contribuição ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu falei aqui da interligação da América Latina. Acho que o nosso sistema brasileiro terá que caminhar na interligação da América Latina.

Iniciei falando da necessidade do debate sobre o tema energia em todas as vertentes. Haverá um leilão de energia eólica no dia 14 de dezembro – ia ser em novembro, mas por solicitação dos investidores, passou para o dia 14 de dezembro. Investir em energia eólica é importante no Brasil. Investir na pesquisa de geração de eletricidade pela energia do sol é importante, até porque a geração térmica da energia do sol já está dominada. É preciso fazer investimento em biomassa, fazer investimento em pequenas centrais hidrelétricas.

De fato, precisamos diversificar na geração de energia. A diversificação garante a segurança do sistema. E temos que fazer esses investimentos na geração

de energia. Quanto à distribuição de energia, o reforço das linhas é cada vez mais importante, desde que elas não sejam ociosas. Fazer investimentos em linhas de distribuição ociosas significa aumentar o custo da conta de energia lá para o consumidor final. Então, temos que saber, efetivamente, as nossas necessidades para que haja esses investimentos e na distribuição.

Só para se ter uma ideia, quanto à distribuição de energia, estamos realizando um debate sobre a identificação de uma cobrança a mais na conta do consumidor há diversos anos, mas ainda não se sabe como devolver isso. Vai ter que devolver. O Congresso terá que acompanhar esse processo. Tem que devolver.

Estamos começando um debate na Comissão de Defesa do Consumidor com relação à cobrança por dentro dos tributos. Às vezes, a taxa de 21% de cobrança de ICMS, se cobrada por dentro, chega a quase 30%. A cobrança de PIS/Cofins é feita do mesmo jeito. Então, há um debate importante a ser feito para que possamos conhecer o sistema e o marco regulatório da energia no Brasil, garantir os investimentos em infraestrutura, debater temas como esse de ontem, que causou desconforto à população brasileira, à boa parte da população brasileira, e para que possamos proteger o consumidor de um marco regulatório que às vezes é complexo e muitas vezes é feito complexo para que a gente tenha dificuldade de compreendê-lo.

Então, o problema levanta a necessidade de aprofundamento do debate, levanta a necessidade de o Governo responder às questões que estão hoje sendo colocadas em dúvida, apresentando cada vez mais a energia como um dos assuntos mais importantes para nós no Brasil e no mundo.

Às vésperas de uma conferência de mudanças climáticas, como a de Copenhague, na Dinamarca, que começa em 7 de dezembro, o que se discute são novas fontes de energia, é a eficiência energética. O que se discute em todos os locais é, de fato, como consumir energia e produzir cada vez com menos energia e com energia de fontes renováveis e alternativas.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Renato Casagrande, o Sr. Marco Maciel deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Agradecemos ao Senador Casagrande a obediência ao horário.

Agora é o Líder. A vez era minha, pelo Partido Social Cristão, mas, como estou trabalhando para a união com o PSDB e V. Ex<sup>a</sup> também, eu cedo a vez ao Líder Arthur Virgílio. O Partido que mais cresce é

o Partido Social Cristão. Estamos caminhando para a união desses dois Partidos.

Então, V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, eminente Líder José Agripino, chamo atenção para o fato – ainda há pouco, eu dizia a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Antonio Carlos Júnior isso – de que, talvez coordenadamente, talvez **sponte propria**, tentaram os governistas passar a impressão de que o Presidente da República era o Presidente Fernando Henrique Cardoso e não o Presidente Lula, e que esse apagão terrível, que redundou em estupros, em arrastões, em mortes, teria sido culpa, de novo, do Fernando Henrique. Quem sabe herança maldita, enfim.

Essa é a pior forma de se enfrentar o debate. Eu estava vendo aqui: “Coordenador de programa de Dilma desafia Oposição a usar apagão para debate eleitoral”. O Governador José Serra, por exemplo, não tem coordenador de campanha, porque ele não está em campanha – para pegar um exemplo.

Aqui está o Professor Marco Aurélio Garcia, que é um homem habitualmente muito educado, muito fino; quando encontro com ele, tenho sempre muito prazer em vê-lo. Acho que ele foi infeliz com aquele gesto obsceno, aquela coisa do top top, sempre levando ao ganho eleitoral e jamais se preocupando com as questões de fundo, fora os equívocos que tem praticado em matéria de política externa, ele que é assessor privilegiado do Presidente da República para Assuntos de Política Externa.

E eu vejo aqui a comparação, porque foi assim. Primeiro, em 2002 – eu vou ficar um minuto nisso –, não houve apagão; houve um racionamento de energia elétrica, motivado por erros, sim, do Governo passado. Não estou aqui para contar inverdades. Se a falha foi a de não interligar os sistemas completamente – e a falha não é da natureza; a natureza nunca é culpada; a natureza é resultado do que as suas próprias leis produzem, e muitas vezes o homem até atrapalha o caminho natural da natureza –, falhou o Governo Fernando Henrique, falhou o Governo Itamar Franco, falhou o Governo Fernando Collor, falhou o Governo José Sarney, falharam os governos que trataram, sem prioridade máxima, essa questão da interligação.

Ontem – este é o fato –, houve um apagão. Apagão mesmo. Horas e horas de transtorno, as populações dessas cidades à disposição dos bandidos, arrastões, estupros, violência de toda sorte. Não temos ainda um balanço do que aconteceu.

E o que estamos vendo? O Governo se perde em explicações que não convencem. Atacar o passado não

resolve o problema da incerteza que paira no coração dos investidores. Não explicam sobre as causas, as causas fundamentais, as causas essenciais.

Aqui leio, até para me valer de uma figura muito talentosa do jornalismo brasileiro que é a jornalista Miriam Leitão, um trecho de artigo de sua autoria:

Enfim [diz ela], o governo está perdidinho, horas depois, e não sabe dizer o que houve. Ainda bate a cabeça, não sabe dizer o que houve. Itaipu diz que não foi a hidrelétrica. O Ministro de Minas e Energia diz que foi um fenômeno atmosférico em Itaipu, mas o Inpe, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mostra que não chovia sobre a região de Itaipu no momento.

Então, percebemos uma desarticulação que me leva a fazer alguns resumos para a Casa, Senador Antonio Carlos.

Resumo 1. O que aconteceu, no final da noite de ontem e no começo da madrugada de hoje, é grave. O País ficou indefeso, sem saber o que estava ocorrendo. E todos perguntamos: por que um apagão? Não tem que ficar jogando culpa em ninguém, empurrando com a barriga os problemas ou tentando culpar o passado. Isso não é uma atitude sequer corajosa, não é uma atitude nobre, não é uma atitude brasileira, não é uma atitude decente nem leal para com o povo brasileiro. Nós perguntamos, nós brasileiros, Senador João Tenório: por que o apagão? Tem que ter uma causa. Foi barbearagem? Foi má fé de alguém? Ou foi até o fenômeno atmosférico arguido pelo Ministro de Minas e Energia?

Mas o fato é que o Planalto – e pela palavra abalizada da Ministra Dilma Rousseff – havia dito que jamais algo como isso aconteceria no Governo dela, no Governo deles, no Governo do PT, no Governo do Presidente Lula.

Muito bem. Mas isso, obviamente, é contraditado na prática e pelo sofrimento dos milhares de brasileiros, dos milhões de brasileiros no Rio, em São Paulo e em tantas outras cidades que, de repente, se viram mergulhados em plena escuridão.

No Rio, repito, não faltou quem se aproveitasse da situação. As populações que tentavam voltar para casa após um dia de trabalho ficaram expostas à ação de bandidos, e houve, repito outra vez, até arrastão.

Em São Paulo, o mesmo drama: trens e metrô paralisados, as ruas escuras, os ônibus, em consequência, superlotados.

Resumo 2 -e já concedo um aparte ao Senador João Tenório: técnicos e especialistas em energia elétrica davam explicações mais corretas. Os técnicos, muito mais sóbrios, explicavam diferentemente das ilações que, do lado do Governo, tentavam justificar o que para mim me parece injustificável.

Ainda, Sr. Presidente, antes do Resumo 3, concedo o aparte ao ilustre Senador João Tenório.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, o que na verdade presenciamos, em dois momentos neste Governo, foram dois apagões que foram muito “presenciados” e “apreciados” pelo aspecto espetaculoso desses dois apagões. Foi o problema da aviação e, agora, o apagão de ontem a noite. E convém lembrar aqui o que disse o Senador José Agripino: é diferente daquilo que aconteceu no Governo do Fernando Henrique. Aquele foi provocado por São Pedro, pela natureza. Não havia como evitar aquilo. Poderia ter o equipamento que tivesse, a infraestrutura que tivesse, o investimento que tivesse em energia elétrica que não resolveria o problema, porque foi uma coisa mesmo de escassez de água, não havia o que fazer. Mas, nestes dois apagões importantes e espetaculosos, aconteceram. E só foram percebidos por serem espetaculosos, porque temos uma série de outros apagões tão sérios quanto, e, por não serem espetaculosos, não vão à opinião pública, não vêm a esta Casa, não vão à imprensa. Há o problema das rodovias brasileiras, que é uma tragédia. Há o problema da saúde, que não precisa falar nada. O problema da educação, idem. Então, temos uma quantidade abundante de apagões que ocupam toda a Administração Pública deste País e que não vêm à tona por não serem espetaculosos, pois não afetam tanto quanto aquela crise dos aviões que saía toda noite na televisão, nos jornais, na imprensa de modo geral. Ontem as redes de televisão ficaram todas elas ligadas. Aquelas que não perderam a imagem e o som ficaram toda a noite ligadas, informando sobre essa crise que aconteceu. Portanto, é uma questão de gestão, sem dúvida alguma. O Governo Lula tem sido, digamos, feliz no que diz respeito à macroeconomia de modo geral, muito pelo trabalho que foi feito sobretudo pelo Banco Central – é bom que se diga –, mas, na gestão das coisas internas do Brasil, tem sido, podemos dizer, uma tragédia absoluta.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Tenório. V. Ex<sup>a</sup> falou em vários apagões, e isso é verdade. O último não foi enfrentado, foi contornado. Não se definiu se os controladores de voo devem ser civis ou militares, a questão salarial está pendente, a questão dos equipamentos dos principais aeroportos está pendente. E nós nos acostumamos, Senador Jarbas, nós nos acostumamos com o fato de que uma hora de atraso, meia hora é normal. Aliás, os meus aviões só costumam não atrasar quando eu atraso. Eu já perdi alguns voos por causa disso. Quando eu estou adimplente com o horário, aí eu me preparo para ir tranquilamente a

uma banca de jornais, compro uma revista, compro um livro, porque sei que espero meia hora. A isso o povo brasileiro já se acostumou.

As soluções verdadeiras, radicais – radicais no sentido de raiz e não de sectarismo –, no sentido de serem radicais, capazes de ir lá na raiz revolver as causas essenciais do problema, essas não foram atacadas.

Ouvi dois discursos incisivos hoje, o de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jarbas Vasconcelos, e o do Senador José Agripino. Ambos os pronunciamentos admiráveis. E, em relação a essa questão, a sensação que me passava era de que há um salto alto tão grande nesse Governo que isso contagia até colegas nossos, tão bons, tão humildes no trato do dia a dia, colegas nossos tão responsáveis, tão bons de se conviver com eles que eu cheguei a perguntar, ainda há pouco, ao Senador Alvaro Dias, ao Senador José Agripino, ao Senador Antonio Carlos se eu deveria subir aqui para fazer críticas ao apagão e perguntar as razões do apagão, ou se deveria pedir desculpas, porque, afinal de contas... Meu Deus! Assumir a culpa pelo apagão - a culpa é minha, a culpa não é deles, eles são intocáveis; a culpa é minha, eu que fui responsável pelo apagão, enfim. Isso leva a uma situação terrível. Mas vamos lá.

Nós estamos discutindo muito aqui o problema dos outros, da Venezuela, por exemplo. Essa coisa lastimável que parece inevitável, eu não sei, vamos ver, que é a entrada da Venezuela no Mercosul, trazendo os seus problemas políticos, sem resolver nenhum problema econômico, para o moribundo projeto de integração regional. E nós falamos como se não tivéssemos problemas de censura de imprensa aqui. Já faz mais de cem dias e persiste a censura sobre o jornal **O Estado de S.Paulo**. Mais de cem dias! A operação Boi Barriga não pode ser relatada em todos os seus detalhes pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, mais de cem dias.

E o Brasil, então, está relacionado naquela lista negra dos países que convivem com a censura à liberdade de imprensa. E, aliás, o estranho é que o juiz que promoveu esse absurdo foi declarado suspeito. Se eu tenho um mínimo de lógica na minha cabeça, eu suponho que, se o juiz é suspeito, a sentença dele é suspeita também. Mas, neste país absurdo que é o Brasil, o juiz foi considerado suspeito, mas a sentença dele não. A sentença dele é vista como insuspeita, tanto que não foi revogada até o momento. E estamos, há mais de cem dias, com o jornal **O Estado de S.Paulo** submetido à censura prévia.

Mas eu me reporto agora ao que chamaria de Resumo nº 3, lendo trecho do jornal **Folha de S.Paulo** de hoje:

A Assessoria do Ministério das Minas e Energia afirmou que o blecaute que atingiu parte do país na noite de ontem, até a madrugada de hoje, afetou ao menos doze Estados brasileiros, além de parte do Paraguai. Às 6 horas, a Usina de Itaipu informou que já operava normalmente. Segundo a assessoria, a região mais afetada foi o Sudeste, onde todos os Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo - tiveram problemas. Já no Sul do país, o blecaute atingiu os três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As regiões Nordeste e Centro-Oeste também foram afetadas, com registro de apagões nos Estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Ministério não soube informar quais Estados foram totalmente atingidos pelo blecaute e em quais o problema foi parcial.

A pasta destacou ainda que o Ministro Edison Lobão se reúne com técnicos na manhã desta quarta e devem divulgar um balanço completo sobre o problema no período da tarde.

Apesar de o Ministério não apontar problemas de fornecimento de energia no Norte do País, as Centrais Elétricas de Rondônia comunicaram a falta de luz por meia hora em todo o Estado.

Já no Acre, de acordo com a Companhia Energética de Roraima (CERR), a queda de energia durou cerca de trinta minutos e atingiu dois dos Municípios, sendo a capital um deles, Rio Branco, no Acre, e Cruzeiro do Sul.

A CEAL, Companhia Energética de Alagoas, também informou que o blecaute atingiu cerca de 50% do Estado. Na capital, Maceió, o fornecimento não foi interrompido.

Abro um parêntese para falar do meu Estado. O meu Estado é semi-isolado, o que é ruim para ele. Não foi, então, atingido diretamente por esse apagão. Agora, todos os dias tem um apagãozinho, todos os dias, Senador Jefferson Praia, a luz falta um pouquinho em Manaus. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso tão bem quanto eu. No interior, não se pode falar em fornecimento de energia constante nem correto para nenhuma das cidades do interior do meu Estado.

Os investidores devem estar com a pulga atrás da orelha. Vejo que, no meu Estado, não investem mais,

nem investem melhor, e não redimem o interior com investimentos significativos em agroindústrias geradoras de emprego, por exemplo, porque o fator energia é essencial para qualquer planejamento econômico. Nenhum investidor investe se não tiver a certeza de que tem o fator energia suprido de maneira farta e barata. Depois, ele vai ver a proximidade de mercado consumidor, acesso à rede viária brasileira. Vai ver uma porção de outras variáveis, mas a primeira é o fator energia.

Ouçó o Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (DEM - RN) - Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> está tocando em várias questões fulcrais, a começar por essa última. O investidor, quando aplica o seu capital de risco, que ganhou ao longo do tempo ou pediu emprestado pagando taxas de juros, quer segurança. Quando investe, quer ter uma cercadura de elementos que dêem a ele o mínimo de segurança para que o investimento que ele fez seja reprodutivo, a começar pela capacidade de suprimento de energia elétrica ao negócio dele. Sem isso, nada feito. Energia elétrica não é uma coisa que se produza com R\$10 milhões. O dinheiro para produzir energia elétrica em central, seja PCH, que é pequena central hidrelétrica, seja em hidrelétrica de grande porte, seja em energia eólica, seja em termelétrica, seja em que sistema alternativo de energia elétrica for, é investimento pesado. Não cabe no bolso nem de V. Ex<sup>a</sup> nem do meu. É capitalista graúdo que se mete nesse tipo de coisa. E capitalista graúdo só vem com a certeza de que seu risco é calculado, em que ele vai trazer o seu capital graúdo, os seus bilhões, e vai ter a condição de sair. Por que é que, num dado momento no Brasil, o risco do investimento foi do Estado? Porque era estratégico. A Chesf era feita pelo Estado ou não era feita. Mas o tempo mudou. O capitalismo fez com que gigantes fossem capazes de guardar bilhões para investimentos em alguns negócios. Nós vivemos no tempo da Microsoft, vivemos no tempo dos grandes capitais acumulados no mundo e dispostos a investir. Investir em quê? Em países como o Brasil, que tem perspectiva de futuro, que é capaz de receber bilhão de dólar em investimento, mas quem vem com bilhão de dólar quer ter lucro. Aí é onde mora o problema. Então, a questão da razão do apagão é importante. A gente precisa saber por que é que houve o apagão. Qual foi a razão do apagão? Foi acidente elétrico? Foi sobrecarga de sistema? O que houve? "Muito bem. A razão do apagão foi esta aqui." Agora, isso é tudo? Longe de ser tudo. O que nos interessa, como brasileiros, é evitar o apagão.

Quando o Fernando Henrique assistiu, como V. Ex<sup>a</sup>, à falta de suprimento de energia elétrica no País, o Governo tomou as providências que podia tomar na época, com a construção, inclusive, de termelétricas ou de hidrelétricas de ponta, com geradores de ponta de energia elétrica, numa ação que foi emergencial. Mas, a partir do Governo Lula, instituiu-se uma coisa que eu reputo um perigo se ela estiver mal formulada. Por isso é que V. Ex<sup>a</sup> quer ouvir o Ministro de Minas e Energia e a Ministra Dilma, e eu pedi informações, porque, se o modelo é defeituoso, se foi o modelo que evitou os investimentos, nós vamos morrer tesos e não vamos chegar ao que a China chegou. A China cresceu, Senador Arthur Virgílio, de outubro do ano passado para outubro deste ano, 16% na sua produção industrial. Agora, haja investimento para que aqueles que investiram... Quem investiu na China não foram os chineses, não. Foram as General Motors da vida, as Toyotas da vida, as Pfizers da vida, os produtores de aço, de vidro do mundo inteiro, que estão lá, colocando capital de risco. Agora, há suprimento. Há um modelo que garante a segurança. Então, a nossa questão fulcral – e é nisso que eu me bato – é modelo confiável: onde é que se pode investir com confiabilidade. É isso que nós temos que avaliar. Essa é que é a conta a ser passada a limpo. Não é briga eleitoral do Sr. Marco Aurélio Garcia, da Sr<sup>a</sup> Dilma Rousseff. Apenas a Ministra Dilma Rousseff é responsável, sim, pelo mal que é notório. Se ele deu errado, a digital é dela, mas não vai se usar esse assunto como questão eleitoral não, até porque o que está em jogo é o futuro do País, que é dela, que é de V. Ex<sup>a</sup>, que é meu. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Agripino.

Antes de conceder o aparte ao Senador Eduardo Azeredo, gostaria de me redimir de uma omissão que, enfim...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> um pouquinho de tempo para concluir, Sr. Presidente, porque queria resumir o requerimento de informações que fiz e o requerimento de convocação dos dois Ministros a esta Casa, assumindo um compromisso com a Ministra Dilma.

Mas queria dizer que, se é uma alegria para nós o retorno dessa nossa tão querida colega que é a Senadora Patrícia Saboya, não deixa de ser um momento triste perdermos, pelo menos aqui no Senado, a convivência competente e correta do Senador

Flávio Torres, que brilhou a representação do seu Estado durante o impedimento, por razões de saúde, dessa Senadora tão sensível à causa social como é a Senadora Patrícia Saboya. Eu não estava aqui presente, mas gostaria, Senador Flávio Torres, de dizer da alegria que tive em conviver com V. Ex<sup>a</sup> e, mais ainda, da felicidade que experimentei em vê-lo competente, prático, pragmático, presente às comissões, presente aos debates em plenário. V. Ex<sup>a</sup> representou o Ceará de forma...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...colegas com a capacidade que tem de se credenciar perante eles.

Sr. Presidente, antes de conceder o aparte ao Senador Eduardo Azeredo, apenas gostaria de dizer quais são as perguntas, Senador José Agripino, que queremos fazer, bem simplesmente. Algumas perguntas aqui que...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Agradeço também se puder me conceder um aparte na hora devida.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Suplicy, com muito prazer.

Estou tentando localizar aqui. *(Pausa.)*

**O Sr. José Agripino** (DEM - RN) – Enquanto V. Ex<sup>a</sup> encontra, eu acho que há uma questão fulcral que nós vamos perguntar: houve investimento compatível com o crescimento do País? Se não houve, por que não houve? Eu acho que aí está o xis da questão. Se houve investimento – e tem que ser graúdo –, se houve ou não houve. Se houve, tudo bem, está certo o modelo; se não houve, por que não houve, e o que tem de ser feito para que haja o investimento?

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) – Se puder ser o tempo um pouco mais elástico, eu gostaria apenas de ler o pedido de convocação e conceder o aparte aos dois Senadores que o solicitam, porque, afinal de contas, houve uma hecatombe no País ontem.

Eu gostaria de sair – e sei que o Senador Eduardo Suplicy será o homem inteligente de sempre –, eu queria sair desse debate que, aqui para nós, até o momento, foi medíocre, foi pequeno. “No Governo do Fernando Henrique... Não sei onde...” Isso é de uma mediocridade, isso é raso, isso é pequeno, isso é menor, isso não é grande. Não se tem que discutir o que foi e o que não foi. Temos de discutir as razões desse

apagão, porque isso mexe com a cabeça de investidores e, portanto, mexe com o emprego, mexe com a segurança de pessoas que foram assaltadas nas ruas ontem. Esse é um fato! O sistema interligado tem esse problema. Cai em dominó o sistema todo se há problema grave na matriz.

As perguntas que eu gostaria de fazer são:

Qual a causa do apagão?

O nível de investimentos no setor está aquém das necessidades da economia brasileira?

Qual a programação de investimentos para serviços de infraestrutura no setor de energia elétrica e, obviamente, em transmissão?

Quais os valores desses investimentos e o cronograma de aplicação?

Há novas linhas de transmissão previstas ou em execução, paralelamente às existentes, consideradas essenciais à confiabilidade do sistema?

Que providências o Governo está tomando para sanar a evidente fragilidade do sistema?

Há duas semanas, a Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, ex-ministra de Minas e Energia, disse que o Brasil estava a salvo de um novo apagão elétrico – ela chama de apagão o que foi um período de racionamento –, como o que aconteceu em 2001. Ela fez uma previsão equivocada? - eu pergunto. A ministra está desatualizada sobre a realidade de um setor tão importante para o PAC, programa gerenciado pela Ministra?

Eu peço, por economia de tempo, Sr. Presidente, que receba, na íntegra, esse documento e também o requerimento de convocação do Ministro de Minas e Energia, nosso colega Senador Edison Lobão, e da Ministra Chefe da Casa Civil, que foi Ministra de Minas e Energia. Ela, como Chefe da Casa Civil, gerencia o PAC, que depende, para ser tocado, essencialmente, de energia elétrica fornecida...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas eu gostaria de dizer o seguinte: eu queria também que não apequenassem, Sr. Presidente... Estou aqui pedindo a convocação da Ministra, mas eu não queria ouvir essa coisa medíocre: “Ah, ele está querendo trazer a Ministra Dilma aqui para perguntar para ela sobre a Dr<sup>a</sup> Lina”. Eu quero deixar bem claro que eu

não vou fazer isso, e nenhum Senador do PSDB vai fazer isso, porque eu vou pedir a cada um que não faça isso. Ela não quis vir dar explicações sobre o caso da Dr<sup>a</sup> Lina. Muito bem, então, o repórter que pergunte a ela em algum momento, ou ela, se o seu brio for tocado, que venha aqui especificamente para falar disso. Agora, eu não sou moleque, e na minha Bancada não há nenhum moleque. Então, não vamos aproveitar uma coisa para dizer assim: “Ministra, aproveite agora – perdoem-me pelos trejeitos -, mas e a Dr<sup>a</sup> Lina? E a agenda da Dr<sup>a</sup> Lina?” Nós não faríamos uma cretinice dessas. Eu quero saber sobre o apagão. Ela pode vir para cá imune dessa história de Dr<sup>a</sup> Lina. Pode vir imune. Ninguém vai perguntar nada a ela. Então, não há nenhuma má fé. Eu estou aqui declarando, com clareza, e esta Casa sabe que eu cumpro a palavra que eu empenho...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Portanto, eu não espero mais uma manobra medíocre do tipo de reunir maioria, reunir tratoração, para impedir que se aprove o requerimento que eu apresentarei amanhã, que já protocolizei e que será discutido certamente amanhã, na reunião da Comissão de Infraestrutura. É o que eu suponho.

Portanto, peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, apenas o direito de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo, que serão breves para que nós possamos atender às segundas advertências que faz a Mesa.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Sou eu o primeiro?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Arthur Virgílio...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Até porque, de repente, o Senador Azeredo responde a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, primeiro, é natural que V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do PSDB, e o Senador Agripino Maia, Líder do Democratas, diante do apagão ocorrido no Brasil ontem, estejam a demandar as razões as mais completas. Assim como aconteceu em 2001, todos nós, inclusive a Base do Governo, queremos saber exatamente as origens daquela interrupção, pois se trata de algo do interesse nacional. Então, considero perfeitamente normal que possamos todos nós ouvir o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que, obviamente, é responsável importante, assim como

– e V. Ex<sup>a</sup> aqui menciona – a Ministra Dilma Rousseff, que é a coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento, que envolve os investimentos em infraestrutura, inclusive de energia, e é profunda conhecedora...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Em sendo ela profunda conhecedora do tema, tenho a convicção de que os dois podem aqui nos dar uma explicação a mais completa, até porque apenas agora começamos a ter a informação mais completa sobre como as panes ocorreram no sistema que liga as cidades de Ivaiporã, no centro do Paraná, e Itaberá, no sul de São Paulo, e uma sustentação que liga a subestação de Itaberá à subestação de Tijuco Preto, em São Paulo. Mas é importante ressaltar que a energia foi totalmente restabelecida uma hora depois do começo do blecaute, exceto nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, o que ocorreu ao longo da madrugada. Mas não houve, até agora, danificação de equipamentos, o que é relevante para todos nós. Houve uma condição meteorológica adversa, com ventos e chuvas de grande intensidade, concentrados na região que recebe os circuitos de transmissão de energia da usina de Itaipu e distribui essa energia para outras regiões. Neste instante, está o Ministro Edison Lobão em reunião extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico para examinar o que fazer, inclusive medidas de curto, médio e longo prazo, para evitarmos isso. Mas cabe lembrar que o Brasil é um dos poucos países, como a Noruega e acho que a Rússia, que têm um sistema integrado e que deve ser aperfeiçoado, cada vez mais, com os investimentos que se fazem necessários. Que possamos todos nós, da Base do Governo e da Oposição – porque interessa a todos os 192 milhões de brasileiros –, saber exatamente como prevenir...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) – ...as situações como as que ontem aconteceram. Então, considero mais do que legítimo que V. Ex<sup>a</sup> e os Senadores façam as devidas indagações para todos aprendermos e procurarmos prevenir apagões como o de ontem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> qualifica este debate. É precisamente esse o nível que pretendemos, porque queremos soluções. Queremos saber as causas e saber das soluções.

Aliás, registro a presença do meu colega de Bancada do Amazonas, meu prezado amigo, que é do seu Partido, Deputado Francisco Praciano, que está, pelo que vejo nos jornais de lá, treinando para virar Senador. Já há um certo balão de ensaio de que S. Ex<sup>a</sup> pode disputar e é um nome forte e honrado a merecer a atenção e o respeito de nosso povo.

V. Ex<sup>a</sup> qualifica o debate, porque é isto: queremos saber as razões.

Eu vou contar a V. Ex<sup>a</sup>, para mostrar que, dentro de governos, há pessoas ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... e dentro de governos há também episódios de cretinice. Eu considero uma cretinice a declaração do meu prezado amigo Professor Marco Aurélio Garcia ligando eleição a apagão. Vou lhe contar, para ser isento, uma cretinice observada no interior do Governo do qual fui Líder e Ministro. Houve aquele racionamento de 2001, pelo qual o Governo pagou caro, inclusive com a derrota eleitoral. Foi muito bem monitorado aquele período e foi muito bem trabalhado gerencialmente pelo Ministro Pedro Parente e pelo Ministro José Jorge aquele episódio do enfrentamento, pelo racionamento, da crise de energia. Quando houve a primeira reunião – foi uma reunião muito bem feita, todo o plano estava bem montado e, se não houve a previsão, houve competência no gerenciamento do programa de emergência –, aproxima-se uma figura do Governo, numa roda, quando acabou a reunião, e disse assim: “Puxa vida, o chefe não é brincadeira. [o chefe era o Presidente Fernando Henrique] Isso aqui vai virar um novo Plano Real”...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu disse: “Tenha paciência. Isso pode levar à derrota eleitoral do candidato do Governo”.

É outra cretinice. Essa pessoa que disse isso estava proferindo uma outra cretinice. Como vai imaginar que o bom enfrentamento de uma crise, que o Governo talvez pudesse ter evitado, vai levar à vitória eleitoral, vai levar àquela mágica que ficou na cabeça das pessoas que foi a vitória brasileira da estabilização econômica?

Então, eu fico triste quando vejo essa história, essa coisa pequena, menor. Fico feliz quando vejo alguém do seu quilate debatendo em alto nível as soluções e as causas, que é o que interessa a qualquer brasileiro. Não estou aqui como alguém que está

pensando em eleição porque não sou cabo eleitoral de quem quer que seja. Estou aqui como Líder de um partido de oposição, que tem o dever de fiscalizar o Governo e que saber respostas para as perguntas que a Nação está fazendo.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e eu agradeço de coração, penhoradamente.

Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, não vou precisar, então, responder ao Senador Suplicy, pois a intervenção foi adequada. Eu quero só dizer que, ontem à noite, nós todos ficamos assustados ao ver, num primeiro momento, um certo jogo de empurra. Um dizia “Ah, o problema é com Furnas”; o outro dizia “Não, não é com Furnas, é com Itaipu”... O fato é que V. Ex<sup>a</sup> coloca muito bem: as consequências foram fortes. Foram consequências de violência, foram consequências de perda econômica, foram consequências de empregos, foram consequências que se mostraram ontem à noite ainda. Então, o que se precisa saber é qual é a origem. Vejam que até a rede de Internet, ontem à noite, aqui em Brasília, estava extremamente lenta, provavelmente porque os provedores estão localizados em São Paulo, o que pode ter afetado também até no sistema de computação. Eu quero, então, Senador Arthur Virgílio, lembrar este ponto específico: eu tenho sido, na verdade, um certo Dom Quixote com relação a segurança de dados, segurança de rede, segurança eletrônica, segurança tecnológica. Eu me sinto, às vezes, meio Dom Quixote. Seguramente, eu tenho suspeitas claras de que pode ter acontecido falha eletrônica nesse processo de ligação que levou ao apagão de ontem. Portanto, entre as causas que devem ser procuradas, não apenas se caiu um raio ou se deixou de cair um raio – aparentemente não caiu –, há que se olhar a garantia, a segurança do sistema como um todo. Por segurança de sistemas entenda-se tudo: entenda-se eletrônica, entenda-se a questão mecânica, entenda-se a questão física. Mas o fundamental é que o Governo não fique só nessa promessa. Estamos cansados de promessas, de que vai ter biomassa, de que vai ter não sei mais o quê. Anuncia-se, e depois passa a época. A energia alternativa é fundamental; ela pode ajudar muito, sim. Por exemplo, se nos sinais de trânsito houver células fotovoltaicas, eles não vão precisar mais de energia elétrica. O sinal de trânsito, com uma pequena placa...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Arthur Virgílio, um minuto para concluir. O Senador Heráclito está pacientemente ali aguardando a sua vez.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Mão Santa, estou dizendo exatamente que esse é um exemplo claro. Se houver um investimento maior nos sinais de trânsito, o sinal de trânsito vai funcionar mesmo na época do apagão. Mas o que acontece? Há promessa de que se vai investir em energia alternativa, mas isso fica meio esquecido, e os impostos continuam fortes. Então, precisamos ter realmente uma questão assim: é essa linha, e vamos perseguir essa linha. Não basta anunciar, para, depois, essa questão ficar em segundo plano. Então, Senador Arthur Virgílio, é importante a sua colocação. E a Oposição está fazendo o seu papel. Vamos perseguir quais foram as reais causas do que aconteceu ontem à noite, incluindo todas as causas possíveis.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para concluir, peço a V. Ex<sup>a</sup> um minuto.

Trago aqui alguns dados, e são esses dados que eu espero, Senador Suplicy, ver respondidos pela Ministra Dilma...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... de comparecer ao Senado Federal. Não há razão alguma; é até um dever dela. Se fosse no Parlamentarismo, não estaríamos nem discutindo. Ela tomaria a iniciativa de vir, porque não existe a figura de virar as costas para o Parlamento num sistema político aperfeiçoado que é o sistema parlamentarista.

Olhem estes dados: o total de outorgas a novas usinas concedidas na gestão da Ministra Dilma nas Minas e Energia teria caído muito em relação à gestão antecessora. Teria caído de quase 12 mil megawatts, em 2002, para 3.144 e 4.142 nos dois exercícios seguintes. Outro dado: os investimentos teriam caído de R\$20 bilhões anuais para em torno de apenas de R\$6 bilhões anuais. E a Ministra – esta é uma opinião que eu tenho – implantava um modelo centralizador e cartorial no setor elétrico. Ela tem que vir aqui dizer o contrário e fazer um debate qualificado, um debate limpo, liso – já disse a ela –, sem nada de rasteiras ou golpes baixos. Nada disso. Nada pequeno, nada menor.

O País teve, em 2008, o pior resultado em termos de expansão do parque gerador de energia desde a reestruturação do setor elétrico em 1997. São dados que estou trazendo para o debate. Foram agregados apenas 2.158 megawatts – ou menos da metade dos 4.618 megawatts anotados em 2002, ano de melhor desempenho na história.

Então, Senador Sérgio Guerra, a questão que quero ver respondida – não sei se já não é o Senador Mercadante que vem para o debate qualificado...

É apenas que ela explique se houve ou não essa queda na gestão dela, que nos diga as causas efetivas do apagão, que nos diga as providências que estão sendo tomadas para não nós passarmos por outro susto, para nós alertarmos, pelo lado positivo, os investidores brasileiros e para não deixarmos as cidades brasileiras à mercê de bandidos às altas horas pela falta de energia elétrica.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Para concluir.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concluo já.

E para não nos remetermos ao início do século XX, quando isso era algo mais comum.

Portanto, eu espero e sei que o Senador Mercadante, se falar, ele deve falar, ele precisa falar, não vai vir com história de 2002, porque, primeiro, S. Ex<sup>a</sup> é um homem de bom gosto; segundo, vai vir com o fato. Houve por que, por que não houve, e vamos debater o futuro, senão, Governador Jatene, cuja presença eu registro com muito prazer neste plenário, ficaremos aqui chovendo no molhado, enxugando gelo.

Nós não estamos aqui para criticar as vantagens e desvantagens do Governo do Presidente Fernando Henrique, que foi sucedido pelo Presidente Lula, que se reelegeu. Queremos saber é se – e esta é minha palavra final – esse apagão pode se repetir ou se está afastada cabalmente a possibilidade de isso acontecer.

É o meu parecer, Sr. Presidente, é a minha opinião e é o que eu tinha a dizer por este momento. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**REQUERIMENTO Nº 1/2009**

*Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre as causas da interrupção no fornecimento de energia elétrica em ao menos nove Estados do País, na noite de 10 para 11 de novembro de 2009.*

Senhor Presidente,

~~Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal,~~ combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia as seguintes informações acerca de falhas no fornecimento de energia elétrica em nove Estados, causando o chamado "apagão", que teria sido causado por problemas nas linhas de transmissão que interligam essas áreas à Hidrelétrica de Itaipu:

1. Qual a causa do "apagão" elétrico ocorrido na noite do dia 10 de novembro deste ano?
2. O nível de investimentos no setor está aquém das necessidades da economia brasileira?
3. Qual a programação de investimentos para serviços de infraestrutura no setor de energia elétrica e, especialmente, em transmissão?
4. Quais os valores desses investimentos e o cronograma de aplicação?

5. Há novas linhas de transmissão previstas ou em execução, paralelamente às existentes, consideradas essenciais à confiabilidade do sistema?
6. Que providências o governo está tomando para sanar a evidente fragilidade do sistema?
7. Há duas semanas, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ~~ex-ministra das Minas e Energia~~, disse que o Brasil estava a salvo de um novo apagão elétrico, como o que aconteceu em 2001. Ela fez uma previsão equivocada? A ministra está desatualizada sobre a realidade de um setor tão importante para o PAC, programa gerenciado pela ministra?

### **JUSTIFICATIVA**

No final da noite de 10 de novembro de 2009 e por um espaço de tempo na madrugada seguinte, quase toda a Nação foi surpreendida por um "apagão", como é chamada a interrupção no fornecimento de energia elétrica. O problema teria sido ocasionado por falhas nas redes de transmissão, que fazem a interligação do sistema nacional à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Foram atingidos, com prejuízos a diferentes atividades os Estados de SP, RJ, MG, ES, RS, PR, PE, GO, MT, MS, SC, RO, BA, AL e AC.

De imediato, alegaram as autoridades ligadas ao MME que tudo teria ocorrido em virtude de possível acidente, uma vez que, naquele momento, fortes chuvas ocorriam no Estado do Paraná.

No entanto, técnicos, entre eles professores de geração e transmissão da USP, ouvidos pelas emissoras de rádio e de televisão, sustentavam que a causa maior estaria relacionada a reduzidos investimentos na área de infraestrutura do sistema nacional de energia elétrica. Alegavam que o sistema não poderia falhar, pois os transtornos pessoais, econômicos e sociais seriam de grande monta num país do porte do Brasil.

O fato concreto é que o sistema de transmissão falhou e a própria Itaipu Binacional esclareceu, em nota, que a *"hipótese mais provável é que tenha havido algum acidente que afetou um ou mais pontos do sistema de transmissão, inclusive o de Fumas, responsável por levar a energia de Itaipu para o Sul e Sudeste, acidente este que provocou outros, fenômeno que se costuma chamar de efeito dominó"*.

O País não pode ficar sujeito a falhas desse tipo nem a qualquer efeito que venha a ser denominado de "dominó". A confiabilidade deve existir em caráter permanente.

Pelo noticiário dos jornais, as populações tiveram que se sujeitar a problemas de grande monta, inclusive no retorno do trabalho para seus lares. No Rio, informam os jornais, o *apagão*, que ocorreu pouco antes das 22h, provocou arrastões, como o que ocorreu nas imediações do Maracanã, deixando as pessoas tensas nas ruas, em shoppings, em ônibus, trens, metrô e no meio do trânsito, que se tomou caótico devido à paralisação dos sinais luminosos. Em Copacabana, havia muitas pessoas

caminhando pelas ruas e o clima era de medo, pois ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo – conforme o relato de uma moradora à imprensa.

Em São Paulo, várias pessoas não conseguiam utilizar a rede de trens e metrô. Na região onde está localizado o Terminal Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, houve tumulto por conta da aglomeração de pessoas no momento da falta de luz, já que era o horário de saída de algumas faculdades e de empresas de telemarketing.

Na edição online de *O Estado de S. Paulo*, o registro do caos causado pela falta de energia elétrica: “Evanilde Pedroso estava com o neto e haviam acabado de voltar de viagem do Paraná. Fizeram 8 horas de viagem e pretendiam pegar o metrô na Barra Funda, e logo após, um ônibus para Cidade Tiradentes. Se eu não conseguir, vou ficar no terminal para esperar o dia amanhecer”, contou.

Um segurança do Metrô explicou que a evacuação estava acontecendo porque o combustível diesel, que alimenta o gerador do terminal, terminara, e por isso, as luzes foram apagadas para poupar o pouco de energia que restava.

Além disso, a sensação de insegurança tomou conta da região. Virginia Duarte, que estuda pedagogia e mora no Jabaquara, na zona sul da cidade, não sabia como voltar para casa porque ninguém dava informações sobre alternativas de ônibus. “Não tenho ideia de como chegar em casa, e não tenho informação de como vou pegar o ônibus”.

Passados os efeitos do "apagão", fica a sensação de insegurança, segundo um professor da USP, especialista na área, a falta de infraestrutura se deve aos reduzidos investimentos do Governo em linhas de transmissão. Isso seria, a seu ver, injustificável, uma vez que o brasileiro paga tarifas elevadas para ter energia elétrica. Acha o professor, ouvido pela Rádio CBN, que, a uma distância razoável, de uma linha de transmissão, é necessário uma outra, para entrar em funcionamento durante a eventual queda de torres da primeira.

A Constituição Federal assegura ao Senado Federal prerrogativas, como o pedido de informações, a exemplo deste que formulo ao ilustre Ministro das Minas e Energia, cuja resposta precisa ser oferecida com urgência, a fim de que esta Casa se informe adequadamente quanto ao problema e possa adotar as providências que lhe competem.

Sala das Sessões, de novembro de 2009.

  
**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**  
**Líder do PSDB**

**REQUERIMENTO Nº /2009**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

***REQUER** a realização de Reunião de Audiência Pública acerca de graves falhas no fornecimento de energia elétrica no País, como a que ocorreu em mais de 10 Estados, na noite de 10 para 11 de novembro de 2009, convidando para esse fim o Ministro das Minas e Energia e a Ministra-Chefe da Casa Civil*

**REQUEIRO**, nos termos regimentais, a realização de Reunião de Audiência Pública, com a presença do **Ministro das Minas e Energia e a Ministra-Chefe da Casa Civil**, para prestar esclarecimentos acerca do chamado “apagão”, que causou a interrupção no fornecimento de energia elétrica em mais de 10 Estados, com graves prejuízos para a economia, os serviços públicos, os de transporte e, principalmente, para as populações dos grandes centros, como São Paulo e Rio, no momento em que se deslocavam do trabalho, de retorno a seus lares.

**JUSTIFICATIVA**

A audiência pública que estou solicitando visa a esclarecer o Senado da República sobre a grave ocorrência registrada em mais de 10 Estados, pela interrupção no fornecimento de energia elétrica, na noite do dia 10 e na madrugada de 11 de novembro de 2009. É preocupante o que ocorreu, pelo que o Senado da República busca, com a Audiência Pública, obter esclarecimentos, inclusive diante de afirmativas de que o chamado “apagão” se deveu à falta de investimentos em infraestrutura no setor de energia elétrica, mormente em transmissão.

Além do Ministro da pasta que superintende os serviços de energia elétrica, estou sugerindo também a presença da Ministra-Chefe da Casa Civil. Ela, além de já ter ocupado aquela pasta, é atualmente a coordenadora do chamado Programa de Aceleração do Crescimento, o

PAC. A Ministra terá ensejo de oferecer explicações, de que necessita o Senado e a Nação brasileira, para a perfeita compreensão do gravíssimo problema e a busca de soluções.

A propósito, Sua Excelência, há duas semanas, assegurou que o Brasil estaria livre de um apagão. Suas declarações foram difundidas pelos serviços noticiosos online, como o que se reproduz a seguir, extraído do G-1:

***“Duas semanas atrás, Dilma garantiu que Brasil estava a salvo de um novo apagão***

*Para ela, investimentos do governo em estrutura geravam certeza. Dilma deu declaração em entrevista ao programa 'Bom dia, ministro'.*

*Do G1, em Brasília*

*Duas semanas atrás, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que o Brasil estava a salvo de um novo apagão elétrico, como o que aconteceu em 2001.*

*Na noite desta terça-feira (10), houve novo apagão no país, que atingiu em diferentes proporções ao menos dez estados. Índícios apontam para falha na transmissão entre o Paraná e São Paulo, segundo a usina de Itaipu.*

*A declaração da ministra foi dada durante o programa "Bom dia, Ministro" do dia 29 de outubro.*

*O noticiário refere-se ainda ao "apagão" de 10 para 11 deste mês, que igualmente vai transcrito neste requerimento:*

*“O G1 entrou em contato com a Casa Civil na manhã desta quarta-feira (11), e foi informado de que a ministra não ia se pronunciar sobre o assunto, já que o caso desta terça diz respeito ao Ministério de Minas e Energia.*

*Na entrevista, Dilma disse que os investimentos em estrutura, como a entrega de sete novas hidrelétricas e a construção em andamento de outras sete usinas, geram a certeza de que o Brasil está a salvo de um novo apagão. Os investimentos no setor de energia atingem R\$ 54,5 bilhões.”*

E mais:

*“Nós também temos uma outra certeza, que não vai ter apagão. É que nós hoje*

*voltamos a fazer planejamento. Então, nós olhamos, qual é a necessidade que o Brasil tem de energia nos próximos cinco anos? Nós, ao olharmos isso, providenciamos as usinas que não necessárias para o Brasil. Se crescer a quatro, se crescer a cinco, se crescer a seis por cento ao ano, o País terá essas usinas disponibilizadas. É assim que funciona.”*

O debate pretendido com a Audiência sugerida poderá, após, estender-se, com a presença na CI de outros especialistas, para a formalização de medidas legislativas cabíveis a fim de se afastar o risco de novos “apagões”, que sempre atingem mais duramente as nossas populações.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009.

  
**Senador Arthur Virgílio**  
 Líder do PSDB

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Heráclito Fortes, que representa o Piauí e o Democratas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Permita-me, pela ordem, Sr. Presidente, apenas assinalar que estão presentes aqui na tribuna de honra do Senado o Professor Carlos Alberto Lungarzo, que, juntamente com Celso Lungaretti, estudou em profundidade o caso Cesare Battisti. O Professor Carlos Alberto Lungarzo escreveu o livro *Cenários Invisíveis do Caso Battisti. Por que a Extradicação de Battisti seria um crime de lesa humanidade*. E eu gostaria de, inclusive, de transmitir esse texto, e assim o farei por e-mail, a todos os Srs. Senadores, para que possam conhecer uma contribuição extremamente importante para a decisão que tomará amanhã o Supremo Tribunal Federal.

Obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Presidente, com a anuência do orador, estou inscrito como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como Líder.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Serei o próximo orador, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Eu vou ceder a V. Ex<sup>a</sup>, porque era o Mão Santa, do PSC, mas cedo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se a oposição ao governo fosse uma oposição odienta, vingativa, estaria hoje deitando e rolando em cima do Governo Lula por conta do apagão de ontem. E a Oposição estaria fazendo apenas o que foi feito na época dos apagões do Governo Fernando Henrique por parte dos que hoje comandam o destino do Brasil. De maneira leviana e irresponsável, atacaram biografias, levantaram suspeitas e tiveram um espaço de sete anos para correção de situações que poderiam evitar o que ocorre hoje, o que ocorreu ontem, atingindo uma grande região do País.

Mas o Governo, com o retrovisor de quem não quer olhar para frente e nem para o presente, coloca a culpa no passado, mas não reconhece, Senador Flávio Torres, que teve sete anos para fazer investimentos no setor elétrico e tinha pelo menos que reconhecer que falta de decisão com relação ao marco regulatório foi o grande responsável por esses investimentos não entrarem no País.

As agências reguladoras passaram a ser ocupadas por critérios eminentemente políticos, criando uma insegurança jurídica pela sua não conclusão e trazendo uma desconfiança terrível ao investidor es-

trangeiro ou mesmo nacional que queriam colocar os seus investimentos nesse setor.

Estou falando desse setor porque é o que traz hoje o debate ao Senado, mas vale também para estradas, vale para os outros setores, para que se demonstre que a não votação, a não conclusão da votação dos marcos regulatórios colaborou de maneira definitiva e decisiva para o que nós assistimos ontem e o que podemos assistir nos próximos dias.

Porque, Senador João Tenório, diferentemente de apagões anteriores, esse não se deu por escassez de energia elétrica. Não! As hidrelétricas geradoras estão com a sua capacidade de acumulação de água dentro dos níveis da normalidade, algumas até com excesso de água. Deu-se por algum problema técnico. E esse problema técnico é produto de falta de manutenção.

Quero me solidarizar com o povo de São Paulo. Quero ser uma voz ao lado dos paulistas e dos paulistanos pelo caos que sofreram ontem – trabalhadores, donas de casa, que tiveram um dia de caos, as indústrias que paralisaram e deixaram de gerar sua força de trabalho. Quero me solidarizar com os que amargaram prejuízos gigantescos no dia de ontem com esse apagão, para o qual o Governo só tem uma saída: ter humildade, assumi-lo e procurar correções para evitar repetições no futuro.

Mas já se tem disso tudo, Senador Agripino, o primeiro resultado prático: a arrogância e a prepotência do coordenador de campanha da candidata oficial do Palácio à Presidência, o Sr. Marco Aurélio Garcia.

Esse estabonado representante da política externa do Presidente Lula, responsável pelos desacertos do atual Governo, no que diz respeito à política externa, principalmente quando intervém, muitas vezes, desautorizando a própria política do Itamaraty, que é a política oficial da nossa diplomacia em questões envolvendo nossos países vizinhos.

Imaginem o Sr. Marco Aurélio Garcia investido e compenetrado na função de coordenador de campanha a bisbilhotar e a dar palpite daqui para frente. Vai ser um sucesso, um sucesso para quem faz oposição e um sucesso para quem faz a imprensa, porque teremos notícias exóticas e pitorescas daqui para frente. Aliás, quem tem um coordenador dessa natureza não precisa de adversários.

É um bom começo.

A arrogância, a prepotência é tão grande que foi esse mesmo Marco Aurélio Garcia que comandou, num passado não muito distante, a expulsão daqueles jovens atletas cubanos, que foram arrancados a 'fórceps' do solo brasileiro em avião cedido pela PD-VSA, da Venezuela, e repatriados para Cuba. Esse é só o começo.

Mas, Sr. Presidente, ontem vimos, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma discussão muito interessante – não sei se o Senador José Agripino estava lá no momento – sobre uma nova modalidade do Governo de distribuir dinheiro aos menos assistidos. Trata-se da implantação do Bolsa Cultura. Significa, mais ou menos um carnê de R\$50,00, para que o cidadão gaste em eventos culturais.

Eu vi ontem, e não vou culpar a Senadora Ideli Salvatti, que é a Relatora, porque ela teve a humildade de dizer que relatou tal qual recebeu a emenda vinda da Câmara dos Deputados, numa demonstração de que estava ali como Líder do Governo, atendendo ao chamamento do Governo para defender aquela matéria.

Quero ser justo, mas ela mostrou que é um projeto eivado de erros e, acima de tudo, de incoerências e contradições. Em primeiro lugar, punir os aposentados, Senador Flávio Torres. Os aposentados tiveram seus benefícios limitados a 30%. Por que esse limite? Pelo contrário, os grandes beneficiados deveriam ser os aposentados que, ao irem para casa, têm seus salários reduzidos. Mas, não. O Governo vem demonstrando – e o projeto do Senador Paulo Paim, que vem sendo levado de barriga pela Base do Governo, demonstra isso – que ele não quer conversa com os aposentados brasileiros e os vêm maltratando de maneira sistemática e impiedosa.

No primeiro mandato, tivemos aqueles episódios em que o Ministro da Previdência obrigou os aposentados a filas incansáveis na porta da Previdência. E por aí vamos tendo episódios após episódios em que os aposentados brasileiros são maltratados.

Mas a proposta, Senador Alvaro, teve outra falha terrível. Tirou do benefício aqueles que são beneficiados pelo Bolsa Família. Ora, se o Bolsa Família é a menina dos olhos do Governo, é a razão de ser do Governo, é a proposta de inclusão social, tirá-los desse programa é, acima de tudo, uma tremenda incoerência. Daí por que foi feito um pedido de vista pelo Senador João Tenório, que se transformou em vista coletiva. E espero que este assunto seja mais bem discutido, mais aperfeiçoado, para que nós possamos fazer justiça a todos e não apenas justiça direcionada a alguns.

Mas o Governo se supera e os jornais hoje anunciam o Bolsa Celular. Sobre esse Bolsa Celular, em primeiro lugar, é preciso examinarmos se o sistema comporta um volume considerável de novos aparelhos telefônicos. Não sei se acontece em Alagoas, no Rio Grande do Norte, mas no Piauí, no Ceará e no Maranhão, a saturação do sistema está um caos. No final de semana, Senador João Tenório, não se consegue comunicação com ninguém. As linhas estão engarrafadas, caem a todo momento. As populações – e não sei,

Senador Flávio Torres, se no Ceará está acontecendo isso – estão passando por um verdadeiro estrangulamento das linhas telefônicas.

No Amazonas, Senador Jefferson Praia... Mas olha, no Nordeste, é um caos. Então, antes de o Governo lançar programa dessa natureza, tem de melhorar, exigir a melhoria do sistema. Porque nós estamos no limite, nós chegamos aonde não podemos mais. As companhias venderam aparelhos acima da capacidade de modernização. E é preciso que, neste momento, antes de uma expansão dessa natureza, seja feita uma recuperação.

Quero propor ao Governo que crie também o Bolsa Remédio. Precisamos ter um Bolsa Remédio para atender à população carente. Se temos o Bolsa Cultura, se temos o Bolsa Celular, por que não podemos ter, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Bolsa Remédio? O Serra, quando Ministro, já avançou quando criou o Genérico, mas, mesmo assim, o preço do remédio no Brasil chega a um limite que não pode atender às camadas mais carentes.

Daí por que, por coerência, quero pedir o apoio da Base do Governo com relação a esta proposta que vou fazer do Bolsa Remédio para atender à população carente nos mesmos termos em que irá atender o Bolsa Cultura. Porque é uma opção, Senador Jefferson Praia. O cidadão, pai de família, por mais apreço que tenha à cultura brasileira, à arte, ele vai optar pelo remédio para atender um familiar, para atender uma pessoa doente, para atender uma pessoa carente.

Acho que estamos chegando a este momento de promover esses programas de inclusão social, não há por que não criarmos, urgentemente e como prioridade, o Bolsa Remédio.

Senador Jefferson Praia, com o maior prazer, escuto V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Senador Heráclito, eu quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> quando propõe o Bolsa Remédio. E aí o Bolsa Remédio para os aposentados, principalmente para os aposentados.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Também. Ativos e aposentados, não vamos discriminar.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Nós sabemos, Senador Heráclito, o quanto os aposentados gastam com medicamentos, o quanto da parcela da renda dos aposentados já chega achatado lá na ponta. Um bolsa medicamento ou Bolsa Remédio, como V. Ex<sup>a</sup> está chamando, seria algo interessante, que, na minha avaliação, seria muito mais importante que Bolsa Celular. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas acho que podemos fazer as duas, as três coisas e, evidentemente, o Governo, já

que estamos em período eleitoral, vai trazer mais quatro, mais cinco, mais seis, mais dez projetos e idéias; mas não podemos deixar de levar em consideração a proposta do Bolsa Remédio. Este, sim, é urgente, porque nós vamos atender famílias carentes. E não podemos, no projeto, discriminar o ativo do aposentado. Os aposentados brasileiros não aguentam mais.

Na segunda-feira, eu quero pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Praia, para propor que V. Ex<sup>a</sup> seja o segundo signatário dessa proposta. Eu espero receber o apoio de todos os segmentos do Governo, uma vez que não é uma proposta partidária. É uma proposta justa e de alcance social.

Concedo um aparte ao Senador João Tenório, com o maior prazer.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Senador Heráclito, tivemos ontem na Comissão de Assuntos Econômicos uma mais absoluta demonstração de incoerência por parte das Lideranças do Governo. V. Ex<sup>a</sup> estava presente e viu que foi pedido vista de uma proposição que garantia seguro-saúde a uma das colaboradas de empregadas domésticas de cada cidadão brasileiro, e foi pedido vista porque isso afetaria o Orçamento, poderia provocar algum transtorno financeiro nas contas do Governo. V. Ex<sup>a</sup> estava lá e presenciou isso aí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Estava.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Mas ao mesmo tempo em que isso acontece, é proposto exatamente a bolsa cultura. Evidentemente, a cultura é algo importantíssimo para o País. Não existe a menor dúvida disso. Não podemos negar a repercussão que a cultura proporciona no desenvolvimento de um povo, no desenvolvimento de um país. Agora, fazer uma comparação entre o atendimento das necessidades culturais de um povo, sobretudo da classe média, com a saúde daqueles mais necessitados é algo que não convence a ninguém. Então, foi uma demonstração de incoerência que marcou profundamente. Talvez tenha sido essa a razão pela qual eu tenha pedido vista no processo que diz respeito ao bolsa cultura.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e espero que possamos, através do bolsa remédio, corrigir um pouco essas injustiças que vem cometendo aqui com a classe mais carente, mais sofrida.

Sr. Presidente, Sr. Senador, antes de encerrar, eu queria abordar um tema trazido pelos jornais. São denúncias envolvendo a Paraíba. Infelizmente, não há nenhum colega da Paraíba aqui. Eu não quero me aprofundar no assunto, mas quero apenas citar o fato. A Polícia Federal, o Ministério Público, ontem, tomaram providências enérgicas, inclusive com prisões, com

relação a obras do PAC no Estado da Paraíba. Esse é um fato grave.

Mas eu gostaria de cobrar aqui do Ministério Público e da Polícia Federal, Senador Mão Santa, explicações sobre um processo que corre no Piauí envolvendo a Engep. O objetivo é o mesmo. São obras superfaturadas, denúncias feitas pelo militante do PT, funcionário da secretaria.

Vocês não vão entender o que é a Engep! Engep é uma supersecretaria, criada para ser colocada lá uma supersecretária. Com isso, centralizaram todas as obras e concorrências nas mãos dessa senhora.

Esse funcionário, filho de militantes do PT, militante do PT e funcionário encarregado de concorrência começou a ter pesadelos porque estava sendo conivente, pelo menos na qualidade de testemunha ocular, com os fatos escabrosos que estavam acontecendo – o Senador Mão Santa conhece bem esse fato.

Isso gerou um escândalo. As denúncias estão sendo feitas, e a informação que nós temos é de que a Polícia Federal apura esses fatos. E já tive notícias de importantes militantes do PT do Piauí, inclusive da direção do PT estadual, anunciando que esse fato está debaixo de um tapete. Colocaram os fatos debaixo de um tapete e que nada vai acontecer.

Como eu sei que a Polícia Federal Brasileira não está a serviço de Partido, a Polícia Federal Brasileira está a serviço da nação, eu quero fazer um apelo aqui ao Sr. Diretor-Geral, no sentido de que se preste esclarecimentos à opinião pública sobre os fatos. São fatos graves, são denúncias gravíssimas que envolvem uma administração. E é preciso que esses fatos sejam apurados. Daí por que eu faço esse apelo.

Senador Romeu Tuma, com o maior prazer, escuto V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Duas coisas, Senador. Eu acho que denúncias com consistência, que têm indícios fortes de serem verdadeiras, têm de ser investigadas o mais rapidamente possível, sob pena de perdermos a oportunidade de conhecer a realidade na hora, porque o tempo passa e acaba apagando.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – A memória termina carregando.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – É. Então, eu acho que V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Tenho certeza de que a Polícia Federal deve estar ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, se não, amanhã, vou ligar para lá.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu agradeço, Senador Romeu Tuma, se V. Ex<sup>a</sup> nos prestar esse favor.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Vou ligar amanhã informando a denúncia que V. Ex<sup>a</sup> recebeu.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, é um fato. Existe um inquérito, está sendo apurado já faz algum tempo, e, agora, silenciou-se sobre isso. Houve depoimento na Assembléia Legislativa, denúncia dos servidores, e o inquérito está na polícia. Agora, nesta semana eu ouvi informações de dirigentes do PT de que o assunto está sob controle e que não vai acontecer nada. Vejo hoje na questão da Paraíba, que eu não conheço, as pessoas sendo investigadas, sendo punidas. E eu não acredito que no meu Estado esses fatos aconteçam sob o manto da impunidade.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Não pode haver divergência de investigação de um Estado para o outro.

É claro que cada superintendente tem uma linha de conduzir a investigação,... mas não de...Então, é muito bom o do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu tenho uma impressão muito boa do superintendente da Polícia Federal. É Luiz Fernando, não é?

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Ele é muito bom. Mas vamos falar com ele da sua preocupação, que eu acho que tem razão de ser, para que dê urgência na velocidade e dê conhecimento a V. Ex<sup>a</sup> e a nós também do que está realmente acontecendo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Basta termos a tranqüilidade de que esse fato não está embaixo do tapete como se anunciou lá. Que o fato está sendo apurado. Se está tendo demora, até nós compreendemos. Agora, nós queremos é que esse fato seja apurado, até para inocentar, ou fazer justiça aos inocentes.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Outra coisa que eu queria, se V. Ex<sup>a</sup> permitir a oportunidade, V. Ex<sup>a</sup> falou na bolsa remédio. Eu pedi, requeri, foi aprovada a CPI da falsificação de medicamentos, do contrabando e outras medidas de criminalidade praticadas contra a saúde pública por meio de medicamentos, e até hoje, não consegui que todos os partidos indicassem os nomes. Já reclamei com o Presidente Sarney duas vezes e, volto, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, para pedir que instale a CPI, que os partidos indiquem. Nós queremos é colaborar com a Anvisa. Ninguém vai perseguir ninguém. Mas nós não podemos deixar o cidadão à mercê de remédios falsificados. E comprar, na Praça da Sé, porque é mais barato, num banquinho, onde, às vezes, são vendidos medicamentos que só sob receita podem ser vendidos. Eu vou toda a semana ao Incor do Hospital das Clínicas. A fila para conseguir, dois, três comprimidos é enorme. E muitos Prefeito – V. Ex<sup>a</sup> deve ter recebido também...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Claro.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – têm recebido determinação do Judiciário para adquirir medicamentos que, às vezes, não existem no Brasil.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Através de mandado de segurança têm conseguido.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Então, estão sofrendo a consequência, seqüestrando a renda do Município para comprar remédio. O Governo Federal tem a obrigação de fazer esse fornecimento. Os Estados não podem passar tudo para os Municípios, porque eles não vão aguentar essa parte.

Acho que V. Ex<sup>a</sup> tem razão em criar a bolsa – eu não sei como é que V. Ex<sup>a</sup> chamou – de medicamentos ou remédio. Remédio é mais popular, não é Senador? Então, eu acho que queria assinar. Se ele é o segundo, eu quero ser o terceiro.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, e fique tranquilo. Agora o meu agradecimento é em nome daqueles piauienses que estão insatisfeitos com esse manto de silêncio a respeito desse escândalo gravíssimo que envolve a administração pública do Estado do Piauí no chamado caso Engep.

Agradeço a atitude de V. Ex<sup>a</sup> de procurar informações junto à Polícia Federal.

Mas, Sr. Presidente, antes de encerrar, eu queria fazer um apelo aqui ao colegas Senadores. Nós estamos no processo de reforma administrativa e o prazo para a sugestão dos Senadores com relação a essa reforma termina na próxima semana. Nós ouvimos várias reclamações, várias queixas, e é preciso que essas sugestões sejam apresentadas para que possamos consolidar essa reforma.

Portanto, quero fazer esse apelo aos Srs. Senadores no sentido de que, até o final da próxima semana, quando o prazo se esgota, remeta as suas sugestões, as suas críticas e acima de tudo as suas colaborações.

Por fim, Senador Mão Santa, encerrando, eu quero registrar a presença neste Senado do ex-Governador Jatene, do Estado do Pará, que se encontra ali tomando aula, não sei bem de que, mas deve ser boa, do Senador Flexa Ribeiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> tem tanta audiência nessa denúncia da Engep, que eu recebi um telefonema agora do ex-Prefeito João Falcão, dizendo que, em Bom Jesus, o Governador, na última exposição, num agrosow, prometeu 17 tratores, mas só entregou um e disse que não tinha mais não. Entregou um e disse que era 17.

Então, a repercussão do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> veio com esse protesto, nesses dias de mentira em que vivemos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Temos recebido informações do Governador, mentindo. Agora, quando dizemos aqui, pode ser questão política; agora, já é o terceiro secretário que desmente o Governador no Piauí, de maneira pública, de maneira insofismável, e não dá em nada.

Vamos para a frente, Senador Mão Santa, que, atrás, vem gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Antonio Carlos Valadares está insistindo. Depois... Você vai falar – todo mundo fala.

Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de dizer que hoje a Comissão de Justiça do Senado Federal começou a discutir a chamada PEC dos jornalistas, retornando a exigência do diploma para a prática dessa profissão. O Relator é o Senador Inácio Arruda, e eu sou o primeiro signatário dessa proposta. O Senador Demóstenes Torres, que é o Presidente da comissão, resolveu pedir vista...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Peço permissão para prorrogar a sessão por mais uma hora, para todos os inscritos poderem usar da palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Resolveu pedir vista e, na próxima semana ou na outra, a Comissão de Justiça estará se detendo sobre esse problema, assim como já fez a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, que aprovou, hoje pela manhã, a PEC dos jornalistas. Agora, ela vai para uma comissão especial. Aqui no Senado, os trâmites são um tanto diferentes...

Eu tenho direito a 20 minutos, Sr. Presidente, pelo Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Mas 10 é a nota que V. Ex<sup>a</sup> merece, e eu estou confiando na capacidade sintética de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado. Não sei se falarei os dez minutos, mas procurarei resumir.

Então, Sr. Presidente, esperamos que, dentro em breve, façamos justiça aos profissionais da imprensa do Brasil, porque, na realidade, todas as profissões têm o direito de usar o diploma como condição indispensável ao exercício de sua profissão, e somente os jornalistas é que não têm esse direito. Isto é, há uma discriminação que precisa ser corrigida.

Mas, Sr. Presidente, eu aproveito esta oportunidade, já que estou inscrito para falar nesta sessão, para dizer que todos nós nos preocupamos quando há um blecaute, quando há uma interrupção de energia elétrica em nossa casa, no comércio, na indústria, na zona rural. Onde quer que estejamos, sempre estamos acionando a energia elétrica como instrumento indispensável à realização de muitos empreendimentos, de muitas condições de bem-estar social espalhadas por este Brasil afora.

O Brasil hoje não dispensa, em nenhum lugar, por mais distante que seja, o uso da energia elétrica como insumo para a conquista do bem-estar social e do desenvolvimento econômico da nossa Nação.

É verdade que o Brasil dá exemplo de como se deve aproveitar o nosso sistema hidráulico, os nossos rios, as nossas represas, para a criação de empreendimentos que assombram o mundo.

Aí está o Nordeste, onde várias usinas foram concluídas, a começar com a de Paulo Afonso, fornecendo energia em profusão para o desenvolvimento daquela região, que faz parte do Brasil.

Sr. Presidente, o Brasil fez um acordo com o Paraguai e construiu uma grande usina, a Usina de Itaipu, que fornece energia elétrica principalmente para o Brasil, que é o seu maior consumidor. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso sofreram as consequências da interrupção de energia elétrica, desse blecaute que aconteceu ontem à noite.

E já tive a oportunidade de, num aparte ao Senador Casagrande, demonstrar que o Governo brasileiro tem tomado o maior cuidado com relação ao fornecimento de energia elétrica para o Brasil, para que não volte a acontecer aquele apagão que humilhou nosso País, aquele apagão que ocorreu não em virtude de um acidente, mas em virtude de um sistema de segurança ter sido acionado, interrompendo o funcionamento de todos os equipamentos que dão a geração de energia em Itaipu. São dois fatos inteiramente diferentes e não podem ser comparados, porque o que houve no passado foi a desídia, foi a omissão, foi a falta de responsabilidade, o descompromisso com o desenvolvimento da Nação.

Foi preciso, então, que o Governo daquela época – não nosso Governo – tomasse medidas emergenciais para tapar os buracos da incompetência. Posso até fazer justiça: foi o Senador José Jorge, no Ministério de Minas e Energia, que, para tapar esses verdadeiros buracos feitos em toda a Nação, teve de se desdobrar – e o fez com muita competên-

cia – para atender às demandas de energia elétrica em todo o Brasil.

Fui cientificado, Senador Delcídio Amaral, por um técnico no assunto, de que o que ocorreu – e isso naturalmente vai ser divulgado oficialmente – foi uma sobrecarga do sistema lá em Itaipu, ou seja, na usina fornecedora de energia elétrica para o Brasil. Não foi internamente aqui, no Brasil, que ocorreu o fato. Foi lá. Em algum ponto, houve uma sobrecarga e houve como que uma reação em cadeia dos demais pontos, que terminaram, automaticamente, apagando o sistema de fornecimento de energia elétrica para o Brasil na usina de Itaipu.

Esse é um assunto técnico. O que houve foi um acidente, e até agora a ciência não conseguiu contornar essa questão de isolar um determinado ponto para que o ponto seguinte também não entre em blecaute. Países como a Noruega e o Canadá, que têm semelhança com o Brasil na produção de energia elétrica, porque aproveitam a energia proveniente das águas, quer dizer, a energia hidráulica, estudam detidamente esse fato, no dia a dia, e eles ainda não conseguiram encontrar uma saída, que significa o “ilhamento”, o isolamento de um ponto onde ocorreu a sobrecarga para que, numa reação em cadeia, todos os pontos não se apaguem e o sistema deixe de funcionar.

É isso que, possivelmente, deve ter ocorrido na usina de Itaipu. Isso vai ser comprovado na prática.

Agora, achar que o Governo Federal, que o Governo do Presidente Lula tem alguma culpa a respeito de um acidente na usina de Itaipu é cometer uma grande injustiça, é, no mínimo, uma pressa, uma crítica improvisada, uma forma de colocar o Governo em dificuldades com essas populações que sofreram com os efeitos dessa crise, desse blecaute, podemos chamar de apagão, mas apagão momentâneo, transitório, tanto que não houve nenhuma quebra da aparelhagem que existe lá em Itaipu para produção de energia elétrica. Houve o acionamento do sistema automático, e pronto, parou tudo, e agora vamos começar tudo de novo.

Ora, entre parar o sistema e retomar o seu funcionamento, é natural, Sr. Presidente, que haja um certo prejuízo, um certo desconforto para aqueles que deixaram de receber a energia elétrica na sua casa, na indústria, onde havia brasileiros que usam energia elétrica proveniente de Itaipu e sofreram-se as consequências desse acidente.

Portanto, a minha palavra, neste instante, é de solidariedade às populações que sofreram com isso,

que tiverem prejuízo, que passaram algumas horas sem energia elétrica. Como ser humano, considero que isso realmente é não só desconfortável...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – ... como causa, sem dúvida nenhuma, prejuízos, principalmente para nossa indústria, que precisa de suprimento de energia elétrica.

A minha palavra primeira é de solidariedade. A segunda é de reconhecimento pelo esforço feito pelo Governo Federal para que jamais tenhamos um apagão de proporções tão sérias, tão significativas, como o que causou tantos transtornos no Governo passado. O Governo se preparou para a eventualidade de, o Brasil crescendo, necessitar de investimentos nessa área.

Os investimentos foram feitos, estão sendo feitos, principalmente nas redes de transmissão. Sem a rede de transmissão, não há energia elétrica. A cidade, o povoado, a fazenda, a indústria que usa energia elétrica precisa de uma rede de transmissão, de transformadores. Em tudo isso o Governo investiu maciçamente. Não fora isso, Senador Delcídio, o Brasil hoje não estaria crescendo. Não estaríamos enfrentando a crise econômica que se abateu sobre o mundo se o Brasil não tivesse se preparado para essa eventualidade.

O Governo investiu mais do que o dobro em rede de transmissão de energia elétrica. V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor do que eu, porque é um estudioso desse assunto. Em 130 anos, o Governo investiu mais do dobro do que os Governos anteriores investiram em termos de produção e de transmissão de energia elétrica.

Por essa razão, Sr. Presidente, não há motivo para pânico, não há motivo para maiores preocupações.

É verdade que a Oposição cumpre o seu papel quando alerta o Governo de que novos investimentos têm que ser feitos, construindo novas usinas termelétricas, novas usinas hidráulicas, aproveitando o nosso grande potencial. É uma pena que o maior potencial que temos hoje está na Amazônia, onde não há um mercado consumidor. Cerca de 35% das nossas potencialidades hidráulicas estão na Amazônia. Mas, mesmo assim, o Governo não deve se descuidar. E a Oposição está certa em cobrar providências do Governo.

Mas culpar o Governo por um acidente que houve lá em Itaipu é uma grande injustiça. Ocupo a tribuna para dizer que não concordo; estou inteiramente de acordo com as providências que até agora têm sido tomadas pelo Ministério das Minas

e Energia, pela Eletrobrás, pela Chesf, por todo o sistema de fornecimento e distribuição de energia elétrica no Brasil.

E tenho certeza absoluta de que isso a que me referi, um acidente localizado, já está sendo devidamente contornado, e a normalidade da distribuição e do suprimento de energia elétrica no Brasil será restabelecido o mais rápido possível.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Com os nossos cumprimentos e agradecimento por ter economizado tempo.

É com muita satisfação que estão na nossa tribuna Wady Khayat, Coordenador Municipal de Turismo de Belém –, cidade magnífica, viu Mercadante? – e Adnan Demachki, Prefeito de Paragominas, Pará...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – ... e os diretores da Belemtur e da Secretaria de Planejamento de Belém. O Sr. Wady Khayat é, sem dúvida nenhuma, o mais competente coordenador de turismo municipal que eu conheço.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Flexa Ribeiro. Agora vamos chamar um orador inscrito.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, enquanto o orador se dirige à tribuna, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Não, então vamos chamar. Então, a lista: Jefferson Praia não está, aí tem aqui o Aloizio Mercadante, que está ansioso...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Então pronto, Aloizio Mercadante.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – ... no lugar da Fátima Cleide. E o Augusto Botelho cede ao seu Líder Aloizio, todos do PT.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> vai me conceder pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Respeitando a tolerância de Aloizio Mercadante.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex<sup>a</sup> já fez um discurso enquanto ele se dirigia à tribuna.

Quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> é conhecido nacionalmente. Acho, Senador Mercadante, que o Senador Mão Santa está lançando a campanha dele para Presidente pelo PSC. É um bom candidato, porque ele, Prefeito

Adnan, Secretário Kayath, Secretário Renato, tira do Senador do Estado do Pará a honra e o orgulho de saudar essas figuras ilustres que estão aqui na tribuna de honra. V. Ex<sup>a</sup> já tem os votos paraenses, mas V. Ex<sup>a</sup> tem realmente que se candidatar.

Eu queria, aditando não só o registro da presença deles aqui, dizer que Adnan é Prefeito de Paragominas, cidade que foi reconstruída pelo PSDB. Ele está no quarto mandato pelo PSDB, e hoje a cidade é exemplo, Senador Mercadante, em âmbito nacional. Ele veio para uma reunião com o Presidente Lula para tratar da questão do meio ambiente. É uma reunião preparatória para a Convenção de Copenhague.

Então, o Prefeito Adnan veio para essa reunião que vai contar com oito Ministros – V. Ex<sup>a</sup> deve estar nessa reunião, Senador Mercadante – e 43 Prefeitos da Amazônia. Dentre os 43 Prefeitos da Amazônia, o Prefeito Adnan Demachki, de Paragominas, foi escolhido para ser o porta-voz da reunião junto ao Presidente Lula. E tenho aqui, Prefeito Adnan, diversas vezes, destacado o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> tem desenvolvido naquele Município querido de Paragominas, na área ambiental e em todas as áreas.

Na área ambiental ele vai relatar ao Presidente Lula o Projeto Município Verde, que é um projeto premiado como todos os outros que o Prefeito Adnan administra. Senador Mercadante, ele recebe, há quatro anos seguidos, o prêmio da merenda escolar, dado pelo Governo do PT ao Governo do PSDB.

Quero registrar a alegria de tê-lo aqui, Prefeito Adnan, Secretário de Turismo de Belém, nosso amigo Kayath, e o seu Secretário de Governo, o Renato. Sejam bem-vindos! Lamento que tenham chegado no dia em que foi aprovada, pelo Tribunal de Justiça, a intervenção no nosso querido Estado do Pará. Mas esse é um assunto a respeito do qual estou inscrito para falar.

Muito obrigado, Senador Mercadante.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> acaba de ganhar o troféu paciência.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa. É uma virtude importante na vida pública.

Eu gostaria de começar discutindo o momento que nós estamos vivendo, especialmente a partir das preocupações expressas pela Oposição com o acidente ocorrido na rede de transmissão de energia, ontem à noite, que atingiu 18 Estados. A bem da verdade, uma hora depois em 15 Estados já havia sido restabelecido o oferecimento de energia e, posteriormente, em 3 Estados a situação energética foi regularizada.

Poderíamos ficar preocupados com esse incidente olhando os dados da economia. Nesse terceiro trimestre do ano, estamos caminhando para um crescimento de 10% do PIB comparado ao trimestre do ano anterior, que é exatamente o início da crise.

Portanto, é uma forte recuperação da economia brasileira, comparando com o que tínhamos no trimestre anterior em que vários setores da economia estão batendo todos os recordes. Setembro, recorde histórico de venda de automóveis em toda a história do Brasil, 308 mil automóveis; outubro, recorde do mês para a história da indústria automobilística; na área de transporte aéreo, houve o crescimento de 29% das vendas de passagens em setembro comparados com setembro do ano passado e há um claro estrangulamento da capacidade de atendimento dos aeroportos, da infraestrutura, das aeronaves, dado o forte crescimento do número da venda de passagens, que tem como origem o crescimento da renda e a melhoria da situação econômica do Brasil.

Nós poderíamos estar preocupados com a oferta de energia. No ano de crise em que os Estados Unidos perderam 4 milhões e 200 mil empregos e estão há 24 meses em recessão, eu me lembro de um tempo em que se dizia que quando os Estados Unidos espirravam o Brasil pegava pneumonia; hoje estamos assistindo a uma situação um pouco diversa disso. O Brasil não só volta a crescer 10% do PIB neste trimestre, comparado com o terceiro trimestre do ano passado, como já gerou na crise um milhão de novos empregos, um milhão de empregos criados neste ano de 2009, o que é um resultado espetacular diante do cenário internacional.

A nossa Bolsa de Valores já se recuperou integralmente. E a preocupação do Governo é outra, é o volume de investidores que querem vir para o Brasil, que pressionam a taxa de câmbio e que evidentemente o Governo tenta monitorar com instrumentos que têm que ser muito cuidadosamente aplicados para que não haja uma forte apreciação do real, o que prejudique as nossas exportações.

Então, esse crescimento da economia, que não tínhamos no passado, esse volume de investimentos, essa expansão de setores importantes pode significar que teremos problemas na oferta de energia? Se fosse esse o cenário, todos nós deveríamos estar preocupados, mas eu tenho absoluta segurança de que não é esse o cenário do Brasil. Não há nenhum risco de faltar energia no Brasil neste momento. Houve planejamento, houve investimento. Eu vou citar alguns dados apenas.

Além das grandes usinas hidrelétricas que estão sendo construídas, como Madeira, Jirau, houve a expansão de toda a estrutura termelétrica, que é uma estrutura complementar, ou seja, se faltar energia em nossas hidrelétricas, nós temos a estrutura de termelétricas movidas a gás e a óleo combustível para ser acionada. Hoje não há uma única usina termelétrica abastecendo o sistema. Poucas vezes na história do sistema hidráulico brasileiro as nossas represas estiveram tão cheias como hoje no período em que está começando a chuva. Portanto, em termos da poupança de energia da água no sistema brasileiro, estamos em um momento exuberante: os investimentos foram feitos, e a situação climática ajuda bastante.

Além disso, de 2003 a 2009, nós implantamos 20.388 quilômetros de linha de transmissão, mais de 20 mil quilômetros de linha de transmissão de energia, interligando todo o sistema de modo que, no futuro – seguramente não será neste Governo –, mesmo se tivermos um governo que não planeje, que não tenha estratégia, que não invista, o sistema interligado possa proteger a economia, porque, faltando, por exemplo, água em uma região, a outra pode abastecê-la e, assim, manter a oferta de energia em todo o País, possibilidade que nós não existia há sete anos. Foram investidos nessa rede R\$21,8 bilhões. E quero sugerir inclusive àqueles que não estão suficientemente informados que leiam hoje o **Diário Oficial** e observem as onze outorgas de transmissão publicadas de ontem para hoje, ou seja, o sistema de investimento em transmissão continua avançando depois de mais de 20 mil quilômetros instalados. Além disso, instalamos 81.990 mva, ou seja, transformadores para dar sustentação a essa rede de transmissão, no valor de R\$7,9 bilhões.

Por isso, melhorou a interligação do sistema e está aumentando a oferta de energia. Na área de biomassas, que é uma fonte muito importante... É verdade que o preço do açúcar subiu muito. O setor está em um momento extraordinário em função dessa mudança: preço do açúcar, preço do álcool, a demanda de álcool, que cresce explosivamente no Brasil, pelos recordes que a indústria automobilística está tendo na venda de veículos. Temos ainda a biomassa. Aumentando a capacidade das usinas, podemos ofertar ainda o equivalente a uma Itaipu de energia... Fora as termelétricas, fora as hidrelétricas, fora as grandes usinas, o Brasil ainda tem na biomassa uma oferta de energia adicional muito importante, além do esforço das fontes alternativas de energia.

Em um cenário como esse, portanto, não há nenhuma semelhança com o que aconteceu em 2001. A população brasileira, ao contrário de alguns discursos que são feitos aqui, não tem que fazer comparação.

Ninguém vai ser chamado amanhã cedo a desligar a sua televisão, a ter que apagar a luz na sua casa, a cortar 20% do consumo da sua energia. Nenhuma indústria vai ficar sem oferta de energia. Não vai porque a situação é diferente. Em 2001, havia falta de investimento na oferta de energia, não havia a interligação do sistema com esses 20 mil novos quilômetros de distribuição de energia e houve uma grave seca que gerou um colapso do sistema. E demorou quase um ano para voltarmos à normalidade e retomarmos o crescimento econômico com oferta de energia.

Mas é o Senador Mercadante quem está fazendo essa avaliação? É alguém do Governo que está fazendo essa avaliação? Quem está fazendo essa avaliação é um Senador que sentou conosco aqui, da Oposição, que foi Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Dois Senadores da Oposição entendiam de energia nesta Casa: o Senador Rodolpho Tourinho e o Senador José Jorge. Os dois foram Ministros da área e têm conhecimento técnico.

O que diz o ex-Senador José Jorge, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União?

A chamada é assim:

Ministro do Governo de Fernando Henrique Cardoso chama apagão de acidente e descarta comparação com a situação de 2001.

Ele diz:

Há uma diferença grande. Em 2001, houve um racionamento porque a capacidade de geração de energia do País estava diminuída. Em março de 2001, no fim do período das chuvas [não como agora, quando elas vão começar], estávamos com os reservatórios secos, tendo de enfrentar o período das secas. Qualquer sistema físico está sujeito a uma falha. O sistema baseado em hidroelétrica obriga a construção de grandes linhas de transmissão. Ela fica sujeita a acidentes. As linhas de Itaipu até São Paulo têm quase mil quilômetros e isso pode acontecer.

O nosso companheiro – e aqui quero elogiar-lo pela seriedade da sua intervenção, pela procedência de seus argumentos – deveria inspirar atitudes mais cautelosas referentes a esse tema.

O que diz o Ministro José Jorge? Diz que, como no nosso sistema as hidrelétricas estão longe dos grandes centros de consumo de energia, a linha de transmissão é muito longa e podem acontecer acidentes eventuais.

Mas não há nenhum risco de oferta de energia; não há nenhum problema de racionamento de ener-

gia; não há nenhuma medida adicional que será tomada. O que é que nós temos de fazer neste momento? Diagnosticar, com profundidade, a causa desse incidente, desse acidente energético e verificar que medidas complementares podem ser tomadas. Eu tenho aqui a intervenção do Secretário de Energia, Carlos Augusto Kirschner, do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo.

Ele trata dizendo que a situação do sistema é muito favorável, os reservatórios hídricos estão cheios, não há necessidade de ligar usinas termelétricas. E realmente hoje nós não precisamos disso. Elas permanecem desligadas. Não atravessamos o período de racionamento de energia, e temos um sistema de transmissão robusto, com linhas interligadas e mais proteções ao sistema, motivo pelo qual o blecaute é ainda surpreendente. Estamos em uma situação oposta ao que seria o período de racionamento. Com relação aos reservatórios, estamos em uma situação que nunca estivemos.

Portanto, do ponto de vista da oferta de energia – e eu não estou falando para o final deste Governo que esse risco não existe. Não existe para os próximos três, quatro anos. Mesmo o Brasil voltando a crescer, e voltará a crescer o ano que vem mais de 6%, não há nenhum problema de oferta de energia e a interligação do sistema garante o abastecimento do país.

Agora, o que precisamos analisar nesse acidente? É o ilhamento, quando esses episódios de queda na transmissão ocorrem. É isolar a quebra da transmissão. Isso tecnicamente exige mais investimentos, exige um diagnóstico para a gente verificar, especialmente nos grandes linhões, como esse que vem de Itaipu, mas eu vou dar o índice de eficiência da oferta de energia nos últimos anos.

No ano de 2007, a oferta de energia foi de 99,9%. Portanto, a interrupção é absolutamente marginal. Em 2008, foi de 99,7% – absolutamente marginal. E neste ano, até ontem, 100% de eficiência. Então, o sistema é eficiente, é robusto, foi fortalecido, houve a interligação.

O planejamento desses investimentos tanto das termelétricas como da linha de transmissão começa no Governo anterior e foi acelerado neste Governo. Como eu disse, R\$21,8 bilhões, mais de 20 quilômetros de linha de transmissão, interligando, fortalecendo o sistema. As termelétricas, hoje, estão totalmente paradas. Porque, se precisasse de oferta de energia, teria que começar a acionar as térmicas. Nós não precisamos. E estamos terminando o período da seca. Agora, que vão vir as chuvas. Portanto, o Brasil não tem nenhum risco.

Houve, um acidente que pode ocorrer, como disse aqui o Senador José Jorge, como disse o Secretário de Energia do Sindicatos dos Engenheiros,

pode ocorrer em qualquer sistema, em qualquer lugar do mundo. O sistema é muito robusto, está preparado, temos oferta de energia e superaremos isso com bastante brevidade.

Quero dizer da minha parte...

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Permite um aparte, Senador Aloizio Mercadante?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Pois não Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Permite um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT-SP) – Pois não, permito.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Eu quero concordar com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que nunca dantes na história do Brasil houve um apagão de tal monta qual o lamentável apagão de ontem. E V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que o que houve no passado não é o que está ocorrendo agora. Há abundância de chuva, apesar de fora de época. Dois anos atrás, havia realmente o risco iminente de ter que ser racionada a energia no Brasil, mas as chuvas vieram e São Pedro, como sempre generoso para com o nosso País, resolveu o assunto. E este ano – V. Ex<sup>a</sup> tem razão – os noticiários todos estão dando que os reservatórios estão acima das marcas históricas para esse tema, inclusive vertendo água, a maioria deles. Agora V. Ex<sup>a</sup> já deu o diagnóstico, pela competência que tem, de que, no caso do sistema brasileiro, que se sustenta basicamente nas grandes geradoras hídricas das barragens e tem linhas de extensão de milhares de quilômetros, é preciso um sistema de manutenção, um sistema de controle que possa, no momento em que haja um acidente – e eu concordo com V. Ex<sup>a</sup> nisso – ele possa rapidamente ser resolvido.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, deixe me ...

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Eu só concluo aqui. Se fôssemos fazer uso político desse acidente – o que nós não queremos fazer – era o caso de chamar a Ministra Dilma, já batizada de “mãe do PAC”, “mãe do Minha casa, Minha Vida”, também seria “mãe do Apagão”. Mas não é o caso e não seria o caso de culpar a Ministra pelo que aconteceu. Eu acho que aí foi um acidente que trouxe um apagão e que já foi corrigido – V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Eu espero que o Brasil também cresça – como disse V. Ex<sup>a</sup> – 6% a partir do ano que vem e que tenhamos energia para sustentar o que todos nós queremos que é o Brasil progredindo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro. Eu queria dizer o seguinte: primeiro um apagão semelhante a este, onde havia oferta de energia e houve queda do

sistema, aconteceu no Governo de V. Ex<sup>a</sup>, em 1999, quando a Subestação de Bauru teve o mesmo problema que aconteceu agora e a rede inteira do País, de toda a região Sudeste, Centro-Oeste, caiu exatamente como aconteceu agora. Naquela época, havia oferta de energia.

O sistema interligado tem esse risco. Às vezes, um acidente gera um efeito-dominó e toda cadeia vai caindo, mesmo tendo oferta de energia, mesmo tendo uma rede interligada de oferta de energia. Não é um problema nem de gestão nem de manutenção. Como diz o Ministro José Jorge, como a transmissão no Brasil é muito longa, pois é um país continental, o risco desses acidentes existe no sistema. Aconteceu no passado. O de 1999 foi semelhante ao que aconteceu agora. O apagão de 1999, que foi rápido, que foi muito grande no País, foi semelhante a esse, mas o sistema voltou em 1999.

O que não podemos comparar é essa queda de uma hora com o que aconteceu em 2001. Em 2001, como disse o Ministro José Jorge, não havia energia para ofertar. Foi-se obrigado a parar fábrica, cortar consumo doméstico em 20%, aumentar o preço da energia, trocar lâmpadas e não poder ligar novos equipamentos. Enfim, houve um custo econômico muito grande, prejudicado pela falta de chuva, pela falta de investimento, pela falta de planejamento.

Nesses sete anos, isso está eliminado. Tem oferta abundante de energia como nunca tivemos, em função das chuvas. Temos as termoeletricas, com todo sistema parado hoje, porque não há demanda, não há risco. Aquilo é um sistema *backup*: se houvesse seca agora, ele poderia ser acionado. Ele não foi. Temos as grandes hidrelétricas estruturantes, como Jirau e Madeira, sendo construídas. Estamos avançando em energias eólica e solar, energias alternativas. Temos a descoberta do pré-sal, que dobrou as reservas de petróleo do Brasil. A Petrobras, que valia US\$14 bilhões em 2002, vale US\$208 bilhões hoje. É a terceira maior empresa do mundo.

O pré-sal representa 16 bilhões de barris a mais e gás, no ano que vem, a Petrobras está ofertando, só do meu Estado, 22 milhões de m<sup>3</sup> por dia. É praticamente o que a Bolívia vende para o Brasil. Construímos 9 mil quilômetros de gasoduto. Então o gás que vai vir do pré-sal, daqui a cinco, seis anos, também vai fazer a oferta de gás do Brasil e a oferta de petróleo mudar a história da energia. O Brasil vai virar um País competitivo em termos de energia. Hoje é o 16º país; vai ser o 6º, o 7º, o 8º maior exportador de petróleo.

Por tudo isso, o futuro energético do Brasil e o presente é absolutamente promissor. Acidentes podem acontecer. Aconteceu em 2009, aconteceu agora. Apa-

gão, racionamento, as pessoas terem o sacrifício de um ano, isso não acontecerá. Há oferta abundante, o País está batendo o recorde de produção, está saindo como poucas Nações saíram dessa crise, e saindo de forma segura, planejada e promissora.

Senador Crivella.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mercadante, eu quero corroborar as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e aqui trazer um dado para nossa reflexão. Neste Governo, aumentou-se o salário mínimo de setenta dólares para duzentos e dez dólares. Milhões saíram de uma classe D e E para uma classe C para consumir. A inflação, Senador Mercadante, se manteve nos níveis baixos de antes. Isso mostra que nós não estamos vivendo uma crise de energia. Se tivéssemos vivendo uma crise de energia... O grande fator com o qual o brasileiro deve se preocupar é esse. Quer dizer, se nós temos uma economia em que se aumenta o número de consumidores, e esses consumidores consomem mais, e nós continuamos com a inflação controlada, e os juros a um dígito, significa que não temos problemas de energia. Tivemos um acidente, vamos repará-lo e certamente prosseguiremos rumo a esse futuro glorioso, que é o desenvolvimento do nosso País para construir a pátria dos nossos sonhos, sem nenhum medo de apagão.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Marcelo Crivella.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Aloizio Mercadante, há muitos oradores.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Quero concluir dizendo que podemos comparar esse episódio com a queda do sistema em 1999, em Bauru, quando uma parte importante do País apagou porque um subsistema deflagrou aquele episódio, mas não há semelhança alguma com 2001, quando tivemos que fazer um grave racionamento de energia, porque não havia oferta de energia. Estava no fim do período da seca, não havia água e não houve os investimentos que uma estrutura complementar pudesse abastecer. Assim, a única saída era cortar a energia, aumentar o custo da energia, fazer racionamento. Quem diz isso é o Senador José Jorge, Ministro do TCU, que declara que não se pode comparar 2001 com hoje e que isso é um simples acidente.

E mais: os técnicos todos abalizados reforçam a ideia de que o sistema é robusto. Foram expandidos mais de vinte mil quilômetros em distribuição de energia, e o sistema está totalmente interligado. As termelétricas, hoje, não estão produzindo. No final da

seca, não precisam produzir energia porque há abundância de energia.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Os grandes projetos estruturantes – Madeira, Jiral – estão sendo iniciados e vão dar um salto estratégico de qualidade para o Brasil, além do aumento da potência de muitas usinas instaladas, inclusive a de Itaipu.

Mas eu não poderia, evidentemente, deixar de fazer um debate qualificado.

O Senador Arthur Virgílio levantou o microfone. Peço a atenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) –

Senador Arthur Virgílio, há muitos oradores inscritos e Líderes.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Mas ele será breve. É indispensável o comentário dele.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Serei breve. Senador, V. Ex<sup>a</sup>, de fato, trouxe qualificação para o debate, como é da sua praxe. Agora, veja. Tenho um requerimento pedindo... Até já me comprometi a não falar de outro assunto que não fosse energia com a Ministra Dilma, que coordena do PAC e foi Ministra de Minas e Energia. Se é tão simples como V. Ex<sup>a</sup> está falando, mais me espanta eu perceber a base aliada não querendo que ela venha. Primeiramente, o que abunda não prejudica. Ela poderia repetir suas explicações e – quem sabe – nos convencer a todos. O fato é que V. Ex<sup>a</sup> se refere ao episódio de 2001, pelo qual o Governo pagou um preço altíssimo, inclusive o da derrota eleitoral. Já neste episódio que estamos vendo – recebo de bom grado suas explicações – mas vemos posições desencontradas do Governo – um diz uma coisa, outro diz outra – em contraste com a opinião abalizada de técnicos do setor, que não estão tão tranquilos assim. Temos que esgotar, exaurir este debate para deixarmos os investidores seguros de que não têm o que temer e tranquilizarmos as pessoas comuns das cidades brasileiras quanto a não ficarem expostas, como ficaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, à ação de bandidos, de arrastões e de estupra-dores – em outras palavras. Por outro lado, eu trouxe à tribuna dados – que posso remeter a V. Ex<sup>a</sup> – de que, por exemplo, durante o período da Ministra Dilma no Ministério de Minas e Energia, o investimento caiu de R\$20 bilhões anuais...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) –

Peço a V. Ex<sup>a</sup> para concluir para dar a palavra a Sérgio Guerra.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – ... se há ou não um certo populismo tarifário. Ou seja, de repente, se faz todo esse esforço para ficar simpática à população no tocante ao jogo tarifário. Não sei se isso é ou não uma das razões de uma eventual crise no sistema. Não posso asseverar que é, mas não tenho segurança de que não é. Então, entendo que o debate deve se estender exaustivamente, como V. Ex<sup>a</sup> está disposto a fazer. Não vejo como, eticamente, possa a Ministra a ele se furtar, como sei que não se furtará a ele o atual Ministro, Senador Edison Lobão, até porque é um homem afeito à tribuna e ao jogo do debate. Mas parabênz V. Ex<sup>a</sup> que cumpre com o seu dever, e como sempre o faz com brilhantismo, mas eu não estou nem um pouco convencido de que seja uma coisa tão simples quanto o que V. Ex<sup>a</sup> aqui tentou evidenciar com o seu brilhantismo, com as suas razões. Apenas não vi suas razões se casarem completamente com as minhas suspeitas, com os meus temores. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, de qualquer maneira.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Senador Arthur Virgílio, primeiro, acho que o Ministro de Minas e Energia...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> é a inteligência mais privilegiada...

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Eu tinha vinte minutos. V. Ex<sup>a</sup> não marcou meu tempo, mas, de qualquer forma...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Marquei, deu vinte já.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Não, não tem não, mas, de qualquer forma, vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Aqui está marcado no papel.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> é bastante generoso. Vou concluir aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex<sup>a</sup> começou às 19 horas e 2 minutos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– O Senador Arthur Virgílio falou horas e horas e horas aqui e eu não falei nada. Deixe-me concluir aqui para não perder tempo. Vou ser bem objetivo.

Primeiro, o Ministro de Minas e Energia tem que vir ao Senado, à Câmara, se for convidado. Acho fundamental que o Ministro Edison Lobão venha, ele é o responsável pela Pasta, ocorreu na gestão dele, ele deve esclarecimentos à Nação, tenho certeza de que ele apresentará todos os argumentos que forem indispensáveis.

Em relação à Chefe da Casa Civil, não tem nenhuma relação direta nem com o episódio, nem com

a Pasta, neste momento, e acho que tem mais uma motivação política, acho que não faz bem à Oposição. Mas vamos ouvir o Ministro Edison Lobão, se os esclarecimentos não forem suficientes, nós poderemos pensar em outras iniciativas.

Mas eu, antes de terminar, quero ler uma opinião abalizada, que V. Ex<sup>a</sup> respeita. Nós tivemos dois Senadores aqui que entendem profundamente do sistema e que viveram a crise do sistema: o ex-Senador Rodolpho Tourinho e o ex-Senador José Jorge. O que diz o Senador José Jorge – não sou eu –, ministro do Governo que V. Ex<sup>a</sup> defendeu com tanta competência:

Há uma diferença grande. Em 2001, houve um racionamento porque a nossa capacidade de geração de energia do país estava diminuída... O que houve ontem (...) foi um acidente, um acidente grave, mas não houve essa questão de ficar sem energia... Em março de 2001, no fim do período das chuvas, estávamos com os reservatórios secos, tendo de enfrentar todo o período da seca.

Qualquer sistema físico está sujeito a uma falha. O sistema baseado em hidroelétricas obriga a construção de grandes linhas de transmissão e ficam sujeitos a acidentes.

Portanto, o Senador José Jorge, Ministro do seu governo, diz claramente que não há risco de falta de energia, não vai ser necessário nenhum racionamento. O que tivemos foi um simples acidente. Como a transmissão é muito longa, mais de mil quilômetros de Itaipu, esse risco existe em qualquer país. Houve mais de 20 mil quilômetros de linha de transmissão construídas neste governo, investimos 28 bilhões de reais só em transmissão, para não falar em transformadores, que foram mais 7,9 bilhões de reais. Portanto, a oferta de energia está absolutamente assegurada. Terminou a seca, e os reservatórios estão cheios como nunca estiveram, como disse aqui o técnico da área. As termoeletricas estão desligadas, porque não há necessidade de ligar. E neste trimestre, o País está crescendo 10% em relação ao trimestre anterior, batendo recordes de venda de automóveis, de eletrodomésticos, de venda de passagens. Isso é muito positivo.

O Brasil pode continuar dormindo tranquilo. Vai continuar crescendo, vai ter oferta abundante de energia, para não falar no pré-sal, que vai mudar a história energética do País. Nós mais do que dobramos as reservas de petróleo disponíveis, vamos aumentar a oferta de gás já a partir do ano que vem, com 9 mil quilômetros de gasoduto. Portanto, o Brasil vai ficar eficiente em energia. Até 2016, queremos que seja a quinta economia do mundo, e esse governo faz com que este País, que era um país do futuro, seja a nação do momento, em todas as áreas. Os investidores

sabem disso. O nosso problema hoje é o volume de investimentos que vêm para o Brasil, e não o contrário. Aqui não vivemos mais aquela situação de sair 2 milhões de dólares por dia. Estão entrando US\$13 bilhões em uma semana e o Governo precisa tentar administrar para não ter uma apreciação da moeda. Já tomou algumas medidas, a bolsa se recuperou como em nenhum outro lugar...

Por tudo isto, Senador, o Brasil pode ficar tranquilo, pois está em boas mãos, a situação energética está totalmente controlada, a oferta de energia está assegurada e ninguém terá problema em termo de racionamento energético no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos.

V. Ex<sup>a</sup> usou apenas vinte e oito minutos, mas, sem dúvida nenhuma, foram os melhores vinte e oito minutos utilizados na história do Senado da República.

V. Ex<sup>a</sup>, como professor que é, nos encantou e aprendi muito, assim como o Brasil.

Convidamos agora outro Líder, que foi inscrito como Líder da Minoria, mas realmente apresento como Sérgio Guerra. Ele representa o grandioso Estado de Pernambuco e o PSDB, do qual é Presidente, onde faz essa força oposicionista. Avizinha-se uma alternância de poder no País, graças à liderança de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, eu ouvi trechos do discurso do meu amigo Senador Aloizio Mercadante, como sempre brilhante, como sempre cumprindo um papel importante no ambiente brasileiro e defendendo o Governo, que ele representa muito bem aqui. É nosso professor, professor de todos nós.

Professor Aloizio, só não entendo por que não está hoje aqui a Ministra Dilma, a mãe do PAC. Espero que não tenha ela nada a ver com esse apagão, com essa falta de energia, que, como V. Ex<sup>a</sup> disse, foi um simples acidente, que não causou grandes danos e que não tem a menor relevância. Faltou energia. Pronto. E a Ministra Dilma não tem nada a ver com isso. A Ministra Dilma, aliás, só tem a ver com as obras bem sucedidas do PAC. Nada a ver com as obras que estão no Tribunal de Contas da União. A Ministra Dilma não tem nada a ver com irregularidades acontecidas em muitas obras do PAC que estão no Tribunal de Contas da União. Evidentemente, ela tem tudo a ver com as inaugurações do Governo – poucas, aliás – ou com as obras do Governo. Todas ela vai ver, mas, seguramente, não terá a menor responsabilidade... Por que vir ao Congresso para explicar esse apagão?

A Ministra fala todo dia – está em todos os jornais –, inaugurando obras que jamais foram inauguradas e que não serão jamais inauguradas.

Fui lá no Vale do São Francisco ver a transposição das águas do rio São Francisco, pouco antes de ela ir. Fui em um pequeno avião, um aviãozinho monomotor. Em menos de trinta minutos vi a obra inteira. A Ministra e o Presidente Lula precisaram de dois dias lá. Muita festa, muito almoço...

Engraçado é que eu estava andando pelo Recife, que é a minha cidade, e percebi, Senador Arthur, uma coisa estranha: o restaurante que produziu almoços e jantares, de excelente qualidade... Os pernambucanos gostam de receber. Temos uma tradição de grandes terraços, de mesas fartas. E dessa tradição o Presidente Lula se beneficiou. Pena que os pagamentos feitos – pelo menos foi a informação que eu tive; isso deveria ser investigado – à empresa que levou a comida para aqueles construtores da República não foram feitos com nota fiscal. Não tem nota fiscal. Recebiam em dinheiro. Aliás, vendeu-se muita coisa para aquele acampamento no qual se hospedaram o Presidente da República, a Ministra Dilma e outros. Mas não tem nota fiscal nenhuma. Havia uma enorme exigência – tudo tinha que ser absolutamente novo, tudo tinha que ser absolutamente bom –, mas de nota fiscal que é bom, ninguém quis saber. Alguém pagou. É preciso saber quem pagou, quem é que estava financiando essa fiscalização, entre aspas, das obras do rio São Francisco.

Eu acho que nós deveríamos fiscalizar, pelo menos nós aqui, se não as obras, que o Tribunal de Contas já está olhando para elas, essa festa: quem pagou por essa festa, quem pagou, como pagou, se tinha cheque, se tinha nota fiscal, como isso aconteceu. Aparentemente, ninguém sabe como aconteceu. À boca pequena, no Recife inteiro, os que receberam dizem que receberam em dinheiro.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Vai ver que festa progressista não precisa de nota fiscal.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Festa progressista não precisa de nota fiscal. Evidentemente, se não precisa de nota fiscal para festa progressista, também não precisa da Ministra Dilma vir aqui explicar aquela rápida falta de energia elétrica que atingiu alguns lares brasileiros. É evidente que a Ministra não tem que vir aqui. Para quê? Para falar do quê? Da D<sup>a</sup> Lina? Da D<sup>a</sup> Lina a Ministra não gostaria de falar de novo. O assunto foi encerrado, ninguém sabe por quê.

Rigorosamente, o que está ficando claro é o seguinte: esses últimos dias, Líder Arthur Virgílio, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, esses últimos dias foram para valer. O pessoal perdeu a cerimônia. Nada a ver com a luta

de antes, daqueles que arregaçavam as mangas, que faziam greve, que viviam do esforço da organização operária, nada disso. O que há, rigorosamente, é um projeto de animação. Aliás, a festa passou a ser a marca deste Governo.

Estou andando por vários lugares, Senador Arthur Virgílio, e encontro vários Prefeitos – é muito estranho isso – que sempre me pediram, muitos deles ou alguns deles, obras para seus Municípios. Agora eles querem festa. É uma preferência estranha pelas festas.

Já vi como é na Petrobras. A Petrobras financia, faz patrocínio. Sabe como se dá o patrocínio? O dinheiro sai da Petrobras, não vai para o Prefeito ou para a organização que promove aquela festividade, mas para empresas que intermediam essas festividades. As empresas fazem projeto para as Prefeituras. As festas são feitas. As empresas recebem o dinheiro. E a Petrobras, muito cuidadosa com o dinheiro público, entre aspas, ela vai, depois, e faz, ou diz que faz, uma pesquisa para saber se, efetivamente, aquela iniciativa cultural, entre aspas, produziu uma melhoria da imagem da empresa. Faz uma festa no grande Município ou no pequeno Município; a festa acontece, o dinheiro vai para lá, tem um intermediário, inclusive gente do PT – na Bahia, gente do PT –, e, no final, os caras chegam lá e mandam fazer uma pesquisa para saber como ficou a imagem da Petrobras. Não tem nota fiscal, não tem recibo, não tem nada. Tem fotografia. Aliás, fotografia, nós que somos políticos, é a coisa que hoje mais acontece quando o político se desloca, depois do advento do celular e da máquina fotográfica, que foi banalizada e hoje quase todo mundo tem.

Rigorosamente, não há fiscalização nenhuma. O cara leva o dinheiro, o dinheiro fica no caminho, um pedaço chega na Prefeitura, e tem muito artista sendo explorado por aí. Tem festa de menos e dinheiro demais.

É preciso olhar para o Ministério do Turismo. O que está acontecendo com essa preferência brutal de muitas emendas pelo Ministério do Turismo e pelas festas? Por que tanta gente gostando, ao mesmo tempo, de festas no Ministério do Turismo? Conheço Prefeito que foi sondado para receber dinheiro para festas e apoiar grupo político, até porque as festas não são de fiscalização fácil. A festa acaba, sobram as fotografias no outro dia e os artistas recebem alguma coisa, não necessariamente o que as prestações de conta apresentam. Esse festival brasileiro é a marca do momento atual de um Governo que diz que está fazendo uma grande mudança popular no Brasil, progressista. Está faltando luz, energia e, principalmente, prestação de contas.

Há uma conspiração em marcha contra o Tribunal de Contas da União. Há um processo para desmoralizar o Tribunal de uma maneira geral e membros do Tribunal em particular. De um momento para outro, todo mundo alega que as obras não andam porque o Tribunal funciona. Estranho! Eles querem que o Tribunal não seja capaz de determinar a paralisação de obras diante da suspeita, com conteúdo, de irregularidade. Ora, se não houver a decisão de fazer a paralisação da obra, se a obra suspeita continuar a ser executada, o que vai acontecer depois? Quando a apropriação da irregularidade se der, se concretizar, o dinheiro já foi gasto, não tem mais dinheiro para voltar, não tem o que retornar.

E hoje o grande argumento é que o Tribunal de Contas da União está prejudicando o volume de obras do Governo. O que está prejudicando o volume de obras do Governo são concorrências sem transparência, fiscalização sem transparência, obras demais do ponto de vista do Orçamento e recursos de menos do ponto de vista prático.

A refinaria lá do meu Estado, do Abreu e Lima, foi estimada em US\$4 bilhões ou US\$5 bilhões; estimativas depois a levaram a US\$10 bilhões, depois a US\$11 bilhões, depois a US\$12 bilhões; e, agora, para US\$13 bilhões. E a refinaria não saiu do chão ainda. Ainda não saiu do chão. Quando ela foi pensada, custava US\$4 bilhões ou US\$5 bilhões, quando terminam o aterro e começam a fazer qualquer coisa que tenha a ver com a construção da refinaria, já são US\$13 bilhões. Imaginem: Hugo Chávez achou caro – e, aqui entre nós, todos nós sabemos que não se trata de um bom exemplo de administrador público o Presidente da Venezuela.

Esta é que é a festa que está tomando conta do Brasil. Esta é que é a realidade que está tomando conta do Brasil. Como se surpreender com os apagões? Como se surpreender com fatos que estão aí se desenvolvendo todo dia se, nas coisas mais irrelevantes, as irregularidades são muito grandes?

E ninguém presta atenção, ninguém leva atenção. O Orçamento é uma brincadeira. Todos nós somos palhaços aqui no Congresso, todos nós fizemos papel de palhaço aqui no Congresso. Assinamos emendas de bancada no ano passado, nos reunimos, discutimos, nenhuma delas foi liberada. Não foram liberadas as emendas de bancada dos Parlamentares, mas as dotações dos Ministros para aqueles que votam no Governo estão sendo liberadas. Os recursos que estão à disposição dos Ministérios e que não têm origem no Congresso, na produção de emendas do Congresso, legítima, legal, estão sendo liberados.

Agora, os recursos que têm a ver com iniciativa parlamentar foram cancelados, num desrespeito total à iniciativa de centenas e centenas de Parlamentares de todos os Estados. Sob qual alegação?

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite, Senador?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Senador Arthur, só um minuto.

Sob qual alegação? Não há alegação. Por que a prioridade que sai de um projeto que uma bancada decide de uma determinada obra não vale e a prioridade que sai da cabeça de um tecnocrata, de um funcionário de Ministério vale? Por que aquela acontece e a que vem da iniciativa parlamentar não acontece? Por que falta dinheiro aqui e sobra dinheiro lá? Este é o País de hoje. Temos que nos indignar.

Razão tem o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vai juntando essas peças, vai juntando o tamanho dessa conspiração e por onde ela se desenvolve, e você vai ver para onde estamos caminhando. Para um regime fechado, não democrático. Desautoriza o Congresso todo dia.

Reclamam que a Oposição não combate o Governo. Ora, qual é o problema da Oposição? É que o Parlamento está deste tamanho, o conceito do Parlamento está mínimo. Nós, do PSDB, não temos nada a ver com isso, nada a ver com o problema que se desenvolveu aqui no Senado. Não votamos no problema e somos contrários a ele. Quero saber qual é a responsabilidade verdadeira nossa da Oposição quando o Presidente da República e a Ministra Dilma vão, todos os dias, para falar, uma, duas, três, quatro vezes, sobre o óbvio, para bater na Oposição todo dia, com volume de propaganda nunca visto.

Vejam as revistas desta semana e a propaganda oficial da Petrobras: dez ou doze páginas em cada revista. É um volume brutal de propaganda. E, do outro lado, aqui, cinco, seis, oito, dez, quinze, vinte Senadores que fazem oposição e muitos que não fazem oposição, mas estão sendo preteridos nesse regime autoritário que está se organizando no Brasil de cima para baixo. Pouco importa a discussão acadêmica de alguns. Pouco importa a comemoração de que o Brasil melhora. Mas deve melhorar mesmo. Não pode deixar de melhorar. O mundo todo melhorou. Nós melhoramos menos do que o mundo todo. Não quero dizer que este Governo não tem coisas positivas. É claro que tem, mas, do ponto de vista geral, estamos destruindo, desagregando o conteúdo da nossa democracia, a força do Congresso, o papel dos Parlamentares, a forma como se deveria produzir o orçamento real para o Congresso.

Qual é a indignação dos Deputados e dos Senadores? Todas as emendas foram canceladas. Que

papel estamos cumprindo aqui? O que estamos de fato produzindo? Coisa nenhuma. Conversa fiada, conversa fiada. Propaganda, propaganda e propaganda. O compartilhamento do Governo pelos camaradas, pelos companheiros. Querem invadir a Vale para dar emprego aos amigos. Essa é a verdade.

Essa discussão do pré-sal – tomem nota –, aqui no Senado, não vai se dar como está se dando até agora. Nós vamos engrossar essa discussão. Não vamos fazer o jogo de quem quer usurpar o direito do povo brasileiro. Não vamos cair na fraude, na conversa que não tem conteúdo. Vamos discuti-la de fato. Temos capacidade de fazê-lo. No Congresso – no ano que vem haverá eleição –, o Senado vai discutir o pré-sal. Tenho certeza que essa é a orientação de Arthur Virgílio, de José Agripino e de tantos quantos, e não são poucos, se colocam contra esse quadro.

Reagir. Temos que reagir. As eleições estão aí. A candidata do Presidente está em campanha há um ano e meio, todos os dias. Fala todos os dias. Agora a mania dela é falar da Oposição, como se a Oposição tivesse o que falar dela. Não há o que falar. Não podemos falar de uma pessoa que não cumpriu nenhum papel público até agora. Qual é a responsabilidade pública que tem a Ministra Dilma Rousseff? O que ela já governou? O que ela já promoveu? O que ela já disse ao povo? O que o povo já disse a ela? Como ela foi medida? Como ela foi avaliada? Pelo PAC, não dá para avaliar ninguém. O Tribunal de Contas da União pode avaliar. Nós aqui, se quisermos, também. Mas o País avaliar um projeto que é uma reunião de iniciativas e que se chama de projeto, mas não é projeto de coisa alguma, com objetivos eleitorais absolutamente explícitos? Essa é a realidade brasileira!

Surpreendente que lideranças do passado, que defendiam pontos de vistas progressistas se calem agora, se acomodem no oportunismo, que, à luz dos pequenos interesses, não tenham coragem de reagir, mesmo estando no ambiente do Governo, mesmo pertencendo ao Partido do Governo, mas com compromissos históricos que são diferentes dos que hoje são a marca registrada da ação pública do Governo atual.

Há que reagir, há que protestar. É preciso esclarecer esse apagão no limite! No limite. E não é só o apagão. Há dias, um apagão na educação, um grande apagão! A saúde, levaram não sei para onde! A segurança pública no Brasil acabou. Todos os Estados brasileiros estão piorando do ponto de vista da segurança pública. O *crack*, de que eu tenho ouvido falar, está tomando conta deste País. O que uma autoridade fala sobre ele? É brincadeira? Isso é coisa muito grave!

Fui a cidades do interior de Pernambuco nesses dias e encontrei prefeitos de pequenas cidades que me

disseram que, nos seus Municípios, dois ou três rapazes, filhos de famílias tradicionais estavam vendendo *crack*. Fiscalização? Eu perguntei à Polícia. Não há, não pode haver, não há recursos, não há organização, não há política para isso.

Essa é a realidade do País. O resto é bobagem, propaganda, discurso pelo discurso. É mania de grandeza.

Essa palhaçada, que cometemos há poucos dias para sustentar um ditador e que continuamos a subscrever aqui, porque não podemos ficar contra o País, é uma demonstração da nossa precariedade, da nossa falta de seriedade pública do ponto de vista internacional.

O que fazer? Subscrever aqui o mandato do Hugo Chávez? Nunca. Não faz dois dias o Presidente da Venezuela ameaçou outro país de agressão, de guerra, como fazem os ditadores mais vulgares, e nós vamos aqui votar a favor disso? Botá-los no conteúdo, na força e no desenvolvimento das possibilidades da América Latina? Dizer que ele está certo e que a democracia está errada? Não vamos votar assim. Temos que combater, denunciar, com a maior clareza, esse ambiente que está se instalando no País.

Quero ouvir o Líder Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Presidente Sérgio Guerra, V. Ex<sup>a</sup> traz alguns pontos que são de enorme relevância e eu vejo resposta para todos eles. Eu, por exemplo, destinei uma emenda de bancada, que é minha e me cabia, porque a minha bancada é de apenas 11 pessoas, somos três Senadores e oito Deputados, eu destinei à cidade de Manaus, R\$40 milhões. Tomei todo aquele cuidado de proteger a emenda, de evitar que outros interesses a dizimassem e contei, para isso, com a ajuda de companheiros de nosso Partido, de partidos aliados e até de pessoas ligadas ao Governo. E simplesmente essa minha emenda arrisca não ser paga. O Prefeito Amazonino Mendes é da base do Governo, é do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, e a minha emenda pode deixar de beneficiar, com saneamento básico, à razão de R\$40 milhões, uma cidade que precisa mais do que muitas de saneamento básico. Eu não perco nada, pessoalmente, até porque, do ponto de vista político, todo mundo sabe que eu fiz a proposta, enfim. Agora, o povo pobre de Manaus perde muito. Há um remédio: dizer para essa gente, com clareza, que a brincadeira do Orçamento não vai passar por nós se não resolverem essas questões, dizendo: não voto o Orçamento. E acabou a conversa.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – É o que devemos fazer.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – E é o que faremos, então. Outro ponto que V. Ex<sup>a</sup> coloca é essa loucura que está avassalando a Venezuela por parte do seu Presidente. Eu dizia, há pouco, à Senadora Marisa Serrano. Eu já repeti mil vezes, desta tribuna, que o ditador, primeiro, se faz ditador, sufocando a oposição: fecha jornal, fecha televisão, implanta o poder absoluto; depois, ou ele é assassinado, o que é lamentável, ou é deposto; ou ele, se não for nem assassinado nem deposto, ele faz a guerra. Isso é típico de ditador. Se não é deposto, ele faz a guerra. Um ditador, que acabou fazendo uma boa guerra, foi Getúlio Vargas – ele fez uma guerra contra o nazifascismo, mas fez. Um ditador que fez uma guerra ridícula e que apequenou a Argentina, foi Galtieri – foi aos píncaros da popularidade. Aqui para nós, preparar aquele famoso encouraçado Belgrano, que saiu com todas as pompas, parecia que era Seleção Argentina no tempo do Maradona e, no primeiro tirambaço que levou da frota de um navio inglês, todo o orgulho argentino foi por água abaixo. Eu, hoje, ouvi uma piada de mau gosto sobre Hugo Chávez. Ele está se preparando para a guerra. Eu dizia para a Senadora Marisa que eu sempre achei que ele ia fazer a guerra contra a Guiana. É tão fácil. Ela é pequeninha, ali... Mas ele está ameaçando algo mais louco, que é a Colômbia. Do ponto de vista militar, seria desastroso para ele. A piada de mau gosto que eu ouvi é a seguinte: avião russo com piloto venezuelano não sai nem do chão. Em uma semana, as forças colombianas estariam dentro de Caracas e ele cairia, pelo vexame internacional que passaria e até por falta de condição de se sustentar no poder. E esse homem é que está entrando para terminar de decretar a falência do Mercosul. E, finalmente, o Líder Mercadante disse que está tudo muito simples, tudo muito fácil. E eu pergunto: se é assim, por que a Ministra não vem aqui nos dar um banho? Se é assim, se não há problema nenhum, é uma bobagem. Mas já aconteceu – diz a Senadora Marisa – de não ter água em São Paulo, hoje. Dezoito Estados mais o Paraguai foram atingidos. A soberania nacional fica arriscada com isso, porque nada vulnerabiliza mais a soberania nacional do que falta de energia, crise de energia, enfim.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Veja como é precário o sistema presidencialista. Aqui, nós, da Minoria, somos minoria nas comissões, aqui, no plenário, nem sempre. Vamos ver qual vai ser o resultado dessa coisa da Venezuela na terça ou na quarta-feira que vem. Nas comissões, o povo lá fora nem entende por que, mas, aqui no plenário, nós não somos tão minoria assim, não. Lá, nós somos minoria porque os

Líderes só indicam as pessoas de sua absoluta confiança, enfim. Então, veja bem, a Ministra, de repente, não vem. Se fosse o sistema parlamentarista, que é o norte ideológico do nosso Partido, nem estaríamos discutindo isso; ela já teria ido, não ao Senado, mas à Câmara dos Deputados, porque quem cresce no parlamentarismo é a Câmara dos Deputados. Nós viramos um conselho de anciãos. Se Deus quiser, sábios, mais até do que temos sido. Mas ela já teria ido. Então, essa discussão já é primitiva. A discussão sobre se uma Ministra deve ou não deve explicações, ela que dirige o PAC, ela que foi Ministra de R\$20 bilhões/ano para R\$6 bilhões/ano, foi o que caiu investimento (*na produção de megawatts em função disso*).

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – A queda no investimento gerou a queda na produção de energia. Sobre essas coisas todas ela poderia vir aqui e desmentir, mas é primitivo. Então, não vem porque a Maioria diz que ela não vem. Então, virá o Ministro Lobão, que é Senador, vai dar suas explicações e será muito bem recebido por nós, mas também ele não está dando as respostas que a Nação está a aguardar. Eu duvido que algum investidor esteja seguro de que não vai se repetir isso. E eles ficam com comparações com o Governo do Fernando Henrique. Essa é uma coisa até freudiana, uma coisa freudiana, sinceramente. D. Ruth, falecida, não tem mais como ter ciúmes do Fernando Henrique, mas, se fosse viva, ela teria todas as razões para ter ciúme, porque chega a ser uma coisa esquisita. É freudiana essa fixação que eles têm no Fernando Henrique. Freudiana para valer e, como eu sou pouco chegado a essas coisas, eu fico assim: “Nossa Senhora!”. Eu gosto de virar a página e olhar para a frente. Olhar para a frente significa dizer o seguinte: o que passou, passou, eu quero saber o futuro das políticas de energia no Brasil.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Ouvi a palavra do Líder Arthur Virgílio, e esse comentário sobre o Presidente Fernando Henrique é bastante oportuno. Nada mais precário, nada mais elementar do que essa mania obsessiva de ficar trazendo o Presidente Fernando Henrique para a discussão. Ora, por que a Ministra Dilma não discute? Ela, que quer presidir o Brasil. Ela deve discutir com Aécio Neves. Será que pode? Com José Serra, será que pode? Não pode, não tem como discutir, não tem o que dizer. Com certeza, não sabe ouvir, porque ela não é das mais democráticas e, segundo, não sabe o que prometer, porque eu nunca ouvi da Ministra um ponto de vista real sobre o País. Agora, esse negócio de ficar buscando Fernando Henrique é uma coisa obsessiva, absolutamente

desnecessária. Cada um cumpriu o seu papel, no seu tempo, em determinadas circunstâncias, internacional e brasileira. Vamos saudar os anos do Presidente Fernando Henrique e vamos saudar, depois, os anos do Presidente Lula, no que ele acertou. Nada de ficar com essa...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – ...mania de olhar para trás e de dizer sempre que queremos privatizar empresas, que queremos acabar com o Bolsa Família. Não queremos privatizar empresa nenhuma, não queremos acabar com Bolsa Família em canto nenhum. É tudo mentira de gente que não tem argumento.

Quero ouvir a Senadora Marisa Serrano.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Sérgio Guerra. Hoje, perguntei do apagão e disseram: “Não, não houve apagão”. Eu não sei como podemos chamar isso. Como é que vamos chamar o apagão? Dezoito Estados ficaram sem luz, inclusive o meu Mato Grosso do Sul. Não tiveram luz. Deixamos também um outro país parcialmente sem luz, que é o Paraguai, que, aliás, está discutindo aumento de tarifas de Itaipu. Não teve luz também. São Paulo continua sem água, como disse o Líder Arthur Virgílio, e não é São Paulo dos Jardins, é também Vila Ângela, Paraleiros, bairros pobres e necessitados de São Paulo. Estão sem água e sem luz. Voltou a luz mas não tem água. E não tem água por quê? Porque a Sabesp precisa de luz para gerar água.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Precisa de luz para gerar água, precisa de energia.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Precisa da energia para gerar a água. Trazer, inclusive, lá do sul de Minas, de onde estão transpondo água para São Paulo.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Ainda bem que não vão buscar no São Francisco.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Se fosse buscar no São Francisco, V. Ex<sup>a</sup> imagina como seria. Seria um ano de festa, não seriam só dois dias. Mas aí, Senador Sérgio Guerra, é uma questão tão absurda achar que o povo brasileiro não tem inteligência e vai achar que não houve apagão no País, que foi tudo uma miragem. Foi miragem, não apagou a luz, não houve apagão. Isso é brincadeira! É achar que o povo brasileiro não enxerga nem no escuro... Não tem como enxergar para dizer que não houve apagão neste País.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Eu até ia brincar com o meu amigo Aloizio Mercadante, porque ele estava dormindo quando começou o apagão.

Ele acordou, no outro dia, já tinha luz e não viu, não pode perceber que houve o apagão.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Agora, quem paga o prejuízo? Quem paga o prejuízo de todo mundo que ficou sem água, que ficou sem luz, os estoques que se estragaram? Quem paga? E isso não existe? Nada aconteceu no País? Quer dizer, a população brasileira sofre o que sofreu e vem brincar, dizer que não houve apagão, que foi uma coisinha mínima? É não conhecer, então, como se dirige um país, como é uma gestão de um país. Então, sem falar de Chávez, sem falar de outras questões...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – ...quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que também me surpreende outro fato neste País. V. Ex<sup>a</sup> já percebeu que ninguém mais fala na Dilma como mãe do PAC?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – É.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Sumiu. Ninguém mais fala nisso. Parece que realmente o PAC empacou a tal ponto que estão com vergonha de dizer que, hoje, ela é mãe do PAC. Ressalto isso só para terminar a minha fala. Obrigada.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Ela não gostou desse filho.

Concedo aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Meu Presidente, Senador Sérgio Guerra, V. Ex<sup>a</sup> traz, com um discurso lúcido, a realidade do Brasil. Aquilo a que a população brasileira assiste, por meio dos programas midiáticos do Governo Federal, eu diria que transforma este País numa ilha da fantasia. No meu Estado, V. Ex<sup>a</sup> citou...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – ...mãe do PAC, mãe do Bolsa Família, mãe da “minha casa, minha Dilma” – não digo “Minha Casa, Minha Vida”, mas “minha casa, minha Dilma”. É isso que é passado para a população. Mas, quando vamos até a ponta, quando chegamos aonde a estrada termina e o rio começa, lá na Amazônia, percebemos que é lá que aqueles brasileiros sofrem, como disse V. Ex<sup>a</sup>, porque não têm saúde, não têm segurança, não dispõem de estradas. As estradas federais do Pará – levantamento da CNT – são as terceiras piores do Brasil. Só perdem para o Amazonas e para o Acre. E no relatório do PAC, ele está isso e aquilo. Pelo menos no meu Estado, o PAC não existe. Está empacado. Tenho algumas fotos aqui da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá que metem pena, e o Governo diz que o PAC está em andamento normal. Agora, estamos discutindo o Vale Cultura.

Acho que é algo que devemos discutir, sim. Devemos dar acesso, aos brasileiros de menor poder aquisitivo, à cultura, ao livro, à leitura, aos espetáculos de teatro, ao cinema. É verdade. Mas não entendo por que um programa como esse tem de vir para o Congresso em regime de urgência. Qual é a urgência de aprovarmos o Vale Cultura sete anos depois de o Presidente Lula assumir o Governo? Acredito que seja a possibilidade de todos os brasileiros de menor posse assistirem ao filme que vai ser lançado: "Lula, o filho do Brasil". Já me disseram que o filme é muito bom, e também vou assistir. Tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup> também assistirá. Mas o importante é que a Nação Brasileira saiba. Isto nós temos de fazer: clarear. A população não se engana, ela é enganada. Quando o Governo diz que é contra o TCU, porque o TCU quer paralisar as obras do PAC. Por que o TCU manda paralisar as obras do PAC? Porque tem desvio de recursos públicos, dinheiro do povo que está sendo desviado nessas obras. E o Governo acha que quer atrapalhar, não quer fazer andar. Nós temos que apoiar, porque nós temos que ter realmente transparência nos atos. E nesse Governo transparência é algo que não existe. Eu disse ao Senador Mercadante ainda há pouco que nunca dantes, na história do Brasil, tinha tido um apagão tão grande quanto esse. Ele se aborreceu, ele se aborreceu e acabou se retirando. Eu gostaria muito que ele estivesse aqui para que pudéssemos continuar este debate qualificado, como ele gosta de fazer com todos nós.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Agradeço a palavra do Senador Flexa.

Senador Flávio Arns.

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB – PR) – Senador Sérgio Guerra, é sempre uma alegria escutar V. Ex<sup>a</sup>, ponderação, equilíbrio, análise, reflexão sobre as coisas. Então, é isto que eu acho que o Brasil precisa. No dia de ontem eu escutei muitas entrevistas de pessoas que estavam no apagão, no escuro; as famílias recebendo os filhos preocupadas, porque não podiam voltar para casa nem de trem nem de táxi nem de ônibus, indo para lugares eventualmente claros, como estações de trem, para poderem se sentir mais seguras; hospitais funcionando com geradores próprios, adiando cirurgias, enfim, um conjunto de problemas; comércio fechando naturalmente, porque não havia condições de continuar; a população preocupada com assaltos, a polícia sendo chamada, então, foi um problemão. Agora, o que quero dizer é que o que nós, população, desejamos no Brasil são atitudes maduras diante dos problemas. Quer dizer, simplesmente dizermos: houve um problema. E foi um problemaço, foi um problema grande. Não esperávamos que isso fosse acontecer. A imprensa internacional noticiando o fato. E hoje todos

os jornais, todos os meios de comunicação abordando o tema, e naturalmente, porque foi um problema que afetou dezenas de milhões de brasileiros, e dezenas, centenas, milhares, até pode-se dizer centenas de Municípios, e o outro país, o Paraguai. Então, eu acho que a atitude madura, sensata é exatamente essa. Tivemos um problemão, um problema sério, difícil, inesperado, que tem que ser explicado e quais as providências que vão ser tomadas. Eu acho que é isso que o Brasil quer. A população quer isto: qual é o problema? O que está sendo feito? E é exatamente na linha que V. Ex<sup>a</sup> está colocando. É isso o que o Brasil quer. Ou seja, vamos, na verdade, como brasileiros, como nação, amadurecer. E assisti, inclusive, a entrevistas de cientistas hoje cedo também que diziam: *Não, é um problema que temos que evoluir, inclusive, na tecnologia, na ciência!* Supondo o que tivesse acontecido no dia de ontem, procurando soluções. E é isto o que deve acontecer. Negar o problema, foi um probleminha, não foi nada ou coisa semelhante é, na verdade, falar uma coisa que não corresponde, em absoluto, à realidade. Então, penso que o Brasil pode ser muito mais maduro e muito mais consciente diante dos fatos que acontecem ou venham a acontecer.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Senador Eduardo Azeredo, para concluir.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Sérgio Guerra, eu já me pronunciei anteriormente sobre essa questão do apagão e, na mesma linha que o Senador Flávio Arns e V. Ex<sup>a</sup> colocam, nós temos que ter a verdade dos fatos explicada para que não se repita, e não há realmente nenhum interesse eleitoral de discussão nisso. Acho que talvez as pessoas nos acusem porque fizeram isso no passado. Acho que é um pouco isso. O uso do cachimbo faz a boca torta, que é um ditado. Então, acusavam a gente de fazer isso, não fazemos, e os acordos. Mas quero falar sobre outro ponto que foi mencionado na sua fala, e que diz respeito à questão da Venezuela. Mais uma vez vimos nessa semana a instabilidade do Presidente Chávez. O Presidente Chávez chama o povo, conclama o povo da Venezuela, ou seja, não sei quantos milhões, trinta milhões de pessoas a estarem prontos a enfrentarem uma guerra com a Colômbia. Quer dizer, é uma coisa inimaginável que um Presidente da República faça uma declaração dessas. Então, ele realmente traz intranquilidade, queremos a integração ao Mercosul e ele vai trazer a desintegração ao Mercosul. Não estamos em um momento indo contra a Venezuela, não estamos negando a importância do país, a importância da economia, da balança de pagamentos, mas estamos lembrando que existe um homem que não tem jeito de separá-lo da Venezuela neste momento. A Venezuela

de hoje é inseparável do seu Presidente, porque o seu Presidente é um Presidente com esse perfil, um perfil populista, um perfil de quem realmente se considera como se fosse o dono do país. E estamos alertando. É importante alertar. Então, amanhã temos uma nova reunião da Comissão de Relações Exteriores, e aí não tem, a questão da Venezuela não está na pauta. Aproveito só para lembrar a todos os membros da Comissão de que vamos ter a discussão com o novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Embaixador Mauro Vieira, que foi indicado para assumir a posição nos Estados Unidos. É uma sabatina, uma discussão importante e, portanto, lembro apenas aos membros da Comissão para estarem presentes.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, vou concluir minhas palavras, para agradecer o tempo, a paciência e a colaboração dos que ouviram e dos que me apartearam. Dizer que durante o dia de hoje algumas pessoas da imprensa me procuraram para falar...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Sérgio Guerra, permita-me dez segundinhos. O Senador Mercadante elogiou muito o nosso Ministro e ex-Senador José Jorge. Ele criticava tudo que o José Jorge dizia durante a convivência nossa de Senadores aqui, e agora elogiou uma matéria de José Jorge em que, com muita honestidade intelectual, ele dá sua opinião – pode estar certa, ou pode estar errada – e que é favorável ao Governo. Já imaginou a hipótese de José Jorge ter estado certo em todas as críticas que ele fez e errado nessa declaração? Olha a brutal incoerência em que se colocaria o nosso querido Aloizio!

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Eu normalmente elogio a atitude no passado, no presente e a atitude que terá no futuro o ex-Senador e Ministro José Jorge. Tem firmeza e tem clarividência.

Bem, Presidente, hoje eu fui procurado por vários jornalistas que me perguntaram sobre o chamado apagão. Eu não me pronunciei. Eu disse que não tinha elementos técnicos suficientes que dessem conteúdo a uma palavra minha. Quer dizer, eu não conhecia as causas, não tinha uma avaliação delas. Mas sei, todos sabem, que não é coisa simples, esse apagão. Não foi coisa simples, a coisa é complicada, e a subestimação dele me parece um grave erro.

Para sintetizar, neste momento, a Oposição deve ter firmeza, firmeza para enfrentar uma onda de hipocrisia, de mentira e de propaganda. Firmeza mesmo. Essa firmeza passa por afirmativas que a gente faz hoje, segura amanhã e segurará o tempo todo. Toda essa provocação, essa volta ao passado... O Presidente Fernando Henrique escreve um artigo magistral, no outro dia, recebe algumas críticas vulgares de gente

que não sabe ler, ou, se não sabe ler, não quer ler; se não quer ler, não quer acreditar, se não quer acreditar é porque não tem democracia na cabeça.

Nós estamos hoje num momento difícil. Temos que ter firmeza e não vamos perder o nosso prumo. O prumo de quem defende o Congresso, de quem defende as instituições e de quem quer mudar o Brasil. Reconhecemos avanços que foram feitos, mas criticando um aspecto muito grave da crise atual: uma conspiração contra democracia, contra os Poderes, contra o papel da política que o Brasil, durante o período Fernando Henrique, essa sim, consolidou, inclusive quando transferiu o Governo a um presidente eleito pelo PT, agora fica submetida às contradições de um Governo todo aparelhado e quer aparelhar o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os nossos cumprimentos.

Nós queremos agradecer. Hoje, o Presidente do PSDB Sérgio Guerra recebeu a cúpula do Partido Social Cristão, do qual eu faço parte.

Agora, vamos chamar um orador inscrito e, em seguida, um Líder. O orador inscrito, que está pacientemente esperando há muito tempo, é o Jefferson Praia, e o Líder próximo a ser chamado é o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber sobre essa lista. Estou há duas horas aqui esperando. É uma lista aleatória? Ordem não tem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Não é, não é. V. Ex<sup>a</sup> é depois do Líder... Está no livro como Líder.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Essa nossa lista tem a mesma lógica do sorteio da Telesena. São números aleatórios que a gente põe assim e vão saindo. Mas vamos aguardar, Sr. Presidente, com paciência, tolerância, indulgência e compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Pois não.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só gostaria de saber...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é o próximo orador como Líder, depois do Senador Jefferson Praia, que está falando como orador inscrito.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me informasse como está a minha posição como orador inscrito e me informasse também quais os Parlamentares que falaram como Líder hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Falaram muitos como Líder. A Casa dá direito... Mas veio a primeira lista. Está aqui.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, se o Senador Jefferson Praia me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Está aqui à sua disposição.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Vou até à mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Eu mando a lista para V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos ouvir o orador que está...

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Eu pedi permissão a ele para falar pela ordem, porque aí cedo minha vez. O que quero fazer é um comunicado, Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Pois não. V. Ex<sup>a</sup> permitiu conceder a palavra pela ordem?

Então, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, queria que V. Ex<sup>a</sup> ouvisse, porque, Sr. Presidente, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, foi votado extrapauta – tínhamos 60 itens na pauta –, mas de maneira até traiçoeira a meu ver, um item que pulou os 60, que foi o PLC nº 122.

Havia também um requerimento de audiência pública para debatermos melhor esse assunto. Foi votado um requerimento para suspender a audiência pública. Não é democrático. Nunca vi isso aqui no Senado. De repente, pode até ser regimental, mas nunca vi. De maneira, diria, até truculenta, votaram e aprovaram o PLC. Foi traiçoeiro. Isso preocupa muito a mim, a Magno e a outros Senadores aqui, como Marco Maciel e Flávio Arns – com quem comentei agora. Por quê? Porque isso criminaliza a pregação da Bíblia. Quer dizer, o art. 2 diz que se você disser que o homossexualismo é pecado pode ser preso de 1 a 3 anos.

Sr. Presidente, a meu ver é inconstitucional, mas continua caminhando, como caminhou na Câmara. Foi aprovado em uma sessão de quinta-feira enquanto Aldo Rebelo tinha feito um acordo com os líderes de não votarem temas polêmicos. Esse foi votado em uma sessão à tarde, sob a reclamação e a amargura de todos os líderes, que queriam debater até para aperfeiçoar o projeto. Isso é inconstitucional. Isso fere todo sacerdote, todo padre, todo pastor. Isso fere todo pai, todo cidadão, quem queira ensinar ao filho que o homossexualismo é pecado. Não pode. Não pode mais porque passa a ser crime.

Não temos nada contra os homossexuais. Respeitamos seus direitos de entrarem no serviço público, de entrarem em qualquer ambiente, uma igreja, um hotel. Somos contra a violência, contra qualquer tipo de agressão (psicológica, física), mas não podemos concordar, Sr. Presidente, que esse processo, nesta Casa, que é Casa da ponderação, da tradição, do equilíbrio, caminhe e seja aprovado enquanto nos estamos negando o direito aos cristãos deste País de expressarem aquilo em que acreditam.

Eu respeito homossexualismo, homossexual, mas penso diferente. Para mim, isso é pecado, eu acredito na Bíblia. Desde os sete anos leio a Bíblia, amo a Bíblia, amo os ensinamentos de Cristo e tenho o direito de ensiná-los aos meus filhos ou na igreja, do púlpito.

É disso que precisamos, Sr. Presidente, aperfeiçoar e fazer com que esse projeto não fira a fé das pessoas. O Brasil é um País cristão, na alma do povo brasileiro existe a fé. Nós temos essa índole, essa vocação, todos nós, católicos, evangélicos, nós cremos na Bíblia, temos uma Bíblia só. Católicos e evangélicos divergem em muitas coisas, mas todos leem a mesma Bíblia, o mesmo catecismo. Isso é o mesmo para todos, Jesus é o mesmo de todos, Moisés é de todos, Abraão.

Então eu queria pedir a compreensão e alertar o Senado Federal para que nós pudéssemos fazer audiência pública e aperfeiçoar o texto, para que ele não venha amanhã ser inconstitucional. Aí, cai o projeto todo ou passe a ferir os princípios cristãos sobre os quais nossos antepassados fundaram os princípios fundamentais da nossa Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Crivella, eu quero dar a minha solidariedade, e a Mesa vai entrar em entendimento com a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Dr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini, e levaremos a ela sua manifestação de insatisfação pela maneira como está andando esse ...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, me conceda um minuto de aparte, eu pedi ao Senador Jefferson Praia.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Concede aí a ....

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Cristão...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, na última sessão do ano de 2008, havia um acordo de Líderes, e os Líderes assinaram sem saber o que estava assinando. E esse projeto ia ser aprovado em plenário às cinco e meia da manhã, com

7 Senadores, até que fui alertado pelo Senador Demóstenes Torres. Ele disse: “Não saia do plenário porque vão aprovar o PL nº 122 na calada da madrugada”. E eu fui à Mesa e era verdade. Fui ao Senador Arthur Virgílio, que disse: “Eu não assinei isso”. E foi atrás da Líder, que pediu a ele porque havia outros acordos de Liderança, ele assinou sem que dissessem a verdade. Fui atrás do Raupp, a mesma coisa; riscou a assinatura dele. Renato Casagrande também, revoltado, riscou a assinatura dele, porque pediram para assinar alguma coisa não dizendo que era o polêmico 122. Ia, sorrateiramente, ser aprovado em plenário, como fizeram na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu respeito a Senadora Rosalba Ciarlini, por quem tenho um respeito muito grande. Com 60 itens na pauta, não podia desprezar e votar uma coisa extrapauta, um assunto absolutamente polêmico como esse. O que tem nessa lei não está no Estatuto da Criança, no Estatuto do Negro, no Estatuto do Portador de Deficiência Física ou no Estatuto do Idoso.

Se você negar um emprego a um idoso, você não vai preso. Se você não alugar um imóvel ao negro, você não vai preso. Se você demitir um portador de deficiência, o Estatuto do Portador de Deficiência não diz que você tem que ser preso por isso. Se você não admitir um portador de deficiência, você não vai preso. Se você não admitir um negro, não está no Estatuto do Negro, não está no Estatuto do Índio. Você pode não alugar uma casa para um índio e você não vai preso.

Mas essa lei diz que, se você não alugar um imóvel a uma pessoa homossexual, você vai preso. Se você demiti-lo, você vai preso. Se você não admiti-lo, você vai preso. Ora, vamos criar uma ditadura, Sr. Presidente? Há uma casta especial na sociedade? Há que se respeitar.

O que o País precisa fazer é uma grande campanha de respeito. Ninguém pode agredir homossexual. A ninguém é dado o direito de esbofetear, de desmoralizar, de xingar, de bater. A ninguém!

Deus deu o livre-arbítrio ao homem. O homem segue o seu caminho. Somos o que decidimos ser. O homem é a sua decisão, e nós temos que respeitar.

Existe um homossexual, travesti mesmo, no meu partido, no Espírito Santo, candidato a Deputado Estadual, chamado Moa, Presidente da Câmara de Nova Venécia. Um vereador respeitadíssimo e respeitado no nosso partido. Tem legenda garantida no nosso partido, porque nós não discriminamos. Eu tenho uma instituição de recuperação de drogados há quase 30 anos e recupero homossexuais drogados. A eles nunca foram fechadas as portas. E mantenho o respeito. Eles trabalham, estudam.

A ninguém é dado o direito de agredir um índio, um idoso.

A quem é dado o direito de agredir o Papa? Mas eu vi pessoas que lutam por esse movimento chegarem aqui em uma sessão, em uma audiência pública, de mãos dadas, duas meninas, com uma camiseta – porque o Papa veio ao Brasil e falou contra o aborto – que dizia: “Se o Papa engravidasse, aborto era sacramento”. Isso é brincadeira! A quem é dado o direito de agredir o Papa? A quem é dado o direito de agredir?

No entanto, ninguém vai preso. Chamam pastores de safados, picaretas, ladrões. Ninguém vai preso. A ninguém é dado o direito.

Então, se não acontece com as pessoas comuns da sociedade, como criaremos uma casta especial?

Agora, o que vamos fazer? Levar esse debate à Comissão de Direitos Humanos - e aí alerto o Presidente Paim: faço parte dessa Comissão. O Senador Marco Maciel, representante da CNBB, e outros aqui que nem fé professam, mas que professam a fé da família e não acreditam na prática homossexual, eles não serão respeitados, como a população, como um todo, que não comunga, embora respeite a figura do cidadão, o homem, o ser humano. Então, nós seremos atingidos.

Sr. Presidente, é preciso que a Mesa realmente recorra. Havia sido marcada uma audiência pública para se ouvirem os segmentos da sociedade, um assunto absolutamente polêmico. Sr. Presidente, esse assunto... Eu não sou homofóbico, a população brasileira não é homofóbica, e o homofóbico tem que ser punido, porque a ninguém é dado o direito de agredir ou desrespeitar ninguém.

Quem é o homofóbico? É alguém que, ao ver um homossexual, quer matá-lo, quer agredi-lo, quer destruí-lo. Ora, só em ser chamado de projeto da homofobia já é discriminador. Eu nunca quis matar ninguém, eu nunca quis agredir ninguém. Muito pelo contrário, mantenho o respeito. As pessoas não são homofóbicas. Já começou errado!

Então, como um projeto de lei diz que, se você não concordar com a opção sexual de alguém, você é criminoso? Pois bem, quando eu, aqui deste plenário – e voltei a explicar –, num primeiro momento, fui mal entendido, eu dizia: “Então, isso legaliza tudo”. Então, está legalizado o sadomasoquismo.

Esse projeto, por seus erros, é eivado de inconstitucionalidade! É um projeto cheio de sutilezas. Ele legalizará o sadomasoquismo? A bestialidade? Porque, se um indivíduo diz que a sua opção sexual é levar um animal para dentro de casa, o Ibama só apreende animal silvestre e aves raras. Qualquer outro animal pode ser levado para dentro de casa.

Existe a necrofilia. O sujeito quer viver com um defunto. É a opção sexual dele.

Ora, você tem de aceitar, senão você é criminoso. O juiz vai decidir como, Sr. Presidente? Não estou falando das pessoas. Eu quero discutir um Projeto de Lei, nº 122, eivado de inconstitucionalidade; 122, eivado de sutileza, Sr. Presidente, que traz prejuízo à sociedade. Eu não estou discutindo nem homossexualismo, nem discriminação, até porque homossexualismo é problema do homossexual. A discriminação é nefasta, nojenta e criminosa. Nós temos de repudiar a discriminação em qualquer nível. Nós temos de repudiar. Não tem gente que quer matar nordestino? Não tem narcisistas na sociedade? Não tem os carecas, que querem matar judeus, nordestinos, índios? Ora, Sr. Presidente! Nós temos de abominar isso com muita veemência!

Nós estamos discutindo um projeto de lei, não estamos discutindo religião. Não estamos discutindo posições religiosas, nem matizes religiosas. Eu tenho crença religiosa. Mas essa não é a minha discussão. Eu quero continuar pregando o que eu creio na Bíblia, acreditando no que eu sempre acreditei. É preciso respeitar a crença do católico, do judeu, do muçulmano. É preciso respeitar a crença do espírita, do católico e daquele que não professa nenhuma fé, mas acredita que a família é o caminho do ensinamento de pai e mãe.

Ora, Sr. Presidente, eu estou discutindo um projeto: PL 122. É isso que temos de discutir. Inconstitucional, cheio de sutilezas, e até covardia, porque o que fizeram na Comissão foi covardia, às escondidas. Eu estou alertando esta Casa.

Senador, V. Ex<sup>a</sup>, que é um constitucionalista e que comunga, como nós comungamos, desse raciocínio, eu conclamo sua presença na Comissão de Direitos Humanos.

Senador Delcídio Amaral, eu sei que a sua mãe está me ouvindo, porque ela me ouve e sabe todos os meus discursos. V. Ex<sup>a</sup> está convocado por nós, por aqueles que não estão discutindo a opção do homossexual. Isso é uma coisa pessoal, é de cada um, e nós precisamos respeitá-los. Ninguém tem direito a agredi-los. Mas quero discutir a inconstitucionalidade e a sutileza de um projeto de lei que prejudica a sociedade brasileira. Não tem nem sutileza, já está tudo aberto. Como que você demite alguém e você vai preso por isso, pelo fato de o sujeito ser homossexual? Você não admite, você vai pagar uma pena por isso. E, se eles estiverem se beijando na porta da sua casa, você tem que deixar. Você não pode dizer “Olha, aqui, na porta da minha casa, eu não quero”, porque um simples BO põe você na cadeia. Criaremos uma casta especial na sociedade. Estamos discutindo inconstitucionalidade.

Senador Jefferson Praia, eu sei que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu esse tempo, com V. Ex<sup>a</sup> parado na tribuna, porque V. Ex<sup>a</sup> comunga do nosso raciocínio.

Senador Flexa Ribeiro, Senador Mão Santa, Senador Crivella, é preciso que nós nos juntemos para que, minimamente, esta Casa seja respeitada no seu Regimento Interno. Havia uma proposta de discutir em audiência pública. Tudo isso foi burlado. A tentativa de burlar vai acontecer na Comissão de Direitos Humanos? Preste atenção, Senador Paim! Prestem atenção os membros da Comissão de Direitos Humanos!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – É o Senador Cristovam. O Paim já foi.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – É o Senador Cristovam nos Direitos Humanos?

E nós precisamos nos posicionar.

Eu estou assustado. Gostaria muito de conversar pessoalmente com a Senadora Rosalba, por quem tenho o maior respeito. Foi uma grande Prefeita de Mossoró, com perspectiva de ser Governadora.

E ninguém sabe como isso se deu, ao abandonar 60 itens a serem votados e votar extrapauta um item que lá não estava, aproveitando-se da ausência daqueles que são contra. E tenho certeza de que, na boa-fé dessa grande Senadora Rosalba, ela há de nos dizer o que aconteceu.

Quero garantir à sociedade brasileira que não comunga com esse projeto, que não participa dele e que não quer ver aprovado esse projeto que nós, então, cerraremos fileira. Achávamos que estávamos discutindo isso com pessoas que minimamente respeitam os seus pares e respeitam a sociedade, e que não iriam buscar na calada da noite, na sutileza...

Agora temos que ter cuidado ao entrar em recesso na última sessão, como tentaram fazer da vez anterior. Temos de ficar vigilantes, Senador Valter. Vigilantes nós temos que ficar agora também. Vigilantes, Senador Arthur Virgílio. E V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro que eu procurei, às cinco horas daquela manhã, dizendo: “Arthur, você assinou isso aqui?” V. Ex<sup>a</sup> disse: “Eu não assinei nada disso, eu não sou maluco”. Pediram aos Líderes que assinaram sem dizer o que estavam assinando. E V. Ex<sup>a</sup> riscou a sua assinatura, como o Senador Raupp riscou, como riscou o Senador Renato Casagrande, como riscaram todos os Líderes.

Nós vamos cerrar fileira mesmo, para defender a sociedade daquilo que, dizia o Senador Valter, “já não é mais sutileza”. E eu tenho certeza - porque conheço a afirmação do Senador Demóstenes, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que tem a plena compreensão - de que esse projeto é inconstitucional.

Senador Jefferson, muito obrigado pela paciência comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) – Senador Magno Malta, nós queremos esclarecer que é o PLC nº 122, de autoria, então, da Deputada Iara Bernardi, que foi aprovado na forma de substitutivo oferecido pela Relatora Fátima Cleide, do PT, de Rondônia.

A matéria agora será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cujo Presidente é o Senador Cristovam Buarque... Exercitando a Presidência da Mesa Diretora, vou atrás dele para adverti-lo das preocupações destes dois extraordinários Líderes – e líderes religiosos – Marcelo Crivella e Magno Malta... Eu queria saber até se o Valter Pereira comunga do mesmo pensamento dos dois líderes religiosos.

A matéria vai também para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de seguir para votação em plenário.

Como recebeu alteração no Senado, a proposição voltará à Câmara dos Deputados.

Então, quero dizer o seguinte...

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB - RJ) – Já pode ter um requerimento de urgência para que o projeto venha para o plenário, porque foi votado numa comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Hein?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB - RJ) – É importante lembrar que pode ter agora um requerimento de urgência, assinado pelos Líderes, para votá-lo aqui, porque ele já passou por uma comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Pode, José Roberto? (*Pausa.*) Pode, não é?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Pode. Não podia naquela madrugada...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nós estamos é determinando aqui, Dr. José Roberto e Dr. João Pedro. Isto aqui para aqui e não se vota de jeito nenhum, só depois de uma ausculta e depois de ver atendida a solicitação dele de uma audiência pública, que foi...

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Precisa debatê-lo e aperfeiçoá-lo. Naquela madrugada, era inconstitucional, porque não tinha passado em nenhuma comissão. Era antirregimental. Agora, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Não entrará em pauta, ser agendado, por hipótese nenhuma – por que podia camuflar em pedido de urgência, não é? –, antes de ter essa audiência pública solicitada.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR - ES) – Sr. Presidente, agora, V. Ex<sup>a</sup> é o Líder do PSC na Casa.

Então, para vir com regime de urgência urgentíssima, é preciso os Líderes assinarem.

V. Ex<sup>a</sup> não assinará. O Senador Arthur Virgílio não assinará. O Líder do PRB não assinará. Tenho certeza de que o Senador Renan não assinará. O Senador do PR não assinará. Olhe, essa não é uma matéria fácil. Essa não é uma matéria fácil para ser votada às escondidas, na calada da noite e a toque de caixa.

É preciso que se respeite o debate. Não estamos falando de pessoas; estamos falando de um projeto de lei. Eu quero afastar essa discussão religiosa. A discussão não é religiosa; a discussão é a de um projeto de lei inconstitucional, cheio de sutilezas, que de sutilezas já não tem mais nada. Está tudo às claras. E nós precisamos debatê-lo com a sociedade. E esta Casa precisa votar com o sentimento da sociedade, porque não é possível. Se isso, um dia, chegar a ser aprovado, é preciso que nós emendemos, dizendo “os direitos dados nessa lei”, do PL 122, sejam também dados aos negros, aos índios, aos portadores de deficiência, aos religiosos, aos circenses, aos engraxates, aos empresários, aos lojistas, aos desempregados.

Ora, doutor, estão brincando conosco? Estão brincando conosco? Não é possível que nós abarquemos sem nos levantarmos, porque estão brincando com a nossa mínima inteligência, estão zombando da nossa inteligência.

Criaremos uma sociedade de castas especiais. Será dado também o direito ao negro de não ser demitido e de ser admitido ao pedir o emprego; ao portador de deficiência, ao índio, ao engraxate, ao pipoqueiro também, ao porteiro do prédio, ao desempregado, ao religioso, ao padre, ao pastor, ao chefe do centro espírita, a qualquer um.

É preciso emendarmos. Não há que se criar castas especiais na sociedade brasileira, quando, na verdade, não se escolheu. O índio não escolheu ser índio; negro não escolheu ser negro; idoso não escolheu ser idoso; portador de deficiência não escolheu ser portador de deficiência; mas o homossexual escolheu. E aí, se você não o emprega, você vai para a cadeia; se você o demite, vai para a cadeia. Se não aluga o seu imóvel... Esse direito tem que ser dado a todas as classes neste País.

Criminalizaremos tudo e todos, mas tenho certeza de que essa aberração constitucional – aquilo que foi sutileza e deixou de ser – não passará neste plenário, porque nesta Casa há homens de bom senso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Eu gostaria de ouvir o Valter Pereira sobre esse tema, com as escusas.

Valter Pereira simboliza o saber do Direito e da cultura nesta Casa.

Eu queria dizer o seguinte: entendo que a lei tem que ser boa e justa e tem que ser natural. A Senadora Fátima Cleide conseguiu um avanço, um passo, mas não vai conseguir um fórceps, uma cesariana para essa lei nascer de chofre. Ela tem que vir com a naturalidade que o Congresso exige.

Com a palavra, Valter Pereira.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho à ilustre Senadora que está defendendo esta proposta, Fátima Cleide, que é indiscutivelmente a protetora dos homossexuais do Brasil, devo dizer que o projeto que ela está sustentando é, infelizmente, uma aberração jurídica. Não existe outra definição. Faz parte de uma fúria legiferante que está hoje se alastrando pelo Congresso. Infelizmente, é um desespero para aprovar leis às vezes inconstitucionais, muitas vezes contraditando com outras normas que já estão regulando a mesma matéria, criando embaraços, mais restrições e até becos sem saída.

Além da homofobia, que é o objetivo do projeto, interfere-se também em questões religiosas. Mas, na questão da homofobia, a aberração não é menor. Só para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma ideia, além daquelas hipóteses sustentadas pelo Senador Magno Malta, existe também a questão da orientação sexual, que leva a uma circunstância que pode gerar um conflito na própria família entre pais e filhos. Se o pai quiser educar o filho conforme determinados padrões morais próprios da sua família, a lei pode levar a um conflito entre os dois, entre pai e filho, entre mãe e filha, ou entre quaisquer membros da família.

Então, Sr. Presidente, efetivamente, é uma matéria polêmica, eivada de defeitos que não autorizam a sua aprovação, que representam um sectarismo homofóbico ou homossexual, ou seja lá o que for. Na verdade, é uma matéria que, se for aprovada por esta Casa e se o Presidente da República não vetá-la, inquestionavelmente vai nos colocar no anedotário internacional.

Portanto, eu acho que não se pode aprovar na calada da noite, na madrugada. Eu estava aqui, Senador Magno Malta, na madrugada em que V. Ex<sup>a</sup> saiu feito doido aqui para evitar que o mal se consumasse. Por quê? Porque se aproveitou da madrugada, do cansaço da madrugada, Senador Crivella – V. Ex<sup>a</sup> também estava aqui –, para aprovar com o mínimo de pessoas e com o mínimo de debates possível.

Então, efetivamente está sendo armada aqui uma cilada para aprovar essa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que nós temos que ter é o cuidado de estar na CDH, o cuidado de estar na CCJ e impedir que isso passe nas comissões,

porque não resiste a uma análise serena e responsável de qualquer Parlamentar desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Tranquillizo os três Parlamentares, Marcelo Crivella, Magno Malta e Valter Pereira, porque eu mesmo, como Presidente desta sessão, levarei as preocupações de V. Ex<sup>as</sup> à Rosalba Ciarlini, para ver se há alguma maneira de ela fazer uma consultoria jurídica e fazer a audiência pública que tínhamos combinado. Eu irei pessoalmente aos Presidentes das duas comissões levar as preocupações de V. Ex<sup>as</sup> que senti como Presidente desta sessão. Irei ao professor Cristovam Buarque para que fique atento às preocupações de V. Ex<sup>as</sup>, que senti, e ao Demóstenes Torres. E, além de estar na Mesa Diretora, como Líder do PSC também, o Magno Malta nos advertiu como devemos nos comportar. E peço desculpas ao Jefferson Praia, mas o Parlamento é isto mesmo: da discussão é que nasce a lei. Entendo que uma lei deve nascer com naturalidade, no trânsito natural, como um parto natural. Não lhes garanto que não será necessário fazer nenhum fórceps nem uma cesariana para que abruptamente essa lei vá funcionar.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia, e a nossa desculpa. V. Ex<sup>a</sup> tem muita paciência e sensibilidade.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente!

Quero, inicialmente, parabenizar o nosso companheiro Senador Flávio Torres, do PDT do Ceará, neste período em que está substituindo a nossa querida Senadora Patrícia Saboya, também do Ceará. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que fez de forma nobre e digna aqui, neste Senado. Que fez e que está fazendo!

Mas, Sr. Presidente, vou ser muito breve. Quero apenas destacar um projeto que apresentei recentemente, o Projeto de Lei no Senado nº 460, que altera a Seção XIII do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a concessão do adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Sr. Presidente, trato rapidamente do art. 192-A, que diz o seguinte:

Art. 192-A. São consideradas atividades ou operações penosas, na forma de regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, submetem o trabalhador à fadiga física, mental ou psicológica.

Sr. Presidente, passo muito rapidamente para a Justificação.

O adicional de penosidade, concedido como direito aos trabalhadores, nos termos do inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal, não vem sendo concedido dada a resistência existente em relação a um eventual aumento de encargos sociais. Também colaboram para o retardamento de sua concessão as dificuldades para definir as condições de penosidade que, muitas vezes, se confundem com as condições de insalubridade.

Hoje já é possível uma nova avaliação do problema. A medicina ocupacional clássica entendia a saúde do trabalhador como relacionada apenas ao ambiente físico, na medida em que esse põe o trabalhador em contato com agentes químicos, físicos ou biológicos capazes de causar acidentes ou doenças profissionais. Essa visão tende a ser superada, na medida em que as relações entre saúde e trabalho são estudadas a partir de uma visão mais ampla, que considera um conjunto maior de condicionantes, como métodos de trabalho, organização etc. E a penosidade, enquanto repetição fatigante e contínua de movimentos ou atividades que, isoladamente, não são insalubres, acaba por gerar um estado físico, mental e/ou psicológico capaz de causar danos para o resto da vida do profissional.

Ademais, o adicional de penosidade pode servir para minorar os efeitos nocivos da utilização de novas tecnologias e dos processos automatizados de produção. Nesses sistemas, os danos ao empregado não são visíveis inicialmente, mas acabam por revelar-se, no futuro, com o aumento dos indicadores de estresse, de ansiedade ou de depressão. Certamente serão buscadas novas formas de relação entre o empregado, o empregador, os sistemas de produção e as máquinas robotizadas, com o objetivo de fazer com que o trabalho, realmente, traga satisfação e bem-estar a todos os humanos envolvidos nos procedimentos produtivos.

Nossa proposta procura aproveitar, ao máximo, as regras já existentes em relação à insalubridade e à periculosidade. Não utilizamos como referência principal o adicional de insalubridade, antes fixado em percentuais do salário mínimo, porque hoje ele é objeto de discussão quanto aos seus valores, em face da Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, que vedou o uso desse referencial. Optamos, então, pela concessão de um adicional de penosidade baseado na remuneração do empregado, com utilização dos percentuais previstos para o adicional de insalubridade e a exclusão de gratificações, ou prêmios, presentes nas normas sobre o adicional de periculosidade.

Não temos a pretensão, Sr. Presidente, de esgotar um tema tão polêmico e oferecer todas as soluções.

O importante e inegável é que se trata de um direito dos trabalhadores que vem sendo sonhado pelas dificuldades de obtenção de um consenso. Precisamos trabalhar para vê-lo reconhecido, mesmo que, tardiamente, quase vinte e um anos depois da promulgação da Carta Magna atual.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Agradecemos a brevidade de V. Exª e a paciência diante da polêmica da tentativa de lei da homofobia, que acho muito difícil prosperar com a manifestação jurídica de Valter Pereira.

A Presidência recebeu requerimento do Sr. Marconi Perillo, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 21 de novembro, a fim de participar do Segundo Encontro do Comitê Preparatório para a Terceira Conferência Mundial de Presidentes de Parlamentos, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 de novembro, a fim de participar da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar Nutricional, em Roma, Itália.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Delcídio Amaral. Está na Casa?

Quem são os Líderes inscritos ainda? Marcelo Crivella também já foi embora. Mão Santa já desistiu. Delcídio Amaral já chegou?

Tem um assessor dizendo que ele chegou, outro dizendo que ele já pegou o avião para Mato Grosso. Chegou ou não chegou?

Convido o Senador Inácio Arruda para ocupar a tribuna. Depois falará um orador.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, para breves palavras.

Quero homenagear, meu caro Senador Jefferson Praia, a passagem relâmpago de Flávio Torres aqui entre nós. Nosso físico do Estado do Ceará trabalhou de forma muito ativa, relacionou-se muito bem entre os colegas Senadores e Senadoras. Viajou pelo mun-

do, foi ao Haiti, uma viagem muito significativa para o Brasil e, tenho certeza, de que para S. Ex<sup>a</sup> também. Vai ficar registrado para sempre em sua memória. Iria à Antártica. Tenho certeza de que a Marinha vai manter o convite, mesmo S. Ex<sup>a</sup> tendo de deixar esta Casa. Nós, que ficamos alegres e satisfeitos pelo retorno da Senadora Patrícia Saboya, temos de lamentar a ausência de Flávio Torres pelo trabalho e pela habilidade política que mostrou aqui nesta Casa.

Uma segunda observação breve. Estive, juntamente com o Senador Suplicy, no salão branco do Supremo Tribunal Federal, onde tivemos a oportunidade de conversar com nove dos onze Ministros daquela Casa.

As únicas ausências para nós foram do Ministro Joaquim Barbosa e da Ministra Ellen Gracie, que não estavam presentes, mas lá deixamos um memorial muito importante para que eles possam refletir sobre o caso de Cesare Battisti.

Eu, pessoalmente, meu caro Suplicy, não conheço Cesare Battisti, não o visitei no presídio, mas sou solidário com a sua causa e tenho me empenhado com nossos colegas Senadores para que haja sensibilidade do Supremo Tribunal Federal. E nós podemos dizer que temos razões sobejas, porque, Sr. Presidente, também foi uma decisão tomada pelo Estado brasileiro que levou para as mãos dos nazistas Olga Benário Prestes. Então, é importante a gente ter essa ideia. Eu lamentaria muito se esse episódio se repetisse no Brasil. Não é a mesma coisa, não vamos igualar, mas é parecido.

Assisti, no final da noite para a madrugada de hoje, a um documentário sobre o qual falei aos Ministros. Falava como foram forjadas sucessivamente provas para banir John Lennon do território americano. Ele foi acusado de uso de drogas, maconha, pelas forças de segurança americanas para justificar a sua deportação.

John Lennon resistiu bravamente, com um advogado, mas o seu problema, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, é que ele era um pacifista, um ativista em defesa da paz no mundo e não só nos Estados Unidos. O problema central de John Lennon era esse, eram as suas músicas, as suas canções, os seus versos, que incomodavam o império que a todos atacava e continua atacando até hoje.

Não poderia deixar de fazer esse registro. Foi um esforço que considere muito importante do Senador Suplicy, juntamente comigo, o Senador José Nery, o Senador João Pedro, o Senador Cristovam Buarque, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, e vários que fazem um esforço para sensibilizar

os Ministros para não criarem esse embaraço para a história brasileira.

Por último, Sr. Presidente, quero destacar que, neste dia, há cinco anos, partia do nosso meio uma outra figura extraordinária para a história da humanidade e para a história recente da luta em defesa da autodeterminação dos povos, da luta em defesa da soberania da sua pátria, da sua nação. Trata-se de um homem que foi consagrado também, porque não podia e era impossível deixá-lo de fora, com o Prêmio Nobel da Paz. No dia 11 de novembro, há cinco anos, deixava-nos Yasser Arafat, um dirigente histórico do povo palestino, fundador e dirigente de sempre da OLP, criada no final dos anos 60 com o objetivo de libertar o povo palestino da ocupação ilegal e fascistóide do seu território por um Estado nascente que terminou defendido por todos nós, que era o Estado de Israel, de ter direito à existência, mas que negou até hoje a existência do Estado Palestino.

Por isso, Sr. Presidente, quero registrar essas palavras em homenagem a Arafat, no dia de hoje, meu caro Senador Suplicy, a quem concedo um aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Inácio Arruda, quero também solidarizar-me à homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta a Yasser Arafat, que, inclusive, conforme lembra, recebeu o Prêmio Nobel no seu esforço de paz com a autoridade de Israel. Seria muito importante, inclusive, recordarmos que, diante da presença ontem ainda do Presidente Shimon Peres, ele foi um dos dirigentes de Israel que colaborou para que houvesse um diálogo em direção à paz. Mas é muito importante que os esforços dessas pessoas possam avançar, sobretudo na direção do reconhecimento também do Estado Palestino e do fim daquilo que se mostra tão irracional quanto o muro de Berlim, cuja queda foi comemorada no início desta semana, em 9 de novembro último. É importante que possamos cair muros como o que separa Israel da Cisjordânia, como o que separa os Estados Unidos do México, assim como outros tipos de muros, como o bloqueio econômico, cultural e comercial dos Estados Unidos em relação a Cuba. Espero que o Presidente Barack Obama caminhe celeremente nessa direção. Mas eu gostaria também de cumprimentá-lo pela iniciativa que teve hoje, que testemunhei e o acompanhei, no diálogo com os Ministros do Supremo Tribunal Federal. V. Ex<sup>a</sup> entregou a cada um dos Ministros um artigo do Professor Dalmo de Abreu Dallari, em que tratava com muita clareza que a decisão do Ministro Tarso Genro de conceder refúgio foi uma decisão constitucional, legal e do ponto de vista jurídico e humanitário correta. Entregou ainda o trabalho do Professor Carlos Alberto Lungarzo, que aqui esteve durante esta tarde, na

tribuna de honra do Senado, na companhia de Celso Lungaretti. Lungarzo é membro da Anistia Internacional dos Estados Unidos e professor aposentado de lógica e matemática da Unicamp e escreveu “*Os Cenários Invisíveis do Caso Battisti: por que a extradição de Battisti seria um crime de lesa humanidade*”, onde ressalta que não houve qualquer testemunha sã, adulta, que tenha testemunhado que Cesare Battisti tenha cometido os quatro assassinatos pelos quais foi condenado à prisão perpétua. E mostra, inclusive, que o principal acusador de Cesare Battisti, Pietro Mutti, na verdade, recebeu o benefício da delação premiada. E quando, no ano passado, algumas revistas brasileiras deram destaque à entrevista de Pietro Mutti para a revista *Panorama*, elas não reportaram àquilo que o Prof. Carlos Alberto Lungarzo esclarece que pareceu muito estranho que Pietro Mutti não apareceu com a sua foto e que não se mostrou onde ele trabalha, onde ele mora, nenhuma comprovação de que aquela entrevista houvesse sido inteiramente verdadeira. As evidências mostram que não houve qualquer direito de defesa para Cesare Battisti nos processos da Itália e da Corte Europeia, onde, inclusive, os seus defensores se utilizaram de falsas procurações, sendo que, na verdade, eram defensores dos delatores premiados. Espero que os Ministros do Supremo Tribunal Federal levem em consideração essas contribuições que V. Ex<sup>a</sup> hoje colocou nas mãos dos Ministros do Supremo. Meus cumprimentos.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Agradeço pela ilustrada intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, nesta data, portanto, de comemoração de cinco anos da morte de Arafat, é preciso lembrar que continuam as ocupações ilegais na Palestina, que há colonatos ilegais, que há crimes contra...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – ... ateados agora pelas Nações Unidas. Há carrascos e há vítimas. É preciso lembrar que Arafat estava ao lado do seu povo, transformado em vítima desse holocausto do Oriente Médio. É preciso ter isso em conta.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo a esta Casa para um reconhecimento. Há poucos dias, a Câmara dos Deputados aprovou a doação, pelo Estado brasileiro, assim como foi feito com várias embaixadas de vários países, de um espaço reservado a construir a Embaixada do Estado Palestino. Eu apelo também aos nossos colegas Senadores da Comissão de Relações Exteriores para que façamos o mesmo.

Parabéns à resistência palestina, ao seu povo, que comemora a data de um dos seus maiores heróis: Yasser Arafat.

Um abraço.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PSC-PI) – Nossos cumprimentos. Quando V. Ex<sup>a</sup> falou em resistência, eu pensei que ia se referir à nossa, pois estamos aqui desde às 14 horas.

Mas há um pacto de inteligência do Plenário. Eu sei que não é lei, mas é o espírito da lei. Depois de 21 horas, cada orador usa os dez minutos. Eu queria estimulá-los lembrando que os melhores discursos de Cristo, de Abraham Lincoln e de Churchill foram curtos.

Então, vou ler um expediente do Senado e o próximo orador inscrito seria o Augusto Botelho, que cedeu para o Flexa Ribeiro. Antes, porém, vou ler o expediente do Senado.

Nota Pública do Senado Federal.

Em relação à matéria publicada hoje (11/11/09) pelo jornal O Estado de S. Paulo, sob o título “Senado esconde ato secreto que autorizou bônus a servidores”, página A4, a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

Em 1º de outubro de 2003, um dia após reunião da Mesa Diretora, a Diretoria Geral do Senado Federal autuou o processo e o enviou à Secretaria de Recursos Humanos para as devidas providências. O processo foi encaminhado à Advocacia Geral do Senado, que deu parecer favorável à decisão. Logo após voltar à Secretaria de Recursos Humanos, o processo seguiu ao setor de pagamento. Portanto, a decisão assumiu caráter público, em consonância com os trâmites legais;

A referida decisão da Mesa Diretora foi convalidada pela Resolução nº 1, de 2005, aprovada pelo Plenário da Casa;

A decisão em pauta em nenhum momento se revestiu de caráter sigiloso. Em seus efeitos, foi auditada e aprovada em diversos exercícios fiscais pelo Tribunal de Contas da União. Está, portanto, plenamente contida nas competências constitucionais e administrativas do Senado Federal;

A decisão da Mesa Diretora do Senado Federal, em vigor, guarda semelhança com norma adotada, por exemplo, pela Câmara dos Deputados.

Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal.

Dr. Fernando Mesquita.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PSC-PI) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, é com sentimento de profunda consternação que venho a esta

tribuna na noite de hoje para falar sobre o assunto que me traz até aqui.

Quase todos os dias, venho alertando para a péssima gestão da Governadora do Pará, Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa, pela forma com que vem conduzindo o meu querido Estado do Pará.

Pois bem, hoje, dia 11 de novembro de 2009, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará aprovou a intervenção federal no meu Estado. A decisão, Senador Eduardo Suplicy, teve o seguinte resultado: foram 21 Desembargadores a favor e apenas um contra. Nessa sessão do Tribunal de Justiça do Estado, estavam presentes todos os Presidentes das federações do setor produtivo paraense.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado acatou cinco pedidos de requisição de intervenção federal no Estado. Os pedidos foram feitos por produtores que tiveram propriedades invadidas e mandados de reintegração de posse não cumpridos. Os mandados são antigos, desde o início do Governo Ana Júlia, e até hoje não foram executados, apesar dos alertas dados ao Governo. Ou seja, a decisão tomada por quase todos os desembargadores demonstra que, infelizmente, chegamos a esse ponto, o que lamento profundamente.

O Pará precisa da presença do Estado cumprindo suas atribuições constitucionais. A Governadora Ana Júlia Carepa não cumpre a lei, não cuida da nossa gente, ignora as decisões da Justiça paraense.

Quero deixar bem claro, Senador Mão Santa, que me entristece, como paraense, uma intervenção federal no meu Estado, porque entendo e quero confiar que o próprio Pará deve resolver, sem intervenção federal, os seus problemas.

Para um Estado e para o seu povo que se orgulha de dizer: “Sou de um país que se chama Pará”. Mesmo deixado em segundo plano pelo atual Governo Federal, não deixa de ser constrangedor que uma força nacional tenha agora de se intrometer em nossos problemas.

Lamento a intervenção, mas sou contra o não cumprimento da lei.

Imagino que o povo do Pará que nos assiste pela TV Senado, imagino o quanto está apreensiva a população do Pará neste dia, sem saber o que isso significa, o que pode vir a ocorrer.

Na prática, meus irmãos e irmãs paraenses, significa que o Governo Federal pode ter de afastar a Governadora Ana Júlia e mandar um interventor cumprir as decisões da Justiça paraense. Seria a comprovação ou a constatação de que, no Pará, não existe lei. Seria corroborar aquilo tudo a que somos contrários: uma visão de Pará que, por vezes, a mídia nacional e

internacional coloca, alegando que o Pará é uma terra sem leis e sem direitos. Não. Não é, não.

Espero – e agora vou cobrar ainda mais, todos os dias, de forma insistente, da Governadora Ana Júlia Carepa – que ela se antecipe, cumpra a lei e, assim, afaste a possibilidade de uma intervenção federal no Pará. Se isso ocorrer, será por total e completa responsabilidade dos desmandos e ausência do Estado do Governo Ana Júlia no Pará.

Tenho a mais absoluta certeza de que os Srs. Desembargadores tomaram essa decisão em cumprimento ao Estado democrático de direito e por amor ao Estado do Pará. Afinal, é triste ver que nosso Estado tenha chegado a este ponto de desgoverno.

Tenho outra certeza: essa decisão foi um recado, Governadora. Ou melhor, foi um grito de apelo de todos os paraenses.

Governadora Ana Júlia, não deixe mais crianças morrerem, como aconteceu no hospital da Santa Casa, em que 300 bebês morreram por falta de assistência.

Governadora Ana Júlia, respeite os pacientes com câncer, que tiveram seus atendimentos suspensos por falta de remédios, por falta de radioterapia, por falta de quimioterapia, pelo desmanche do Hospital Ophir Loyola no seu Governo, que era, no Governo anterior, referência nacional em oncologia.

Governadora Ana Júlia, dê seguimento: construa o hospital de oncologia infantil, a que V. Ex<sup>a</sup>, com dinheiro em caixa deixado pelo Governo anterior, não deu sequência até hoje, quase três anos de mandato. Governadora Ana Júlia, faça funcionar os hospitais regionais, não corte os recursos, porque, da forma como V. Ex<sup>a</sup> tem penalizado as cidades-polos do nosso Estado, onde há os hospitais regionais, ao reduzir a transferência de recursos para as organizações sociais que administram esses hospitais regionais, leva à morte dezenas, centenas de paraenses, por falta de ação, por falta de assistência médica em todo o Estado do Pará.

Governadora Ana Júlia, não deixe que paraenses morram diariamente vítimas da violência desenfreada em todo o nosso Estado.

Governadora Ana Júlia, cumpra as suas promessas de campanha.

Governadora Ana Júlia, desça do palanque, governe, governe, aja, cumpra a lei, respeite a Justiça e a população do nosso Estado.

O Presidente Lula, de forma lúcida, previu, logo depois das eleições, lá em 2006, a uma revista de circulação nacional: “O Governo Ana Júlia é um desastre anunciado”.

Sobre as reintegrações de posse: semana passada mesmo estive aqui para denunciar uma nova onda de violência do MST.

Relatei mais um caso grave de ações inescrupulosas, violentas e ilegais do MST. Invadiram e destruíram casas de trabalhadores de propriedades rurais em Xinguara e Eldorado dos Carajás.

Cobrei, naquela altura, Senador Valter Pereira, uma ação firme da Governadora. Mas a Governadora Ana Júlia Carepa, de forma lamentável, foi à imprensa e culpou os produtores rurais pelos desmandos no Estado.

Hoje, hoje mesmo, os jornais do Pará relatam novos ataques do MST. Diz o jornal *Diário do Pará*, na manchete de hoje, 11 de novembro: "Força policial é emboscada por sem-terra".

Diz a matéria:

Policiais em incursão numa região ao sul de Xinguara foram vítimas de tentativas de emboscada por um grupo de sem-terra.

A tentativa foi rechaçada à bala pelos policiais. Após o fim do tiroteio, a polícia apreendeu [Senador Suplicy, vou-lhe dar um aparte se V. Ex<sup>a</sup> me pedir hoje] 24 cartuchos de calibre 20, dois cartuchos de calibre 22 e outros dois cartuchos de calibre 32.

São pessoas armadas. É um grupo guerrilheiro, que precisa ser detido, preso e sofrer as punições da lei.

Volto a afirmar: essa intervenção determinada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará é de total responsabilidade ou melhor irresponsabilidade da Governadora Ana Júlia Carepa.

Temos, sim, diferenças ideológicas, Senador Augusto Botelho. Enormes, inclusive. Temos, sim, visões diferentes do que é uma gestão competente e do que se espera de um governo que beneficie de fato a população. Mas somos apenas adversários na política, apenas no campo das ideias.

Minha posição aqui no Senado Federal é de cobrar que a Governadora governe, que apenas cumpra com sua obrigação. E evite que esse episódio vergonhoso ao povo do Pará venha a ocorrer.

Tenho terminado meus pronunciamentos com uma afirmação para motivar meus amigos paraenses, que estão com a sua autoestima totalmente acabada. Digo sempre a eles que, juntos, vamos tirar o Pará do vermelho. Porém, agora faço diferente.

Peço à Governadora Ana Júlia que comece agora, hoje, já, a tirar o Pará do vermelho.

Concedo o aparte ao Senador Valter Pereira.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador Flexa Ribeiro, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e não tenho dúvida de que

há muita sinceridade na sua fala quando recorre aos brrios do Estado no momento em que sai uma decisão que poderá levar à intervenção no seu Estado. Mas eu gostaria apenas de ponderar a V. Ex<sup>a</sup> que a intervenção, na verdade, não poderia ser levada a uma interpretação de que é um fato tão capaz de deslustrar a imagem de um Estado, de um povo, de uma economia. Deveria ser encarada como uma rotina da democracia. A democracia tem um sistema de contrapesos, e é por isso que o Judiciário está investido dessa competência para tomar a decisão que tomou. É claro que, às vezes, o Estado se encontra em uma situação de impotência diante dos movimentos. Os movimentos, às vezes, vão crescendo até chegar a causar essa perplexidade que está certamente afetando o Estado do Pará. E aí vem a intervenção. Com a intervenção, depois de avalizada pelo Supremo Tribunal Federal, as forças federais é que vão promover o restabelecimento da paz. Acho até que é pedagógico. Acho que é preciso cumprir a lei.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – É preciso que todos nós saibamos conviver com os ditames da lei, com as ordens emanadas do Poder Judiciário. É preciso que as instituições funcionem com essa regularidade. De sorte que, talvez, o que está ocorrendo no Pará seja um exemplo a ser seguido por outros Estados brasileiros que têm experimentado dificuldades semelhantes àquelas que estão ocorrendo no seu Estado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Agradeço, Senador Valter Pereira pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Dificuldades são reais, mas, no Estado do Pará, o que há é a convivência do Governo do Estado com o bando fora da lei, que é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que não são trabalhadores, não. Não são trabalhadores, não. Nós todos defendemos o direito de os trabalhadores terem a sua terra para sustentarem com dignidade a sua família. Mas não é isso o que acontece. Eles não querem fazer a obtenção da terra pela forma legal. Eles anunciam que vão fazer a invasão, dizem o dia e a hora, fazem-no e o Governo não toma providência. E o que é pior, fazem-no, depredando propriedades produtivas, matando sem nenhuma razão vacas prenhas só pelo prazer de vê-las abatidas, destruindo casas e utensílios de trabalhadores como eles, como foi aqui mostrado por mim na semana passada. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, porque esse famigerado Movimento dos Sem-Terra, que tem também a convivência do Governo Federal, alastra-se como uma doença incurável, incurável à democracia,

querendo afetar a democracia brasileira em todo território nacional.

E é importante o que V. Ex<sup>a</sup> diz, que os outros Estados fiquem atentos, para que possam realmente fazer cumprir o Estado Democrático de Direito.

E, para terminar, Senador Valter Pereira, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o povo do Pará sabe, Senador Mão Santa, que o que ocorreu hoje não foi motivado apenas pelo não cumprimento das ordens de reintegração. O que ocorreu hoje no Pará é um somatório de atos de desgoverno, que vêm desde o dia 1º de janeiro de 2007. E aqui anunciei vários deles. Começou com as contratações de forma incorreta feitas pela Governadora, manchete nacional; depois, a questão da menina presa e estuprada numa cela em Abaetetuba, manchete nacional; depois, a morte dos 300 bebês na Santa Casa, manchete nacional; depois, o não funcionamento dos hospitais regionais – o Senador Augusto Botelho esteve comigo em Santarém.

O Senador Cícero Lucena disse, Senador Mão Santa, ao visitar o Hospital Regional do Oeste do Pará que, na Paraíba, não havia um hospital naquelas condições para atendimento de média e alta complexidade.

Então, Senador Valter Pereira, esse somatório de atos, de desgovernos culminou, lamentavelmente, com a aprovação pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará da intervenção para o cumprimento da lei. É preciso ter respeito à lei. A Governadora, ao ser empossada, jurou respeitar a lei durante o seu mandato.

Para terminar, apenas digo que tivemos ontem um apagão em grande parte do território brasileiro. No meu Estado do Pará, temos um apagão de governabilidade, um apagão de compromissos com o povo, um apagão de gestão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Após o contundente e belo pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro, vamos chamar o Líder Delcídio Amaral. É o último Líder aqui inscrito. Está no livro de Deus que os últimos serão os primeiros. Realmente, a assertiva é verdadeira. Acho que, se o Partido dos Trabalhadores fizesse aquela prova do Enem, muita gente iria para o pau. Agora, este seria laureado como o primeiro lugar entre todos os políticos do Brasil.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente..

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Eu não entendo o nosso Presidente Luiz Inácio: como é que há uma figura dessas, competente, um líder, um orgulho para o País, um orgulho da engenharia brasileira e do nosso Senado, e ele não o apontou como candidato

à Presidência da República. Até aquela reza que eu dizia, que só se vota uma vez no PT, eu ia desfazer; eu votaria em V. Ex<sup>a</sup>, que é merecedor. V. Ex<sup>a</sup> é uma das inteligências mais privilegiadas, e eu quero crer que o Brasil todo vai ver agora, sentir a verdade do apagão. Mas não é o apagão, não; é a solução para o futuro, pois que o que vale, como diz Ortega y Gasset, é o porvir, é o vir a ser. E V. Ex<sup>a</sup> é, para nosso País, mais do que o sol, porque ilumina dia e noite. V. Ex<sup>a</sup> não tem apagão no seu cérebro, não; você ilumina este País; o sol, só de dia; e V. Ex<sup>a</sup>, dia e noite, numa hora dessas, com sua luz, vai guiar o Governo de Luiz Inácio.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa. Quero agradecer também pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>. Aproveito para cumprimentar todos os Senadores aqui presentes e o Deputado Paulo Duarte, ali presente também.

O Deputado Paulo Duarte, Senador Mão Santa, é da mesma cidade em que nasci, a cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, onde tivemos a honra de nascer e representar mais do que nunca, em nossas carreiras políticas.

Quero também aqui registrar a presença do Prefeito Rüter e do Secretário Carlinhos Porto. O Prefeito Rüter, também da minha cidade de Corumbá, honra o nosso Município e está avaliado, entre ótimo e bom, com 83%, para V. Ex<sup>a</sup> ter uma ideia do que representa o Prefeito Rüter com seu secretariado para o nosso Estado e para a nossa querida cidade de Corumbá, Deputado Paulo Duarte.

Mas, Sr. Presidente, eu sou twitteiro e quero, mais do que nunca, agradecer também, assim como a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, a paciência dos twitteiros que me aguardaram até agora para que eu falasse aqui, desta tribuna, sobre o apagão de ontem.

Eu vou procurar explicar esse desligamento da forma mais simples possível, da maneira mais simplificada possível, exatamente para que a gente tenha uma oportunidade de trazer aqui, à tribuna, uma avaliação, no meu ponto de vista, técnica, sem enfrentamento político, mas fazendo juízo de tudo aquilo que aconteceu.

Eu posso falar aqui com muita tranqüilidade. Eu comecei a minha carreira, meu caro Presidente, no setor de energia elétrica. E eu não aprendi energia elétrica... O Senador Valter Pereira está aqui, foi Presidente da Enersul, também homem do setor elétrico. Eu tive a honra de ser companheiro dele no Conselho de Administração da Enersul quando o Senador Valter Pereira foi Presidente - diga-se de passagem, um excelente Presidente, um sério Presidente da Enersul. Mas

a minha origem é o setor de energia. Vim do setor de energia e comecei a minha carreira no setor elétrico.

Sr. Presidente, não aprendi energia elétrica só em livro. Aprendi intensamente, vivendo e sofrendo o que é ser barrageiro, o que é montar uma subestação, o que é construir uma subestação, o que é operar uma subestação, o que é fazer uma linha de transmissão, o que é testar uma linha de transmissão.

Vivi essa experiência na Amazônia, com todas as dificuldades da Amazônia, e muitos daqui conhecem... Todos sabem o que era, na minha época, como engenheiro novinho ainda, Senador Wellington Salgado, fazer linhas de transmissão de 500 kW em uma usina do tamanho de Tucuruí.

Portanto, vivi essas dificuldades todas. Enfrentei racionamentos, como o racionamento de 1988, racionamento no Nordeste, um tremendo racionamento. Enfrentei apagões, como esses que vivenciamos, como esse que vivenciamos ontem, e quero até separar o conceito de apagão do conceito de racionamento.

Apagão é um desligamento. É quando falta energia porque alguma usina saiu, alguma subestação foi desligada. Mas uma coisa é deixar de consumir energia em determinado período; outra coisa é racionamento.

Racionamento é não ter energia, por isso se chama racionamento. O apagão é, como diz o americano, um blecaute. É um desligamento como o que ocorreu em Nova York recentemente, há alguns meses. Ocorre o desligamento, mas há energia. Quando volta a energia, tudo retorna ao normal.

Racionamento, como o que enfrentamos em 2001, é a falta de energia. Não é retomar e atender ao mercado consumidor. Não há energia suficiente, falta combustível, falta água.

Então, não podemos comparar coisas que são incomparáveis. Tivemos um desligamento ontem de grandes proporções, que atingiu vários Estados brasileiros. Mas em 2001, houve racionamento, falta de energia.

Como apagão, Sr. Presidente, é um expressão muito fácil, e a população entende muito bem, misturaram apagão com racionamento. Nós não temos racionamento. O País está sendo bem suprido de energia elétrica. Nós tivemos, sim, um blecaute, um apagão. Em 2001, não! Em 2001, tivemos racionamento, e houve até apagões.

Eu não estou aqui, Sr. Presidente, para discutir quem fez o apagão maior e o apagão menor. O apagão é condenável de qualquer forma, sob qualquer aspecto, como o racionamento é ainda pior. O racionamento desestimula a produção, desestimula o desenvolvimento, desestimula os investimentos.

Portanto, Sr. Presidente, feito esse esclarecimento entre desligamento, apagão e racionamento – que é confundido com apagão, e são duas coisas separadas –, eu agora gostaria de fazer a abordagem do que aconteceu ontem.

O sistema elétrico brasileiro é um dos melhores do mundo. O sistema elétrico brasileiro é calcado em energia renovável. As hidrelétricas têm um papel absolutamente fundamental na geração de energia brasileira. Nós temos grandes projetos no Nordeste de V. Ex<sup>a</sup>.

Quem é aqui que não conhece, que não sabe o que é Paulo Afonso, da Chesf? Paulo Afonso I, II, III, IV. Xingó, Itaparica, as usinas da Cemig – Itumbiara, Emborcação; as usinas da Chesf – Água Vermelha, Ilha Solteira e Jupia; as usinas da Tractebel – Itá, Machadinho; Itaipu, essa joia da coroa. Um dos projetos mais bem elaborados pelo nosso País e no mundo. Três Gargantas, Senador Botelho, copiou Itaipu. Nós recebemos vários técnicos chineses que viram tudo que foi feito em Itaipu e rebateram isso em Três Gargantas, que vai ser a maior usina do mundo, quando todas as suas unidades estiverem em operação no rio Yang-Tsé, no Rio Amarelo.

Portanto, nós temos essa vocação conquistada com gente de absoluta qualidade, competência. Nós criamos uma elite no setor elétrico. Não é aquela elite rançosa, mascarada, elite intelectual que conhece aquilo que faz. Começou com Juscelino, lá atrás, quando veio a usina de Furnas. E aí veio uma geração de técnicos excepcionais do setor elétrico. Vários deles ainda vivos; outros, já se foram. O nosso glorioso Mário Bhering, que faleceu há pouco meses, uma lenda, um ícone do setor de energia elétrica brasileiro.

Portanto, o setor elétrico brasileiro não foi construído pelo Governo A, B e C. O setor elétrico brasileiro foi construído por vários governos.

**O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS)** – Pelo Estado brasileiro.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)** – Pelo Estado brasileiro. O Senador Valter Pereira falou muito bem. Não é marca registrada de nenhum governo. É marca registrada de um país, que hoje é referência no setor de energia elétrica.

Quando eu vejo as disputas políticas em cima de um assunto como esse, eu lamento profundamente, porque não é esse o embate. O que nós precisamos saber é diagnosticar o que ocorreu e tomar as providências devidas para que isso não mais aconteça.

Cada um teve o seu papel. Eu vivi, Sr. Presidente, não só os racionamentos da época do Governo Sarney, como também depois no Governo do Presidente Fernando Henrique, as medidas que foram tomadas: a inclusão na matriz energética das usinas termoeletricas

à gás natural, a óleo diesel. Medidas corretas também. Porque como nós temos um sistema absolutamente hídrico, nós precisávamos otimizar esse sistema para compensar aquele período, onde as chuvas são poucas e a hidrologia não atende às perspectivas de geração de energia.

Nós avançamos. Hoje, no sistema de transmissão brasileiro, há interligação do Norte com o Centro-Oeste e com o Sudeste, saindo da região central do nosso País para o Nordeste, várias interligações, nós estamos chegando agora com linhas em Rondônia, vamos chegar com linha de transmissão em Manaus; Roraima já tem energia de Guri, que é uma hidrelétrica extremamente competitiva na Venezuela. Esses sistemas vão ser interligados, como são interligados no Brasil, porque as sazonalidades são diferentes. Portanto, a otimização é importante.

Eu não aceito que falem que o sistema elétrico brasileiro é vulnerável, um sistema aquém daquilo que efetivamente o setor de energia elétrica espera e projeta. V. Ex<sup>a</sup> pode conversar com qualquer investidor, com qualquer grande **player**, com qualquer grande empresa do setor de energia. Todos têm consciência do que é o setor elétrico brasileiro.

E eu convivi, Sr. Presidente, com várias reformas do setor elétrico brasileiro: no Governo do Presidente Fernando Henrique, no Governo do Presidente Sarney, no Governo do Presidente Itamar, que tive o orgulho de representar como Secretário Executivo e, depois, como Ministro de Minas e Energia. Eu acompanhei essas mudanças. Eu fui o relator do novo modelo do setor elétrico do Governo do Presidente Lula aqui no Senado.

Sem dúvida nenhuma, houve uma evolução, em que há a participação da iniciativa privada e a participação do Estado. Em muitas situações, o Estado e a iniciativa privada participam de projetos em linhas de transmissão, em usinas hidrelétricas e assim por diante. O País evoluiu, e nós não podemos apequenar essa discussão em função de embate político.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, ontem, eu fiquei impressionado quando eu vi a opinião dos ditos especialistas. Eu ouvi cada barbaridade, que é simplesmente inacreditável! Confusão de sistema com linha de transmissão, misturavam tensão de linha com potência de máquina. Começaram a passar para a opinião pública que um sistema interligado, meu caro Prefeito Ruitter, é ruim, quando, muito pelo contrário, um sistema interligado é a confiabilidade e a garantia! Aí, muitas pessoas, querendo talvez inventar ou criar um novo ovo de Colombo, disseram: “Ah, mas

não há sistemas que separem, que preservem os demais sistemas, os demais Estados, as demais linhas”. Inclusive questionavam que o que foi projetado para o setor elétrico nacional é deficiente. Não existe isso. Temos competência para dar e vender em hidroeletricidade, em termoeletricidade, em subestações, em linhas de transmissão. Temos um parque industrial belíssimo, que constrói turbina, gerador, disjuntor, seccionadora, transformador de corrente, relé de proteção, regulador de velocidade, regulador de tensão.

Portanto, devagar com o andar, Sr. Presidente, que o santo é de barro. Não é por aí a discussão.

E aí, Sr. Presidente, eu fiz essa introdução toda até para dizer da minha confiança e da minha tranquilidade com relação ao sistema elétrico brasileiro: bem projetado, bem estruturado. O Brasil não vai passar por nenhum racionamento.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Pode ter desligamento? Pode. Mas racionamento, não. E o ruim é o racionamento. Esse é o pior mal para o setor de energia.

Eu vi o racionamento de 2001. O Brasil estava crescendo; teve o seu crescimento obstaculizado quando racionou a energia. Trinta por cento, Senador Valter Pereira, de racionamento de energia. E eu vi racionar no Nordeste 20%, 25%. Eu sei o que representa isso. Não é fácil não, além de quebrar todas as empresas. As empresas de energia fecharam seus balanços todos eles no negativo quando veio o racionamento. Mas nós vivíamos uma circunstância, uma baixa hidrologia, sofremos com isso, aprendemos com isso, como vamos aprender com esse desligamento que aconteceu ontem. Mas quero mais do que nunca reiterar o que representa o nosso sistema elétrico: robusto, competente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Eu pediria só um pouco da tolerância de V. Ex<sup>a</sup> até para que eu fale da ocorrência de ontem. Esclarecer que nenhum sistema de energia no mundo ele é absolutamente blindado. Eles são projetados dentro de uma ótica econômica e de confiabilidade.

Agora, dizer que um sistema de energia é totalmente invulnerável a qualquer tipo de ocorrência é uma falácia. E, se os nossos engenheiros viessem a projetar um sistema desse, quanto ele custaria?

Então, para se apagar Itaipu com quatorze mil *megawatts* tem que ter outra Itaipu do lado para servir de *backup*? Tudo tem limite, porque tudo é projetado conforme uma sinalização econômica, de resultados, garantindo-se, acima de tudo, a confiabilidade em razão

das circunstâncias de operação de cada uma dessas plantas. É assim que se faz.

Por isso, o modelo do setor elétrico brasileiro é uma referência no mundo. Falo isso com absoluta tranquilidade. Tenho absoluta segurança no que estou falando, porque vivi e vi isso. Senti na pele, Sr. Presidente. Não li, não! Senti na pele o que é desligar máquina, racionamento, sair usina inteira. Sei como funciona isso.

Agora, Sr. Presidente, eu queria esclarecer alguns pontos que, na minha visão, são importantes.

Ontem, pelo tamanho do desligamento, estava na cara que uma usina de grande potência tinha saído do sistema. Na cara, pelo impacto, porque não é normal acontecer um desligamento daquele tamanho, pegando São Paulo, Rio de Janeiro, o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – ... Goiás. E começaram a chegar as informações de que Itaipu estava com as vinte máquinas fora. Vinte máquinas, Sr. Presidente! Uma usina não perde vinte máquinas à toa. Uma usina perde uma máquina, duas, dependendo da configuração da usina, mas perder as vinte?

É igual Tucuruí perder as 12 ou as 22 máquinas que tem hoje. Não é normal.

É claro que a origem já está em outro lugar. E onde estava a origem? Nas linhas. Itaipu fornece energia para a Região Sudeste por meio de três linhas de 750kV e uma linha de 600kV. E o que aconteceu, Sr. Presidente? As linhas de 750kV foram desligadas com uma diferença, Senador Valter, de 150 milissegundos. Essas linhas estavam despachando para a Região Sudeste 6.500 megawatts. O que aconteceu, Sr. Presidente? Logo em seguida, o nível de tensão do sistema baixou, e, então, a linha de corrente contínua saiu do sistema também.

Foi desligada a linha de 600kV. Com isso, Itaipu saiu por completo, porque, quanto a essas linhas todas, Itaipu está em cima delas. A partir do momento em que todas essas linhas que despacham a energia de Itaipu foram desligadas – as três primeiras muito possivelmente em razão de uma descarga atmosférica, por intempéries que estariam acontecendo naquele momento na região do...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – ... Paraná – e a linha de corrente contínua que saiu após as três linhas de corrente alternada de uma forma surpreendente. Essa linha não poderia sair.

E aí eu explico o porquê: grandes usinas e grandes sistemas têm equipamentos de controle e proteção para quando acontecem ocorrências como essas, de um desligamento por descarga atmosférica, que é um desligamento comum, que existe em várias linhas; o incomum é Itaipu sair inteira; isso não.

E aí, Sr. Presidente, eu levanto o primeiro questionamento. Nós temos um sistema de proteção chamado Erac. O próprio nome diz: esse Erac é um Esquema de Rejeição e Alívio de Carga. Por isso ele se chama Erac: Esquema de Rejeição e Alívio de Carga. Quando sai um bloco de potência muito grande numa usina, essa proteção dos sistemas tira parte das cargas para manter as usinas funcionando, para não dar, Senador Wellington Salgado, subtensão, como aconteceu ontem, quando saiu o sistema de corrente contínua, para que não dê subfrequência. Então, esses sistemas isolam o defeito e mantêm a usina em operação. Porque aí o retorno é muito rápido, porque as máquinas ficam operando. A usina não sai. Ontem, Itaipu desligou completamente. Por isso é que demorou.

Então, a minha primeira preocupação é: qual é a razão de esse sistema de proteção não ter operado? O Esquema de Rejeição e Alívio de Carga...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – ... o famoso Erac, por que não funcionou? *(Fora do microfone.)* Porque, se ele funcionasse, nós iríamos ter desligamento, mas rapidamente a energia voltaria, e Itaipu não desligaria as 20 máquinas. Essa é uma questão importante.

A outra questão, Sr. Presidente: por que as térmicas não entraram rapidamente? Precisamos analisar. O Rio de Janeiro tem duas termoeletricas a gás de mais de mil megawatts cada uma. E aí, hoje, me explicaram: “Térmica demora muito para entrar em operação”. Térmica a vapor, turbina a vapor; turbina a gás, não! Turbina a gás é igual a turbina de avião: apertou o botão, liga o motor do avião e sincroniza rápido. Então, acho que esse é um debate importante.

Explicaram-me o seguinte: “Demora demais. Então, tentamos restabelecer da maneira convencional, contando com as usinas que já estavam operando”. É uma estratégia adotada. Mas acho que isso precisa ser respondido também, porque há um parque termoeletrico que atende ao Brasil, e o consumidor paga por isso nas suas contas de luz. Então, esse é um aspecto também importante e digno de registro nessa avaliação.

Não podemos, Sr. Presidente, simplificar a análise, dizer assim: “Houve uma descarga atmosférica, a linha saiu, mas tudo bem, não vai acontecer mais”. Eu acho que uma ocorrência nesse nível não deve acon-

tecer mais. É muito raro acontecer uma coisa dessas. Esse é um ponto fora da curva, mas temos que fazer o diagnóstico claro do que aconteceu.

Esse Erac, o Esquema de Rejeição e Alívio de Carga, não funcionou? Por que não funcionou? Porque, se ele tivesse operado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – ... a usina ficaria em cima, Sr. Presidente. *(Fora do microfone.)* Por que não despachamos as térmicas em algumas grandes capitais que já poderiam ser abastecidas naquele momento? Importante.

E o terceiro ponto: como é que estava sendo despachado o sistema? Itaipu estava predominando sobre o sistema? O sistema tem uma lógica de despacho de valor econômico. Quanto mais baixo o valor econômico da água, priorizam-se as usinas que têm um valor da água menor. É assim que é feito. Será que, para aquele momento, era o melhor, principalmente um momento em que a demanda era acentuada? Eram 22h10min.

Então, esses pontos, Sr. Presidente, precisamos esclarecer para a opinião pública de uma forma didática, clara. Não se pode minimizar. Acho que, com tudo que tem sido feito, com os investimentos que vão, mais do que nunca, ser concluídos ao longo dos próximos anos, não precisamos mitigar, esconder nada, porque o que aconteceu é um fato absolutamente excepcional, mas temos que saber o porquê de os mecanismos que o sistema dispõe não terem operado, porque nenhum desligamento é bom. E às vezes dizem assim: “Levou só quatro horas para voltar”. Não é assim. Quatro horas em uma cidade como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campo Grande, a minha cidade, não é mole, não. É hora de escola, é hora que o pessoal do comércio está indo embora, é hora que o trabalhador está chegando em casa, e temos questões associadas à segurança pública.

Nós precisamos fazer um diagnóstico claro do que efetivamente aconteceu, e não minimizar, porque, minimizando, nós estamos simplesmente deixando de esclarecer a população. E o Governo não tem nada a temer, porque foram feitas muitas coisas, muitos investimentos, e serão feitos novos investimentos, que vão dar uma confiabilidade cada vez maior para o nosso sistema, inclusive - como ouvi aqui em alguns discursos - incluindo outras modalidades de energia renovável, para que o Brasil consolide talvez a matriz energética mais limpa do mundo.

Então, acho que nós precisamos enfrentar essa questão de frente e explicar para a população, até para tranquilizá-los de que esse fato foi absolutamente fora de qualquer expectativa e de qualquer projeto,

por melhor que seja esse projeto. Infelizmente, existem situações onde os sistemas são falíveis. Foi o que aconteceu ontem.

Agora, Sr. Presidente, para terminar – e fui homem de operação, portanto posso falar com absoluta tranquilidade e conhecimento de causa –, o que me chamou a atenção ontem foi a forma como as coisas foram comunicadas. No meu ponto de vista, absolutamente errada.

Ontem, nas televisões, estava o assessor de comunicação de Itaipu, falando sobre sistema; depois, entrou dirigente da Aneel para falar sobre o blecaute; depois, entrou alguém de Furnas para falar também sobre o assunto. Um assunto dessa gravidade, somente uma pessoa tem que falar, uma instituição tem que falar: Operador Nacional do Sistema. Ninguém fala mais. Sem falar em alguns que foram dar pitaco como especialistas, e eu pensei que o pitaco era técnico, e o pitaco virou político.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Não entendi nada *(Fora do microfone)*. Uma verdadeira Torre de Babel. Acho que isso também é mais uma lição: em uma ocorrência como essa, fala o Operador Nacional do Sistema, que é o responsável pelo despacho das usinas e dos sistemas de transmissão, incluindo Itaipu. Isso só trouxe o quê? Insegurança, informações equivocadas. E o pior, chegou um momento, a impressão que eu tinha é que havia uma disputa entre Furnas e Itaipu para dizer quem era o responsável. “Porque Itaipu não é o responsável, porque a culpa é de Furnas”. “Não, a culpa não é de Furnas; é Itaipu que é responsável”. Não é esse o problema. Nós estamos falando do sistema elétrico brasileiro e nós temos compromisso com a população.

Então, no meu ponto de vista, esse foi um equívoco e acho que vai ser uma lição também. Como vai ser uma lição – eu não tenho dúvida nenhuma – o diagnóstico e as providências que o Governo vai tomar, ou que as empresas de energia vão tomar, ou que Furnas vai tomar, ou mesmo que Itaipu vai tomar para impedir que desligamentos como esses venham a ocorrer.

Acho que esse é o quadro, temos que encarar isso com naturalidade. Nós sofremos muito, mas temos que deixar claro que o sistema elétrico brasileiro é muito bom. E esse fato acontecido ontem foi um fato episódico, excepcional, especial, dentro de uma circunstância absolutamente fora da probabilidade normal de ocorrência dentro dos parâmetros e características definidas para o projeto.

Sr. Presidente, o Senador Valter Pereira e o Senador Wellington Salgado gostariam de fazer um aparte, se V. Ex<sup>a</sup> permitir.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex<sup>a</sup> falou com autoridade de quem foi de barrageiro a ministro. Eu sou testemunha do conhecimento que V. Ex<sup>a</sup> tem porque convivi diretamente com V. Ex<sup>a</sup>. Sei que em todos os setores da área de eletricidade V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento. Por isso falou com autoridade e mostrou aqui, no final da sua fala, que não está aí para acobertar nada e, muito menos, para ganhar a mídia com esse pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> fez um depoimento sincero. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em gênero, número e grau. Acho que o sistema é confiável. O sistema foi construído ao longo da história do país e temos que reconhecer aqui que o regime militar que tanto abominamos, na área de infraestrutura, e especialmente da infraestrutura de energia elétrica, avançou, e muito, na concepção de um sistema extremamente confiável. Entendo que a comunicação foi malfeita, a atitude que tinha que se tomar não foi tomada por quem tinha competência para fazê-lo. Veja o que acontece, Senador Delcídio Amaral, quando ocorre um acidente com uma aeronave de grande porte como o Airbus, por exemplo. Quem é que fala naquele momento? É quem vai...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – É quem vai fazer a investigação, quem tem autoridade para fazer a investigação. Ele é que fala, ou seja, é o comandante da Força Aérea ou aquele que comanda o espaço aéreo brasileiro. Geralmente é uma pessoa que fala. E não existe açodamento para explicar o fenômeno, o fato, o acidente. Por quê? Porque se sabe de antemão que muitas razões podem estar escondidas e aparecer no decorrer da investigação. Então, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que achei desnecessária, imprópria e arriscada essa atitude de quem se propôs a explicar um fato cuja origem era desconhecida naquele momento e não se tinha a convicção de que a curto prazo poderia ser esclarecida. Acho que V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Quem poderia falar sobre o assunto seria o operador nacional. Esse poderia falar. E tinha de ser cauteloso e dizer o seguinte: é preciso primeiro investigar. Antes da investigação qualquer tipo de comentário, de análise, de suposição, seria prejudicial. Tem de se fazer investigação. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que duvido até hoje – nesse ponto estava aqui discutindo com o Senador Wellington. V. Ex<sup>a</sup> estava, como ouvimos lá no sertão, “rodeando o toco”, sem entrar na questão. Quando V. Ex<sup>a</sup> entrou na questão foi sábio; entrou para dizer que a causa ainda não está devidamente avaliada, que é preciso investigar para se ter

uma conclusão segura e usar aquilo como uma lição. Certo. Conforme o *blog* do Noblat, há uma suposição de que ataques de *hackers* já provocaram, aliás, suposição não, uma informação de que ataques de *hackers* já provocaram dois apagões no Brasil. Aí ele discorre sobre essa informação. Pode até ser. Por isso é que se faz necessária a investigação. É temerário qualquer tipo de precipitação, como aconteceu nesse episódio. As autoridades ligadas a essa área deviam necessariamente ter cautela para falar pouco e investigar muito. Só depois da investigação é que pode ser estabelecido um diagnóstico. Mas de qualquer forma concordo com V. Ex<sup>a</sup>, foi um incidente do sistema. Ele tem medidas de contrapesos, medidas de segurança que preveem sejam desarmadas determinadas máquinas, determinadas linhas e isso tudo tem que ser sopesado. Então, o sistema até hoje, veja quantos anos tem o sistema e quantos apagões ocorreram no País...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – E do tamanho do que ocorreu ontem eu não conheço nenhum. Então, acho que não é condenando o sistema, não é criticando o sistema, não é propondo soluções exóticas que nós vamos enfrentar essa questão; é apurando, investigando e colhendo as lições, como fazem os técnicos, os peritos, as autoridades da área da aeronáutica. Quantas mudanças não foram introduzidas nas aeronaves a partir das investigações que descobriram defeitos que estavam embutidos dentro de uma máquina? Por que não o sistema elétrico adotar a mesma cautela, o mesmo procedimento e caminhar na mesma linha? Neste momento aqui...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – ...numa circunstância como essa, não tem que se utilizar de forma política um assunto que tem tamanha gravidade. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz!

**O SR. DELCIDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

Meu caro Senador Wellington Salgado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Delcídio, acho que está fazendo, neste momento, 24 horas que ocorreu o apagão. São 22 horas e 07 minutos.

**O SR. DELCIDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – É isso mesmo.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – E quando vi que V. Ex<sup>a</sup> iria fazer um pronunciamento sobre o apagão, eu disse: eu vou ouvir o Senador Delcídio. Aqui, no Senado, há especialistas em várias áreas: o Senador Demóstenes, na legislação;

a Senadora Marina, na questão ambiental; e V. Ex<sup>a</sup>, na área de energia. Isso é o que eu escuto sempre aqui. Não é porque estou falando para todo o Brasil ou porque V. Ex<sup>a</sup> está aqui. V. Ex<sup>a</sup> fez todo o caminho, de engenheiro a Ministro, e tem conhecimento, tem trânsito nessa área.

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Primeira coisa, acho que temos que mudar esse Erac, porque Erac é quase Heráclito, que é oposição. Quando disse que o sistema tinha sido o Erac, pensei: o Heráclito tem a ver com isso? Não, é Erac, o sistema.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Essa expressão é normalmente utilizada, Senador Wellington, no setor elétrico brasileiro em todas as regiões. É o Erac – Esquema de Rejeição e Alívio de Carga.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas quando V. Ex<sup>a</sup> disse Erac, achei que era Heráclito. Eu disse: foi coisa da Oposição, mas não foi; foi o Erac. Mas, veja bem, Senador Delcídio. V. Ex<sup>a</sup>, senti a dificuldade... Aí é que é interessante. Fiquei aqui para ouvir a explicação de um técnico, mas V. Ex<sup>a</sup> também é um político. Então, V. Ex<sup>a</sup> tinha que, primeiro, ver a questão política para, depois, explicar o técnico. No final, explicou corretamente o que aconteceu. Aconteceu algo que não está previsto. Temos um sistema de segurança muito bom.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – O nosso sistema de segurança é um dos melhores do mundo e não podia deixar acontecer isso, mas aconteceu. Por que aconteceu? Agora vamos ter que averiguar para que não volte a acontecer.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – É claro.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Agora, eu queria fazer... E V. Ex<sup>a</sup> disse bem: quem tinha que falar era o operador do sistema.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Operador nacional.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – As outras pessoas que foram chamadas tinham que dizer: “Isso não é comigo. É com o operador. Um momento, vou me informar para saber o que falar.” Mas quando vê a televisão todo mundo quer falar. E fez essa confusão. Acompanhei ontem. Eu estava em Uberlândia. Tenho filhos no Rio. Eu estava acompanhando porque estava preocupado. Um apagão geral, o que pode acontecer? Assaltar. Tem filho na rua, não tem filho na

rua. Como é isso? Como é que volta para casa? E eu, preocupado, ao telefone ligando. Então veja bem... E isso ouvindo as entrevistas das pessoas. E ninguém falava nada, ninguém sabia explicar. Era só falar: “Não, isso é com o operador. Vamos ouvir o que ele tem a dizer”. Então, há que se entender isso. No momento técnico, quem tem de falar é o técnico. Político é político, técnico é técnico. Não detemos o conhecimento de tudo. Por isso eu fiquei até agora para ouvir V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> consegue ser técnico e político nesta área. E agora eu entendi o que aconteceu. Foi algo difícil de acontecer, e temos proteção para isso. Porém, é como dizemos em estatística: saiu da curva.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Está fora do desvio padrão.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Desvio padrão até grande demais. Não seria possível nessa curva de maneira alguma em uma distribuição normal, digamos assim, para você que é engenheiro. Então, está explicado. Espero que o Brasil tenha entendido, porque eu entendi. V. Ex<sup>a</sup>, primeiro, fez todo um discurso político, mas depois foi direto ao assunto e explicou o que aconteceu. Essa era a explicação que tínhamos de ter tido ontem, assim como V. Ex<sup>a</sup> falou hoje. Aí, estaria resolvido o problema, pois isso dá tranquilidade. Aconteceu, é possível acontecer, eventualmente pode acontecer. Agora, o povo tem...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – ...que ter segurança de que o nosso sistema é bom. V. Ex<sup>a</sup> que entende disse: “O nosso sistema é bom, é difícil isso acontecer. Talvez não volte a acontecer, mas vamos ver por que aconteceu”. Foi ótima a explicação de V. Ex<sup>a</sup>. Eu vou hoje voltar para o mesmo lugar, ligar para explicar para os meus parentes que me cobram também, para meus filhos, que estavam na hora. E também ao pessoal da TV Senado, que está nos assistindo. O Senador Mão Santa está presidindo e V. Ex<sup>a</sup> explicando. É uma pena que seja agora, no final. Mas a TV Senado repete, e muita gente vai ver a explicação. Se fosse mais cedo... Acho que a audiência agora é até maior na TV. Muito obrigado pela explicação, técnica, de V. Ex<sup>a</sup> sobre o assunto.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington pela palavras. Senador Valter Pereira... Só para concluir, Sr. Presidente, na linha do que o Senador Valter Pereira e o Senador Wellington disseram: agora é trabalho de engenheiro, de técnico; é ver os registros dos oscilogramas, mostrando como é que a tensão variou, como é que a corrente se comportou, quais as proteções que operaram; pegar o seqüencial de eventos que está no computador,

que vai mostrar claramente o que desligou em primeiro, em segundo, em terceiro, em quarto lugar, o que aconteceu; e, aí sim, com todas essas informações e com a competência dos dirigentes do setor elétrico, explicar para a Nação: olha, aconteceu isso e as medidas tomadas são estas, estas, estas, e vocês fiquem tranquilos, porque o nosso sistema é um excelente sistema de geração, transmissão, e distribuição. Acho que esse é o próximo desafio. Serenidade, equilíbrio, e, sem medo de olhar efetivamente o que aconteceu, tomar as medidas devidas e reconhecer.

Muitas coisas foram feitas e continuarão sendo feitas para que o nosso setor elétrico continue sendo uma referência, não só para o nosso País, orgulho dos brasileiros, como a Petrobras é orgulho dos brasileiros, mas também um sistema que é referência no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, paciência e pelo Senadores que me ouviram até agora e os meus companheiros, conterrâneos corumbaenses aqui presentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Pois, Delcídio Amaral, dois Senadores desistiram: o nosso Eduardo Suplicy e o Augusto Botelho. Mas não cortei em nenhum instante a sua palavra, porque V. Ex<sup>a</sup>, como o Valter Pereira assinalou aqui, é uma referência no setor elétrico, como nós tínhamos anunciado. Está ouvindo, ô Wellington Salgado? Aí eu vou dizer que a Base aliada boboeu. Eis o melhor candidato que eles tinham a Presidente da República, era ele do PT, e eu ia oferecer o meu nome do PMDB, que seria, naquele tempo, também o melhor nome. Aí, sim, o Luiz Inácio perdeu a grande oportunidade de fazer essa melhor chapa pelo Brasil. Era o engenheiro e o médico para levar o País para melhores dias.

Como último orador – os outros desistiram –, o Senador Valter Pereira.

Senador Delcídio, pois é, Hector Cámpora, sabe quem foi?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sei, da Argentina.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Hector Cámpora foi da Argentina e terminou o ciclo militar. Ele foi eleito Presidente e anistiou Perón, e ele voltou e ele renunciou à Presidência. Aí perguntaram por quê? E ele disse: “Perón brilha mais do que o Sol; ele ilumina a Argentina dia e noite”. E V. Ex<sup>a</sup>? V. Ex<sup>a</sup> ilumina, com seus conhecimentos, este País.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Presidente.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, eu

quero fazer um breve comentário sobre um episódio que hoje ocupa grandes espaços na mídia, é discussão em várias reuniões, vários fóruns, na universidade, fora dela, nos sindicatos, nos movimentos feministas. É sobre uma minissaia brasileira que fez um longo trajeto, percorreu numerosos países e alcançou até uma nação mulçumana. Estou falando, na verdade, de um episódio grotesco: a humilhação, o constrangimento a que foi submetida a estudante Geisy Arruda, por seus colegas, em razão de ter ousado de ter tido coragem de ir à universidade vestindo uma minissaia.

E isso, Sr. Presidente, se tivesse acontecido em uma escola de ensino fundamental e médio, já teria por si só trazido uma polêmica, porque a minissaia está incorporada à cultura do povo brasileiro e faz parte de todos os costumes da escola, dos clubes e de todos os ambientes públicos.

Portanto, se lá, em um escola, em um estabelecimento de ensino fundamental ou ensino médio, já causaria espécie, imagine como compreender isso no interior de uma universidade, onde o espírito acadêmico é moldado pelo respeito às liberdades públicas, pelo acatamento às preferências de cada um?

O constrangimento a que a jovem foi submetida foi de tal ordem que ela teve que se valer de proteção policial para deixar o estabelecimento de ensino.

Por incrível que pareça, Sr. Presidente, a jovem que fora agredida moralmente e até ameaçada fisicamente acabou sendo expulsa. Aqueles que provocaram o constrangimento, aqueles que promoveram a humilhação dela ficaram imunes, não sofreram nenhum tipo de reprimenda.

Então, um fato inusitado: de repente, aquele que é o algoz passa a ser a vítima e a vítima passa a ser o algoz.

O fato, todos nós acompanhamos, ganhou a mídia e provocou uma generalizada reprimenda à universidade.

Eu me lembro de declarações de diretores da UNE até o Ministro da Educação, de contrariedades manifestadas por entidades de direitos humanos e movimentos feministas, todos em solidariedade à estudante Geisy Arruda, em razão dos constrangimentos a que ela se submetera. Em função dessa reação, o que fez a universidade? A universidade recuou! Recuou e tornou sem efeito a expulsão que havia aplicado àquela jovem. Mas hoje, ao ler os jornais, deparo-me com um novo recuo da universidade. Decidiu a direção que a jovem deveria ser punida, sim. Não com a expulsão porque, na verdade, essa medida já havia sido revogada, mas com a mudança do prédio. No mesmo *campus* universitário, isolaram a jovem em outro prédio.

Ora, Sr. Presidente, uma medida como essa significa o quê? Que subsistiu a uma retaliação, que subsistiu a uma punição. Apenas mudou de forma, porque o preconceito, a discriminação ocorreu no momento em que a universidade impôs a remoção da jovem, a segregação da aluna, da acadêmica.

Falando aqui, Sr. Presidente, com a maior franqueza, tem que se reconhecer que a atitude machista reflete uma cultura e ali reflete a cultura dessa universidade que se confirmou, que se impôs. É claro que nós, que fazemos parte do Parlamento brasileiro, onde a legislação toda que tem sido escrita vai na direção de repudiar quaisquer formas de humilhações, de violações aos direitos humanos, de constrangimentos às pessoas, temos que manifestar o repúdio quando se pratica um atentado contra esses valores.

Portanto, Sr. Presidente, na verdade, a minha fala, nesta noite, é só no sentido de promover este repúdio àqueles que não estão conseguindo entender o novo perfil da sociedade e minha solidariedade àqueles que, ainda, num país democrático e liberal como é o nosso, têm de conviver com essas formas de opressão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A V. Ex<sup>a</sup> eu agradeço por ter cumprido o tempo regimental. Vibrei emocionado, porque eu e o País todo sabíamos da sua competência jurídica, Valter Pereira. Mas, no debate do apagão, aqui, eclodiu também sua competência administrativa no setor energético do seu Estado. Então, foi mais esse destaque na biografia de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquece este Senado e a inteligência de Mato Grosso.

A grandeza deste Senado, nobre Senador, é notória. Somos os pais da Pátria. E até aquele negócio de estigmatizar suplente vai abaixo quando lembramos o estadista Fernando Henrique Cardoso, que adentrou aqui como suplente de Franco Montoro.

O conceito deste Senado é tão bom, que recebi dezenas de telefonemas e *e-mails* para ler este artigo. É do Piauí o texto publicado no Jornal **Diário do Povo**. É um escritor: Lavonério Francisco de Lima. Atentai bem! Ele diz:

“O Senador Mão Santa, em discurso na tribuna do Senado Federal, no dia 29 de junho de 2009, afirmou que: ‘No Piauí nem tudo é desgraça’, e de forma clara e simples, defendeu a grandeza do povo piauiense, como um gigante, de luz própria.

Nos olhos do parlamentar, refletem o brilho, de um guerreiro no campo de batalha, que, incansável, luta com fervor na arena política nacional. Assim, os piauienses devem aplaudir a franqueza, a espontaneidade, a coragem e a energia de sua fala e de seus atos. Utiliza, co-

tidianamente, no plenário do Senado Federal, a expressão ‘O meu Estado do Piauí’, numa demonstração de carinho e respeito aos seus conterrâneos, e também de profunda identidade com as suas origens.

Como um revolucionário usando palavras apropriadas ao momento político, açoita a ignorância dos que não conseguem visualizar os rumos dos acontecimentos políticos do país. O homem e a política, num entrelaço eterno, da tribuna do Senado Federal, engrandece o povo piauiense, que representa com dignidade.

Sempre presente nas grandes discussões da política brasileira, denuncia os desmandos da administração pública do Governo Federal e do Estado do Piauí, porém, com firmeza, mostra ao Brasil que, em seu Estado, não existe somente tragédias e mazelas, porém, em tom de exaltação, consegue o respeito e a admiração para o Piauí.

A ironia política do senador, talvez muitas vezes incompreendida pelos seus pares, e usando citações de passagem da Bíblia e do pensamento de grandes homens que fizeram a história do país e da humanidade como: Rui Barbosa, Graciliano Ramos, Simon Bolívar, São Francisco de Assis, e o grande orador romano Cícero, entre outros..., demonstra o elevado nível cultural do parlamentar.

Com brilho e altivez, como um cavalheiro que busca a fé e a esperança na política partidária, com maestria defende os interesses do povo piauiense. O Piauí dignificado pela voz de seu representante maior no Senado Federal haverá de nunca ser esquecido, e assim dias melhores virão, em que a desgraça possa se transformar em graça abençoada.

O campo minado da política exige muita sabedoria e coragem, e o senador Mão Santa parece ser o detentor desses dois grandes adjetivos, que o qualificam como o maior representante da política piauiense em Brasília na atualidade. Que a sua voz seja ouvida pela população que representa e, como um sopro de esperança, possa contribuir para a transformação da realidade social em seu Estado.

Portanto, como as águas do rio Parnaíba, as palavras usadas pelo Senador, que enaltecem o Estado do Piauí e seu povo, haverão de transbordar e encher corações e mentes daqueles que esperam ver um Piauí diferente, com cidadania para todos”.

Lavonério Francisco de Lima é escritor.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- **Nº 234, de 2009** (nº 867/2009, na origem), de 27 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a redação do inciso II do art. 4º, e do inciso VI do art. 10, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público, sancionado e transformado na Lei nº 12.061, de 2009;
- **Nº 235, de 2009** (nº 868/2009, na origem), de 27 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2009 (nº 1.975/2007, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para dar a denominação suplementar Rodovia Ulysses Guimarães – Trecho Carlos Joffre do Amaral ao trecho que menciona da Rodovia BR – 282, sancionado e transformado na Lei nº 12.062, de 2009; e
- **Nº 236, de 2009** (nº 869/2009, na origem), de 27 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2009 (nº 2.277/2009, na Casa de origem, do Deputado Flávio Dino), que acrescenta à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, sancionado e transformado na Lei nº 12.063, de 2009.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 1.496, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Padre Guido Tonelotto da Paróquia de São José de Mossoró, uma das mais importantes referências na assistência a crianças e jovens dos bairros pobres de Mossoró, que

serve de modelo para outras entidades que atuam em programas sociais:

Inserção em ato de votos de profundo pesar.

Apresentação de condolências ao Bispo Dom Mariano Manzana, familiares e ao Estado do Rio Grande do Norte.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009. – Senadora **Rosalba Ciarlini**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

É com profundo pesar que cumpro o difícil dever de encaminhar este requerimento de voto de pesar, em razão do falecimento do Padre Guido Tonelotto.

Padre Guido é uma importante referência na minha vida. Tive o primeiro contato com ele ainda como Médica Pediatra, quando levou-me uma criança para meus cuidados. Ele teve a iluminação de implantar o Projeto

Esperança – hoje uma importante referência – que assiste crianças em bairros pobres e também resgata meninos de rua e em situações de risco para que possam ter uma atenção na área social, de alimentação e de educação. O Projeto Esperança é modelo para outras entidades que se envolvem com programas sociais na região Oeste do Estado.

Padre Guido nasceu na Itália em Concórdia, e muito cedo, aos 12 anos de idade, despertou o sentimento para servir a Deus, quando ingressou no Seminário de Crenoble, onde ficou até 1939. Posteriormente, ingressou na Ordem Salesiana e concluiu os estudos de Filosofia e de Teologia no Instituto Salesiano de Monleotorso, em Pádua/Itália.

Foi ordenado sacerdote em 29 de junho de 1948 e celebrou a primeira missa na Catedral de Concórdia, no dia 11 de julho do mesmo ano. Chegou ao Brasil em 1955, fixando residência em Carpina/PE, onde recebeu a missão de ser o primeiro Diretor do colégio de orientação religiosa daquele município. Simultaneamente, dirigiu os colégios Do Carmo, em Belém/PA e Dom Bosco, em Manaus/AM.

Padre Guido deixou como legado o seu exemplo de servir as camadas sociais que se inserem na faixa de maior carência e por isso seguiu para o Nordeste, pois logo percebeu que na nossa Região as desigualdades sociais eram bem mais profundas.

Em Natal, dirigiu o Colégio São José, para em seguida receber convite para trabalhar na Diocese de Santa Luzia, em 1973. Lá, iniciou seus trabalhos como pároco da freguesia de Martins/RN, e dali partiu para vir ser o vigário da Paróquia de São José, na cidade de Mossoró.

Com o seu falecimento, hoje, perdemos um grande batalhador para eliminação das desigualdades sociais, mas fica o seu legado e o seu exemplo por uma sociedade melhor.

**REQUERIMENTO Nº 1.497, DE 2009**

**Requer Voto de Pesar pela morte do Bispo de Borba/AM, Dom Frei José Afonso Ribeiro, ocorrido hoje, dia 11 de novembro de 2009.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, hoje, dia 11 de novembro de 2009, do Bispo de Borba/AM, Dom Frei José Afonso Ribeiro.

Requeiro, ademais, que este Voto de Pesar seja encaminhado ao conhecimento da Diocese de Borba e, por seu intermédio, à CNBB.

**Justificação**

Natural de Poconé/MT, faleceu na manhã de hoje, dia 11 de novembro de 2009, o Bispo de Borba, no Estado do Amazonas. Ele foi ordenado em 1979 e passou, desde então, a conduzir a Diocese do Município. O Frei Dom José morreu em Canoas, no Rio Grande do Sul, onde se encontrava para, com amigos e parentes, comemorar seu aniversário de 80 anos.

O Voto de Pesar que requeiro é manifestação do sentimento desta Casa ao ilustre prelado.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009 – Senador **Arthur Virgílio** Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.498, DE 2009**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216 do Regimento Interno, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, as informações relativas ao período janeiro/2003 a novembro/2009, conforme explicitação abaixo:

– Qual o montante investido pelo setor público na geração de energia elétrica, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste e nas regiões sul e sudeste?

– Da mesma forma, quanto foi investido pelo setor privado nas mesmas regiões, em centrais hidrelétricas, em PCHs e em fontes alternativas de energia?

Sala das Sessões, 11 novembro de 2009. – Senador **José Agripino**.

**REQUERIMENTO Nº 1.499, DE 2009**

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre as causas da interrupção no fornecimento de energia elétrica em ao menos nove Estados do País, na noite de 10 para 11 de novembro de 2009.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia as seguintes informações acerca de falhas no fornecimento de energia elétrica em nove Estados, causando o chamado “apagão”, que teria sido causado por problemas nas linhas de transmissão que interligam essas áreas à Hidrelétrica de Itaipu:

– Qual a causa do “apagão” elétrico ocorrido na noite do dia 10 de novembro deste ano?

– O nível de investimentos no setor está aquém das necessidades da economia brasileira?

– Qual a programação de investimentos para serviços de infraestrutura no setor de energia elétrica e, especialmente, em transmissão?

– Quais os valores desses investimentos e o cronograma de aplicação?

– Há novas linhas de transmissão previstas ou em execução, paralelamente às existentes, consideradas essenciais à confiabilidade do sistema?

– Que providências o governo está tomando para sanar a evidente fragilidade do sistema?

Há duas semanas, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ex-ministra das Minas e Energia, disse que o Brasil estava a salvo de um novo apagão elétrico, como o que aconteceu em 2001. Ela fez uma previsão equivocada? A ministra está desatualizada sobre a realidade de um setor tão importante para o PAC, programa gerenciado pela ministra?

**Justificação**

No final da noite de 10 de novembro de 2009 e por um espaço de tempo na madrugada seguinte, quase toda a Nação foi surpreendida por um “apagão”, como é chamada a interrupção no fornecimento de energia elétrica. O problema teria sido ocasionado por falhas nas redes de transmissão, que fazem a interligação do

sistema nacional à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Foram atingidos, com prejuízos a diferentes atividades os Estados de SP, RJ, MG, ES, RS, PR, PE, GO, MT, MS, SC, RO, BA, AL e AC.

De imediato, alegaram as autoridades ligadas ao MME que tudo teria ocorrido em virtude de possível acidente, uma vez que, naquele momento, fortes chuvas ocorriam no Estado do Paraná.

No entanto, técnicos, entre eles professores de geração e transmissão da USP, ouvidos pelas emissoras de rádio e de televisão, sustentavam que a causa maior estaria relacionada a reduzidos investimentos na área de infraestrutura do sistema nacional de energia elétrica. Alegavam que o sistema não poderia falhar, pois os transtornos pessoais, econômicos e sociais seriam de grande monta num país do porte do Brasil.

O fato concreto é que o sistema de transmissão falhou e a própria Itaipu Binacional esclareceu, em nota, que a *“hipótese mais provável é que tenha havido algum acidente que afetou um ou mais pontos do sistema de transmissão, inclusive o de Furnas, responsável por levar a energia de Itaipu para o Sul e Sudeste, acidente este que provocou outros, fenômeno que se costuma chamar de efeito dominó”*.

O País não pode ficar sujeito a falhas desse tipo nem a qualquer efeito que venha a ser denominado de “dominó”. A confiabilidade deve existir em caráter permanente.

Pelo noticiário dos jornais, as populações tiveram que se sujeitar a problemas de grande monta, inclusive no retorno do trabalho para seus lares. No Rio, informam os jornais, o *apagão*, que ocorreu pouco antes das 22h, *provocou arrastões*, como o que ocorreu nas imediações do Maracanã, deixando as pessoas tensas nas ruas, em shoppings, em ônibus, trens, metrô e no meio do trânsito, que se tornou caótico devido à paralisação dos sinais luminosos. Em Copacabana, havia muitas pessoas caminhando pelas ruas e o clima era de medo, pois ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo – conforme o relato de uma moradora à imprensa.

Em São Paulo, várias pessoas não conseguiam utilizar a rede de trens e metrô. Na região onde está localizado o Terminal Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, houve tumulto por conta da aglomeração de pessoas no momento da falta de luz, já que era o horário de saída de algumas faculdades e de empresas de telemarketing.

Na edição online de o registro do caos causado pela falta de energia elétrica: “Evanilde Pedroso estava com o neto e haviam acabado de voltar de

viagem do Paraná. Fizeram 8 horas de viagem e pretendiam pegar o metrô na Barra Funda, e logo após, um ônibus para Cidade Tiradentes. Se eu não conseguir, vou ficar no terminal para esperar o dia amanhecer”, contou.

Um segurança do Metrô explicou que a evacuação estava acontecendo porque o combustível diesel, que alimenta o gerador do terminal, terminara, e por isso, as luzes foram apagadas para poupar o pouco de energia que restava.

Além disso, a sensação de insegurança tomou conta da região. Virginia Duarte, que estuda pedagogia e mora no Jabaquara, na zona sul da cidade, não sabia como voltar para casa porque ninguém dava informações sobre alternativas de ônibus. “Não tenho ideia de como chegar em casa, e não tenho informação de como vou pegar o ônibus”.

Passados os efeitos do “apagão”, fica a sensação de insegurança, segundo um professor da USP, especialista na área, a falta de infraestrutura se deve aos reduzidos investimentos do Governo em linhas de transmissão. Isso seria, a seu ver, injustificável, uma vez que o brasileiro paga tarifas elevadas para ter energia elétrica. Acha o professor, ouvido pela Rádio CBN, que, a uma distância razoável, de uma linha de transmissão, é necessário uma outra, para entrar em funcionamento durante a eventual queda de torres da primeira.

A Constituição Federal assegura ao Senado Federal prerrogativas, como o pedido de informações, a exemplo deste que formulo ao ilustre Ministro das Minas e Energia, cuja resposta precisa ser oferecida com urgência, a fim de que esta Casa se informe adequadamente quanto ao problema e possa adotar as providências que lhe competem.

Sala das Sessões,— Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os requerimentos lidos serão publicados e encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.500, DE 2009**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ‘pós morte’ ao Suboficial da Aeronáutica Marcelo dos Santos Dias, vítima fatal do acidente com o avião da Força Aérea Brasileira (FAB), ocorrido na última

quinta-feira (29 de outubro). A aeronave seguia de Cruzeiro do Sul (AC) a Tabatinga (AM) quando fez um pouso forçado no igarapé Jacurapá. No avião, viajavam 11 pessoas: sete funcionários da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, dois militares do Exército e dois militares da Força Aérea. A equipe apoiava uma campanha de vacinação nas áreas indígenas do Vale do Javari – AM, promovida pelo Ministério da Saúde.

Requeiro, ainda, que este voto de louvor seja levado ao conhecimento da Senhora Sulimar Baptista dos Santos e ao Comandante da Força que servia o valoroso militar, Tenente Coronel Márcio Luiz de Oliveira Ferreira.

### Justificação

Segundo relatos dos sobreviventes, Marcelo ajudou os passageiros a deixarem o avião e acabou ficando sem forças e foi carregado pela correnteza do Igarapé Jacurapá. Contra a pressão das águas, usou todas as forças para manter aberta a porta do avião e permitir que os demais se salvassem, enquanto a aeronave submergia.

Em razão do gesto de desprendimento, de doação e coragem, o militar falecido foi considerado herói pelo seu superior hierárquico, Tenente Coronel Márcio Luiz Ferreira, comandante do 7º Esquadrão de Transporte Aéreo, o qual disse em reconhecimento: “Ele exerceu até o último minuto de vida o ato de solidariedade, de ajudar as pessoas e se colocando como última prioridade. É um ato que tem de ser honrado e só demonstra a pessoa que ele foi a vida toda. Fica o exemplo para os demais”.

Sua abnegação, generosidade e altruísmo, revelam uma conduta humana como fim o interesse do próximo, e que se resume nos imperativos: ‘Viva para outrem’; ‘Ama o próximo mais do que a ti mesmo’. Eis a essência daquilo que foi em vida o Suboficial Marcelo dos Santos Dias, um exemplo sob todos os aspectos.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009. – Senador **Jefferson Praia**, PDT – AM.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 1.501, DE 2009

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Inter-

no do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Senhor Fernando Haddad, as seguintes informações:

– Atuais normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimento de Centros Universitários;

– previsão de andamento dos processos que se encontram com tramitação suspensa;

– quais os critérios de homologação pelo Ministério dos pareceres aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

### Justificação

Há Mais de dois anos as novas normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimento de Centros Universitários, estão há espera de uma definição por parte do Ministério para que entrem em vigor.

O Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Superior, por provocação do próprio Ministério e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, já aprovou algumas vezes pareceres que, por conseguinte se transformaram em Projeto de Resolução, definindo as citadas normas, mas que não foram homologados pelo Ministério, o que vem prejudicando diversas Instituições de Ensino Superior, que contam com os requisitos para solicitação de Credenciamento como Centro Universitário e não podem fazê-lo. Outras Instituições têm processos paralisados no Ministério, também por falta desta definição.

O Conselho Nacional de Educação aprovou em 03 de setembro de 2009, através do **PARECER CNE/ CESNº278/2009** novo Projeto de Resolução, que se encontra desde então nesse Ministério aguardando homologação.

Sala das sessões em, 10 de novembro de 2009. – Senador **João Vicente Claudino**.

(À Mesa, para decisão)

### REQUERIMENTO Nº 1.502, DE 2009

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a cota de patrocínio destinada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para apoio ao prêmio Chatham House 2009.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a cota de patrocínio destinada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para apoio ao prêmio **Chatham House 2009**:

- De que forma se deu o patrocínio, pelo BNDES, ao prêmio **Chatham House 2009**?
- Qual o valor despendido com a cota de patrocínio destinada pelo BNDES para apoio ao referido prêmio?
- Qual a justificativa para o direcionamento de recursos para patrocínio do referido evento?
- O BNDES participou ou patrocinou alguma outra edição do referido prêmio? Informar o(s) ano(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) despendido(s) com cotas de patrocínio.

#### Justificação

Os jornais de grande circulação no país publicaram várias matérias dando destaque à edição de 2009 do prêmio **Chatham House**, oferecido este ano pelo **Royal Institute of International Affairs** ao presidente Lula por sua contribuição para a estabilidade e integração da América Latina.

Ocorre que essas mesmas matérias publicaram que, entre as empresas que patrocinaram ou apoiaram o prêmio, estão as estatais Petrobras, Banco do Brasil e BNDES, além de empresas privadas brasileiras e companhias estrangeiras com interesses comerciais no Brasil.

Enfim, senhor Presidente, as informações que ora requeiro tem por objetivo esclarecer a motivação para o patrocínio do referido evento bem como dar total transparência na aplicação adequada dos recursos públicos.

Sala das Sessões, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

#### REQUERIMENTO N° 1.503, DE 2009

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a cota de patrocínio destinada pela Petrobras para apoio ao prêmio Chatham House 2009.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a cota de patrocínio destinada pela Petrobras para apoio ao prêmio **Chatham House 2009**:

- De que forma se deu o patrocínio, pela Petrobras, ao prêmio **Chatham House 2009**?
- Qual o valor despendido com a cota de patrocínio destinada pela Petrobras para apoio ao referido prêmio?
- Qual a justificativa para o direcionamento de recursos para patrocínio do referido evento?
- A Petrobras participou ou patrocinou alguma outra edição do referido prêmio? Informar o(s) ano(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) despendido(s) com cotas de patrocínio.

#### Justificação

Os jornais de grande circulação no país publicaram várias matérias dando destaque à edição de 2009 do prêmio **Chatham House**, oferecido este ano pelo **Royal Institute of International Affairs** ao presidente Lula por sua contribuição para a estabilidade e integração da América Latina.

Ocorre que essas mesmas matérias publicaram que, entre as empresas que patrocinaram ou apoiaram o prêmio, estão as estatais Petrobras, Banco do Brasil e BNDES, além de empresas privadas brasileiras e companhias estrangeiras com interesses comerciais no Brasil.

Enfim, senhor Presidente, as informações que ora requeiro tem por objetivo esclarecer a motivação para o patrocínio do referido evento bem como dar total transparência na aplicação adequada dos recursos públicos.

Sala das Sessões, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa, para decisão.)*

#### REQUERIMENTO N° 1.504, de 2009

**Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre as viagens em que a ministra Dilma Rousseff acompanhou o presidente**

**Lula, bem como sobre os eventos em que a ministra participou, com a presença do presidente Lula, no período de junho de 2005 até a presente data.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre as viagens em que a ministra Dilma Rousseff acompanhou o presidente Lula, bem como sobre os eventos em que a ministra participou, com a presença do presidente Lula, no período de junho de 2005 até a presente data:

– Quantas e quais foram as viagens em que a ministra Dilma Rousseff acompanhou o presidente Lula, no período de junho de 2005 até a presente data? Relacionar as viagens com data, destino, membros da comitiva e justificativa para a referida viagem.

– Qual o custo para o Erário de cada uma dessas viagens?

**Justificação**

Nos últimos meses, temos visto a atual Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, acompanhar o presidente Lula em diversos eventos com as mais variadas finalidades.

O argumento é de que a Ministra participa desses eventos da administração por que os mesmos estariam relacionados à sua atividade institucional. Membros do governo, inclusive, defendem esse comportamento alegando que o administrador tem não só o direito como o dever de prestar contas à sociedade.

Ocorre que, como temos visto na mídia nacional, essas viagens, que deveriam prender-se somente à fiscalização da execução de obras, são acompanhadas de festas, entregas de prêmios, presença de autoridades e cantores e até mesmo discursos políticos, o que transforma esses eventos em uma confusão entre atividade administrativa e palanque político-eleitoral.

Como o calendário do Tribunal Superior Eleitoral determina o dia 6 de julho de 2010 como o início do período permitido para campanha política com vistas às eleições de outubro do ano que vem, o presente requerimento tem por objetivo determinar se as viagens da atual Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deveriam ser caracterizadas como atos de campanha ou como atos da administração, além de avaliar se os

gastos empreendidos com essas viagens não caracterizariam uso indevido da máquina pública.

Sala das Sessões, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

**REQUERIMENTO N° 1.505, DE 2009**

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre as viagens em que a ex-ministra Dilma Rousseff acompanhou o presidente Lula, bem como sobre os eventos em que a ex-ministra participou, com a presença do presidente Lula, no período entre janeiro de 2003 e junho de 2005.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre as viagens em que a ex-ministra Dilma Rousseff acompanhou o presidente Lula, bem como sobre os eventos em que a ex-ministra participou, com a presença do presidente Lula, no período entre janeiro de 2003 e junho de 2005:

– Quantas e quais foram as viagens em que a ex-ministra Dilma Rousseff acompanhou o presidente Lula, no período entre janeiro de 2003 e junho de 2005? Relacionar as viagens com data, destino, membros da comitiva e justificativa para a referida viagem.

– Qual o custo para o Erário de cada uma dessas viagens?

**Justificação**

Nos últimos meses, temos visto a atual Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, acompanhar o presidente Lula em diversos eventos com as mais variadas finalidades.

O argumento é de que a Ministra participa desses eventos da administração por que os mesmos estariam relacionados à sua atividade institucional. Membros do governo, inclusive, defendem esse comportamento alegando que o administrador tem não só o direito como o dever de prestar contas à sociedade.

Ocorre que, como temos visto na mídia nacional, essas viagens, que deveriam prender-se somente à fiscalização da execução de obras, são acom-

panhadas de festas, entregas de prêmios, presença de autoridades e cantores e até mesmo discursos políticos, o que transforma esses eventos em uma confusão entre atividade administrativa e palanque político-eleitoral.

Como o calendário do Tribunal Superior Eleitoral determina o dia 6 de julho de 2010 como o início do período permitido para campanha política com vistas às eleições de outubro do ano que vem, o presente requerimento tem por objetivo determinar se as viagens da atual Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deveriam ser caracterizadas como atos de campanha ou como atos da administração, além de avaliar se os gastos empreendidos com essas viagens não caracterizariam uso indevido da máquina pública.

Sala das Sessões, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 1.506, DE 2009**

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a cota de patrocínio destinada pelo Banco do Brasil para apoio ao prêmio Chatham House 2009.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a cota de patrocínio destinada pelo Banco do Brasil para apoio ao prêmio **Chatham House 2009**:

– De que forma se deu o patrocínio, pelo Banco do Brasil, ao prêmio **Chatham House 2009**?

– Qual o valor despendido com a cota de patrocínio destinada pelo Banco do Brasil para apoio ao referido prêmio?

– Qual a justificativa para o direcionamento de recursos para patrocínio do referido evento?

– O Banco do Brasil participou ou patrocinou alguma outra edição do referido prêmio? Informar o(s) ano(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) despendido(s) com cotas de patrocínio.

#### **Justificação**

Os jornais de grande circulação no país publicaram várias matérias dando destaque à edição de

2009 do prêmio **Chatham House**, oferecido este ano pelo **Royal Institute of International Affairs** ao presidente Lula por sua contribuição para a estabilidade e integração da América Latina.

Ocorre que essas mesmas matérias publicaram que, entre as empresas que patrocinaram ou apoiaram o prêmio, estão as estatais Petrobras, Banco do Brasil e BNDES, além de empresas privadas brasileiras e companhias estrangeiras com interesses comerciais no Brasil.

Enfim, senhor Presidente, as informações que ora requeiro tem por objetivo esclarecer a motivação para o patrocínio do referido evento bem como dar total transparência na aplicação adequada dos recursos públicos.

Sala das Sessões. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 1.507, DE 2009**

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2007; e com o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009. – Senador **Romero Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os requerimentos lidos serão publicados e encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.508, DE 2009**

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal que sobre o PLS 314, de 2008, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009 – Senador **Romero Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2009

Altera as Leis nº 8.429, de 2 de julho de 1992, 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade, utilizar edifícios e veículos públicos para promoção pessoal.

Ó CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 11. ....

.....

VIII – usar, permitir ou autorizar que se usem edifícios e veículos públicos, bem como qualquer outro a serviço da administração pública, para a promoção pessoal, mediante colocação de nome, símbolo ou imagem, que não seja a denominação do órgão e o respectivo brasão.” (NR)

**Art. 2º.** O art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte número:

“Art. 9º. ....

.....

8 – usar, permitir ou autorizar que se usem edifícios e veículos públicos, bem como qualquer outro a serviço da administração pública, para a promoção pessoal, mediante colocação de nome, símbolo ou imagem que não seja a denominação do órgão e o respectivo brasão.” (NR)

**Art. 3º.** O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

**“Art. 1º.** .....

.....  
XXIV – usar, permitir ou autorizar que se usem edifícios e veículos públicos, bem como qualquer outro que esteja a serviço da administração pública, para a promoção pessoal, mediante a colocação de nome, símbolo ou imagem que não seja a denominação do órgão e o respectivo brasão.” (NR)

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O projeto de lei que ora apresentamos tem o propósito de coibir o uso de bens públicos – especificamente os edifícios e veículos públicos, inclusive aqueles que estejam a serviço da administração pública – para a promoção pessoal do agente político que eventualmente ocupa cargo no aparato do Estado, seja no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios.

Para alcançar a União e os entes subnacionais como Estados e o Distrito Federal, propomos acrescentar novo tipo legal na Lei de Improbidade Administrativa e também à Lei de Crime de Responsabilidade, como assinala a ementa. Para alcançar os Municípios, propomos o acréscimo de uma nova tipificação de crime de responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, mediante a alteração no Decreto-Lei nº 201, de 1967.

Cumprе registrar, por dever de justiça, que uma iniciativa legislativa com conteúdo semelhante, e com maior amplitude, já foi proposta neste Senado Federal pelo saudoso Senador JEFFERSON PÉRES, a quem presto a merecida homenagem. O Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2002, encontra-se ainda à espera de deliberação, e proíbe que da publicidade de atos, programas e obras públicas constem nome, símbolo ou imagem que caracterizem promoção pessoal do agente público. Em outras palavras, a aprovação de um projeto não prejudica o outro, bem ao contrário.

Solicito aos eminentes Pares a atenção devida, para o aperfeiçoamento e a aprovação desta norma, a qual, acredito, constitui aperfeiçoamento à nossa ordem jurídica no sentido de coibir o uso da máquina e dos bens públicos para a promoção pessoal.

Sala das Sessões,

  
Senador FLÁVIO TORRES

**LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.**

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- .....
- .....
- .....X.....X.....X.....X.....X.....

**LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.**

Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

- .....
- .....
- .....X.....X.....X.....X.....X.....

**DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967.**

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

- .....
- .....
- .....X.....X.....X.....X.....X.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 513, DE 2009**

**Acrescenta § 7º ao artigo 15 da Lei nº. 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para declarar as sociedades de advogados isentas do recolhimento da contribuição anual devida por advogados e estagiários do curso de direito.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), fica acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 15. ....

§ 7º. É defeso cobrar de sociedades de advogados a contribuição anual, individual e obrigatória, devida por advogados e estagiários do curso de direito. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil prevê que “os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço”. Essas sociedades adquirem personalidade jurídica com o registro de seus atos constitutivos no Conselho Seccional, mas a autorização legal esgota-se na previsão de seu vínculo ao Conselho, e não permite a estes a cobrança de contribuição anual, pois é limitada a advogados e estagiários do curso de direito.

Constata-se, no entanto, haver obscuridade no texto do art. 15 do Estatuto da Ordem, pois cresce o número de ações de mandado de segurança promovidas por associações de advogados, com o objetivo de se defenderem de imposição, do respectivo Conselho Seccional, de recolherem a contribuição.

A duplicidade de cobrança, do advogado individualmente e da associação de advogados por ele integrada, caracteriza inaceitável **bis in idem**, repellido pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, reiteradamente, tem afastado a pretensão de alguns Conselhos Seccionais, como o ilustra a decisão proferida a seguir transcrita:

“ .....

1. A questão controvertida consiste em saber se o Conselho Seccional da OAB/SC poderia, à luz da Lei n. 8.906/94, editar reso-

lução para instituir a cobrança de anuidade das sociedades de advogados.

**2. Os Conselhos Seccionais não têm permissivo legal para instituição, por meio de resolução, de anuidade das sociedades de advogados.**

3. O *registro* do ato constitutivo produz efeito legal específico (confere personalidade jurídica à sociedade de advogados), e não se confunde com a *inscrição* de advogados e estagiários, figura jurídica que, para fins da Lei n. 8.906/94 e do Regulamento Geral, possui fundamento e finalidade diversos.

4. O *registro* não atribui legitimidade à sociedade simples para, por si só, realizar atos privativos de advogado. O art. 42 do Regulamento Geral dispôs: “*Podem ser praticados pela sociedade de advogados, com uso da razão social, os atos indispensáveis às suas finalidades, que não sejam privativos de advogado*”. Logo, se *registro* e *inscrição* fossem sinônimos – como alega a recorrente –, não haveria razões lógico-jurídicas para essa vedação.

5. Em resumo, **é manifestamente ilegal a Resolução n. 8/2000, do Conselho Seccional da OAB/SC, que instituiu cobrança de anuidade dos escritórios de advocacia, obrigação não prevista em lei.** Recurso especial improvido.”

(REsp. 882.830/SC; Rel.: Min HUMBERTO MARTINS; DJ 30/03/2007, págs. 1 e 2)

A presente proposição foi concebida para aprimorar o dispositivo estatutário, de modo a evitar a dúplice cobrança e, conseqüentemente, longas demandas judiciais para a preservação dos direitos dessa nobilitante categoria profissional, para o que conto com os ilustres parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

**Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).**

“ .....

Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advo-

caçia, na forma disciplinada nesta lei e no regulamento geral.

§ 1º A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.

§ 2º Aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber.

§ 3º As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte.

§ 4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

§ 5º O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado junto ao Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados à inscrição suplementar.

§ 6º Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos.

.....”  
.....”

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 85/2009-CMA

Brasília, 4 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a instalação, 27 de outubro do corrente, da Subcomissão Permanente da Água, no âmbito desta Comissão, conforme resultado a seguir:

- Eleição da Presidente: Senadora Marisa Serrano;
- Eleição do Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro;
- Relator designado: Senador Gilberto Goellner.

Diante do exposto, solicito as alterações necessárias para conhecimento dos senadores desta Casa.

Atenciosamente, – Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar os 120 anos da proclamação da República Federativa do Brasil, nos termos dos Requerimentos nºs 557 e 1.457, de 2009, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 256 a 258; e 262, de 2009**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comunicando a aprovação dos Substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs, 340, de 2009; 430 e 446, de 2008; e 402, de 2005.

Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos **Projetos de Lei do Senado nºs 402, de 2005; 430 e 446, de 2008; e 340, de 2009**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

São os seguintes os ofícios:

Ofício. nº 256/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** Aprovação do substitutivo

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2009, de autoria Sua Excelência o Senhor Senador José Agripino, que “Denomina Rodovia Tenente Brigadeiro Murilo Santos o trecho, na cidade de Natal – RN, compreendido entre o portão secundário da Base Aérea até as margens da BR–101.”

2. A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 257/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

Nesta

**Assunto:** Aprovação do substitutivo

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Álvaro Dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2008, de autoria Sua Excelência o Senhor Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná.”

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 258/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

Nesta

**Assunto:** Aprovação do substitutivo

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Alvaro Dias, ao Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2008, de autoria Sua Excelência o Senhor Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória, no Estado do Paraná.”

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 262/2009/CE

Brasília, 11 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

Nesta

**Assunto:** Aprovação do substitutivo

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Gilberto Goellner, ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, de autoria Sua Excelência o Senhor Senador Marcelo Crivella, que “Obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao “Pai da Aviação”, Alberto Santos Dumont.”

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 12, às 14 horas, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 17, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que *dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 (proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 29-10-2009)

Relator revisor: Senador Roberto Cavalcanti (Sobrestando a pauta a partir de: 15-10-2009)

Prazo final prorrogado: 7-2-2010

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião

Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o*

*requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

## 9

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

## 10

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

## 11

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

## 12

### EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003 (nº 4.647/2004, naquela Casa), da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.*

Parecer sob nº 1.758, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi, favorável às Emendas nºs 1 e 3 e contrário à Emenda nº 2.

## 13

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando

## 14

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentados do trabalho em localidades onde não existe redado Sistema Único de Saúde – SUS.*

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos

nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**15****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

**16****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores*.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**17****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação*

*peçoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado*).

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**18****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras*.

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora *ad hoc*: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

**19****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos)*.

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**20****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Cód*

*go de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.*

Parecer favorável, sob no 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.*

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e  
– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

**27**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.*

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões  
 – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e  
 – de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

**28**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

**29**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**30**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

**31**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

**32**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Neuto de Conto.

**33**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

**34**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007,

na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

**35****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 –  
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 -Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Shessa-renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

**36****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessa-renko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

**37****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

**38****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.*

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**39****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

**40****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-*

*Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

**41**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito*.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**42**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor)*.

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

**43**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**44**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite*

*A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

**45**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russumanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos*.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

**46**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.910, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque.

**47**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2009 (nº 293/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil*.

Parecer favorável, sob nº 1.910, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 390, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2009 (nº 383/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.*

Parecer favorável, sob nº 1.911, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

49

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 396, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2009 (nº 789/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.912, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Pedro.

50

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 499, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2009 (nº 1.350/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.913, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

51

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 660, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2009 (nº 1.385/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Bra-*

*sil e a União Econômica Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.914, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Tenório.

52

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 719, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2009 (nº 1.052/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.915, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Mozarildo Cavalcanti.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos*

*termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob n<sup>o</sup>s 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas n<sup>o</sup>s 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento n<sup>o</sup> 510, de 2007), Relator “*ad hoc*”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

#### 55

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso n<sup>o</sup> 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4<sup>o</sup>, do art. 80 da Lei n<sup>o</sup> 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob n<sup>o</sup> 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 1-CE (Substitutivo), que oferece.

#### 56

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob n<sup>o</sup>s 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1<sup>o</sup> pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2<sup>o</sup> pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

#### 57

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso n<sup>o</sup> 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup> 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob n<sup>o</sup>s 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n<sup>o</sup> 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

#### 58

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1<sup>o</sup> da Lei Complementar n<sup>o</sup> 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob n<sup>o</sup>s 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1<sup>o</sup> pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n<sup>o</sup> 1-CCJ, que apresenta; 2<sup>o</sup> pronunciamento (sobre a Emenda n<sup>o</sup> 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

#### 59

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer n<sup>o</sup> 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos*

*notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

**60**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

**61**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**62**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**63**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

**64**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).

**65**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

**66**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)

**67**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romeu

ro Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

**68**

**REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).

**69**

**REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).

**70**

**REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; 86, de 2006; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).

**71**

**REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara n<sup>os</sup> 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado

n<sup>os</sup> 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: – Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e – Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).

**72**

**REQUERIMENTO Nº 1.227, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.227, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao Governo do Estado de São Paulo pela iniciativa de treinar as equipes do Programa de Saúde da Família para ajudar fumantes a largar o vício.

Parecer favorável, sob nº 2.020, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

**73**

**REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**74**

**REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**75**

**REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.*

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

**76**

**REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.318, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso aos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas, pela realização do “Seminário Pré-Sal e o Futuro do Brasil”.*

Parecer favorável, sob nº 2.021, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

**77**

**REQUERIMENTO Nº 1.359, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.359, de 2009, do Senador Efraim Morais, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (comprovação de adimplência quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União).*

**78**

**REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).*

**79**

**REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio

Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).*

**80**

**REQUERIMENTO Nº 1.389, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.389, de 2009, do Senador Eliseu Resende, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, por tratarem do mesmo assunto (cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia).*

**81**

**REQUERIMENTO Nº 1.414, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.414, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (define condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade).*

**82**

**REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

**83**

**REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Proje-*

*tos de Lei do Senado n°s 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).*

84

**REQUERIMENTO N° 1.465, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.465, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 197, de 2009, além das Comissões

*constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade).*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) –

Está encerrada esta sessão toda coordenada pelos nossos Secretários Executivos João Pedro e José Roberto.

*(Levanta-se a sessão às 22 horas e 30 minutos.)*

## **Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney 11/11/2009 Quarta-feira**

- 10:30** Sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional n° 59,2009  
**Plenário do Senado**
- 11:20** Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal acompanhado do Ministro Antonio Cezar Peluso, Vice-Presidente  
**Sala de Audiências**
- 11:30** Sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada à promulgação das Emendas Constitucionais n°s 60 e 61, de 2009  
**Plenário do Senado**
- 13:00** Almoço oferecido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Excelentíssimo Senhor Shimon Peres, Presidente do Estado de Israel  
**Sala Brasília, Palácio Itamaraty**

**SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia onze do mês de novembro de dois mil e nove, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 46, de 2009**, aposto ao PLC nº 137 de 2009 – Complementar (PLP 28 2007, na Câmara dos Deputados), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

E para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

  
**SERGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia onze do mês de novembro de dois mil e nove, quarta-feira, às quinze horas, na sala número seis da Ala Senador Nilo Ceolho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 47, de 2009**, aposto ao PLN nº 63 de 2009, que "altera os arts. 2º, 3º e 7º e o anexo IV, da lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

E para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.



**SERGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

## Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

## Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

## Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

## Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

## Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

## São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

## Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

## Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

## Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**PTB** - Osvaldo Sobrinho\*\* (S)

## Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

## Ceará

**PDT** - Flávio Torres\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

## Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

## Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

## Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

## Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

## Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

## Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

## Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

## Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

## Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

## Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

## Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

## Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

## Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

## Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Bloco-PT** - Sadi Cassol\* (S)  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

## Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

## Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(27)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final prorrogado:** 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,21)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,22)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(19)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,18)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(24)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(23)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
<b>PDT/PSOL <sup>(9)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

**Secretário(a): Will de Moura Wanderley**

**Telefone(s): 3303-3514**

**Fax: 3303-1176**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
  2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
  3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
  4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
  5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
  6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).
  7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
  8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- \*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.  
\*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.  
\*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 15/05/2009

**Instalação:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(1,4)</sup>
Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
<b>PTB</b>	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM)	

**Notas:**

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

#### 4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(1)</sup>	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) <sup>(5,6)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

## **5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

## **6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008  
**Instalação:** 06/11/2008  
**Prazo final:** 31/08/2009  
**Prazo prorrogado:** 30/06/2009  
**Prazo final prorrogado:** 22/12/2009

---

### MEMBROS

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPT).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPT).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*.. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br

## 2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM)

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

**Notas:**

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

### 3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008  
**Designação:** 26/08/2008  
**Instalação:** 27/08/2008  
**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

#### 4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009  
**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

### Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

---

### MEMBROS

---

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

---

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

---

#### Maioria ( PMDB, PP )

---

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

---

#### PTB

---

Senador Gim Argello

---

**Notas:**

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

**Finalidade:** Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) <sup>(1)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,6)</sup>
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Almeida Lima (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Gerson Camata (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Neuto De Conto (PMDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(3)</sup>	4. Senador Paulo Duque (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
Senador João Durval	1.

### Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

## 8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros:** 7

---

### MEMBROS

---

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

---

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

---

#### Maioria ( PMDB, PP )

---

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>

---

#### PTB

---

Senador Romeu Tuma

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

## 9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros:** 7

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

### MEMBROS

---

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

---

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

#### Maioria ( PMDB, PP )

---

Senador Mão Santa (PSC) <sup>(2,3,4)</sup>

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

---

#### PTB

---

Senador João Vicente Claudino

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

\*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

## **ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Instalação:** 03/03/2009

---

### **MEMBROS**

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

## REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Instalação:** 20/05/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

VAGO <sup>(3)</sup>

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

#### PTB

Senador Romeu Tuma

#### PDT

Senador Flávio Torres <sup>(1,2)</sup>

#### Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. nº 127/2009-GLDBAG).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL  
PRAZOS<sup>1</sup>**

**RELATÓRIOS PARCIAIS:** 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)  
**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL:** 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>  
**PARECER PRORROGADO:** 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>  
**PARECER FINAL PRORROGADO:** 24.11.2009<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

<sup>3</sup> Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (40)
Delcídio Amaral (PT) (35)	2. Renato Casagrande (PSB) (37)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,33)
Tiã Viana (PT) (29)	4. Ideli Salvatti (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	6. Sadi Cassol (PT) (4,31,81,82,83)
César Borges (PR) (38)	7. João Ribeiro (PR) (39)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (56,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (58,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) (66,69)
Gerson Camata (PMDB) (64,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,57)
Valdir Raupp (PMDB) (53)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,57,80)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,55,60)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,68,70)
Pedro Simon (PMDB) (54,59)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,57)
Renan Calheiros (PMDB) (62,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (62,77)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Eliseu Resende (DEM) (49)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,45)
Efraim Morais (DEM) (47)	3. Heráclito Fortes (DEM) (51)
Raimundo Colombo (DEM) (48)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,44)	5. Kátia Abreu (DEM) (52)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,50)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,26,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
<b>PTB (7)</b>	
João Vicente Claudino (43)	1. Sérgio Zambiasi (12,43)
Gim Argello (43)	2. Fernando Collor (43)

## PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

### Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(10,12,14)</sup>	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO <sup>(11,13)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

### Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(5)</sup></b>	
VAGO (3,18,35,71,81)	1. VAGO (31,78)
Augusto Botelho (PT) (26)	2. César Borges (PR) (36)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (29)
Marcelo Crivella (PRB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (28,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (30,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (33,60,62)	6. VAGO (33)
Renato Casagrande (PSB) (33,58,64)	7. José Nery (PSOL) (33,63,65)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (48,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (54)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,55)	3. Valdir Raupp (PMDB) (52)
VAGO (57,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (53,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (49)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (41)
Rosalba Ciarlini (DEM) (40)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (44,70,72)
Efraim Morais (DEM) (12,15,46)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,38)
Raimundo Colombo (DEM) (39)	4. José Agripino (DEM) (4,37)
Flávio Arns (PSDB) (21,43,84)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (22,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. VAGO (23,82,86)
Papaléo Paes (PSDB) (25)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (24,45,83)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
<b>PDT</b>	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (17,69)

### Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
26. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
39. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
84. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (4)	1. Leomar Quintanilha (5,13,14)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

**Notas:**

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF./GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(5)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(9)</sup>	2. João Tenório (PSDB) <sup>(2,11)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(4)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(12,14,15)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(8)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Serys Shlessarenko (PT) (32,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (34)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (37,44)
João Pedro (PT) (30,44,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (54,65)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,64)
Almeida Lima (PMDB) (60,65)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,68,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,65)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,65)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,65)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,65)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (45)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (52,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (46)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (24,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,75,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,70,90,92)
<b>PTB (7)</b>	
Romeu Tuma (47)	1. Gim Argello (49)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Flávio Torres (11,23,53,79,80)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
47. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(91)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(74,79)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,90,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,30)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. VAGO (32,96)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,36)
Paulo Paim (PT) (34,39,66)	4. José Nery (PSOL) (38)
Inácio Arruda (PC DO B) (37)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (35,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (35,71)
Sadi Cassol (PT) (33,85,86,87)	7. Marina Silva (PV) (35,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (64)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (64,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	3. Pedro Simon (PMDB) (64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (61)	4. Neuto De Conto (PMDB) (55)
Gerson Camata (PMDB) (53)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,59,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,57)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (62)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (40)
José Agripino (DEM) (13,50)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,43)
Adelmir Santana (DEM) (42)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,52)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. VAGO (28,68,75,84,89,97)
Flávio Arns (PSDB) (29,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) (22)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,69,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (27)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (23)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

**Notas:**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

39. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
43. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

#### Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. n° 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (33)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,32)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,29)	1. Sérgio Zambiasi (29)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque (13,37,41)

**Notas:**

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

### Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
- Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
- Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA  
AMAZÔNIA  
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) <sup>(1,2)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
  2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
  3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) <sup>(4)</sup>
César Borges (PR) <sup>(3)</sup>	2. João Pedro (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.

3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).

4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).

\*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

\*\* Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
VAGO (20,53,60,61)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (20)	2. Serys Slhessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (20)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,19,28)
VAGO (3,23,48,49,57)	4. Marina Silva (PV) (19,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (19,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (34,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (33)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM) (2,27)	1. Heráclito Fortes (DEM) (25)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. VAGO (18,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
<b>PTB (7)</b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

### Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shlessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
28. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(16)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT) <sup>(5)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(15)</sup>	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,10)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(6)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,4,11)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(7)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(13)</sup>	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(12)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(9)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(14)</sup>	1.

### Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).

## 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER (Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

### Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E  
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

\*\* . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(47)</sup>	1. Aloizio Mercadante (PT) <sup>(44,68,85,88,89)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46,73)</sup>	2. Marina Silva (PV) <sup>(40,83,84)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(39,72)</sup>	3. Renato Casagrande (PSB) <sup>(45,75)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(38)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(41)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(42,54,70,86,87)</sup>	5. Augusto Botelho (PT) <sup>(22,43,49,67)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,65)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(64)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(6,76,77)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(63)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(2)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,71,74)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,61)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(10,21,62)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Efraim Moraes (DEM) <sup>(58)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,53)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(57)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,50)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,56)</sup>	3. José Agripino (DEM) <sup>(23,27,55)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,51)</sup>	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(52,78,79,80)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(33,66)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(36)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(33)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,35,69)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(37)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(34)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,48)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(48)</sup>
<b>PDT</b>	
Flávio Torres <sup>(31,60,81,82)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,32,59)</sup>

### Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
44. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA  
**Telefone(s):** 3311-3496  
**Fax:** 3311-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva  
**Telefone(s):** 3311-3496  
**Fax:** 3311-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO  
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(9,10)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO  
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**

**Telefone(s): 3311-3496**

**Fax: 3311-3546**

**E-mail: scomcre@senado.gov.br**

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Shhessarenko (PT) (17)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (17,34,59)	2. Paulo Paim (PT) (19,34,55)
Ideli Salvatti (PT) (17)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. VAGO (24,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (16)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,46)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (44)
Valdir Raupp (PMDB) (54,58)	5. VAGO (43,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,60,64)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (36)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)
Eliseu Resende (DEM) (29)	2. Efraim Morais (DEM) (27)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (31)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (30,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (38)
Kátia Abreu (DEM) (7,37)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (41,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (15,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,61)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (33)	1. Gim Argello (33)
<b>PDT</b>	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

### Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
28. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
33. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
34. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
César Borges (PR) (23)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Shessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (33,43,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,42)	3. Valdir Raupp (PMDB) (46)
Almeida Lima (PMDB) (48)	4. Gerson Camata (PMDB) (41,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM) (38)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (36,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (34)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (30)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

### Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) <sup>(17)</sup>	1. Paulo Paim (PT) <sup>(17)</sup>
Sadi Cassol (PT) <sup>(19,62)</sup>	2. Fátima Cleide (PT) <sup>(4,6,18)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(20,32,49)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(23,60,61,63,65)</sup>
César Borges (PR) <sup>(22,54)</sup>	4. Serys Shessarenko (PT) <sup>(21,52)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2,11,41,44,59)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(37,45)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(40,43)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(38,48)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(36,46)</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(35,39)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(34,50)</sup>	4. Paulo Duque (PMDB) <sup>(42,47)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(26)</sup>	1. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,33)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(27)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(31)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(28)</sup>	3. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,24)</sup>
Oswaldo Sobrinho (PTB) <sup>(8,10,30,57,58)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(25)</sup>
VAGO <sup>(15,53,56,64,66)</sup>	5. Mário Couto (PSDB) <sup>(16,55)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(13,55)</sup>	6. João Tenório (PSDB) <sup>(14)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(14)</sup>	7. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(12)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma <sup>(9,29)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(29,51)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(6,7,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (4)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,44)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,42)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,26)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (23)	4. Kátia Abreu (DEM) (24)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,29)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,45)
<b>PTB (5)</b>	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
<b>PDT</b>	
Flávio Torres (13,32,50,51)	1. Cristovam Buarque (33)

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,5)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**

**Telefone(s): 3311-1120**

**Fax: 3311-2025**

**E-mail: scomct@senado.gov.br**

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO <sup>(1)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) <sup>(13)</sup>
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	3. VAGO <sup>(11)</sup>
VAGO <sup>(10)</sup>	4. VAGO <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(10)</sup>	5.
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PDT</b>	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

**Atualização:** 02/10/2009

### Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo**  
**Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260**  
**E-mail:scop@senado.gov.br**

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

#### 4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Wellington Salgado de Oliveira (MG) <sup>(4)</sup>
<b>DEM</b>
Marco Maciel (PE)
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Fátima Cleide (RO)
<b>PTB</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>
Flávio Torres (CE) <sup>(5)</sup>
<b>PR</b>
VAGO <sup>(1,6)</sup>
<b>PSB</b>
Renato Casagrande (ES)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PP</b>
<b>PSOL</b>
José Nery (PA)

**Atualização:** 05/11/2009

**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal  
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI)*
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)†
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB)‡	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

\* Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

† A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

‡ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>7</sup> (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício n° 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB n° 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício n° 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/n°, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/N° 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB N° 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/n° 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/N° 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/N° 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício n° 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/N° 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/N° 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)**

**VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)**

**Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil**

**Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880**

**e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)**

**[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)**

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Damião Feliciano\*

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

\* O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



Edição de hoje: 238 páginas

OS: 2009/18411